

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NATÁLIA DE MEDEIROS COSTA

DE BELLUM CATILINAE: A GUERRA EM SALÚSTIO (63 A.C.)

CURITIBA

2018

NATÁLIA DE MEDEIROS COSTA

DE BELLUM CATILINAE: A GUERRA EM SALÚSTIO (63 A.C.)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Antiguidade Clássica, no Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Renan Frighetto

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/ UFPR
COM OS DADOS FORNECIDOS PELA AUTORA
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS
Bibliotecário: Rita de Cássia Alves de Souza – CRB-9/ 816

Costa, Natália de Medeiros.

De Bellum Catilinae: a guerra em Salústio (63 a.c.). / Natália de Medeiros Costa. -
Curitiba, 2018.
173 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História.
Orientadora: Prof. Dr. Renan Frighetto.

1. De Bellum Catilinae - História. 2. Literatura latina. I. Frighetto, Renan
(Orient.). II. Título. III. Universidade Federal do Paraná.

CDD 875



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **NATALIA DE MEDEIROS COSTA**, intitulada: **DE BELLUM CATILINAE: A GUERRA EM SALÚSTIO (63 A.C.)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca, e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 19 de Março de 2018.

Renan Frighetto

RENAN FRIGHETTO(UFPR)

(Presidente da Banca Examinadora)

Janira Feliciano Pohlmann

JANIRA FELICIANO POHLMANN(UFPR)

Adriana Moelim

ADRIANA MOCELIM(PUC/PR)



AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, por toda dedicação, amor e por todo apoio financeiro. Às minhas irmãs, Jéssica e Isabela por todas as risadas, pela ajuda nas traduções e pelo suporte emocional. Ao meu cunhado favorito, Cadu, pela parceria divertida nas viagens. A minha sobrinha linda que nem nasceu mas já mora em meu coração. Aos meus melhores amigos e parceiros de aventuras, que aceitam me acompanhar em qualquer encrenca. Aos professores Pedro Plaza, Fátima Fernandes Frighetto, Marcella Lopes Guimarães e Dennison de Oliveira por todas as aulas mais que produtivas e pela inspiração constante. Pelas Professoras Doutoras que compuseram minha banca de qualificação e que agora compõe minha banca de defesa, Adriana Mocelim e Janira Pohlmann pela direção precisa e pelas belíssimas indicações e correções. À Cris, por todo auxílio e apoio durante todo o processo do mestrado. À CNPQ, cujo financiamento foi fundamental para a execução da presente dissertação. E, em especial, ao Professor Doutor Renan Frighetto, pela dedicação à essa dissertação, pela indicação mais do que importante de um objeto e tema em um momento em que me encontrava perdida em meio a múltiplas possibilidades e por todas as orientações mais que inspiradoras. Meus mais sinceros agradecimentos.

Historia vero testis temporum, lux
veritatis, vita memoriae, magistra vitae,
nuntia vetustatis, qua voce alia, nisi
oratoris, immortalitati commendatur?

(Cícero, De Oratore, IX, 1948,
p.224)

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo a análise do texto do autor Caio Salústio Crispo intitulado *De Bellum Catilinae*. Na obra, Salústio trabalha um evento ocorrido em 63 a.C. durante o consulado de Cícero e que ficou conhecido na História como a Conjuração de Catilina. Para além de examinar a Conjuração desse aristocrata de nome Catilina, tido como personificação de todo mal pelo qual passava a República no final do século I a.C., Salústio nos fornece um vivo relato sobre a situação da República nesse período: conjurações de aristocratas contra aristocratas, corrupção, dívidas e afrouxamento da moral dos romanos são temas chave da crítica estabelecida pelo autor. A guerra, nesse contexto, tem um papel fundamental: é o princípio da discórdia civil bem como causa do aprofundamento dos problemas nas instituições da República, pois cria uma personificação do poder nas mãos de uns poucos generais. Dessa forma, o foco da presente dissertação é examinar o papel da guerra e do poder pessoal no texto Salustiano *De Bellum Catilinae*. Para tanto, em um primeiro momento, estabelecemos os principais conceitos que nortearam a pesquisa, a saber, *Coniuratio* (Conjuração) e *Bellum* (guerra). Uma vez estabelecidos esses conceitos, nos dedicamos ao exame da obra de Salústio, tendo como elemento norteador a guerra e o Poder Pessoal, buscando no texto compreender em quês circunstâncias Salústio utiliza esses conceitos. Em termos gerais, podemos pontuar que o autor lança mão desses termos em pontos chave da narrativa, a saber, quando critica a momento histórico pelo qual passava a República: a Guerra, nesse sentido, serve a Salústio como meio pelo qual julga o *status quo* da República sendo, então, fundamental para a compreensão do texto.

Palavras-chave: 1. De Bellum Catilinae 2. Caio Salústio Crispo 3. República Romana.

ABSTRACT

The current dissertation has as its objective the analysis of the text of the author Gaius Salustius Crispus entitled *Bellum Catilinae*. In the piece, Salústio works with an event which occurred in 63 b.C, during the consulate of Cicero, that became known in the history as the Conspiracy of Catilina. Besides examining the conspiracy of this aristocrat named Catilina, held as personification of all evil that was happening at the Republic at the end of the first century b.C. Sallust provides us with a live reporting on the situation of the republic in this period: conjurations of aristocrats against aristocrats, corruption, debts and loosening of morality of the Romans are the key subjects of the critic established by the author. The war, in this context has a major role: it's the principle of the civil disagreement along with the cause of the deepening of the issues in the institutions of the Republic, because it creates a personification of the power in the hands of few generals. Thereby, the focus of the current dissertation is to examine the role of the War and the Personal Power in the text of *Bellum Catilinae*. To do so, on a first moment, we have set the main concepts that guide the research, to know *Coniuratio* (Conspiracy) and *Bellum* (War). Once these concepts are established, we devote ourselves to the examination of Salustio's piece, taking the War and the Personal Power as a guiding, searching in the text a way to comprehend in which circumstances Salustio uses those concepts. In general terms, we can punctuate that the author uses of those terms in key areas of the narrative, to know, when he criticises the historical moment which was happening at the Republic: the War, in this direction serves Salústio as a way to judge the *status quo* of the Republic, being then, fundamental for the comprehension of the text.

Key-words: 1. De *Bellum Catilinae* 2. Gaius Sallustius Crispus 3. Roman Republic.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- B.C. - De Bellum Catilinae
- B.J. - De Bellum Jugurthinum
- S.C.U. - Senatus Consultum Ultimum

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A REPÚBLICA ROMANA EM DECADÊNCIA: CONIURATIO E BELLUM, DEFINIÇÃO DOS TERMOS.....	16
2.1	BELLUM: A GUERRA NA REPÚBLICA ROMANA.....	16
2.2	CONIURATIO: DEFINIÇÃO DO TERMO E NARRATIVAS.....	47
3	VIDAS ENTRELAÇADAS: SALÚSTIO, CÍCERO E CATILINA.....	70
3.1	SALÚSTIO: VIDA, OBRA E DE BELLUM CATILINAE.....	71
3.2	CÍCERO E CATILINA: VIDAS PARALELAS.....	87
4	ANÁLISE DA CRÍTICA SALUSTIANA EM DE BELLUM CATILINAE: A GUERRA E O PODER PESSOAL.....	115
4.1	A CONJURAÇÃO DE CATILINA SEGUNDO SALÚSTIO.....	116
4.2	DE BELLUM CATILINAE: A GUERRA E O PODER PESSOAL SEGUNDO SALÚSTIO.....	145
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	162
	REFERÊNCIAS.....	165
	ANEXO A – AS MAGISTRATURAS ROMANAS.....	171

1 INTRODUÇÃO

“Pela natureza extraordinária do crime e pelo perigo surgido do evento”. Foi com essas palavras que Salústio justificou sua escolha pelo tema de sua primeira monografia, a *De Bellum Catilinae*: a Conjuração de Catilina. Com uma palavra podemos descrever sinteticamente o momento histórico pelo qual passava a República nesse primeiro século antes de Cristo: conflito, tanto interno quanto externo. A República Romana, depois da vitória definitiva contra Cartago passou a investir pesadamente seus esforços em regiões cada vez mais longínquas. As guerras contra os povos do Mediterrâneo não cessaram com a aniquilação de Cartago, pelo contrário, se diversificaram; o estado de guerra constante permaneceu uma realidade para o Povo Romano.

Em casa, a situação não era distinta: a aristocracia duelava entre si em busca de primazia política; Partidos Políticos rivais, conhecidos como *optimates* e *populares*, rivalizavam entre si pela predominância no cenário político. Políticos rivais juntaram para si bandos de gladiadores, escravos, libertos e clientes e formaram facções (*factio*) armadas a fim de garantir vitórias políticas. A população encontrava-se cada vez mais carente por reformas nas estruturas socio-econômicas; o uso da mão de obra escrava trazida à Roma com as vitórias militares, comprometia a produção daqueles pequenos proprietários de terras que, a fim de sobreviver nesse ambiente hostil, rumavam à cidade de Roma e engrossavam a camada da população miserável. A dívida nunca havia sido tão grande, como o próprio Cícero comenta em seu texto *De Officiis*¹. A situação da República era, portanto, grave. É nesse momento conflituoso que Salústio escreve sua primeira monografia e sobre esse período que o autor dedica sua crítica.

Pensando um pouco sobre minha caminhada no Mestrado da Universidade Federal do Paraná e a escolha desse tema tão espinhoso, mas também tão interessante, posso afirmar que, em um primeiro momento, tinha uma ideia clara: continuar trabalhando a República Romana nesse primeiro século antes de Cristo. Digo isso pois meus trabalhos anteriores haviam sido nessa mesma área, mas com o foco voltado para os textos de César, a saber, o *De Bello Gallico* e o *Bellum Civile*. Nesse novo momento de minha vida acadêmica tinha duas possibilidades distintas:

¹ Cicero, De Officiis, Book II, 84, 1913: 261.

Salústio ou Cícero; a escolha foi difícil e só decidi entre um dos dois autores quando em uma palestra com a Professora Doutora Ana Zaera, da Universidade de Salamanca. Estava decidido então que trabalharia Salústio, por ser uma figura não tão estudada aqui no Brasil. Mas ainda ficava a dúvida: o que trabalhar na obra de Salústio? Quem iluminou meus caminhos nesse momento de muitas possibilidades foi meu grande orientador, Professor Doutor Renan Frighetto. Em uma de minhas reuniões de orientação com o Professor Renan Frighetto me questionou sobre o uso do termo *Bellum* no título do texto. Não soube responder essa questão, que ficou martelando em minha cabeça por um longo período. Resolvi pesquisar mais a fundo e descobri que a guerra figura em muitos momentos do texto Salustiano, mais precisamente, Salústio usa o termo *Bellum* em 44 vezes ao longo da obra, comprovando assim a viabilidade do tema.

Para formular a argumentação acerca do tema bem como para responder às problemáticas propostas, organizamos, com uma grande ajuda de minha banca de qualificação, Professoras Doutoras Adriana Mocelim e Janira Pohlmann o trabalho da seguinte maneira. No primeiro capítulo, dedicamos nossa análise ao estudo de dois conceitos fundamentais para a obra de Salústio: a *Bellum* e a *Coniuratio*. Fizemos isso pois ao invés de tratar o evento como conjuração, como o faz Cícero, Salústio opta por referenciar ao momento histórico do ano de 63 a.C. como *Bellum*, ou seja, como guerra. Dividimos esse primeiro capítulo em dois subtópicos, a saber, “*Bellum*: A Guerra na República Romana” e “*Coniuratio*: Definição do Termo e Narrativas”. Nesses primeiros momentos da dissertação, fizemos uma opção: trabalhar os conflitos externos no subtítulo “*Bellum*” e os conflitos internos à República no subtítulo “*Coniuratio*”. Portanto, definimos a guerra como sendo os conflitos externos à República, lutada contra os povos vizinhos bem como contra os povos do Mediterrâneo e a conjuração como sendo os conflitos internos, as tentativas de usurpação do poder, a guerra givil entre Caio Mário e Sula bem como as conjurações aristocráticas ou populares.

No segundo capítulo, intitulado “Vidas Entrelaçadas: Salústio, Cícero e Catilina”, dedicamos nossa atenção às figuras chave do evento do ano de 63 a.C.: Cícero, o cônsul ausente na narrativa salustiana, visto que pouco se fala sobre essa figura no *De Bellum Catilinae* e, quando se comenta, quase não é nomeado – Salústio opta por tratar Cícero como “o cônsul”; Catilina, o antagonista protagonista

da obra de Salústio, uma vez que o antagonista é o personagem central do texto; e Salústio, o autor que possivelmente não estava presente em Roma quando da Conjuração de Catilina, muito embora em certa passagem do texto afirme que encontrava-se, sim, na cidade². O estudo dessas três figuras chave do momento histórico nos proporcionou o aprofundamento de nossa compreensão do final do século I a.C.

O terceiro e último capítulo do texto, intitulado “Análise da Crítica Salustiana em *De Bellum Catilinae*: A Guerra e o Poder Pessoal” voltamos nosso foco de análise à obra de Salústio, procurando responder às problemáticas previamente estabelecidas: Por que Salústio opta por tratar os eventos do ano de 63 a.C. como guerra e não conjuração? O que é guerra (*Bellum*) e o poder pessoal para Salústio? Para tanto, formulamos o capítulo dividido em dois subtítulos: “A Conjuração segundo Salústio”, onde analisamos o que foi a conjuração de Catilina aos olhos de Salústio, mas lançando mão das Catilinárias Ciceronianas para preencher algumas lacunas deixadas pelo autor e “*De Bellum Catilinae*: A Guerra e o Poder Pessoal Segundo Salústio”, onde buscamos compreender esses dois conceitos e como eles são utilizados na obra salustiana, a fim de responder às questões levantadas.

² Salústio, *De Bellum Catilinae*, 48, 1921: 84.

2 A REPÚBLICA ROMANA EM DECADÊNCIA: CONIURATIO E BELLUM, DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS

Por que Salústio trata os eventos do ano de 63 a.C. como *Bellum* e não como *Coniuratio*? Essa questão, norteadora de toda a discussão da presente dissertação me foi feita por meu orientador, Professor Doutor Renan Frighetto e me perturbou profundamente, visto que encontrei grande potencial de discussão no tema.

Desde a antiguidade a obra de Salústio foi referenciada como *Bellum*: Quintiliano, autor do século I d.C., nomeava o texto Salustiano de *De Bellum Catilinae*; manuscritos antigos, além disso, se referenciavam à obra como *Bellum Catilinarium*³. Em contrapartida, outro autor contemporâneo de Salústio e que escreveu uma obra dedicada aos eventos do ano de 63 a.C., trata esse como conjuração (*coniuratio*): Cícero, o cônsul no ano de 63 a.C., em suas *Catilinarias* considerava a rebelião de Catilina como sendo uma conjuração e não como uma guerra.

A fim de compreender mais profundamente o evento ocorrido no ano de 63 a.C. descrito por Salústio, vale fazer uma digressão acerca da História da República Romana, as guerras das quais fez parte bem como as conspirações ocorridas nesse período da História da República. Para tanto, dividimos o estudo em dois subtópicos: no primeiro será trabalhado o tema guerra, ou seja, as batalhas externas que a República Romana enfrentou; o segundo tópico será voltado para as narrativas de conjuração, ou seja, os conflitos internos e as tentativas de usurpação de poder que ocorreram no período. Desse modo definimos de antemão os termos: consideramos a guerra como sendo os conflitos externos, isto é, os conflitos entre a República Romana e seus vizinhos e conjuração como sendo os conflitos internos, entre a aristocracia romana do período.

2.1 BELLUM: A GUERRA NA REPÚBLICA ROMANA

Com o intuito de iniciar o debate acerca do papel da guerra no mundo romano republicano, vale buscar no dicionário que significados assume o termo *Bellum*. Encontramos, em um primeiro momento, o seguinte significado simples: “guerra;

³ Ramos, Bartolomé (1997). Introducción y Traducción. In: Salustio, C.C. Conjuración de Catilina, Guerra de Jugurta y Fragmentos de las Historias. Madrid: Editorial Gredos, p.20.

combate; batalha” (Rezende & Bianchet, 2016: 52). Em um sentido um pouco mais profundo, o termo pode ser compreendido como: “war, warfare; in war”; em Cícero, em sua segunda Catilinária, encontramos o termo *Bellum* no sentido de “guerra particular”⁴ (*belli domestici ducem* – 2,1), sentido similar ao encontrado em Salústio, *Historiae (um Hispaniae in Italiam transgradientur* – 2, 98⁵); ademais o termo também serve para indicar o ato de se lutar em uma batalha (Bryan-Brown, 1968: 228). Uma rápida passada pelo dicionário de Oxford da Língua Latina já nos revela algo muito interessante: há, ao longo da história da literatura romana, uma grande quantidade de textos que fazem referência às guerras lutadas pelos romanos. Como consta em Matyszak⁶:

Não é de se surpreender que os romanos acreditassem que seus fundadores, Rômulo e Remo, fossem filhos de Marte, o deus da guerra. Desde seus primeiros anos de existência, o novo estado esteve quase que constantemente em conflito – com os vizinhos sabinos, com as tribos selvagens das colinas e com as cidades-estados da Etrúria, ao norte (Matyszak, 2013: 12).

Essa afirmação nos aponta para uma possibilidade: a grande quantidade de guerras pelas quais passaram a República Romana nos demonstra que o conflito armado estava no centro da vida e das atividades romanas.

Nos primórdios da História Romana, onde as fronteiras não eram de todo bem estabelecidas⁷ e onde uma população desejava conquistar maiores quantidades de território, o domínio da arte da guerra se fazia necessário: para sobreviver, era preciso que a tribo se tornasse altamente habilidosa na arte do conflito armado. Como afirma Matyszak⁸, ao longo do século VI a.C., os romanos tiveram uma grande vantagem sobre seus adversários próximos: a fim de aumentar rapidamente sua população, os romanos, sob a ordem do Rei, passaram a aceitar qualquer indivíduo que desejasse ser romano, não importando sua origem; “desertores, escravos fugidos e antigos salteadores, todos se adaptavam prontamente à vida

⁴ Em um sentido de Guerra específica.

⁵ A passagem inteira do texto salustiano é a seguinte: “Reliqui vos estis: qui nisi subvenitis, invito et praedicente me exercitus hinc et cum eo omne bellum Hispaniae in Italiam transgradientur”, cuja tradução é: “Você é nosso único recurso: a não ser que você venha ao nosso resgate, contra minha vontade, mas não sem eu ter avisado, nosso exército vai passar pela Itália, trazendo consigo toda guerra na Hispania” (Salústio, *Historiae* – Letter of Gnaeus Pompeius, 10, 1921: 418).

⁶ Matyszak, Philip (2013). *Os Inimigos de Roma: De Aníbal a Átila, o Huno*. São Paulo: Manole.

⁷ Devemos lembrar, entretanto, que as fronteiras no mundo antigo não eram todavia bem definidas e a República Romana não é exceção. Mesmo com a expansão do território e controle do Mediterrâneo, as fronteiras todavia permaneceram maleáveis, não rigidamente definidas.

⁸ Matyszak, Philip (2013). *Os Inimigos de Roma: De Aníbal a Átila, o Huno*. São Paulo: Manole.

militar, ainda mais porque o serviço militar foi, desde o início, crucial para o sucesso de Roma”. Com essa medida, a Monarquia Romana aumentou rapidamente o exército a sua disposição. Ademais, a própria estrutura política da monarquia era voltada para o exército: o eleitorado romano era dividido de acordo com o exército – cavaleiros que iam à guerra montados em seus cavalos tinham o voto com maior peso; aqueles que lutavam na infantaria e que tinham recursos para comprar uma boa armadura, tinham o voto de peso médio; por sua vez, aqueles tão miseráveis que eram isentos do serviço militar, tinham o voto com menor peso e eram chamados de *capite censi* (contados por cabeça⁹).

Ainda sobre a estrutura política e social de Roma, segundo Mommsen¹⁰ a família era a unidade básica da constituição, sendo liderada pelo *pater familias* (o pai, chefe da família) e que era composta pela mãe, filhos e maridos ou esposas dos filhos; O *pater familias* tinha direito legal sobre a família, sendo esse direito passado para seu filho homem quando de sua morte. A segunda camada da sociedade romana era o clã ou *gens*¹¹, composta por aqueles que descendiam de um ancestral em comum: quando se aumenta o foco de análise da família, encontra-se a *gens/clã*, onde os indivíduos tinham relações de parentesco não mais tão próximas, mas que dividem entre si um ancestral comum. No exemplo de Mommsen

[...] This is very clearly expressed in the Roman names: when they speak of ‘Marcus, son of Marcus, grandson of Marcus and so on, the Marcian’, the family reaches as far as the ascendants are designated individually, and where the Family terminates the clan is introduced supplementarily, indicating derivation from the common ancestor, who has bequeathed to all his descendants the name of the ‘children of Marcus’ (Mommsen, 1862: 64).

Originalmente, o território romano foi formado pela junção dos territórios pertencentes às *gens* mais antigas: aquele que pertencesse a uma dessas *gens* era

⁹ Matyszak, 2013: 12.

¹⁰ Mommsen, Theodor (1862). *History of Rome* - Volume 1. London: Cambridge University Press.

¹¹ Para a presente análise, optamos pela utilização do termo *gens* em detrimento do termo clã, por ser um termo da realidade romana da época. Ademais, a fim de complementar a discussão acerca das *gens*, podemos acrescentar que os nomes romanos eram compostos por três partes: o praenomen (primeiro nome); o *nomen gentile* ou o nome do meio, que constituía a identidade do indivíduo (ou seja, a que *gens* pertencia) “For example, Iulius, Fabius, Claudius and Cornelius were names borne by all descendants of these patricians gentes, and those Caecilius, Sempronius, Tullius, and many others were borne by those of plebeian status”; e, a partir século III – II a.C., um terceiro nome foi acrescentado, especialmente na elite romana: o *cognomen*, o sobrenome: o *cognomen* derivava, em boa parte das vezes, de apelidos ou qualidades pessoais dos indivíduos; o sobrenome de Cícero, por exemplo, derivava da palavra latina *cicer*, cujo significado era grão-de-bico (Hölkeskamp, K.J. (2008). Under the Roman Roofs: Family, House and Household. In: Flowers, H. *The Cambridge Companion to the Roman Republic*. London: Cambridge University Press, p.119).

considerado aristocrata (*nobilis*¹²) dentro da sociedade romana¹³. Ademais, vale acrescentar que fora da esfera familiar as relações estabelecidas de todo não valiam: dentro da *gens* os *pater familias* tinham direito legal sobre os filhos (homens); fora, entretando, essa regra não valia: “the son was subject to the father within the household, but in political duties and rights he stood on a footing of equality”¹⁴. Com o crescimento da sociedade romana (proporcionado em parte pelas conquistas de novos territórios), as relações sociais sofreram algumas importantes mudanças: a quantidade de cidadãos sob um mesmo *pater familias* aumentou a medida que escravos tornaram-se libertos e cidadãos se tornaram clientes desse líder familiar. As relações de clientelismo tiveram uma profunda importância para a sociedade romana da época de Cícero, pois, quanto maior a quantidade de clientes, maior o poder que um aristocrata possuía.

A sociedade romana era dividida, ainda, em dois grupos dicotômicos: patrícios e plebeus. Como consta em Forsythe¹⁵, a origem desses dois grupos é tão

¹² Sobre a questão da *nobilis*, precisamos tomar um certo cuidado em afirmar que *nobilitas* se traduzia, no geral, por aristocracia: se tomarmos como exemplo a teoria de Mommsen, temos que todos os patrícios, mesmo aqueles que passaram a ser plebeus (em um processo chamado *transitio ad plebem*) e plebeus que se elegeram para magistraturas com *imperium* eram considerados *nobilis*. A teoria de Mommsen, entretanto, foi refutada por Gelzer, que pontuou que *nobilitas* eram apenas aqueles cujas famílias haviam tido um cônsul. O método utilizado por Gelzer para refutar Mommsen consistiu em analisar nos textos ciceronianos aqueles que eram por ele chamados de *nobilis*: o que ele constatou foi que todos que eram intitulados dessa forma eram descendentes de ex-cônsules. Ademais, quando Gelzer analisou um fragmento do texto de Lívio, este obteve uma nova informação; quando um plebeu se tornava cônsul, seus descendentes assumiam automaticamente o título de *nobilis*. Brunt, todavia, pontua que a visão de Mommsen acerca do tema pode não estar de todo equivocada: Lívio, por exemplo, trata todos os patrícios como *nobilis*, o que nos indicaria que, em tempos remotos, todos os patrícios eram automaticamente *nobilis* (Brunt, P.A. *Nobilitas and Novitas*. London: *The Journal of Roman Studies*, 1982, v.72, pp.1-17: p.1-2).

¹³ Mommsen, 1862: 65. Ademais, Mommsen acrescenta que os casamentos aceitos nessa camada da sociedade eram casamentos entre membros dessas *gens*; casamentos fora dessas *gens*, entretando, eram considerados ilegais, não concedendo participação nesse nicho da sociedade.

¹⁴ Mommsen, 1862: 66. Acrescentando algumas informações relevantes ao presente estudo, podemos colocar que essa estrutura familiar que data desde o início da História de Roma, foi utilizada de maneira propagandística quando do final da República: a visão de que a estrutura familiar representava ideais de austeridade, inocência e simplicidade foi utilizada no final do século I a.C. para criticar a situação em que se encontrava a República de expansão territorial e das riquezas. Catão, o Censor defendia a posição de que as riquezas advindas da forte expansão territorial pela qual passou Roma durante o século III e II a.C. corromperam os bons costumes da sociedade (Hölkeskamp, K.J. (2008). *Under the Roman Roofs: Family, House and Household*. In: Flowers, H. *The Cambridge Companion to the Roman Republic*. London: Cambridge University Press, p.115).

¹⁵ Forsythe, Gary (2005). *A Critical History of Early Rome: From Prehistory to the First Punic War*. California: Berkley University Press.

antiga quanto a própria cidade de Roma¹⁶. Conforme a lenda, o fundador mítico da cidade, Rômulo, escolheu entre os seus cem homens que comporiam o Senado, sendo os descendentes desses os patrícios; por outro lado, todos aqueles que não descendiam desse grupo tornaram-se plebeus. Para além dessa tradição mítica, os estudiosos apontam que a diferenciação de cidadãos entre patrícios e plebeus se deu na origem da Monarquia Romana, sendo esta de caráter econômico bem como em relação à influência desses.

Por volta do século III e II a.C., dezenove eram as principais *gens* patrícias: Aemilii, Claudii, Cloelii, Cornelii, Fabii, Folii, Furii, Julii, Manlii, Nautii, Papirii, Postumii, Quinctii, Quinctilii, Sergii, Servilii, Sulpicii, Valerii e Venturii. Os plebeus compunham um grupo mais heterogêneo, mas que pode ser dividido da seguinte maneira: 1. Proletários (*proletarii*) sem propriedades (principalmente proletários sem terra), 2. Pequenos proprietários e artesãos, 3. Famílias ricas¹⁷ cujos membros aspiravam os cargos que historicamente eram destinados apenas aos patrícios.

A essas famílias plebeias com posses foi vetada a participação nos cargos mais importantes da República Romana, como o consulado¹⁸, o senado (e por

¹⁶ Cornell tem uma teoria distinta à de Forsythe: o surgimento da classe dos plebeus é muito mais recente do que a datada por Forsythe, a saber, o ano de 494 a.C. Nesse ano um grande grupo de cidadãos romanos, oprimidos pelas dívidas, pela pobreza bem como pelo descaso das ordens mais abastadas com suas causas, promoveu um êxodo em massa da cidade de Roma para o Monte Sagrado, êxodo que ficou conhecido como *Secessio Plebis*. Nesses movimentos pela garantia de direitos bem como por melhores tratamentos, esses cidadãos se uniram em uma ordem heterogênea, criando sua própria Assembleia, o *concilium plebis* presidida por dois Tribunos; Cícero argumenta que a criação de um cargo com dois representantes, coisa similar ao consulado, tinha por objetivo afrontar o poder dessa instituição. O termo, continua Cornell (1997), deriva da palavra grega *plēthos*, cujo significado é massa, multidão (Cornell, T.J. (1997). *The Beginings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (1000-264 B.C.)*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p. 256-257).

¹⁷ Pode-se citar que as seguintes famílias plebeias encontravam-se nesse status: Aquilii, Cassii, Cominii, Genucii, Junii, Minucii, Sempronii, Sestii, Scclii e Volumnii. Ademais, haviam famílias cujo status era duvidoso: Aebutii, Aternii, Curiatii, Curtii, Geganii, Herminii, Horatii, Larcii, Lucretii, Menenii, Numicii, Pinarii, Romilii, Tarpeii, Tarquinii, Tullii e Verginii (Forsythe, 2005: 157).

¹⁸ Precisamos levar em consideração que as teorias acerca do veto de participação plebeia aos cargos mais elevados das magistraturas romanas bem como ao Senado não é unânime entre os estudiosos. Cornell (1997), por exemplo, pontua que os nomes que constam no *Fasti Consular*, ou seja, na lista de cônsules eleitos, contém nomes plebeus. Um exemplo disso é Lúcio Júnio Bruto – Lucius Junius Brutus – considerado pelos antigos como o fundador lendário de Roma e que detinha um nome plebeu: Junii era o nome de uma família plebeia proeminente no início da República Romana. Quanto a esse fato, podemos apontar duas teorias: a primeira diz respeito a um rito antigo, o *Transitio ad Plebem* que consistia na adoção de um patrício por uma família plebeia; o patrício assumiria o status de plebeu, podendo concorrer aos cargos do Tribunato, bem como seus descendentes seriam considerados plebeus. Isso tornaria possível para um mesmo clã, nesse caso os Junii, ter linhagem plebeia e patrícia ao mesmo tempo. A segunda teoria é que plebeus, em alguns casos, possuíam nomes patrícios: quando um escravo era liberto, era comum que este assumisse o nome do patrício que o concedeu a liberdade e, em momentos quando o *gens* morria

consequência o nicho mais interno e que detinha maior poder, a *nobilitas*) bem como nos cargos religiosos. Esse veto à participação política dos plebeus provocou uma série de embates entre esses e os patrícios: cansados de apenas partilhar das decisões políticas por meio do voto e ansiosos por ocupar cargos públicos (em especial os de maior importância), os plebeus organizaram uma greve geral e, no ano de 494 a.C., um êxodo em massa da cidade de Roma. Essa pressão fez com que a plebe ganhasse um cargo político para si: o tribunato da plebe, cujos tribunos, em número de dois¹⁹, eram eleitos dentro da própria classe e teriam por função a defesa dos interesses dessa. Pouco depois, a fim de auxiliar os tribunos em suas funções, foi criado o cargo de edil da plebe. A organização política dos plebeus, ademais, era feita de acordo com os distritos da cidade: cada um votava em seu distrito²⁰, o que não só facilitaria a participação de todos nas reuniões mas também proporcionava uma maior sondagem em relação às propostas.

As resoluções obtidas nas reuniões plebeias, presididas por ao menos um dos tribunos, eram redigidas e apresentadas em forma de *plebiscitum*. Mesmo assim, o *plebiscitum* não tinha, todavia, força de lei: como não seguiam os padrões rituais estabelecidos pelo costume, isto é, como não tinham o apoio de um magistrado competente que seguiria os ritos religiosos das cerimônias (*auspicia*), os *plebiscitum*, fora das reuniões plebeias não tinham poderes para executar os desejos e anseios dessa ordem²¹. A partir de 449 a.C., quando do consulado de Lúcio Valério e Marco Horácio, em teoria os plebeus conquistaram a vitória de ter o

(por falta de descendentes), os nomes sobreviviam através desses plebeus que carregavam esses nomes – podemos colocar aqui que quatro nomes proeminentes na República eram divididos entre patrícios e plebeus: Claudius, Servilius, Veturius e Sempronius. Quando uma dessas *gens* patrícias morria e seus descendentes sobreviviam como plebeus, estes poderiam requisitar para si o ancestral cônsul que lhe permitiria participar das eleições consulares. Portanto, há divergência entre os estudiosos acerca da ideia de veto à participação de plebeus em cargos elevados. Com isso, sinalizamos um cuidado em tratar a plebe como um oposto aos patrícios ou como um grupo que surgiu a fim de afrontar o poder tradicional desses; é importante ter em mente que a ordem dos plebeus surgiu como um grupo heterogêneo e de maneira independente, cujo objetivo primário era o de garantir para essa ordem seus direitos (Cornell, T.J. (1997). *The Beginings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (1000 to 264 BC)*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.252-256).

¹⁹ Segundo Pisão, historiador do século II a.C., o cargo de tribuno da plebe passou de dois para cinco a partir do ano de 471 a.C.; já para Lívio e Dionísio, o número de tribunos passou de 2 para cinco já no primeiro ano em que foi criado, ou seja, em 494 a.C.; Ademais, segundo Lívio o cargo passou de cinco tribunos para dez no ano de 457 a.C. (Cornell, 1997: 259).

²⁰ Para Cowell (1967), esses distritos eram estabelecidos através das tribos originais de Roma (Cowell, F.R. (1967) *Cícero e a República Romana*. Lisboa: Editora Ulisseia Limitada, p.198).

²¹ Do latim *ordo* (*ordinis*): "A body of people having the same political or social status, an order, class; amplissimus ~ o, the senate. B. a professional body. C. (spec.) the senate or ruling body of a municipality (Bryan-Brown, A.N. (1968). *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Clarendon Press, p.1267).

Tribunato considerado sagrado, o que daria a este o caráter de lei; na prática, todavia, a função permaneceu apenas consultiva, não conseguindo passar nenhuma lei que beneficiasse essa ordem. Cansados de ter suas tentativas de participação vetadas pelos patrícios e passando por graves problemas estruturais no que toca às terras e a fertilidade destas, os plebeus não tiveram outra alternativa senão optar por uma nova rebelião: no ano de 287 a.C., boa parte dos plebeus aderiu ao êxodo de Roma, agravando a situação calamitosa pela qual passava a República²². A ditadura foi estabelecida, sendo escolhido para o cargo Quinto Hortêncio: percebendo que havia uma única saída viável para a questão, Hortêncio decidiu passar uma lei que concedia aos plebeus direitos políticos mais amplos; os *plebiscitum*, a partir dessa data, tinham força de lei e, como resultado direto, o cargo dos tribunos ganhou uma grande importância na política romana²³.

Políbio²⁴, ademais, acrescenta que era função dos cidadãos um aspecto muito importante da vida em sociedade: a concessão de honrarias e a condenação em casos de transgressão das leis por parte daqueles que ocuparam cargos mais elevados da política romana (era de função da população punir cônsules corruptos, por exemplo). Na posição de tribunos, esses magistrados poderiam condenar a morte qualquer um que ameaçasse sua posição²⁵. Ademais, a partir do momento em que a plebe ganhou espaço político, os tribunos absorveram para si funções legislativas e executivas, podendo vetar medidas propostas. O veto, chamado de *intercessio* deu aos tribunos grande poder político na República. Cornell²⁶ acrescenta que o poder de *intercessio* concedido pela santidade do cargo de tribuno

²² A República Romana passava, já no final do século IV a.C., por um período de crise agrária: a baixa fertilidade da terra acentuava a crise econômica. Ademais, medidas impopulares impostas pelo Senado aumentavam o descontentamento dos plebeus – como medidas impopulares podemos citar: a restrição ao arrendamento de terras do tipo *ager publicus* para 500 *jugera* (aproximadamente ¼ de acre); em 357 a.C., ademais, o Senado ainda criou um novo tipo de imposto, cobrado sobre àquele que libertasse seus escravos, o que restringia, por consequência, o número de clientes vinculados ao *pater familias* (Cowell, 1967: 201). Ainda sobre a questão agrária, podemos argumentar que esta é uma das questões centrais da História Romana, sendo causa de grandes embates entre patrícios e plebeus. A questão da distribuição das terras públicas ocupou o centro das questões agrárias, tendo os plebeus tentado aumentar a cota de terras a que tinham direito a receber desde o início da República (Cornell, 1997: 270).

²³ Cowell, F.R. (1967) *Cícero e a República Romana*. Lisboa: Editora Ulisseia Limitada, p.202.

²⁴ Políbio (1923). *The Histories* Vol. III. Translated by W.R. Paton. London: Loeb Classical Library, p.301.

²⁵ Os tribunos detinham esse poder pois seu cargo era considerado sacrossanto, de acordo com a *Lex Sacrata* (Cornell, 1997: 259).

²⁶ Cornell, T.J. (1997). *The Beginnings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (1000 to 264 BC)*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.260.

foi usado largamente durante os últimos anos da República: essa medida podia vetar qualquer tipo de medida, tornando-se uma arma de negociações nas mãos dos tribunos. Sula, no ano de 81 a.C., aboliu o *intercessio*, diminuindo drasticamente o poder do cargo.

A fim de evitar uma digressão muito extensa, optamos por analisar apenas as instituições políticas da Monarquia que foram absorvidas pela República²⁷. O grego Políbio²⁸, escrevendo no século II a.C., nos fornece um valioso relato sobre a constituição romana e como esta funcionava: se alguém observasse o poder somente do Senado, acreditaria que a República Romana era uma aristocracia; se todavia olhasse apenas para o consulado, diria que era uma monarquia; agora, se olhasse somente para o tribunato da plebe, acreditaria que a República Romana era em verdade uma Democracia. Para além da discussão de se Políbio estava correto em afirmar que o consulado representava uma Monarquia, ou que Políbio ignorou certos aspectos da sociedade romana deliberadamente a fim de salvar sua teoria, o fato é que o autor grego nos forneceu valiosas informações sobre o funcionamento da República Romana: a divisão do poder era feita em três esferas – o consulado, o Senado e o tribunato da plebe, ou seja, o povo (Políbio, *Histories Book VI*, 1923: 297).

²⁷ Podemos considerar a seguinte cronologia quando nos referimos à Monarquia e à República: Segundo Momigliano (2008), profundas mudanças ocorridas na Grécia durante os anos de 850 e 700 a.C. foram levadas à Itália através de comerciantes: a ideia de Cidades-Estado foi rapidamente absorvida na Itália, demonstrando que teorias antigas sobre uma cidade grega na Península Itálica eram plausíveis. De todo modo, podemos pontuar que a cidade de Roma foi fundada, segundo Fabio Pictor (possivelmente o autor mais antigo de Roma), em 748; Políbio estabelece 751 como data provável; já Ático (amigo de Cícero) e Varrão, pontuavam que essa ocorreu em 753 a.C. Como data de fim da Monarquia e início da República podemos indicar o ano de 509 a.C.: esse ano marca o início de uma revolução; segundo Drummond (2008), o estupro de uma mulher casada de nome Lucrecia (casada com Tarquínio Colatino), por parte do filho do rei Tarquínio, o soberbo, Sexto, irrompeu uma conspiração encabeçada por Colatino e L. Iúlio Bruto, que culminou na expulsão de Tarquínio e sua família, considerado o último rei de Roma. Quanto ao fim da República e início do Império, um grande debate ainda ocorre sobre uma data: há quem defenda que quando César venceu a Guerra Civil e derrotou a oposição dos pompeianos, a República tem seu fim; há ainda aqueles que defendam que a vitória de Augusto sobre Antônio, ocorrida no ano de 31 a.C. (na Batalha de Áccio); há também quem defenda que a República tem seu fim apenas no ano de 27 a.C., quando da nova organização proposta por Augusto ao Senado Romano (Drummond, 2008: 173; Momigliano, 2008: 52-83; Scullard, 2010: 178-179).

²⁸ Autor grego Políbio, escritor do século II a.C. foi levado a Roma como prisioneiro depois da derrota da Liga Aqueia frente ao poderio romano. Políbio, por ser dotado de grande inteligência, ficou sob os cuidados dos Cipiões, família de grande importância na República. Presenciou a vitória de Roma sobre Cartago, dando como explicação para essa vitória a constituição romana: por ser mais bem elaborada e por estar funcionando de maneira plena, a constituição romana permitiu que a República enfrentasse todos os obstáculos impostos pela guerra e a vencesse (Políbio (1923). *The Histories* Vol. III. Translated by W.R. Paton. London: Loeb Classical Library).

Políbio²⁹, ademais, pontua que a estrutura da República havia sido formulada a fim de evitar a supremacia de alguma das três esferas: o tribunato da plebe tem seu poder freado pelo Senado, concedendo (ou não) o *senatus consultum*³⁰ aos senadores. Ademais, medidas que aumentem ou diminuam o poder do Senado só poderiam ser aprovadas através do tribunato; O Senado e o tribunato contêm o poder dos cônsules a medida que todas as suas operações (sejam políticas ou militares) precisam ser aprovadas pelo povo bem como pelos senadores. Outrossim, na condição de chefe militar, o cônsul precisava fornecer a suas tropas os suprimentos necessários, que era o Senado que permitia ou não a concessão de provisões ao exército; O tribunato, por sua vez, representando o poder do povo, deveria respeitar os membros do Senado, tanto no público quanto no privado. Ademais, era o Senado a instituição que cuidava da justiça, organizando os julgamentos civis, o que dava a essa instituição grande poder sobre os cidadãos. Vale, nesse momento da dissertação, analisar o funcionamento dessas três instituições de poder. Sobre as demais magistraturas romanas³¹, ver Anexo 1.

A primeira das instituições analisadas é o consulado. Quando da dissolução da Monarquia e da reorganização política que culminou com a República, as principais *gens* da cidade de Roma escolheram dentro dos seus dois magistrados que chamaram de cônsules: desde esse princípio remoto a magistratura do consulado era anual. Eleitos pela *comitia centuriata*, que correspondia ao exército das centúrias, obtinham o poder de comando do exército romano – *imperium*.

²⁹ Políbio, *Histories Book VI*, 1923: 303-309.

³⁰ Com o *senatus consultum*, o Senado pôde decretar a pena capital à qualquer indivíduo ou investigar os crimes contra o Estado, por exemplo (Políbio, *Histories Book VI*, 1923: 305).

³¹ Podemos pontuar que a história das magistraturas romanas é tão antiga quanto a própria República. Estas surgiram da necessidade de aliviar os cônsules de suas pesadas cargas de trabalho, visto que, no princípio da República, os cônsules absorviam para si todo poder civil e boa parte do poder religioso; para tirar do consulado a observância das contas e administração públicas, foi criada a magistratura da questura: dois eram os questores eleitos a fim de absorver essa função originalmente do cônsul; a censura foi criada com o propósito de efetuar o censo de quantos habitantes havia na cidade bem como os bens que possuíam, para melhor cobrar os impostos e convocar soldados para o exército romano. A magistratura da censura era de extrema importância e, geralmente, cidadãos de maior prestígio e mais velhos ocupavam esse cargo (o censor escolheria até os novos membros do Senado; o cargo da pretura, por sua vez, aliviava o cônsul da necessidade de cuidar dos pormenores da justiça (pela grande reponsabilidade e prestígio dos dois cargos, os patrícios conservavam para si a censura e a pretura); a edilidade era, todavia, diferente das outras magistraturas: o edil era, em princípio, um auxiliar dos tribunos da plebe, cuja tarefa era a de cuidar das questões da cidade e sua preservação, cuidando da conservação dos esgotos, ruas, templos, mercados bem como cuidar das festas populares. Para uma análise mais detalhada das responsabilidades de cada magistratura, ver Anexo 1 (Cowell, F.R. (1967) *Cícero e a República Romana*. Lisboa: Editora Ulisseia Limitada, p.215-216).

Durante breve período do início da República os cônsules detiveram o poder civil absoluto bem como a direção do exército, abdicando, a partir do início dos anos 400 a.C., de certas funções, absorvidas por outras magistraturas romanas. Segundo Políbio³², o cônsul era responsável por todos os assuntos da República, sendo autoridade para todas as magistraturas e para o Senado, mas não detinha poder sobre o tribunato da plebe³³ e eram responsáveis por levar embaixadas estrangeiras ao Senado, executar os decretos populares, realizar as preparações da República para a guerra, indicar tribunos militares e, em situações de combate, detinham o poder de vida e morte sobre os soldados. Quando da expansão romana e da criação de províncias, os cônsules ficaram responsáveis pelas principais (e mais rentáveis) províncias romanas. Eram, desse modo, os chefes da República, sendo o consulado a magistratura que representava a maior ambição política dos romanos; mas, para ocupar esse cargo o político os cidadãos deveria preencher alguns pré-requisitos estabelecidos no *cursus honorum*³⁴: em 180 a.C. ficou estabelecido que, para estar apto a assumir o cargo de cônsul, o político deveria ter ao menos 42 anos de idade e, a partir de 196 a.C., a pretura tornou-se pré-requisito para assumir o consulado³⁵.

Já o Senado, instituição de extrema importância durante o final do século I a.C. tem um papel fundamental nas crises e conflitos pelos quais passou a República Romana a partir da conquista da hegemonia no século II a.C.. A instituição do Senado Romano surgiu, como dito, durante a Monarquia, como resposta à necessidade de consulta, por parte dos *pater familias*, a seus pares em

³² Políbio, *Histories Book VI*, 1923: 297.

³³ Também não detinham poder sobre os Ditadores, que configuravam uma magistratura esporádica, concedida à alguém de renome em momentos de extremo perigo para a República. O ditador era escolhido pelos cônsules para ocupar o cargo por apenas seis meses, nos quais teria poder (a ele era concedido *imperium*) sobre todas as demais magistraturas, incluindo o Senado e o tribunato da plebe. Para auxiliá-lo na função ainda era nomeado um *magister equitum* (mestre cavaleiro); a partir do final do século III a.C., os ditadores passaram a ter suas medidas reguladas pelo tribunato da Plebe. Vale lembrar que Sula e César ocuparam esse cargo quando de seus respectivos domínios da República (81 e 48 a.C.). Essa magistratura não fazia parte do *cursus honorum* (Brenan, 2006: 64).

³⁴ O *cursus honorum*, ou curso honorífico, foi estabelecido em 180 a.C. através da *Lex Villia Annalis*. Sula, durante sua ditadura, reforçou essa lei, a fim de evitar que homens muito jovens alcançassem os cargos mais importantes da República e, com isso, ganhassem para si muito poder. Com Sula ficou estabelecido que nenhum homem poderia assumir a questura antes dos trinta anos de idade, a pretura antes dos trinta e nove e o consulado antes dos quarenta e dois; ademais, nenhum político poderia assumir o mesmo cargo duas vezes em menos de dez anos (Scullard, 2010: 70).

³⁵ Brenan, Corey T (2006). *Power and Process Under the Republican "Constitution"*. In: Flower, Harriet. *The Cambridge Companion to the Roman Republic*. London: Cambridge University Press, p.31-65.

situações importantes; dessa necessidade surgiu a ideia de que o rei também deveria consultar seus mais importantes súditos em questões da Monarquia: “the king had to consult in all affairs not of a purely military or purely judicial kind, was called the Concil of the Elders (*Senatus*)”³⁶. Esse grupo de conselheiros do rei, exclusivamente patrícios³⁷ durante os primeiros séculos da República, se tornou peça chave na Monarquia, passando a ser absorvido pela República Romana como forma de balanço de poder. No princípio da História da República a estrutura política era mais simples, muito porque a República Romana não era grande tampouco diversa em relação a população, tornando a atividade política mais elementar; as magistraturas, eleitas pelo povo, davam conta das necessidades da República, sob o controle rígido do Senado (que correspondia aqui a uma assembleia consultiva); a estrutura era bastante equilibrada. Com o crescimento da República, dado através das guerras de defesa/conquista (que expunham-a um perigo extremo), e a diversificação das atividades políticas e econômicas, o Senado tornou-se cada vez mais responsável por tomar decisões chave. Como argumenta Cowell³⁸ “inevitavelmente o Senado, a única fonte permanente de informação, transformou-se igualmente numa fonte de autoridade”.

A autoridade do Senado, entretanto, não derivava de nenhuma lei, senão do costume: por mostrar-se um corpo ativo em momentos de perigo à República Romana, o Senado ganhou gradualmente a autoridade para continuar tomando

³⁶ Mommsen, Theodor (1862). *History of Rome* - Volume 1. London: Cambridge University Press, p.70. Acrescentando a discussão, o Senado no período da Monarquia não era apenas um concílio ao qual o rei consultava quando bem entendia: já nesse período essa instituição política era permante e tinha um papel bem delimitado em aconselhar o rei nas mais diversas questões; era formado, originalmente, por membros de cada *gens* e, por consequência, o número de membros do Senado era equivalente ao número de *gens* e a posição era vitalícia (Mommsen, 1962: 71).

³⁷ Sobre essa questão da exclusividade patrícia ao Senado, podemos acrescentar que nem todos os estudiosos estão de acordo com essa afirmativa: Cornell (1997), em seu livro *The Beginings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the First Punic War (1000-264 B.C.)* demonstra que, devido à ausência de textos antigos que corroborem a visão de que o Senado era composto unicamente por patrícios nos força a descartar teorias sobre o veto de plebeus a essa instituição. Ademais, Cornell argumenta que, do século V ao início do século III a.C., o Senado não detinha o prestígio bem como o poder que vimos a partir da metade do século III até o final da República: até meados do século III a.C. as resoluções do Senado não tinham força de lei e não poderiam nem se reunir a não ser quando um magistrado os convocasse. Com as guerras de defesa/conquista, que jogaram Roma em períodos de extremo perigo, o Senado cada vez mais foi impelido a tomar decisões chave que garantiriam a defesa da República; por meio da tradição e não da lei, o Senado tornou-se a instituição com maior nível de poder de decisões em Roma (Cornell, T.J. (1997). *The Beginings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (1000 to 264 BC)*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.245-248).

³⁸ Cowell, F.R. (1967) *Cícero e a República Romana*. Lisboa: Editora Ulisseia Limitada, p.178-179.

decisões em nome do povo. A partir do século III a.C., 300 homens compunham o *corpus* senatorial em caráter vitalício, a maior parte desses eram patrícios proprietários de terras. De todo modo, conforme aponta Scullard³⁹, nem todos os senadores possuíam o mesmo nível de poder e influência: um nicho interno, formado pela *nobilitas*, comandava a parte mais importante das decisões. Essa *nobilitas* era formada por um pequeno grupo de políticos advindos de um número restrito de família com ancestrais que ocuparam o cargo de cônsul. Para se ter uma ideia de quão restrito era esse grupo, de 233 a 133 a.C. (quando Tibério Graco foi eleito Tribuno da Plebe), 159 de 200 cônsules pertenciam a 26 *gentes*. Aqueles que todavia conseguiam se eleger ao consulado e não pertenciam a essa *nobilitas* eram chamados de *homo novus*: os poucos *homines novus* que obtinham sucesso nas eleições consulares davam a seus descendentes o título de *nobilis*. Scullard⁴⁰ ainda acrescenta

[...] A slightly greater number of 'outsiders' might gain a lower magistracy and access to the Senate, but they would not be able to exercise much influence there, because the business of the House was arranged in such a way as to give greater control to senior members who had held the higher (curule) magistracies. Thus the effective management of the State rested in the hands of some twenty or less families: they supplied the men who commanded the armies governed the provinces, and by guiding senatorial policy shaped the destiny of Rome and the world (Scullard, 2010: 5).

Por fim, o Senado tinha por atribuições o cuidado com o erário público bem como a administração do rendimento público, controlando quem pagaria quanto de impostos; cuidavam, também, das propriedades públicas, como as minas, o *ager publicus*⁴¹, a extração de sal (cuja concessão era destinada aos investidores privados pelos censores), bem como da Casa da Moeda. O Senado ainda era o responsável por conceder poderes absolutos aos cônsules, o *senatus consultum ultimum* bem como permitir ou não o Triunfo daqueles generais vitoriosos.

³⁹ Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.5.

⁴⁰ Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.5.

⁴¹ O *ager publicus* correspondia a um tipo específico de terras públicas que eram de propriedade da República e se destinavam à exploração por parte dos cidadãos romanos. Essa questão das terras públicas causou, durante o final do século II ao século I a.C., uma série de embates entre a aristocracia dominante, visto que muitos foram aqueles que se aproveitaram indevidamente das terras públicas, forçando um colapso dos pequenos produtores de terras. O embate se intensificou sob o tribunato dos irmãos Graco. Para mais informações acerca do tema, ver: Roselaar, Saskia T. (2010). *Public Land in the Roman Republic: A Social and Economic History of Ager Publicus in Italy, 396-89 a.C.* London: Oxford University Press.

Feita essa breve digressão acerca das estruturas políticas e sociais da República, podemos argumentar, em um primeiro momento, que a guerra fez parte da vida da República Romana desde sua gênese. Não há consenso entre os estudiosos, entretanto, sobre como se deu a expulsão da família real dos Tarquínios e o início de um novo regime político⁴². De todo modo, podemos pontuar que duas são as teorias sobre esse evento: há aqueles que apontam para uma série de fatores internos à Monarquia Romana (como é o caso do estupro de Lucrecia, supracitado) e que teriam forçado a aristocracia a conjurar a expulsão do rei e sua família. Essa teoria vai de encontro com as razões dadas por autores antigos para o fim da Monarquia; há quem aponte como causas prováveis causas para o fim da Monarquia causas externas: evidências arqueológicas⁴³ apontam para um período de violência por volta do início dos anos de 500 a.C. visto em boa parte da Península Itálica (principalmente no centro da Península).

Em Roma, podemos destacar que o período de tensões políticas pela Península foi marcado pela invasão da cidade por Lars Porsena, rei da cidade Etrúsca de Clúcio⁴⁴; a invasão, conforme pontua Cornell⁴⁵, deve ter sido sentida como uma verdadeira humilhação para os romanos; duas são as teorias acerca

⁴² Precisamos olhar para a questão de ser a República um regime político com bastante cautela. Se observarmos a assertiva de Cícero em relação ao que era a República, veremos que essa definição se afasta de um sentido de regime, sistema político e se aproxima de uma acepção de associação: "Así, pues, la cosa pública (República) es lo que pertenece al pueblo; pero no es todo conjunto de hombres reunido de cualquier manera, sino el conjunto de una multitud asociada por un mismo derecho, que sirve a todos por igual. La causa originaria de esa conjunción no es tanto la indigencia humana cuanto cierta como tendencia asociativa natural de los hombres, pues el género humano no es de individuos solitarios, sino que fue engendrado de suerte que, en el concurso de todas las cosas..." (Cícero, Sobre la República, Libro I, 39, 1991: 62-63). Nessa passagem de Cícero, percebe-se que a República extrapola o sentido de regime ou sistema político, sendo, aí sim, uma associação livre de indivíduos sob um mesmo conjunto de leis que funcionariam de forma semelhante para todos. *Res publica* ou, em uma tradução livre a "coisa pública", indica para as questões que afetavam e pertenciam a todos os cidadãos.

⁴³ Sobre a questão da violência e a agitação ocorrida no início do ano de 500 a.C., Cornell nos trás algumas interessantes informações: "The half century from c. 525 to 475 BC was a period of turmoil and unrest in central Italy. The evidence hints darkly at political upheavals, violent changes of regime, tyrannies and the anarchic conflicts of warlords supported by private armies. The impression given by the written sources is borne out by archeology. In Etruria a number of settlements, mostly smaller urban centres, disappeared at this time, either abandoned or destroyed. The most notable victims were the 'seigneurial' centres at Acquarossa and Murlo, which were sacked at the end of the sixth century" (Cornell, T.J. (1997). *The Beginings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (1000 to 264 BC)*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.293).

⁴⁴ Cornell, T.J. (1997). *The Beginings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (1000 to 264 BC)*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.293.

⁴⁵ Pouco se sabe sobre a história da invasão de Lars de Porsena a Roma e o que se apresenta nas fontes antigas é um relato parte verdadeiro, parte mítico. Portanto, precisamos tomar certo cuidado em relação aos eventos dessa invasão.

desse evento: a primeira, defendida desde a Antiguidade, colocava que Porsena tinha por objetivo restaurar Tarquínio, o Soberbo, ao cargo de Rei de Roma. A bravura de Horácio Clocles, Múcio Scavola e Cloelia (personagens semi-míticos da história) fez com que Porsena desistisse da empreitada de invadir Roma e atacasse a Liga Latina. O rei de Clúcio foi, então, vencido na Batalha de Arícia pela Liga Latina sob liderança de Roma; Momigliano⁴⁶ tem uma opinião distinta sobre os eventos: fontes do século I a.C., argumenta ele, provavelmente apoiadas em alguma fonte ainda mais antiga de origem Etrusca, apontam para o fato de ter Lars Porsena realmente invadido Roma por volta do ano de 508/507 a.C., mas não para restaurar os Tarquínios ao poder de Roma, senão como uma subjugação de um novo território; Momigliano argumenta que a aristocracia romana já havia conjurado e retirado Tarquínio do trono, mas se já haviam eleito algum cônsul é incerto. A expulsão de Porsena de Roma só foi possível pois os romanos tiveram auxílio da Liga Latina⁴⁷. Uma vez restaurada a soberania sobre seu território, Roma passou a buscar novamente a hegemonia sobre os povos latinos, criando um novo período de conflitos armados.

Conforme consta em Cornell⁴⁸, Roma era uma potência já na época dos últimos reis: detinha a hegemonia sobre as outras comunidades latinas bem como se encontrava em igualdade em relação às maiores cidades da Etrúria e da Campânia; ademais, mantinha relações comerciais e diplomáticas com Cartago (potência do Mediterrâneo) e com Massália (colônia grega). Quando da expulsão do rei de Roma e de sua família, dando fim à linhagem dos Tarquínios, a Liga Latina investiu contra a recém inaugurada República, buscando colocar fim ao domínio romano. Na Batalha do Lago Regilo, ocorrida no ano de 499 a.C.⁴⁹, Roma venceu e

⁴⁶ Momigliano, Arnaldo (2008). *The Origins of Rome*. In: Walbank, F.W. *The Cambridge Ancient History Vol. VII: The Rise of Rome to 220 B.C.* London: Cambridge University Press, p.94-95.

⁴⁷ Na Enciclopédia Britânica encontramos uma explicação interessante e compacta sobre o que era a Liga Latina: esse agrupamento de comunidades Latinas foi criado no final do século VI a.C. com o objetivo de formar uma oposição à hegemonia romana na região. Com a queda da Monarquia Romana, essas comunidades, percebendo a boa oportunidade, se uniram contra o poderio romano, formando a Liga Latina. (Enciclopædia Britannica, Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Latin-League>, Acesso em: 25 de setembro de 2017).

⁴⁸ Cornell, T. (2008). *Rome and the Latium to 390 B.C.* In: Walbank, F.W. *The Cambridge Ancient History Vol. VII: The Rise of Rome to 220 B.C.* London: Cambridge University Press, p.94-95.

⁴⁹ Não há um consenso sobre quando ocorreu a Batalha do Lago Regilo: Cornell argumenta que a data mais provável é o ano de 499 a.C. para o início da Batalha. Vale pontuar, entretanto, que o autor do século I d.C., Tito Lívio, aponta como início para a Batalha o ano de 496 a.C. A guerra contra os povos latinos durou até o ano de 493 a.C. (Cornell, T.J. (1997). *The Beginnings of Rome*:

enterrou a oposição dos povos latinos reunidos na Liga, estabelecendo um acordo diplomático com essas comunidades: deveria haver colaboração mútua entre ambas as partes, cada uma defendendo a outra em situações de ataque; para tanto, seria formalizada uma aliança militar entre Roma e os povos latinos. Esse evento é interessante para mostrar que desde o momento em que estava desenhando sua nova organização política, a República Romana já se via envolvida em novos conflitos armados, conflitos estes que tiveram consequências importantes: mais para defender seu território que como medida organizada, a República Romana passou a investir contra seus vizinhos latinos a fim de preservar sua existência. O resultado disso foram intensos conflitos armados que culminaram com a hegemonia definitiva da República Romana sobre a Península Itálica⁵⁰.

Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (1000 to 264 BC). Abingdon-on-Thames: Routledge, p.293)

⁵⁰ Vale aqui acrescentar algumas informações sobre esses primeiros embates enfrentados pela República Romana. Como escreveu Políbio, “No sane man goes to war with his neighbours simply for the sake of defeating his opponent, just as no sane man goes to sea merely to get to the other side, or even takes up a technical skill simply for the sake of knowledge. All actions are undertaken for the sake of the consequent pleasure, good, or advantage” (Políbio, *Historys Book III*, 1922: 12). Nessa passagem do Livro III de suas *Histórias*, Políbio se referia à expansão romana, que, no período em que o autor grego escrevia, estava em pleno andamento. A aliança entre a Liga Latina e o povo romano, firmada depois da Batalha do Lago Regilo, por exemplo, foi estabelecida para fazer frente às investidas de outros dois povos latinos, a saber, os Volcos e os Équos. Durante boa parte do século V a.C. a República Romana se empenhou em guerras contra esses dois povos, mas a medida que o poder da República aumentava, diminuía a frequência de guerras contra esses dois povos (de 494 a 455 a.C. todos os anos tiveram novos embates entre esses três adversários; a partir de 455 as campanhas passam a ficar esporádicas). O povo romano também esteve, durante o século V a.C., metida em conflitos com os Veios, povo que fazia fronteira com a República; a guerra contra esse povo vizinho tinha como causas conquistas econômicas e políticas: ambas objetivavam controlar as rotas ao longo do vale do rio Tibre, que as conectariam com regiões estratégicas. Três foram as guerras travadas contra os Veios, sendo a terceira lutada na própria cidade desse povo. O então ditador M. Furius Camillus foi o responsável pela captura e subjugação da cidade, fato que deu a ele um Triunfo. As terras que antes pertenciam aos Veios tornaram-se *ager Romanus*, ou seja, propriedade do povo romano. A República Romana também se envolveu com a tentativa de expulsão do povo gaulês de nome Senone, que havia migrado para a Península Itálica e buscava tomar para si a cidade de Clusium. O envolvimento romano no assunto se deu quando três de seus embaixadores lutaram ao lado dos soldados de Clusium para garantir a expulsão dos gauleses: o acontecimento fez com que os gauleses voltassem suas atenções à República. Em 390 a.C. os senones tomaram para si a cidade de Roma (depois da derrota desta na Batalha de Allia) que foi forçada a pagar uma grande quantia de ouro para reaver suas terras; o evento foi uma verdadeira humilhação para o povo romano. Vale pontuar esses eventos para mostrar que a expansão romana, longe de ter sido fruto de um projeto bem desenhado, teve por causa nesses primeiros momentos da República, a defesa dos territórios da cidade bem como a garantia de rotas estratégicas de comércio, pois, se observarmos a religião romana, veremos que *ius fetiale* proibia a agressão aos vizinhos latinos com o intuito de ganhar territórios (Cornell, T. (2008). *Rome and the Latium to 390 B.C.* In. Walbank, F.W. *The Cambridge Ancient History Vol. VII: The Rise of Rome to 220 B.C.* London: Cambridge University Press, p.254-255; Cornell, T.J. (1997). *The Beginings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (1000 to 264 BC)*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.299-322; Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.2).

É tido nas fontes antigas, em especial em Políbio, que com a retirada das tropas mercenárias dos senones da cidade de Roma mediante o pagamento de grande quantia de ouro, fato que foi uma verdadeira humilhação à jovem República, os antigos aliados dos romanos passaram a se rebelar em relação à sua dominação, aproveitando-se do momento de fraqueza em que se encontrava a cidade. Para proteger não só sua hegemonia na Península mas também seus territórios, a República Romana contra-atacou, consolidando seu domínio de maneira gradativa. Como pontua Scullard⁵¹, já no ano de 264 a.C.⁵² a República firmou-se como a potência dominante na região, criando uma confederação⁵³ dos povos latinos sob seu comando. O diferencial da expansão romana para outras potências que vieram antes é que a República estava disposta a conceder sua cidadania a boa parte dos povos latinos; aqueles que todavia não receberam o título de cidadão romano, garantiam algumas benesses da aliança com a República Romana. A medida garantia a proteção do poder do povo romano em ascensão, tanto é que por 200 anos a República Romana não vivenciou nenhuma grande revolta na Península Itálica.

O crescimento da República Romana e sua hegemonia na Península Itálica foi sentida como uma ameaça à potência que dominava o Mediterrâneo: Cartago. A expansão de Roma através da Península Itálica, chegando às regiões estratégicas sob o domínio dos cartagineses⁵⁴ forçou um embate entre as duas⁵⁵; o resultado

⁵¹ Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.2. Para um relato detalhado dos eventos ocorridos desde a saída dos senones até a consolidação definitiva de Roma como força suprema, ver: Cornell, T.J. (1997). *The Beginings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (1000 to 264 BC)*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.345. Nesse capítulo, Cornell nos fornece um relato detalhado das guerras pelas quais a República passou até sua consolidação: as três guerras contra os Samnitas (confederação de povos situados ao sul dos montes Aepinos), as guerras contra o rei da Macedônia e do Épiro, Pirro. As monarquias helenísticas viam os povos itálicos como amontoados de bárbaros com pouco desenvolvimento; a situação mudou de figura quando Pirro foi expulso da Península Itálica pelo exército romano (275 a.C.). As relações mudaram também quando Roma derrotou Cartago na Batalha de Zama, consolidando sua hegemonia no Mediterrâneo e modificando as relações geopolíticas.

⁵² Ano no qual Roma conclui a elaboração de alianças (*foedera*) com os povos da Península Itálica.

⁵³ O fato interessante que surge com a criação de uma confederação encabeçada por Roma é que esta dá as bases para política bélica empregada por Roma até Augusto: a concessão de cidadania aos povos latinos tinha uma contrapartida, a saber, a concessão de tropas que lutariam em prol das vontades e necessidades da República. Isso abastecia o exército romano e garantia a política de guerra e expansão (Cornell, T.J. (1997). *The Beginings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (1000 to 264 BC)*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.365).

⁵⁴ Principalmente a cidade da Sicília, porta de entrada no continente europeu para a cidade de Cartago.

⁵⁵ As relações entre Cartago e a República Romana são antigas: em 508 a.C. foi estabelecido o primeiro tratado de não agressão entre as duas potências, onde Cartago não interferiria nos

foram três violentas guerras que modificaram, ao final, a geopolítica da região bem como as estruturas internas da República. Lazenby definiu de maneira interessante as mudanças pelas quais passou a República Romana depois da vitória definitiva sobre Cartago

[...] The wars between Rome and Carthage, the Punic Wars, were arguably the most critical Rome ever fought. Before the first, Rome was a purely Italian power and its forces had never operated outside peninsular Italy; by the end of the last, its armies had fought in Sicily, Africa, Albania, France, Spain, Greece and Turkey, and it had acquired its first provinces in Sicily, Sardinia, Spain and Africa and now dominated the Mediterranean world. After Hannibal's brief appearance before Rome in 211, it was to be over 600 years before a foreign enemy next appeared at Rome's gates (Lazenby, 2006: 225).

De fato, com a vitória definitiva sobre Cartago e a garantia da hegemonia no Mediterrâneo, a República Romana conquistou para si novos territórios, o que significava maior soma de dinheiro fluindo para a República bem como de itens essenciais, como alimentos e minérios por exemplo. Além disso, o triunfo do povo romano sobre o inimigo cartaginês tornou possível o contato com povos distintos e que influenciaram e foram influenciados pela República Romana. Esse contato intenso com novas estruturas sociais e políticas foi visto de maneira negativa por Salústio

[...] Ora, quando a república pelo trabalho e justiça cresceu, grandes reis foram submetidos pela guerra, nações bárbaras e grandes povos subjugados pela força, Cartago, rival do povo romano, foi destruída completamente; quando todos os mares e terras se abriram, eis a fortuna a pôr em cólera e a tudo confundir. Aqueles que tinham, sem dificuldade,

assuntos da República na Península Itálica e a República, por sua vez, se manteria longe dos assuntos do comércio cartaginês no Mediterrâneo. Em 280 a.C., as duas potências se uniram contra um inimigo comum, Pirro, rei do Épiro (sucessor de Alexandre, o Grande). A vitória sobre Pirro mostrou não somente à Cartago mas também para às Monarquias Helenísticas que uma nova potência surgia na Península Itálica, potência essa que tinha a habilidade de fazer frente aos seus respectivos domínios. As relações entre Cartago e a República Romana se deterioraram depois das Guerras Pírricas, tendo como estopim três guerras que ficaram conhecidas como Guerras Púnicas. A Primeira Guerra Púnica, ocorrida entre os anos de 264 a 241 a.C. foi lutada em sua maior parte nas proximidades da região da Sicília, mas com uma incursão romana frustrada ao território cartaginês na África nos anos de 256/255 a.C. A República Romana sofreu fortes reveses, mas saiu vitoriosa desse primeiro conflito armado. A Segunda Guerra Púnica, mais curta em duração mas não menos violenta, ocorreu durante os anos de 218 a 201 a.C. e foi marcada pela investida de Aníbal Barca, filho de Amílcar Barca, contra a República Romana. Duas batalhas foram importantes para a Segunda Guerra Púnica: a Batalha de Canas (Canae – 216 a.C.) foi a batalha com maior número de baixas de um exército em um único dia e foi vencida por Cartago; já a Batalha de Zama, ocorrida em 201 a.C. foi marcada pela investida do general romano Cipião, o Africano contra Cartago no território inimigo, ou seja, na África. A batalha deu a vitória definitiva da República sobre Cartago. Um último conflito foi organizado por Aníbal Barca no ano de 149 a.C., mas em três anos a República encerrou a investida de Aníbal, vencendo a Guerra contra Cartago (Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.3; Matyszak, Philip (2013). *Os Inimigos de Roma: De Aníbal a Átila, o Huno*. São Paulo: Manole, p.22).

suportado fadigas, riscos e situações críticas e penosas, a esses a desocupação, as riquezas, coisas por sinal desejáveis, lhe serviram de peso e aflição. Cresceu, primeiro, a ambição do dinheiro, depois a do poder; elas foram a centelha de todos os males⁵⁶ (Salústio, De Bellum Catilinae, 10, 1921: 16-18).

Salústio, entretanto, não era o único a acreditar que a vitória sobre Cartago e o consequente acúmulo de riquezas trazia problemas para a República: esse reproduzia o pensamento de Catão de Útica, seu contemporâneo, a quem a paz e a prosperidade experimentadas após a vitória sobre o inimigo cartaginês corrompia a moral dos romanos; Catão, por sua vez, foi influenciado por um pensamento ainda mais antigo, visto em autores como Platão, Aristóteles e Políbio⁵⁷. Ademais, nos é interessante perceber que Salústio coloca a origem de todo distúrbio ocorrido no final do século I a.C. em uma guerra. Dessa maneira, a guerra não só é fonte de benesses para o povo romano, mas também é geradora de crise.

Com a vitória sobre Cartago, já nos anos 200 a.C. a República Romana tornou-se hegemônica no Mediterrâneo. Na posição de potência dominante, a República se viu forçada a interferir nos conflitos territoriais de suas aliadas, como foi o caso dos conflitos no Mediterrâneo Helenístico. Em um primeiro momento, a República decidiu não interferir nos assuntos internos dos povos do Mediterrâneo, adotando a política de "liberdade para os gregos"; mas a medida que os conflitos na região se intensificaram, com reis helênicos buscando destronar outros reis helênicos e tomar uma maior quantidade de territórios, inevitavelmente a República percebeu que a região só estaria em estado de paz⁵⁸ se houvesse uma intervenção militar e política na região. Para isso, a República Romana criou a província da

⁵⁶ As citações da fonte serão seguidas, em nota de rodapé, pela versão original em latim. As traduções presentes na dissertação são de nossa autoria com base no texto latino presente nas edições Loeb. Texto original presente na edição Loeb (1921): "Sed ibi labore atque iustitia res publica crevit, reges magni bello domiti, nationes ferae et populi ingentes vi subacti, Carthago aemula imperi Romani ab stirpe interiit, cuncta maria terraeque patebant, saevire fortuna ac miscere omnia coepit. Qui labores, pericula, dubias atque asperas res facile toleraverant, eis otium, divitiae, optanda alias, oneri miseriaeque fuere. Igitur primo imperi, deinde pecuniae cupido crevit; ea quasi materies omnium malorum fuere. Namque avaritia fidem, probitatem ceterasque artis bonas subvertit; pro his superbiam, crudelitatem, deos neglegere, omnia venalia habere edocuit" (Salústio, De Bellum Catilinae, 10, 1921:16-18).

⁵⁷ Ramsey, J.T, (2007). Edited, Introduction and Commentary. In: Sallust's Bellum Catilinae. Oxford: Oxford University Press, p.84.

⁵⁸ Lanço aqui uma pequena provocação: seria mesmo a vontade da República Romana instaurar um estado de paz no Mediterrâneo Helenístico? Estaria o povo romano interessado em algo como um estado de paz em detrimento de um estado de Guerra permanente? Nos parece que mais provável que a República estivesse interessada, em realidade, em evitar qualquer articulação dos povos helênicos sob um só monarca, tornando-se assim uma ameaça à soberania do povo romano na região.

Macedônia e saqueou Corinto, a fim de enviar uma mensagem para todos os povos gregos⁵⁹. Scullard definiu de maneira interessante a posição assumida pela República Romana depois da Segunda Guerra Púnica

[...] Now throughout the length and breadth of the Mediterranean world there was no state that could hope successfully to challenge the dominant power of Rome, who owed not a little to the central position of Italy in the Mediterranean: East and West had been beaten, and the future lay with Rome. She had in fact introduced a political unity into world history such as Alexander the Great and others had dreamed about. This was Rome's great achievement. An acute contemporary Greek statesman, Polybius, realizing this challenging fact, wrote a Universal History covering the years 220-145 B.C. because he could not believe that anyone could be so dull as not to want to know how 'the Romans in less than fifty-three years succeeded in subjugating nearly the whole inhabited world to their sole government – an achievement unexampled in history (Scullard, 2010, p.4).

O apontamento de Scullard⁶⁰ é bastante interessante, pois demonstra que, de maneira irrefutável, a República Romana se tornou a Senhora do Mediterrâneo. De fato, desde os tempos de Alexandre, o Grande, outros tentaram estabelecer uma unidade entre os povos do Mediterrâneo; a República pode não ter firmado uma unidade total de todos os povos que habitavam a região, mas é notável que, a partir da vitória nas Guerras Púnicas, uma estabilidade maior ocorreu. Nem Cartago tampouco as Monarquias Helenísticas detinham poder suficiente para fazer oposição à República Romana que, por sua vez, pode estabelecer sua vontade em relação aos mais variados assuntos.

As guerras contra Cartago também tiveram como consequência um maior contato com regiões até então pouco exploradas pelos romanos. A Hispânia⁶¹, de onde Aníbal lançou seu ataque à Roma durante a Segunda Guerra Púnica, tornou-se uma das maiores conquistas da República, visto que era uma grande provedora de soldados, grãos, bem como matérias primas (principalmente metais preciosos); duas províncias foram criadas, a Hispânia Citerior e Ulterior⁶². Apiano nos traz um

⁵⁹ Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.3-4. A data de criação da província da Macedônia e do saque de Corintio é 146 a.C.

⁶⁰ Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.2.

⁶¹ Para maiores informações sobre a Hispânia, ver: Apiano, Roman History Book VI. Nesse texto, o historiador nascido em Alexandria traz um relato sobre a geografia da Hispânia, os povos que lá habitavam bem como do conflito armado entre os povos da região com a República Romana.

⁶² A região era bastante importante para Roma e, para melhor administrar as duas províncias, foi aumentado o número de pretores na região (seis a partir de 197 a.C.) (Lintott, A. (2008). *The Roman Empire and its Problems in the Late Second Century*. In: Cook, J.A. *The Cambridge Ancient*

relato acerca das guerras enfrentadas pelos romanos na Hispânia e uma dessas histórias em particular nos parece interessante por dois motivos: a violência das ações romanas bem como a sedução que a República exercia nos povos. Quando da quebra de várias promessas feitas pelos Lusitanos ao comandante romano de nome Sérvio Galba, o general organizou uma reunião com esse povo, insistindo que todos comparecessem desarmados; dividindo o povo em três grupos, Galba ordenou que todos, sem exceção, fossem mortos (mulheres e crianças inclusive). O ato foi de tamanha violência que os próprios romanos julgaram impróprio⁶³. Um dos poucos sobreviventes da carnificina de Galba foi Viriato, um pastor lusitano que, em pouco tempo, tornou-se o líder do movimento contra a República Romana, marcado por uma guerra de guerrilha.

Viriato liderou o exército lusitano e venceu diversas batalhas, chocando os generais romanos; mas a guerra foi vencida pelos romanos quando estes mostraram as benesses que a República poderia oferecer: quando os enviados de Viriato, Audax, Ditalco e Minurus, chegaram ao acampamento do general romano Cépio, estes foram tratados com a maior das honrarias, sendo apresentados ao conforto do acampamento romano. Aos enviados foi oferecido uma generosa recompensa pela morte do líder lusitano; sem hesitar, os três assassinaram Viriato. Deu-se fim, dessa forma, à resistência lusitana.

A Gália, por sua vez, mesmo já sendo uma região conhecida dos romanos mesmo antes das Guerras Púnicas, passou a ser alvo dos interesses desses de maneira mais intensa a partir de 201 a 175 a.C., quando a República Romana tornou uma parte da Gália sua província, nomeando-a Gália Cisalpina⁶⁴; Em 125 a.C., quando de um ataque de diversos povos gauleses⁶⁵ contra a aliada de Roma, Massília, forçou o povo romano a intervir militarmente na região e, com a vitória, a República fundou a província da Gália Transalpina. A África, antigo território de Cartago, tornou-se província romana como primeira medida tomada na região: Cipião Emiliano anexou a região ao território romano, deixando para os filhos do Rei

History: The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C. London: Cambridge University Press, p.23).

⁶³ Nas palavras de Apiano: "Thus he avenged treachery with treachery, imitating barbarians in a way unworthy of a Roman" (Apiano, Roman History Book X, 60, p.231).

⁶⁴ Lintott, A. (2008). *The Roman Empire and its Problems in the Late Second Century*. In: Cook, J.A. *The Cambridge Ancient History: The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* London: Cambridge University Press, p.23).

⁶⁵ Entre esses povos, podemos citar: os Ligúrios, Salluvii e os Vocontii.

Massinissa uma parte do território conquistado (conhecido como Numídia); aquelas cidades da África que todavia deixaram de apoiar Cartago para apoiar a República Romana, como foi o caso de Útica, conquistaram não somente a amizade dos romanos como também maiores parcelas de território⁶⁶.

Salústio nos traz em seu livro *Bellum Jugurtha* (também conhecido como *Bellum Jugurthinum*) um relato sobre a Guerra da Numídia. Jugurta, sobrinho do rei da Numídia Macipsa, havia sido soldado romano sob o comando de Cipião Emiliano: no exército romano, Jugurta mostrou uma inquestionável bravura e disciplina, sendo tratado como um verdadeiro romano em batalha. Ao regressar à Numídia, Jugurta encontrou seu tio e rei gravemente enfermo: como os filhos de Macipsa ainda eram muito jovens para governar o reino, Jugurta ficou encarregado de cuidar das funções de rei bem como dos primos Aderbal e Hiempsal. Com pouco tempo no cargo, Jugurta afirmou que o rei estava senil e que todos os decretos que haviam sido aprovados deveriam ser descartados; Hiempsal se aproveitou desse fato para atacar a posição de que ocupava seu primo, declarando-o impróprio para governar. Jugurta então mandou matar Hiempsal. Aderbal, temeroso da violência de seu primo, enviou emissários à Roma a fim de pedir auxílio nessa questão. Roma tomou o lado de Aderbal na situação: Jugurta, então, lançou um ataque à República Romana. Quem foi à defesa de Roma foi o general Caio Mário que, em conjunto com Lúcio Cornélio Sula, capturaram Jugurta⁶⁷: era o fim da Guerra da Numídia.

A história contada por Salústio nos é interessante pela aparição de dois personagens: Caio Mário e Lúcio Cornélio Sula⁶⁸. Caio Mário desempenhou um papel importante na História de Roma quando reorganizou o exército, fato que ficou conhecido como Reformas Marianas. Nascido em Arpinum, cidade próxima à Roma,

⁶⁶ Lintott, A. (2008). The Roman Empire and its Problems in the Late Second Century. In: Cook, J.A. *The Cambridge Ancient History: The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* London: Cambridge University Press, p.16-31).

⁶⁷ O fim de Jugurta, segundo Matyszak, é lendário: algumas fontes comentam que Jugurta, levado à Roma por Mário, foi estrangulado na presença do general romano. Outra lenda diz que este foi deixado em sua cela sem alimentação, morrendo por inanição (Matyszak, Philip (2013). *Os Inimigos de Roma: De Aníbal a Átila, o Huno.* São Paulo: Manole, p.66).

⁶⁸ Caio Mário e Lúcio Cornélio Sula são importantes para a presente discussão também pelo fato de estabelecerem um novo tipo de pensamento em Roma (pensamento mais antigo, mas que é levado às últimas consequências pelos dois generais): a questão do Poder Pessoal. Ambos apoiaram-se em seus exércitos a fim de angariar para si o poder absoluto em Roma; o exemplo estabelecido por Mário e Sula foi influenciador dos conflitos posteriores entre César e Pompeu, Augusto e Antônio. Salústio em seu texto *De Bellum Catilinae* critica fortemente a questão do poder pessoal, que é visto pelo autor como uma das causas do caos na República Romana.

Mário era originário de uma abastada família da região, pertencente a ordem equestre; em Roma exerceu, em um primeiro momento, o papel de soldado sob o comando de Cipião Emiliano na Numântia (Hispania Citerior – 133 a.C.) e, com o auxílio da proeminente família dos *Metelii*, conquistou o tribunato da plebe⁶⁹ no ano de 119 a.C. Em 115 a.C. Mário conquistou a posição de pretor e, um ano depois, foi enviado à Hispania; seu regresso foi marcado pelo casamento⁷⁰ com Júlia, tia de Júlio César: um casamento como esse garantia a Mário um elo com a nobreza romana, fato que favoreceria um homem novo (*novus homo*) como Mário. Durante a Guerra da Numídia, Mário lutou sob o comando de Metelo, mas pediu para ser dispensado a fim de voltar à Roma e concorrer ao cargo de cônsul; com o grande apoio da plebe bem como da ordem dos cavaleiros (*equites*), Mário conseguiu se eleger cônsul para o ano de 107 a.C. O novo cônsul angariou, ademais, mais uma importante vitória política: o povo pressionou o Senado para que Metelo fosse destituído do comando da guerra contra Jugurta, apontando Mário como o sucessor⁷¹. Uma vez na África, cuidando dos preparativos para a guerra, Caio Mário deixou Lúcio Cornélio Sula, questor para o ano de 107 a.C, encarregado dos assuntos da República; no ano seguinte, Sula marchou com uma cavalaria e lutou ao lado de Mário contra Jugurta: a guerra acabou em 104 a.C., mesmo ano em que Mário⁷² Triunfou⁷³ em Roma.

A guerra contra Jugurta ainda expôs uma questão muito delicada da política romana: o suborno e a corrupção. Como Salústio aponta no prefácio de B.J.: “*Romae omnia venalia esse*” ou seja, em Roma, tudo estava a venda. Salústio ainda

⁶⁹ Na posição de tribuno, Mário exerceu forte oposição ao Senado Romano, em especial à *nobilitas*: passou uma lei que limitava a influência de homens poderosos nas eleições das assembleias; quando questionado pelo Senado, ameaçou prender os cônsules Lúcio Aurélio Cota e Metelo Dalmático. Não só Mário havia provocado um embate com o Senado mas também havia perdido o apoio dos *Metelii* (Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.38; Lintott, A. (2008). *Political History, 146-95 a.C.* In: In: Cook, J.A. *The Cambridge Ancient History: The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* London: Cambridge University Press, p.16-31).

⁷⁰ Não há certeza quanto ao ano do casamento de Mário com Júlia, mas é tido que possivelmente ocorreu no ano de 111 a.C.

⁷¹ Scullard argumenta que esse movimento da plebe, que se inicia com Mário, em pressionar o Senado a fim de conceder à alguns generais o comando das províncias foi largamente utilizado por outros generais, como César e Pompeu (Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.42).

⁷² Mário ainda conquistou o consulado para os anos de 104, 103, 102, 101, 100 e 86 a.C.

⁷³ Mário ainda triunfou quando de sua vitória sobre os Teutones e os Cimbrios (povos germânicos). O Triunfo era a expressão máxima da vitória de um general romano. Era concedida a generais quando de uma grande vitória.

complementa sua argumentação acerca da corrupção romana argumentando que a ineficiência dos generais em pôr fim à Guerra contra Jugurta era indicativo de que o nímida havia subornado a todos. Esse fato fez com que a plebe passasse a apoiar Caio Mário e forçasse um embate entre a plebe e o Senado Romano⁷⁴. Com esse apoio, o cônsul conseguiu garantir a aprovação das reformas no exército romano, reformas essas que iam desde o treinamento até a batalha: os soldados teriam um treinamento mais rigoroso, individual, sob as instruções de gladiadores; o número de animais de carga foi reduzido, fazendo com que cada soldado marchasse carregando seus próprios materiais⁷⁵; as Reformas Marianas ainda estabeleceram o recrutamento dos chamados *capite censi*, ou seja, homens sem posse alguma. A medida já havia sido aplicada em tempos anteriores, em situações onde as perdas de soldados tinham sido tão grandes que o recrutamento dos *capite censi* foi necessário. Essa medida teve um efeito profundo na República Romana: alguns generais passaram a convocar os mais pobres da sociedade para preencher suas legiões, fazendo desses novos soldados seus clientes sob a promessa de ganhos de terras. Dessa forma, os soldados foram se tornando cada vez mais leais aos generais a quem serviam que à própria República.

Keaveney⁷⁶ em seu trabalho *The Army in the Roman Revolution* argumenta que Mário de fato empregou alguns costumes relacionados às tropas e criou outros a fim de modificar a composição do exército romano, mas quem realmente teria aplicado essas mudanças e, com isso, conquistado um exército leal a si foi Sula. O lugar-tenente de Mário durante as guerras contra Jugurta pertencia, segundo Plutarco⁷⁷, à uma família patrícia (talvez nobre) cujo ancestral Rufino havia sido cônsul; foi eleito questor durante o primeiro consulado de Mário, indo até a Numídia a fim de levar a cavalaria organizada para a Guerra contra Jugurta. Uma vez na África, tornou-se amigo do rei Boco I, quem entregou Jugurta a Sula em um ato de amizade para com os romanos. Ainda segundo Plutarco, o fato de ter Sula e não Mário capturado Jugurta criou um desconforto entre os dois: quem Triunfou em

⁷⁴ Salústio, De Bellum Jugurtha 8, p.144; Scullard, H.H. (2010). From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.40.

⁷⁵ Salústio argumenta que essa prática foi iniciada não por Mário, mas sim por Metelo (Salústio, De Bellum Jugurtha, 45).

⁷⁶ Keaveney, A. (2007). *The Army in the Roman Revolution*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.6.

⁷⁷ Plutarco (1916). *Plutarch's Lives: Alcebiades and Coriolanus; Lysander and Sulla*. London: Loeb Classical Library.

Roma pela captura do rei númida foi Mário, mas aqueles que todavia já invejavam o cônsul, secretamente atribuíam a vitória a Sula. Isso enfurecia Mário. Mesmo irritado pelos comentários, o cônsul passou a usar a figura de Sula a fim de conquistar o segundo consulado⁷⁸.

O conflito entre as duas figuras irrompia quando Roma passou a se preocupar com os povos da Península Itálica⁷⁹. A chamada Guerra Social foi um conflito entre Roma e seus aliados italianos que, segundo Emílio Gabba⁸⁰ se iniciou em 133 a.C. com as reformas agrárias propostas por Tibério Graco: a proposta forçava uma retomada das terras públicas (*ager publicus*) que se encontravam nas mãos dos italianos bem como de alguns romanos (chamados de *possessores*). No ano de 120 a.C. foi proposto conceder cidadania aos povos italianos a fim de compensá-los em relação às perdas econômicas ocorridas com a Reforma Agrária; ademais, para a classe mais abastada desses povos, a cidadania significaria a participação na política romana, o que poderia garantir vantagens para os povos da região (dessa forma seria possível a eles legislar em causa própria). A proposta, todavia, não virou lei.

Em 91 a.C., no prelúdio do conflito armado entre a República e seus aliados, os italianos ainda tentaram estabelecer um diálogo pacífico com o Senado Romano, buscando a concessão da cidadania. A proposta foi negada, impossibilitando uma saída pacífica da situação. Gabba⁸¹ comenta que os seguintes povos aderiram ao conflito: os Marsi, Paeligni, Vestini, Marrucini, Frentani, Hirpini, Lucani, Samnitas, a população de Pompeia, a população do sul da Campânia, Apúlia, e o povo da Venúcia. Ademais, os Etruscos e do povo da Úmbria lutaram nos primeiros momentos da guerra, deixando-a logo no início. Durante os anos de 90 a 88 a.C. os romanos e seus aliados mantiveram um grave conflito armado que, conforme argumenta Scullard⁸², não teria acabado tão rapidamente se não fosse pela *Lex Iulia*

⁷⁸ Plutarco argumenta que Mário acreditava ser Sula seu inferior, por isso não percebeu que seu legado era um perigo eminente para suas aspirações (Plutarco, *Plutarch's Lives: Alcebiades and Coriolanus; Lysander and Sulla*, I-VI, p.325-337).

⁷⁹ Conflito do qual Sula participou como general na Campânia (Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.57).

⁸⁰ Gabba, E. (2008). *Rome and Italy: The Social War*. In: Cook, J.A. *The Cambridge Ancient History: The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* London: Cambridge University Press, p.104).

⁸¹ Gabba, E. (2008). *Rome and Italy: The Social War*. In: Cook, J.A. *The Cambridge Ancient History: The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* London: Cambridge University Press, p.104.

⁸² Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.57.

de civitate, proposta pelo cônsul L. César e que concedia a cidadania a todos aqueles povos que haviam se rendido à Roma. Ademais, as comunidades que obtiveram a cidadania tornaram-se *municipia* com um governo próprio, mas vinculadas às ordens de Roma.

O final da Guerra Social foi marcado pela consagração de Sula como grande general romano: por sua participação durante o conflito, Sula conseguiu se eleger cônsul para o ano de 88 a.C., lhe sendo designada a província da Ásia e, por consequência, o comando da guerra contra Mitrídates⁸³, rei do Ponto. Mário, temendo o sucesso alcançado por Sula, passou a conjurar com o tribuno da plebe Públio Sulpício para tirar o comando da Guerra Mitridiática de Sula e dar a ele esse direito. Os cônsules, então, exigiram verificar as atividades dos tribunos e P. Sulpício declarou a tentativa de investigação do tribunato ilegal: um conflito armado se instalou no Fórum, forçando Sula a se esconder na casa de Mário. Sula ainda foi humilhado ao ver P. Sulpício se tornar o grande nome em Roma, garantindo a passagem de todas as medidas por ele propostas. O cônsul, então, convocou para Roma o exército que se dirigia para a Ásia, convencendo-os de que uma aliança com ele seria proveitosa. Nesse momento da narrativa, um fato importantíssimo ocorreu: Sula marchou sobre Roma e destriu a oposição de Mário e P. Sulpício. Caio Mário foi declarado inimigo da República Romana, fugindo e se abrigado na África; Sulpício foi morto, traído por um de seus escravos. Todas as leis aprovadas por

⁸³ O oponente de Sula na guerra asiática era um inimigo de grande habilidade e recursos: o reino de Mitrídates IV Eupátor havia sido formado por volta de 200 anos antes de seu governo, em uma região rica em recursos naturais, em especial metais. Seu pai, Mitrídates V estabeleceu uma relação amistosa com os romanos, auxiliando-os quando da guerra contra Aristonico de Alexandria. Mitrídates estabeleceu para si a meta de conquistar o maior número possível de territórios sob seu reinado, fato que o colocou em rota de colisão com Roma: sua área de interesse na Ásia Menor envolvia territórios de reis amigos à República. A ocasião lhe parecia próspera, visto que a República Romana encontrava-se envolvida em duas guerras, uma na África contra Jugurta e outra contra povos germânicos. Em seus movimentos pela Ásia, Mitrídates incitou os povos, declarando “liberdade para os gregos” bem como o cancelamento das dívidas; muitos foram os que apoiaram a iniciativa de Mitrídates, enquanto que aqueles que se opuseram, foram vencidos depois de cercos. Uma vez conquistados boa parte dos povos asiáticos, Mitrídates rumou ao continente. O primeiro embate entre Sula e o rei do Ponto foi marcado pela desvantagem do general romano em relação à Mitrídates: as fontes antigas indicam que a desvantagem do exército sulano era de um soldado romano para três soldados do exército inimigo. Demonstrando grande habilidade na posição de general, Sula conquistou uma importante vitória contra o Rei do Ponto. Ademais, no verão de 85 a.C. Mitrídates encontrou o exército sulano nas proximidades de Tróia, onde os dois estabeleceram um acordo de rendição para o rei do Ponto: este teria de dar à República Romana 70 navios, devolver todos os territórios conquistados na Ásia Menor bem como pagar uma indenização de 2000 talentos. Caso obedecesse todas as medidas estabelecidas, reconquistaria o título de Rei do Ponto e aliado de Roma.

Sulpício foram revogadas e Sula, depois de fortalecer o poder do Senado Romano⁸⁴, partiu para a Guerra contra Mitrídates.

Com a saída de Sula do poder no ano de 79 a.C., o caminho estava aberto para um novo general tomar seu lugar como potência da República. O lugar-tenente de Sula, Pompeu, esteve envolvido em boa parte dos conflitos internos e externos do final da República. Um dos grandes conflitos por ele enfrentados foi durante uma revolta de gladiadores no ano de 73 a.C.⁸⁵ Já em 70 a.C., quando foi eleito cônsul da República em conjunto com Crasso, Pompeu se viu envolvido em uma nova guerra contra Mitrídates, rei do Ponto. Mesmo tendo sido vencido por Sula e forçado a devolver os territórios conquistados, a partir do momento em que a República Romana se deteve em conflitos internos com Sula e Mário, Mitrídates voltou ao seu processo de conquista, tomando o controle da região da Criméia. Seus exércitos foram mais uma vez ampliados chegando, segundo as fontes antigas, a até 150 mil homens e 400 navios. O Rei do Ponto tornou-se novamente um problema para a República, fazendo com que Pompeu fosse enviado a fim de derrotá-lo: a *Lex Manília* proposta pelo tribuno da plebe Caio Manílio e apoiada por Cícero, dava a Pompeu o controle da guerra na Ásia. Pompeu derrotou o exército de Mitrídates, forçando-o a fugir e buscar abrigo no reino de seu filho, Macares, que recusou receber o pai e mandou matá-lo. Mitrídates morreu no ano de 63 a.C.⁸⁶. Esse fato nos é interessante por mostrar como funcionava a política romana: mesmo tendo consciência de que a guerra contra Mitrídates daria a Pompeu não somente poder mas riquezas, o que o destacaria ainda mais na República, Cícero optou por apoiá-lo, mas esse apoio não foi concedido de graça; ao apoiar Pompeu, Cícero garantia

⁸⁴ Enquanto o poder do Senado era fortalecido por Sula, o tribunato, entretanto, foi enfraquecido: os assuntos do povo deveriam passar pela *comitia centuriata*, debilitando o peso do voto do mais pobres e fortalecendo o dos mais ricos (pois a medida restaurava a antiga forma de votação, onde prevaleciam o voto dos que mais posses tinham) (Seager, R. Sulla. In: Cook, J.A. *The Cambridge Ancient History: The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* London: Cambridge University Press, p.173).

⁸⁵ Espártaco, gladiador originário da Trácia e treinado em Cápua, organizou uma fuga bem sucedida do campo de treinamento de gladiadores e, com uma grande comitiva, refugiou-se no Monte Vesúvio. No início da revolução de Espártaco, alguns poucos gladiadores e escravos fugidos o seguiram; mesmo com um pequeno número, o exército de Espártaco conseguiu derrotar as forças enviadas pelo Senado. O exército do gladiador cresceu significativamente a medida que este ganhava fama pela República. Lúcio Licínio Crasso e Cneu Pompeu Magno foram encarregados de derrotar o exército de Espártaco, saindo vitoriosos do conflito (Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68.* Abingdon-on-Thames: Routledge, p.79).

⁸⁶ Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68.* Abingdon-on-Thames: Routledge, p.82-87.

para si o apoio de um dos personagens mais poderosos de Roma, o que lhe concederia vantagens em campanhas eleitorais. Nesse breve evento temos a oportunidade de observar os processos políticos que marcaram a História da Política na República.

Ainda podemos mencionar uma última Guerra que marcou a República Romana: a conquista da Gália por Júlio César. Quando César se elegeu cônsul romano para o ano de 59 a.C. a ele foi concedido o comando proconsular as “florestas e pastagens”⁸⁷. César, segundo consta em Suetônio, teria ficado furioso com o desacato do Senado em lhe conceder tão pífia⁸⁸ província e, afim de garantir para si algo mais lucrativo, passou a conjurar com Pompeu para que sua vontade fosse concedida. Conseguindo garantir uma outra província melhor para atuar como governador, César optou pela Gália Cisalpina e, por consequência, garantiu também o Ilírico. Mais tarde, lhe foi concedida também a Gália Transalpina. As operações do exército de César na Gália duraram do ano de 58 a.C. até o ano de 49 (quando este cruzou o Rubicão, dando início à Guerra Civil). Acerca desses conflitos armados, temos o texto escrito pelo próprio Júlio César, onde o general descreve as operações ocorridas na região bem como nos traz um relato sobre os povos e a geografia da região.

Mas, após expor todos esses conflitos pelos quais passou a República Romana, algumas questões ainda permanecem sem resposta: por que os romanos se empenharam em tantas guerras ao longo dos anos? Qual era o papel da guerra para os romanos do período republicano? Harris⁸⁹, em seu texto *War and Imperialism in Republican Rome* nos traz alguns interessantes indicativos com os

⁸⁷ Suetônio O Divino Júlio, 19, p.37. Suetônio argumenta que a nada usual província foi dada a César por medo de boa parte dos senadores do ganho de poder que teria César em uma província mais rentável. “Dos dois outros aspirantes ao consulado, Lúcio Luceio e Marcos Bíbulo, César fez aliança com o primeiro, tendo ficado pactuado que este, por gozar de menor popularidade e ter muitos recursos, forneceria dinheiro a cada centúria em nome dos dois. A par dessa aliança, os aristocratas, tomados de medo de que César, elevado à suprema magistratura com um colega com as mesmas ideias e em sintonia com seus atos, não deixaria de a tudo se atrever, recomendaram a Bíbulo que fizesse as mesmas promessas e a maioria deles contribuiu com dinheiro; nem mesmo Catão chegou a discordar de que essa liberalidade fosse útil ao Estado. E assim César foi eleito com Bíbulo. Por igual razão os aristocratas se empenharam para que fossem atribuídas aos futuros cônsules províncias, onde nada teriam que fazer, isto é, de florestas e pastagens (Suetônio (2007). *Divino Júlio*. São Paulo: Estação Liberdade, p.37).

⁸⁸ “Por igual razão os aristocratas se empenharam para que fossem atribuídas aos futuros cônsules províncias, onde nada teria que fazer, isto é, de florestas e pastagens” (Suetônio (2007). *Divino Júlio*. São Paulo: Estação Liberdade, p.37).

⁸⁹ Harris, W. (2006). *War and Imperialism in Republican Rome: 327-70 a.C.* Oxford: Clarendon Press.

quais podemos desenhar uma resposta para as perguntas. Harris afirma que, durante o período por ele analisado – 327-70 a.C. – a República Romana declarou e lutou guerras todos os anos (com exceção de alguns anos atípicos), ou seja, todas as primaveras os romanos organizaram-se e partiram para um conflito armado com um ou mais povos: a República Romana encontrava-se em permanente conflito⁹⁰. De pronto muitos autores creditaram esse estado de guerra constante como fruto de um sistema econômico: os ganhos econômicos motivavam as guerras permanentes. Contudo, ao ler o trabalho de Harris, concordamos que a questão econômica resolve apenas parte do problema: os generais bem como os soldados não arriscariam suas vidas, ano a ano, somente para garantir lucro⁹¹ a eles e à República.

A formação de um adolescente, para além dos estudos intelectuais, consistia em adquirir o máximo de experiências de batalha⁹² se esse aspirasse a cargos públicos⁹³: era esperado de um cônsul uma sólida experiência na liderança dos exércitos bem como nos procedimentos de batalha. Portanto, desde muito jovem os romanos tinham um extenso contato com a arte da guerra. Segundo consta em Políbio⁹⁴, nenhum cidadão romano poderia obter cargos políticos se não tivesse completado dez anos de serviço militar⁹⁵. Uma vez cônsul, o comando militar que exercia nessa magistratura era, segundo Mommsen⁹⁶, o cerne das atividades do

⁹⁰ Harris ainda acrescenta que, segundo as fontes antigas, a República Romana só não esteve envolvida em batalhas durante esse longo período em quatro ou cinco anos. Esse dado nos é indicativo de um estado permanente de conflito (Harris, W. (2006). *War and Imperialism in Republican Rome: 327-70 a.C.* Oxford: Clarendon Press, p.11-12).

⁹¹ Entendemos que os ganhos de ordem econômica também desempenhavam um importante papel na participação em tantos conflitos, mas pretendemos aqui apontar para outros fatores que faziam com que generais e soldados fossem com tanta frequência para os campos de batalha.

⁹² O adolescente aristocrata adquiria noções acerca da arte da Guerra bem como de comandos militares (Harris, W. (2006). *War and Imperialism in Republican Rome: 327-70 a.C.* Oxford: Clarendon Press, p.14).

⁹³ Em especial, o cargo de cônsul exigiria do cidadão um profundo conhecimento de todos os aspectos da guerra bem como do comando de exércitos.

⁹⁴ Políbio, Book VI, 19, 1923: 311-313.

⁹⁵ Há um sério debate sobre o comentário de Políbio acerca dos dez anos de serviço militar: Mommsen argumenta que esse tipo de regra já não se encontrava vigente no ano de 214 a.C.; Ademais, o próprio Mommsen argumenta, em conjunto com outros historiadores, que é mais provável que, a fim de estar apto a cargos políticos, o cidadão deveria participar de ao menos dez campanhas militares (Harris, W. (2006). *War and Imperialism in Republican Rome: 327-70 a.C.* Oxford: Clarendon Press, p.11-12; Políbio, Histories Book VI, 1923, p.311).

⁹⁶ Mommsen, Theodor (1862). *History of Rome - Volume 1.* London: Cambridge University Press, p.257.

consulado: os cônsules eram investidos de *imperium*⁹⁷ e, portanto, detinham o comando dos exércitos romanos.

Se a questão econômica representava apenas parte da justificativa de guerra, o que mais se colocava como razão para tantos conflitos? Políbio nos dá uma indicação de resposta no Livro XXXII

[...] The senate heard them with much attention and were highly indignant at the stubbornness and rudeness of the Dalmatians; but their chief motive for the action was that for several reasons they thought the time a suitable one for making war on the Dalmatians. For to begin with they had never once set foot in those parts of Illyria which face the Adriatic since they expelled Demetrius of Pharos and next they did not at all wish the Italians to become effeminate owing to the long peace, it being now twelve years since the war with Perseus and their campaigns in Macedonia. They, therefore, resolved by undertaking a war against the Dalmatians both to recreate, as it were, the spirit and zeal of their own troops, and by striking terror into the Illyrians to compel them to obey their behests (Políbio, Book XXXII, 1968: 255).

O argumento de Políbio é que, a prolongada paz experimentada pelos romanos depois das campanhas na Macedônia efeminava os espíritos dos soldados, o que significa que não fazer guerra mantinha a disciplina dos soldados em perigo. Se pensarmos que a efemidade era contraposta pela virilidade, para os romanos chamada de *virtus*, pode-se pensar que para Políbio a paz comprometia a *virtus*⁹⁸ do exército romano, conceito central da guerra para os romanos. Ademais, a guerra serviria para manter a harmonia na sociedade romana, pois os conflitos externos varriam as tensões internas entre as ordens sociais “para baixo do tapete”⁹⁹.

Além de Políbio, Cícero também nos traz uma importante indicação sobre as razões pelas quais os romanos se envolviam em guerras de maneira incessante

[...] A primeira coisa que recomendo para um jovem que esteja a busca de glória (*gloria*) é que ele procure conquistá-la, se puder, no serviço militar;

⁹⁷ *Imperium*: “Poder soberano, supremo poder, autoridade máxima, domínio, soberania, magistratura. Comando militar”. O *imperium* era concedido àquelas magistraturas com supremo poder no Estado Romano (consulado, ditadura, tribuno militar com poderes consulares e mestre de cavalaria) bem como a governadores e propretors (Enciclopædia Britannica, Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/imperium-Roman-law>, Acesso em: 5 de outubro de 2017; Rezende & Bianchet (2016). *Dicionário do Latim Essencial*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, p.173).

⁹⁸ *Virtus* era um conceito central na vida dos romanos. Por *virtus* podemos entender: “força física do homem, vigor do homem. Coragem, vigor, energia. Qualidades morais: virtude, perfeição, mérito, valor”. No contexto do século I a.C., *virtus* tinha por setindo “coragem, valentia” e, para Grillo, o termo podia extrapolar a supracitada definição, sendo empregado para descrever aqueles que aplicavam coragem e valentia na proteção da República. Em suma, *virtus* era termo masculino, utilizado em contexto de Guerra (Rezende, A.M.; Biachet, S.B. (2016). *Dicionário do Latim Essencial*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p.450; Grillo, L. (2012). *The Art of Caesar’s Bellum Clivile. Literature, Ideology and Community*. Cambridge: The Cambridge University Press).

⁹⁹ Serrati, J. Warfare and the State. In: Sabin, P. Wees, H.V.; Withby, M. *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare*, vol.1 (Greek, The Hellenistic World and the Rise of Rome), p.484.

muitos de nossos antepassados (*maiores*) se destacaram como soldados, porque a guerra era quase contínua naquele período. No período de nossa juventude, entretanto, a guerra era tal que um lado era muito prolífico no crime e o outro no fracasso¹⁰⁰ (Cícero, *De Officiis* Book II, 45, 1913: p.215).

Cícero, nesse parágrafo de *De Officiis* toca em um ponto central da guerra: a relação dessa com a *Gloria*, entendida aqui em um sentido de “fama, glória, reputação; desejo de glória, vaidade, orgulho”¹⁰¹. Outrossim, *laus* (louvor) também figurava entre as razões pelas quais um general ou um soldado entraria em uma guerra. Por *laus* compreendemos aqui os sentidos de “valor, reputação. Mérito, estima, consideração”¹⁰². Dois seriam, então, os elementos que moviam generais e soldados a praticar guerras: *Laus* e *Gloria*. A distinção entre os dois termos é singela, mas marcante: *laus* era o degrau mais baixo, enquanto a *gloria* era o andar mais elevado na reputação de um cidadão; assim, a forma mais elementar de se conquistar essas gratificações era, principalmente no século III e II a.C.¹⁰³, através da guerra. Ademais, cremos que o argumento de Serrati¹⁰⁴ no artigo *Warfare and the State* sintetize muito bem o que representava *laus* e *gloria* para os romanos

[...] The other major factor which facilitated Roman conquest was the political system of the Republic. In third and second century Rome there was as yet no difference between a politician and a general, and the greatest exploit of any Roman aristocrat with political ambitions was victory in battle. Warfare was the surest way of achieving *dignitas, gloria and laus*, and the consul, who had but one year in office. Always had to make sure that he had equal access to the glories of his predecessors. Due to the brief period for which every office lasted, Roman politicians spent most of their years out of the office and merely as senators, and thus the authority and dignity that they had won as commanders were vital for them to exercise influence over assemblies and over their peers. The Romans may have vigorously competed with each other for political office, but at the same time they respected nothing more in their fellow senators than military achievement.

¹⁰⁰ Texto original presente na edição Loeb (1913): “Prima igitur est adulescenti commendatio ad gloriam, si qua ex bellicis rebus comparari potest, in qua multi apud maiores nostros exstiterunt; semper enim fere bella gerebantur. Tua autem actas incidit in id bellum, cuius altera pars sceleris nimium habuit, altera felicitatis parum (Cícero, *De Officiis* Book II, 45, 1913: p.214).

¹⁰¹ Rezende & Bianchet (2016). *Dicionário do Latim Essencial*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, p.158.

¹⁰² Rezende & Bianchet (2016). *Dicionário do Latim Essencial*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, p.209; Andrews, E.A. (1891). *Harper's Latin Dictionary: A New Latin Dictionary*. New York: Harper & Clarendon Press, p.1044.

¹⁰³ Se tomarmos o exemplo de Cícero, veremos uma mudança de paradigma em curso durante o século I a.C.: Cícero se destacou dentro do cenário político romano não como general que venceu uma guerra, ou conquistou uma nova província; sua vitória foi dentro do campo político interno da República, dando fim a uma conjuração. Por seus serviços prestados à proteção da República, Cícero foi condecorado como Pai da Pátria (*Pater Patriae*) e atingiu a maior *dignitas, laus e gloria*. Se nos séculos anteriores o caminho para conquistá-las era através do serviço militar, o século I a.C. é marcado pela presença de políticos com alto nível de *dignitas, laus e gloria*.

¹⁰⁴ Serrati, J. *Warfare and the State*. In: Sabin, P. Wees, H.V.; Withby, M. *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare*, vol.1 (Greek, The Hellenistic World and the Rise of Rome), p.486.

Hence, warfare was necessary means towards political advancement (Serrati, 2008: 486).

Como vemos em Serrati, a forma mais certa de se alcançar a *Gloria* e a *Laus* eram através da guerra; além dos termos já previamente citados, a autora acrescenta um novo conceito que também era cobiçado pelos cidadãos romanos e que os faziam participar de guerras: *Dignitas*; esse conceito era empregado para descrever aqueles que eram dignos, distintos. Outras aplicações do termo também podem ser: “pessoa de alto posto, colocação; pessoa de alta importância, honrosa”¹⁰⁵. A *dignitas* era aplicada aos cidadãos mais honrosos da República, sendo ainda mais elevada e cobiçada que a *Gloria* (a *gloria* era transitória ao passo que a *dignitas* era permanente). Outrossim, se pensarmos que a *dignitas*, a *gloria* e a *laus* eram concedidas aqueles cidadãos que garantissem à República ganhos, benefícios e proteção às suas estruturas, nada mais garantido que conquistá-las nas guerras visto que os ganhos a que a República angariava com as conquistas militares eram bastante expressivos. A guerra, portanto, pelas benesses que trazia à República, era a maior fonte de destaque pessoal para os cidadãos.

Para o aristocrata, portanto, as vitórias na guerra traziam a *laus*, *gloria* e *dignitas*, que, por consequência, geravam, nas palavras de Harris¹⁰⁶, “political advantages” o que significa dizer que as conquistas militares abriam os caminhos para as conquistas políticas, como a eleição em cargos, por exemplo. A *laus*, a *gloria* e a *dignitas* também geravam ganhos econômicos, o que acarretava uma facilidade maior em preservar as qualidades conquistadas: a fim de garantir o reconhecimento, generais ergueram para si prédios públicos e monumentos, que eternizavam suas vitórias.

A forma suprema como um general era condecorado com a *laus*, *gloria* e principalmente com a *dignitas* era demonstrada através do Triunfo: nele, o general atingia o grau máximo de reconhecimento por seus feitos para com a República. O Triunfo consistia no desfile dos generais vitoriosos pelas ruas da cidade até o Templo de Júpiter (Monte Capitolino), onde este ofereceria um sacrifício para os deuses. Beard¹⁰⁷ comenta que, ao longo de toda História Romana foram concedidos

¹⁰⁵ Bryan-Brown, A.N. (1968). Oxford Latin Dictionary. Oxford: Clarendon Press, p.542.

¹⁰⁶ Harris, W. (2006). *War and Imperialism in Republican Rome: 327-70 a.C.* Oxford: Clarendon Press, p.31.

¹⁰⁷ Beard, M. (2009). *The Roman Triumph*. London: The Belknap Press of Harvard University Press.

mais de 300 Triunfos. O Triunfo, dessa forma, expunha a vitória do general para o maior número de pessoas, que veriam o chefe do exército desfilar em uma suntuosa carruagem mostrando os espólios de guerra conquistados, bem como os prisioneiros e escravos capturados.

Por fim, os ganhos econômicos eram parte importante que moviam os romanos à guerra constante, sendo até exibidos pelo general durante o Triunfo. Escravos que trabalhariam nas mais diversas funções na República, novas terras cultiváveis, alimentos, riquezas que financiariam as próximas guerras, tudo isso movia os romanos. Mas esse aspecto fazia parte da expectativa mais importante que movia a República à guerra, a saber, a conquista de sucesso militar.

2.2 CONIURATIO: DEFINIÇÃO DO TERMO E NARRATIVAS

Se podemos afirmar que a guerra é um dos pontos centrais da vida romana (senão o ponto principal), ao analisar a história da República Romana, percebemos que um elemento obscuro também encontrava-se no centro das relações políticas: a conjuração (*coniuratio*). Primeiramente, usaremos o termo conjuração e não conspiração¹⁰⁸, por julgar que o primeiro é mais fiel ao significado empregado nas narrativas antigas, em especial na narrativa por nós analisada, o *De Bellum Catilinae*. Novamente recorreremos ao dicionário a fim de buscar uma tradução para o termo latino *coniuratio*: em uma tradução simples, o significado é conspiração, conjuração. Buscando mais afundo, encontramos o seguinte significado: “jurar juntamente, estar de acordo com; conluir-se; mancomunar-se. Conspirar, tramar”¹⁰⁹. No dicionário Harper’s¹¹⁰ encontramos uma explicação bastante detalhada do termo *coniuratio* – conjuro “To swear together by an oath: I. In a good sense (rare but class)... II. In a bad sense: To form a conspiracy or plot, to conspire... Conjurati: conspirators”.

¹⁰⁸ *Conspiratio* é um termo mais genérico, tendo por significado: “a blowing or breathing together; an agreement in feeling or opinion, union, unanimity, concord, harmony... plotting, plot, mutiny, conspiracy”. Sendo um termo mais genérico e menos empregado e respeitando a narrativa de nosso autor, Salústio, onde esse faz uso da palavra *coniuratio*, optamos por não nos referir ao evento como conspiração, mas sim conjuração (Andrews, E.A. (1891). *Harper’s Latin Dictionary: A New Latin Dictionary*. New York: Harper & Clarendon Press, p.436).

¹⁰⁹ Torrinha, F. (1942). *Dicionário Latim-Português*. Porto: Porto Editora.

¹¹⁰ Andrews, E.A. (1891). *Harper’s Latin Dictionary: A New Latin Dictionary*. New York: Harper & Clarendon Press.

Pagan¹¹¹ argumenta em seu trabalho *Conspiracy Narratives in Roman History* que a História Romana é marcada, já em sua gênese, por conjurações: em Lívio encontramos a história da misteriosa morte do fundador lendário de Roma, Rômulo, quem teria sido morto quando alguns senadores conjuraram a fim de assassiná-lo

[...] Haviam aqueles, creio eu, que secretamente comentavam que o rei havia sido retalhado pelas mãos dos senadores, pois esse rumor circulou para fora (de Roma), todavia de modo obscuro; a outra versão que obteve crédito foi consagrada pela admiração desfrutada por esse personagem e pelo medo intenso que sentiram¹¹² (Lívio, Livro I, 16: 58).

No parágrafo anterior ao supracitado, Lívio ainda comenta que o fundador mítico da cidade de Roma era mais querido pelos soldados e cidadãos que pelos próprios senadores. Se analisarmos profundamente o trecho de Lívio supracitado, pensando que o autor escreve no século I d.C., é possível que estivesse tecendo comentários acerca da situação política do final do século I a.C.: Júlio César havia sido morto por um grupo de senadores que conjuraram para retirá-lo do poder; soldados depositavam sua *fides* (fidelidade) nos generais em primeiro lugar, depois na República. É possível que a mensagem de Lívio se relacionasse mais com o século I a.C. e I d.C. do que com a história do fundador mítico de Roma.

De toda forma, percebemos que o início da História da República Romana é marcado pela conjuração, pois autores antigos argumentavam que membros da família dos Tarquínios que não haviam sido expulsos da cidade, conjuraram a fim de restaurar seu trono. Ademais, os autores romanos escreveram largamente sobre histórias relacionadas à conjurações, sendo Salústio um bom exemplo desse fato. A fim de analisar quê papel tinha a conjuração na sociedade romana, vale fazer um passeio sobre a História interna da República Romana: se, em um primeiro momento, enfatizamos os eventos de ordem externa, como as guerras e conflitos pelos quais a República passou ao longo dos séculos, nesse momento da dissertação vale analisar os eventos ocorridos na política romana, ou seja, os conflitos ocorridos entre a aristocracia que governava a República. Ao final, cremos que será válida a digressão, pois obteremos uma noção mais aprofundada da sociedade da época de Cícero, Salústio e Catilina.

¹¹¹ Pagan, V.E. (2005). *Conspiracy Narratives in Roman History*. Austin: University of Texas Press.

¹¹² Texto original presente na edição Loeb (): "Fisse credo tum quoque aliquos qui discerptum regem patrum manibus taciti arguerent; manavit enim haec quoque sed preobscura fama; ellam alteram admiratio viri et pavor praesens nobilitavit" (Lívio, História Romana Livro I, 16, 1967: p.58).

Externamente, a República Romana havia sido modificada com as conquistas territoriais e de poder pelo Mediterrâneo bem como pela Hispânia e Gália. Seu território não se concentrava mais apenas na Península Itálica e os conflitos nos quais a República precisava intervir já não eram mais conflitos entre seus vizinhos. O rápido crescimento do território romano teve como consequência mudanças de ordem interna: as estruturas políticas e sociais da República tiveram de se adaptar a nova realidade imposta pelas conquistas. Se analisarmos apenas partes do texto de Políbio¹¹³ sobre a constituição política do século II a.C., teremos a impressão de que havia uma divisão bem delineada dos papéis que cada instituição assumiria e que o poder era dividido igualmente entre as três (Senado, consulado e tribunato). Na prática, entretanto, podemos pontuar que o Senado Romano foi ocupando o lugar de controle das principais decisões políticas a serem tomadas em momentos chave. Como consta em Cornell¹¹⁴, o Senado segundo o próprio Políbio, controlava as finanças, as atividades militares (abastecimento de tropas, permissão de guerras, por exemplo), as relações internacionais bem como o sistema jurídico; em algumas fontes antigas, tem-se que o Senado Romano controlava, ainda, a religião: se esse for o caso, essa instituição comandava a maior parte das atividades da República.

Para compreender como o Senado¹¹⁵ conquistou a posição de liderança na República precisamos fazer uma breve digressão acerca da história dessa instituição: por volta do ano de 318 a.C. (não há certeza sobre a data) uma importante lei foi aprovada, conhecida como *Lex Ovinia*: se antes dessa o Senado estava vinculado à magistratura da censura, onde o censor indicava os membros

¹¹³ A percepção de Políbio sobre uma divisão equilibrada de poder era acertada quando se analisa os primeiros momentos da República. A partir do século II a.C., entretanto, o Senado paulatinamente foi se configurando como a instituição com maior poder dentro da República (Cornell, T.J. (1997). *The Beginings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (1000 to 264 BC)*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.369).

¹¹⁴ Cornell, T.J. (1997). *The Beginings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (1000 to 264 BC)*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.369.

¹¹⁵ De todo modo, não poderemos deixar de pontuar que as magistraturas, em especial as mais elevadas (consulado por exemplo) ainda detinham grande parte do poder. Dois exemplos ilustram bem o poder que detinham as magistraturas: o Senado não poderia se reunir se não fosse convocado pelo cônsul; Quando da derrota de Cartago, foi Cipião Emiliano quem delineou as fronteiras do território romano na região, destinando uma parcela para o Rei da Numídia, Massinissa, rei leal à República. Em suma, concordamos com a posição de Keaveney de que a República Romana era governada por uma aristocracia que detinha o controle do executivo, do legislativo, judiciário bem como do sistema eleitoral (Lintott, A. (2008). *The Roman Constitution*. In: Cook, J.A. *The Cambridge Ancient History: The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* London: Cambridge University Press, p.42-43; Keaveney, A. (2007). *The Army in the Roman Revolution*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.1).

dessa instituição, a partir da *Lex Ovinia* houve a emancipação do Senado em relação às magistraturas. Na prática essa lei teve uma consequência interessante: destituir, ao longo de um curto intervalo de tempo, as assembleias populares encabeçadas pelas magistraturas¹¹⁶ das decisões acerca das guerras, passando a serem decisões senatoriais. Muito embora a lei tenha servido para aumentar as funções do Senado, vale pontuar que boa parte das atribuições desse, como o controle das finanças, por exemplo, foram concedidas através do costume e não das leis: segundo Scullard¹¹⁷, as boas decisões tomadas pelos senadores quando dos reveses sofridos durante as Guerras Púnicas (em especial durante a Segunda) levaram o Senado a adquirir mais poder que as outras instituições da República

[...] Its steady direction of policy during the dark days of the Hannibalic War had given it great prestige, while the growing complication of foreign policy, when the Romans had to master countless details about the domestic affairs of numbers of Greek cities and states, made the Roman People willing to acquiesce in the Senate taking a lead in foreign affairs and also in financial matter. This the People may have been more ready to do since it was they who elected the magistrates from whom the Senate was normally recruited (Scullard, 2010: 5).

Após a vitória contra Cartago, não sem duras perdas para o lado romano, o Senado, então, passou a liderar as questões tanto internas quanto externas: como vemos na passagem de Scullard, a necessidade de entender as questões internas de povos aos quais antes os romanos não tinham contato intenso bem como de interferir nessas questões fez com que o Senado Romano assumisse uma posição de liderança; Outrossim, a necessidade de controlar e organizar as finanças da República em plena expansão, tarefa árdua e complexa, foi assumida pela instituição vista pelo povo romano como sendo a mais apta: nesse campo, o Senado novamente ocupou uma posição de autoridade. Somente em 133 a.C. haveria um movimento para frear o crescente poder senatorial, movimento esse encabeçado por Tibério Graco.

Mas precisamos levar em consideração que o Senado não era de todo homogêneo: um grupo de destaque era o responsável pela maior parte das decisões

¹¹⁶ O argumento de Cornell nos parece interessante: é possível que no século IV a.C. a República fosse governada não por uma oligarquia coletiva, mas sim por poucos magistrados mais velhos e carismáticos que dominavam as magistraturas e, por consequência, as decisões da República (Cornell, T.J. (1997). *The Beginings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (1000 to 264 BC)*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.371).

¹¹⁷ Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.5.

importantes; o poder de fato encontrava-se nas mãos de uns poucos, conhecidos como *nobilis*. Não há uma definição precisa do termo nos textos antigos e alguns autores contemporâneos discordam entre si sobre quem faria parte desse nicho do Senado Romano. Mommsen¹¹⁸ pontua que seriam integrantes da *nobilitas* todos os patrícios, inclusive aqueles que passaram pelo processo de adoção por um plebeu (*transitio ad plebem*); ademais, ainda segundo Mommsen, fariam parte também os plebeus cujos antepassados ocuparam os cargos de ditador, mestre de cavalaria (*Magister Equitum*), censor, cônsul, pretor e edil da plebe. Gelzer, em seu trabalho *Die Nobilität der Römischen Republik* discorda da teoria de Mommsen: para ele somente fariam parte da *nobilitas* aqueles cidadãos cujos antepassados haviam ocupado o cargo de cônsul. Sua teoria se baseia nos textos ciceronianos¹¹⁹, onde Cícero atribui a nobreza a alguns cidadãos romanos específicos. Gelzer comenta que se analisarmos os nomes a que Cícero atribui a *nobilis* encontraremos um aspecto em comum: todos tinham antepassados que ocuparam o cargo de cônsul¹²⁰.

Concordamos com a teoria de Gelzer¹²¹ de que a *nobilitas* era formada por aqueles cidadãos cujos antepassados haviam ocupado o cargo de cônsul. A quantidade de participantes desse grupo era então bastante restrita, sendo guardado o consulado a um número pequeno de *gens*: como consta em Scullard¹²², até 133 a.C., ano no qual Tibério Graco foi eleito Tribuno da Plebe, 159 dos 200 cônsules eram originários de 26 *gentes*; poucos foram os cidadãos de fora dessas *gentes* que angariaram para si o cargo mais elevado da República e aqueles que conseguiram eram conhecidos como *homines novi*, homens novos. Essas poucas *gentes* comandavam, portanto, as finanças romanas, o abastecimento das tropas, a organização e exploração das províncias bem como a religião; em suma, esse grupo liderava os pontos mais estratégicos da política da República.

¹¹⁸ Mommsen *apud* Brunt, P.A.(1982). *Nobilitas and Novitas*. *The Journal of Roman Studies* (London), vol.72, pp.1-17.

¹¹⁹ Gelzer se baseia em textos como o *Pro Murena*, *Verrinas*, *Pro Milone*, *Pro Pisone* entre outros para elaborar sua teoria; nesses textos, Cícero comenta sobre algumas figuras da política romana e a elas atribui ou não o título de *nobilis*. A lista completa está presente nas páginas 28 a 31 da edição em língua inglesa da obra de Matthias Gelzer (Gelzer, M. (1969). *The Roman Nobility*. Translated with an Introduction by Robin Seager. Oxford: Basil Blackwell).

¹²⁰ Brunt, P.A. (1982). *Nobilitas and Novitas*. *The Journal of Roman Studies* (London), vol.72, pp.1.

¹²¹ Gelzer, M. (1969). *The Roman Nobility*. Translated with an Introduction by Robin Seager. Oxford: Basil Blackwell.

¹²² Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.5.

Mas uma questão permanece ainda sem resposta: de onde vinha o poder desses senadores pertencentes a *nobilitas*? A fonte desse poder é muito similar a do Senado Romano; longe de ser concedido por lei ou pela constituição, o domínio dos nobres advinha do costume, mais precisamente das relações de patronagem. De acordo com Gelzer¹²³, o primeiro a reconhecer o papel central dessas relações de mútuo benefício para a manutenção do sistema republicano foi Fustel de Coulanges¹²⁴ e Gelzer se apoia em seu pensamento para pontuar como se davam essas relações

[...] In the last century of the republic *patrocinium* denoted various relationships: (1) that of the former master to his freedman; (2) that of the pleader in court to his client; (3) that of the distinguished Roman (a) to provinces, *municipia*, colonies, and individual members of these communities; (b) to individuals of lower social standing (Gelzer, 1969: 62-63).

Essas relações entre *patronus* e *cliens*, *patronus* e *libertus* bem como as outras formas de associação de *patrocinium*, mesmo que enfraquecidas no século I a.C. continuavam a ocupar e desempenhar um papel central nas relações sociais e políticas da República. Dizemos enfraquecidas pois, ainda segundo Gelzer, o *patrocinium* presente nos séculos III e II a.C. era muito mais rígido: um cliente tinha por obrigação defender os interesses de seus patrões, de votar em seus patrões ou no candidato desses; em contrapartida, o *patronus* era obrigado a defender seus *cliens* nas mais variadas circunstâncias. Já no século I a.C., entretanto, como comenta Cloud¹²⁵, o aumento da riqueza bem como dos territórios controlados fizeram com que o elo entre as partes fosse debilitado, mas não extinto. Um cliente poderia não mais honrar a obrigação que lhe era imposta e votar em outro nobre ou no candidato desse se lhe fossem oferecidos ganhos financeiros. Todavia, Cloud ainda argumenta que as situações em que os clientes não honraram com as obrigações não eram muito comuns.

Como percebemos, o *patrocinium* tem influência direta no processo eleitoral da República Romana; como a relação se dava em mútuo benefício, os clientes tinham por obrigação votar em seus patrões ou nos candidatos desses. Pensando

¹²³ Gelzer, M. (1969). *The Roman Nobility*. Translated with an Introduction by Robin Seager. Oxford: Basil Blackwell, p.62.

¹²⁴ Gelzer faz referência ao texto de Coulanges intitulado *Histoire des Institutions Politiques de L'ancienne France*, presente na obra *Les Origines du Système Féodal*.

¹²⁵ Cloud, D. (2008). The Constitution and Public Criminal Law. In: Cook, J.A. *The Cambridge Ancient History: The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* London: Cambridge University Press, p.517.

que cada patrão tinha para si uma grande lista de clientes, compreende-se como a *nobilitas* perpetuava sua posição de dominância: àqueles de fora desse grupo a eleição a um cargo mais elevado era dificultada pela concorrência dos candidatos pertencentes as *gentes* dominantes.

Muito embora a República Romana experimentasse um período de rápidos ganhos econômicos devido às conquistas através do Mediterrâneo, a situação interna da República todavia já mostrava sinais de problemas. A situação agrária de República Romana se deteriorou com as Guerras Púnicas por dois motivos: o primeiro é que as guerras ocorridas na Península Itálica, em especial a Segunda Guerra Púnica, destruíram as terras cultiváveis, tendo a elite política romana pouco feito para recuperar a produção desses pequenos agricultores. Precisamos lembrar que esses mesmos produtores foram à guerra lutar contra o inimigo cartaginês na função de soldados, deixando de produzir por esse espaço de tempo; os mais ricos tinham a possibilidade de deixar encarregados para cultivar suas terras, mas os mais pobres deixavam-as à mercê da situação. Além do mais, as constantes guerras a que a República passou a se envolver quando da derrota definitiva de Cartago demandou dos soldados ainda mais tempo ativo em batalha, fazendo com que estes tivessem menos tempo para cultivar suas próprias terras¹²⁶.

O segundo motivo de inquietação social dizia respeito ao *ager publicus*. A elite política, percebendo a pressão a que o pequeno produtor - que desempenhava o papel de soldado durante as inúmeras guerras a que a República estava envolvida - estava exposto, decidiu disponibilizar as terras públicas, *ager publicus*, sem uma distribuição formal a todos aqueles que desejassem cultivá-las; para tanto, quem produzisse nelas teria de pagar uma porcentagem¹²⁷. Na teoria, essas terras eram de propriedade do povo romano, mas na prática os mais abastados dominaram-as, tomando para si as terras mais férteis. Esse monopólio do *ager publicus* foi seguido da utilização massiva de mão de obra escrava, o que agravava a situação: os pequenos proprietários ficavam sem terras e sem perspectiva de trabalho na

¹²⁶ Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.16.

¹²⁷ Lintott (2008) pontua que a porcentagem variava de acordo com a cultura: 10 por cento para grãos e 20 por cento para frutas (Lintott, A. (2008). *Political History*, 146-95 B.C. In: Cook, J.A. *The Cambridge Ancient History: The Last Age of the Roman Republic*, 146-43 B.C. London: Cambridge University Press, p.54).

lavoura. Lintott sintetiza de maneira interessante o grave problema a que a República passava

[...] Historians in this century from Tenney Frank and Rostovtzeff to Tounbee and Brunt have seen the accumulation of *ager publicus* by the wealthy as but a feature of a more general change in the nature of Roman agriculture, the growth of large-scale 'capitalist' exploitation, which affected both public land and that owned by private citizens. The wealth deriving from empire through booty, commerce and private profits of public enterprises (such as tax-contracts and the supply of the army overseas) was concentrated in the hands of the upper classes. They sought to perpetuate and increase this wealth by investing in the agriculture likely to produce the most satisfactory returns (Lintott, 2008: 54).

Como vemos, a exploração do *ager publicus* pela classe mais abastada da sociedade romana é fruto de uma mudança nas formas de agricultura, mudança essa que foi baseada na maneira como os povos helênicos concebiam a produção agrícola¹²⁸: o melhor método era a produção em larga escala e com a utilização de mão de obra escrava. O pequeno produtor não tinha condições de competir com esse tipo de produção, que barateava os custos dos produtos, perdendo seu espaço. Outrossim, a questão da substituição de mão de obra livre por escravos trazia consigo outra questão problemática: Tibério Graco aludia para a injustiça que estava sendo feita para com aqueles que lutaram pela República e que agora eram trocados por escravos; essa troca era nociva pois essa nova mão de obra empregada não poderia lutar em nome da República. Ademais, o processo de seleção dos soldados para o exército romano passava por uma espécie de qualificação dos cidadãos: seriam aceitos aqueles que tivessem propriedades de terra, mesmo que pequenas; caso perdessem essas posses, não teriam a classificação mínima para entrar no exército romano¹²⁹.

Tibério Graco fez mais que apenas apontar para os graves problemas estruturais pelos quais passava a República; como tribuno da plebe, esse se preocupou em reorganizar a agricultura romana, em uma proposta de Reforma

¹²⁸ Esses trabalhos a que Lintott faz referência chegaram à Roma quando do final das Guerras Púnicas, onde o contato com os povos helênicos foi intensificado. Nesses manuais, fazia-se menção às melhores formas de cultivo em larga escala de oliveiras ou uvas para produção de vinho, onde era recomendado o uso de mão de obra escrava; obras como a do cartaginês Mago, traduzido ao latim pelo autor Silano também serviram de inspiração aos romanos para a mudança nas formas de cultivo da terra (Lintott, A. (2008). *Political History*, 146-95 B.C. In: Cook, J.A. *The Cambridge Ancient History: The Last Age of the Roman Republic*, 146-43 B.C. London: Cambridge University Press, p.54).

¹²⁹ Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.19.

Agrária. Antes de Tibério houve uma tentativa de redução dos problemas agrários, onde ficou limitada a quantidade de terras públicas por cidadão em 500 *iugera* (um *iugera* era aproximadamente $\frac{1}{4}$ de acre); na prática, entretanto, aqueles com força política continuaram a possuir mais do que o limite permitido¹³⁰. Esse período, ademais, foi marcado pela intensa atividade do tribunato: em 139 a.C., Aulo Gabínio passou uma lei que determinava que as votações a partir de então deveriam ser secretas. A medida teve um impacto grande nas relações políticas e sociais da República Romana, principalmente no *patrocinium*, visto que ficava mais difícil ao *patronus* cobrar de seus clientes os votos por eles prometidos; houve também uma intensa perseguição aos magistrados no que toca às suas condutas no cargo, como foi o caso de Cipião, o Africano, que foi acusado de má conduta no cargo da censura pelo tribuno Tibério Cláudio Asellus¹³¹.

Em 133 a.C. Tibério Graco foi eleito tribuno da plebe, cargo de elevada importância; sua origem não poderia ser mais nobre: neto de Cipião, o Africano, quem garantiu à República a vitória sobre Cartago, filho de Cornélia, mulher romana reconhecida pelo intelecto e cultura e Tibério Semprônio Graco, eleito duas vezes cônsul – em 177 e 163 a.C. – e censor – em 169 a.C. Tibério Graco teve uma educação exemplar, sendo ensinado por um tutor grego. Dominava, segundo consta em fontes antigas, a arte da retórica. Segundo Scullard¹³², foi em uma de suas viagens para fora de Roma que Tibério percebeu a necessidade de uma profunda reforma agrária: quando viajava pela Etrúria em direção à Hispânia, Tibério pela primeira vez reparou no uso massivo de mão de obra escrava que substituía a mão de obra livre; em um primeiro momento, Tibério engrossou o coro¹³³ daqueles que

¹³⁰ Lintott argumenta que durante o período de Cícero as propriedades eram menores em tamanho – entre 100 a 200 *iugera* – mas alguém com poder político poderia possuir várias propriedades desse tamanho (Lintott, A. (2008). *Political History*, 146-95 B.C. In: Cook, J.A. *The Cambridge Ancient History: The Last Age of the Roman Republic*, 146-43 B.C. London: Cambridge University Press, p.56).

¹³¹ Lintott, A. (2008). *Political History*, 146-95 B.C. In: Cook, J.A. *The Cambridge Ancient History: The Last Age of the Roman Republic*, 146-43 B.C. London: Cambridge University Press, p.60.

¹³² Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.22

¹³³ Quem se posicionava contra o uso massivo de mão de obra escrava em detrimento de mão de obra livre, segundo Scullard, era: Ápio Cláudio Pulcher, cônsul no ano de 143 a.C.; Públio Licínio Crasso Muciano, cônsul em 131 a.C.; M. Fúlvio Flaco, cônsul em 125 a.C.; C. Papírius Carbo, cônsul em 120 a.C. e Caio Pórcio Catão, cônsul em 114 a.C., todos integrantes do Senado Romano (Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.22).

se lutavam contra o problema agrário; quando se tornou tribuno, passou a ser protagonista da questão.

A primeira atitude de Tibério Graco no tribunato foi a de formular uma Reforma Agrária: um cidadão poderia possuir no máximo 500 *iugera*, aproximadamente 300 acres, que não poderiam, sob hipótese alguma, ser alugado a outrem. Além disso, aqueles que possuíam um número maior que o estabelecido pela medida deveriam devolver o excedente. As terras sobressalentes seriam distribuídas para os cidadãos, que receberiam aproximadamente 30 *iugera* e teriam de pagar uma pequena taxa pelas terras recebidas. A intenção de Tibério Graco com a medida era a de aliviar a pressão social proporcionada pela má distribuição das terras conquistadas bem como a de acabar com o problema da pobreza que se alastrava pela cidade de Roma. A proposta não era nova, mas Tibério tinha a intenção de pressionar para que sua Reforma fosse aplicada; outrossim, aqueles que todavia ocupavam mais que 500 *iugera* se ressentiram, tendo em vista que por gerações estes consideraram as terras como sua propriedade, dedicando tempo e dinheiro em seu cultivo.

Sabendo da forte oposição que teria, oposição essa que viria principalmente do Senado, que até então dominava a política romana, Tibério decidiu não seguir o caminho tradicional, que seria levar ao Senado sua proposta para que essa instituição debatesse e então levasse para as Assembleias Populares a fim de aplicá-la ou não; ao invés disso, apresentou diretamente a questão para as Assembleias Populares¹³⁴. A medida foi vetada pelo Concílio da Plebe pois desconsiderava uma parte importante da política romana, o Senado, bem como não seguia a tradição para este tipo de deliberação. Tibério pressionou para que sua proposta fosse aceita, mas a resistência foi severa: o Senado se opôs veementemente à proposta, não aceitando-a nem com modificações¹³⁵.

¹³⁴ Tibério Graco seguiu o exemplo de Caio Flamínio (tribuno da plebe), quem anteriormente também havia desconsiderado a discussão no Senado e levado uma proposta de imposto sobre a propriedade agrária diretamente para as Assembleias Populares Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.22).

¹³⁵ Tibério reorganizou algumas partes de sua proposta, reconsiderando a questão de ser a parcela de 500 *iugera* uma propriedade privada ou propriedade da República. A fim de amenizar sua Reforma Agrária, o Tribuno considerou ser a parcela de 500 *iugera* propriedade privada dos *possessores*. Mesmo assim, o Senado se recusou a aceitar a proposta de reforma. A oposição do Senado foi em vão, tendo a proposta sido aceita através das pressões do povo romano (Scullard,

Percebendo não haver nenhum caminho possível para a aprovação de sua medida, Tibério Graco pressionou o povo romano a fim de depor seu companheiro de Tribunato e grande opositor da medida, M. Otávio, do cargo de tribuno. A questão era grave, pois o que Tibério propunha era de destituir do cargo um tribuno, colega seu, por oposição a uma de suas propostas; a ideia de eliminar opositores podia não ser inédita, mas abria precedentes para os futuros expurgos e perseguições políticas que ocorreriam no período do final do século I a.C.¹³⁶ Ademais, Tibério se posicionava ainda mais como oposição ao domínio do Senado Romano, fato que também influenciaria as futuras gerações de políticos que se apoiaram no tribunato (e por consequência no povo) para passar medidas de seus interesses. Dessa maneira, Tibério Graco inaugurava um período de forte contestação à supremacia do Senado Romano, período esse marcado por um grave embate entre os aristocratas a favor e contra o domínio oligárquico.

Mesmo tendo sua reforma aprovada e operando, Tibério sofreu uma forte oposição durante todo o ano de 133 a.C.; ainda esse ano, o tribuno se candidatou novamente ao cargo, muito possivelmente com o intuito de se proteger de uma futura condenação por abuso de poder; reeleições não eram proibidas, mas o Senado pressionou para que a candidatura de Tibério fosse vetada. Plutarco comenta que os *possessores* secretamente conjuraram para tirar a vida de Tibério Graco, organizando um grupo de assassinos que ficaria encarregado da tarefa¹³⁷. No dia da eleição para o tribunato, a violência irrompeu na Assembleia, onde Tibério Graco e muitos de seus apoiadores foram mortos pela oposição. Salústio comenta o momento pelo qual passava a República em seu texto *De Bellum Jugurta*

[...] Agora as instituições dos partidos e das facções, com todas as suas práticas viciosas, surgiram em Roma há alguns anos como resultado da paz e da abundância de todas as coisas que os mortais creem ser importante. Pois antes da destruição de Cartago o Povo e o Senado Romano governavam a República com moderação e paz. Não havia conflitos entre cidadãos por glória tampouco poder; o medo do inimigo mantinha preservada a boa moral dos cidadãos. Mas quando o medo já não estava mais na mente do povo romano, apatia e arrogância naturalmente surgiram, vícios que se manifestam em momentos de prosperidade. Ademais, a paz a que tanto ansiaram em tempos de adversidade, depois que a conseguiram

H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.23).

¹³⁶ M. Otávio foi destituído do cargo e em seu lugar foi eleito pelo povo outro tribuno (Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.23).

¹³⁷ Plutarch (1959). *Plutarch's Lives: Agis and Cleomenes. Tiberius and Caius Gracchus. Philopoemen and Flaminius*, v.X. Cambridge, MA: Loeb Classical Library, p.169, §X .

esta se provou ser mais cruel e amarga que a própria adversidade. Pois os nobres passaram a abusar de suas posições de vantagem e o povo de sua liberdade e cada homem roubou, pilhou e saqueou para si. Desse modo o povo romano foi dividido em duas partes e a República foi dilacerada (Salústio, De Bellum Jugurtha, 41, 1921: 222)¹³⁸

A passagem de Salústio nos ilustra algumas informações bastante interessantes. Já no começo o autor pontua que antes das Guerras Púnicas a República Romana, devido às adversidades e pela dureza da vida, mantinha a honra e a *concordia* (harmonia) em primeiro plano nas relações sociais; com a derrota de Cartago, o povo romano se viu sem inimigos à altura de sua potência, fato que teve profunda influência na maneira como foram conduzidos os assuntos da República a partir de então: ao invés de *concordia* houve uma ruptura política, surgindo partidos políticos com ideias distintas no que toca às diretrizes a serem tomadas; ao invés de *libertas* o povo romano passou a vendê-la em troca de qualquer tipo de benefício. A situação da política interna da República, como comenta Salústio, ficou dividida em dois lados: *optimates* e *populares*. Vale aqui fazer um breve comentário a fim de evitar qualquer equívoco em relação aos termos.

Precisamos compreender de antemão o que o termo “partidos políticos” significava no período republicano. Longe de ser similar aos partidos políticos que temos no presente momento, com uma agenda e uma pauta definidas pelas diretrizes e vieses, onde os integrantes se encaixam nesses quesitos, os partidos políticos a que fizemos referência no parágrafo anterior, *optimates* e *populares*, eram bastante distintos dessa realidade. Como pontua Taylor¹³⁹, em seu trabalho *Party Politics in the Age of Caesar*, autores do século XIX argumentavam que os partidos políticos do primeiro século antes de Cristo eram similares aos partidos de sua época: Mommsen é um bom exemplo desse fato, visto que em sua análise este identificava os *optimates* como sendo equivalentes aos membros da nobreza prussiana (chamados de *Junkers*), enquanto que ele próprio fazia parte do partido de

¹³⁸ Texto original presente na edição Loeb (1921): “Ceterum mos partium et factionum ac deinde omnium malarum artium paucis ante annis Romae ortus est otio atque abundantia earum rerum, quae prima mortales ducunt. Nam ante Carthaginem deletam populus et senatus Romanus placide modesteque inter se rem publicam tractabant, neque gloriae neque dominationis certamen inter civis erat; metus hostilis in bonis artibus civitatem retinebat. Sed ubi illa formido mentibus decessit, scilicet ea quae res secundae amant, lascivia atque superbia otium postquam adepti sunt, asperius acerbisque fuit. Namque coepere nobilitas dignitatem, populus libertatem in lubidinem vortere, sibi quisque ducere, tahere, rapere. Ita omnia in duas partis abstracta sunt, res publica, quae media fuerat, dilacerata (Salústio, De Bellum Jugurtha, 41, 1921: 222).

¹³⁹ Taylor, Lily Ross (1992). *Party Politics in the Age of Caesar*. Berkley, CA: University of California Press, p.12.

oposição, os *populares*. Mas precisamos reconhecer a validade da teoria de Mommsen no que toca à falta de programa ou princípio do lado dos *populares*.

Em suma, pode-se pontuar que tanto *optimates* quanto *populares* eram membros do Senado Romano: uma parte dos senadores que se considerava “bons (*boni*) homens” conquistou o controle do Senado e vetou a outros *nobilis* a participação nas decisões mais relevantes; esses ficaram conhecidos como *optimates*. Em contrapartida, aqueles a quem a participação foi vetada tentaram outras vias a fim de quebrar esse bloqueio; essas vias eram costumeiramente a aprovação de medidas e leis diretamente através do povo romano, em Assembleias Populares; esses, por sua vez, ficaram conhecidos como *populares* (também eram conhecidos pelos seus oponentes como demagogos). *optimates* defendiam a dominância política de uns poucos *nobilis*, organizados em uma espécie de oligarquia, enquanto que *populares*, na busca por maior participação nas decisões políticas, se apoiavam no povo romano a fim de passar suas medidas; também era uma das características dos *populares* a busca por poder ou supremacia pessoal¹⁴⁰.

A posição de Tibério Graco em ir diretamente às Assembleias Populares a fim de conseguir aprovação para sua proposta de Reforma Agrária explicita o conflito pelo qual passava a República Romana: a oligarquia dominante dos *optimates* vetaria qualquer proposta de Reforma nas condições de propriedade, mesmo que moderada, visto que uma das questões mais sensíveis a esse grupo era a defesa da propriedade privada¹⁴¹. A forma mais garantida, então, de passar algum tipo de reforma seria descartar a discussão do Senado e ir diretamente à Assembleias, a quem o interesse na partilha de terras era bastante grande. O exemplo foi seguido por outros membros de destaque da política romana.

O irmão mais novo de Tibério, Caio Graco teve participação ativa no processo de aplicação da Reforma Agrária de 133 a.C., no papel de triunviro na comissão agrária formada por Tibério Graco (*tiumviri agris iudicandis adsignandis*); essa comissão tinha por papel a aplicação da medida que limitava a posse de terra para

¹⁴⁰ Taylor, Lily Ross (1992). *Party Politics in the Age of Caesar*. Berkley, CA: University of California Press, p.13.

¹⁴¹ Taylor argumenta que em Cícero encontramos algumas informações acerca dos *Optimates*: em suas cartas, Cícero se refere a esse grupo como sendo composto por defensores do *status quo*, da propriedade privada bem como da exclusividade dos cargos mais elevados à *nobilitas*. Já os *Populares* para Cícero são divididos em bons, interessados no bom funcionamento da República, e maus, chamados de Demagogos (Taylor, Lily Ross (1992). *Party Politics in the Age of Caesar*. Berkley, CA: University of California Press, p.11).

500 *iugera* e era desvinculada do Senado. Caio Graco se tornou popular entre o povo romano, sendo eleito tribuno da plebe no ano de 123 a.C. Sua atuação no ano foi bastante moderada, mantendo boas relações com o Senado. Em 122 a.C., devido a sua grande popularidade, o mais novo dos Graco foi reeleito: nesse ano pôde efetivamente aplicar as medidas que acreditava serem necessárias para República Romana. Sua primeira proposta foi a de proibir qualquer magistrado de ocupar uma nova magistratura caso este tenha sido destituído do cargo pelo povo romano. Como comenta Scullard¹⁴², isso dava legitimidade a manobra de Tibério Graco em destituir seu colega de magistratura M. Otávio, anos antes¹⁴³. Ademais, a ideia era bastante radical, pois um líder popular e carismático poderia, a partir de então, manipular o povo contra aqueles que todavia não aceitassem suas propostas. A medida, entretanto, não foi levada adiante¹⁴⁴.

Outra medida controversa proposta por Caio Graco foi a de proibir qualquer condenação à pena capital sem o consentimento e a aprovação de uma Assembleia Popular; a legislação conhecida como *provocatio* intentava evitar que penas capitais fossem executadas sem a conivência popular. Ademais, Caio Graco tinha por objetivo evitar que outros magistrados seguissem o exemplo de Popílio Laena (cônsul em 132 a.C.), quem no ano de 132 a.C. presidiu um tribunal organizado pelo Senado para banir os apoiadores de Tibério. Uma vez a medida aplicada, Popílio Laena foi destituído do cargo e mandado para o exílio¹⁴⁵. Interessante refletir sobre a Conjuração de Catilina que, a partir do momento em que Cícero, como presidente do tribunal que condenou os apoiadores de Catilina, emitiu a pena capital, esse estava ferindo uma lei estabelecida e que já havia condenado ao exílio outro cônsul. Os eventos, nos parece, estavam se repetindo, com consequências semelhantes.

Foi no âmbito econômico que Caio Graco propôs medidas que desagradavam largamente o Senado Romano. A primeira delas foi a de estabelecer colônias

¹⁴² Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.28.

¹⁴³ Nos parece que a medida de Caio Graco servia mais como uma desculpa aos desmandos de seu irmão, Tibério, em eliminar seu opositor.

¹⁴⁴ Ainda segundo Scullard, Caio Graco foi convencido por sua mãe, Cornélia, a não levar a proposta adiante pois afetaria diretamente M. Otávio. Não se sabe, entretanto, quais foram os motivos que levaram Cornélia a persuadir seu filho nesse sentido (Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.23).

¹⁴⁵ A destituição e posterior exílio de Pompílio Laena teve por causa a condenação ao exílio dos apoiadores de Tibério Graco. Ao Caio Graco aplicar tal medida, este tinha por objetivo perseguir politicamente aqueles que anteriormente haviam perseguido seu irmão e seus apoiadores.

romanas através da Península Itálica, a fim de realocar essas terras aos mais pobres; essas novas terras realocadas continuariam sendo de propriedade da República, o que desagradava os *optimates*. Ademais, devido aos problemas nas safras de cereais no norte da África e na Sicília, o que dificultava o abastecimento de grãos em Roma, Caio Graco propôs que o Senado ficaria encarregado de comprar uma grande quantidade de cereais que seriam então estocados e vendidos à população mais pobre por um valor mais baixo que o de mercado; a medida evitaria as flutuações constantes nos preços (a lei ficou conhecida como *Lex Frumentaria*)¹⁴⁶. Outrossim, a proposta foi largamente usada durante o século I a.C. por políticos *populares* a fim de garantir para si o apoio popular.

Para evitar a perseguição sofrida por seu irmão dez anos antes, Caio Graco buscou o apoio dos *equites* (ordem dos cavaleiros), visto que essa era uma ordem abastada da sociedade romana. Para tanto, concedeu a esses o controle da taxaço da Província da Ásia bem como o controle dos julgamentos na República; essa última medida foi particularmente interessante e teve um impacto significativo nas relações políticas da República: até então os *equites* tinham uma boa relação com o Senado Romano, visto que os dois grupos tinham interesses distintos; os *equites* tinham como principal interesse a exploração econômica das Províncias, tanto no papel de coletores de impostos (*publicani*) quanto como investidores. Já o Senado, como dito anteriormente, se preocupava em administrar e comandar a República. Flower¹⁴⁷ argumenta que a partir do momento em que os *equites* ganharam participação política através da medida de Caio Graco, a distinção marcada entre os dois grupos foi parcialmente desfeita: o Senado passou a ter o seu domínio contestado também pelos *equites*, o que aumentava ainda mais a tensão na política romana.

Proposta ainda mais polêmica foi a terceira medida de Caio Graco e que teve efeitos negativos em sua popularidade; nela, Caio Graco intentava conceder a cidadania romana aos aliados latinos. O então cônsul, Caio Fânio, em conjunto com o tribuno da plebe, Maros Lívio Druso, pressionaram o povo romano contra a proposta, alegando que, ao conceder a cidadania aos povos latinos, o próprio povo

¹⁴⁶ Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.29.

¹⁴⁷ Flower, H. (2014). *The Cambridge Companion to the Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, p.83.

romano sairia perdendo, visto que seria forçado a dividir seus privilégios com outros. A popularidade de Caio Graco foi bastante comprometida, tornando sua reeleição impossível. Em 121 a.C., sem ocupar nenhum cargo na política, Caio Graco se envolveu em um conflito violento no Fórum Romano: um dos participantes da reunião do Senado supostamente teria provocado os apoiadores de Graco, sendo esfaqueado até a morte. O Senado, prevendo conturbações aprovou o *senatus consultum ultimum* dando ao cônsul Lúcio Opímio plenos poderes para proteger a República. Caio Graco, segundo argumenta Lintott¹⁴⁸, teria armado seus apoiadores e enfrentado uma milícia composta pelo povo romano formada pelo cônsul Opímio; no conflito Graco teve uma morte confusa: não se sabe ao certo se foi morto ou cometeu suicídio.

O fato é que sua morte marca o fim da era de reformas proposta pelos irmãos Graco, mas tem profundo impacto nas gerações posteriores: a partir de então, o Tribunato assumiu um papel cada vez mais destacado na política romana, posicionando-se contra o poder absoluto do Senado; ademais, as técnicas de persuasão utilizadas pelos dois líderes carismáticos serviu de parâmetro para outros políticos que todavia se encontravam fora da esfera dominante do Senado, a *nobilitas*, mas que buscavam aprovar leis e obter poder pessoal. Scullard sintetiza de maneira interessante o impacto que teve Tibério e Caio Graco nas relações políticas da República Romana

[...] The Gracchi achieved some direct results. Though many of the economic difficulties remained, they at least helped to relieve, if not to solve, them. Many small farmers and colonists were set up, and to that extent the unemployment problem was alleviated. But the indirect results of their activities were the more important. The Italians were embittered, the equites more self-conscious as a political force, the people had learned something of its powers, a new aspect of the tribunate was displayed, and above all the weakness of the Senate was revealed. This challenge to the traditional government of Rome without the creation of any adequate alternative – since the Concilium Plebis was unfitted to form the organ of a true democracy – must lead to disaster. The tempo and temper of political life were heightened. Whether or not the Gracchi should be regarded as revolutionaries, without doubt they precipitated the revolution that overthrew the Republic (Scullard, 2010: 32-33).

¹⁴⁸ Lintott, A. (2008). Political History, 146-95 B.C. In: Cook, J.A. *The Cambridge Ancient History: The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* London: Cambridge University Press, p.83-84; Kelly, G. (2006). *A History of Exile in the Roman Republic.* Cambridge: Cambridge University Press, p.228.

Nesse trecho, Scullard comenta quatro fatores interessantes sobre as transformações ocorridas quando das reformas propostas pelos Graco: a união dos *equites* em um grupo consciente de sua importância política; o povo romano compreendendo o tamanho de seu poder; a deterioração das relações entre a República Romana e seus aliados latinos; e a exposição das fraquezas e limitações do Senado Romano. Os *equites*, que até então se preocupavam quase que exclusivamente com os negócios (principalmente nas Províncias Romanas), quando receberam a oportunidade de participar mais ativamente da política romana, perceberam o poder que detinham e as possibilidades que essa participação lhes concedia. O povo romano, através do tribunato da plebe, com a atuação política dos irmãos Graco, tomou consciência de seu poder, tendo a possibilidade de fazer oposição ao Senado. Ademais, a participação ativa dos Graco ainda expôs as dificuldades do Senado Romano em responder às mudanças pelas quais passava a República bem como de propor Reformas a fim de eliminar os problemas da República. A questão das relações entre Roma e seus aliados gerou um conflito, anos mais tarde, que ficou conhecido como Guerras Sociais.

Outrossim, a ironia da história da morte de Caio Graco é que o então cônsul, Opímio, foi processado pelo crime de execução de cidadãos romanos sem julgamento prévio (*Lex Sempronia de Capite Civis*), lei proposta exatamente por Caio Graco. Opímio conseguiu se defender apelando para o uso do *senatus consultum ultimum*, não sofrendo nenhuma pena. Anos mais tarde, Cícero foi enquadrado em uma lei muito similar, a *Lex Clodia de Capite Civis* que, em linhas gerais, tinha o mesmo objetivo de punir aqueles magistrados que condenaram cidadãos romanos sem julgamento. A distinção do caso de Cícero para o caso de Opímio, nos parece, reside no fato de ter Cícero condenado cidadãos do mais alto nível: se pensarmos em Lêntulo, por exemplo, veremos que Cícero condenou sem um julgamento um ex-cônsul, membro da *nobilitas* romana. Opímio por sua vez condenou os apoiadores de Caio Graco, cidadãos que não possuíam a distinção de Lêntulo. Por um lado, podemos pensar que Cícero condenou um *patronus*, enquanto que Opímio condenou *cliens*; cada condenação teve seu peso e sua punição.

Nos anos seguintes da morte de Caio Graco, o Senado paulatinamente foi recuperando sua posição dominante na República Romana; entretanto, a necessidade de reformas em questões centrais da República, em especial a questão

agrária e os crescentes conflitos com os aliados latinos, continuavam a servir de pretexto para políticos da ala dos *Populares* criticarem o Senado e se usarem dessas questões a fim de angariar apoio político do Povo Romano. Flower¹⁴⁹ argumenta que do momento em que a República pegou em armas contra Caio Graco e seus apoiadores até o fim das proscricções de Sula no ano de 81 a.C. a violência se tornou institucionalizada, ou seja, a resposta dada pelas instituições em momentos de conflito era o derramamento de sangue romano. Ademais, a banalização da violência para Flower levou ao colapso da tradição romana pautada no domínio da *nobilitas*

[...] The oligarchy had introduced violence into the political system with the murder of Tiberius Gracchus and over the years the use of violence became increasingly acceptable as various political disputes in Rome led to more and more bloody discord. The refusal of the oligarchy to grant citizenship to the allies had eventually resulted in an armed revolt and then in civil war that saw a senatorial commander use the loyalty of his landless troops to seize control of Italy and to wreak on his enemies – and others – a form of vengeance that brought domestic violence to unheard levels” (Mackay *apud* Flower, 2009: 81).

O conflito a que Mackay faz referência no trecho supracitado é precisamente as Guerras Sociais entre Roma e seus aliados latinos. Nesse período a República Romana foi acometida pelo conflito entre dois generais que, apoiados em seus exércitos, intentaram tomar para si o domínio da República. O primeiro dos generais foi Caio Mário que ficou conhecido, entre outros fatos, pelas reformas por ele propostas no que toca ao exército romano e suas formas de convocação. Como dito no subtítulo anterior, a partir das Reformas Marianas o processo de qualificação para entrar no exército romano foi afrouxado, passando a receber os chamados *capite censi*, homens sem propriedades. Essa medida teve um amplo impacto nas atitudes tanto de Caio Mário quanto do segundo dos generais, Sula; as legiões de ambos depositaram suas *fides* não na República, mas sim em seus comandantes. O embate entre os dois foi violento, resultando em Sula como ditador no ano de 82 a.C.: como ditador, Sula ficou encarregado de reorganizar a República Romana, castigada pela Guerra Civil entre Caio Mário e o próprio Sula. Ainda como ditador, Sula se encarregou de perseguir seus opositores políticos: aqueles que entraram

¹⁴⁹ Flower, H. (2009). *Roman Republics*. London: Oxford University Press, p.82.

para a lista dos proscritos tiveram suas propriedades confiscadas¹⁵⁰ e, em alguns casos, cidadãos romanos foram condenados à execução.

Outrossim, como *dictator legibus scribundis et reipublicae constituendae* Sula passou a implementar suas reformas na política romana: a mais impactante dentre as modificações propostas pelo ditador foi a de destituir parte do poder do tribunato da Plebe, que desde Tibério Graco fazia forte oposição ao Senado Romano; o Senado, por sua vez, teve seu corpo expandido: passou a contar com 600 senadores, aceitando os questores eleitos anualmente como novos membros. Ademais, as reformas sulanas colocaram o Senado Romano novamente em uma posição de dominância, administrando uma vez mais as leis e servindo de referência para os magistrados. Entretanto, conforme pontua Scullard¹⁵¹, mesmo com a reorganização das instituições, o tribunato continuou a fazer oposição, muito embora de maneira mais tímida; pela posição destacada que ocupou essa instituição desde o período de Tibério Graco, Sula se encontrou em dificuldade de eliminar por completo a participação do tribunato na vida política da República. O Senado, por sua vez, desfalcado de seus principais membros devido a Guerra Civil que acometeu Roma anos antes, foi pouco capaz de ocupar a posição de liderança que outrora ocupou. A República se encontrava em uma situação de vácuo de poder que teria consequências graves: tornaram-se mais frequente os embates violentos entre *factios* (grupos políticos) rivais, generais destacados passaram a angariar para si números altos de *clientes* e a cobrar mais participação política e o Senado viu-se incapaz de reverter a situação caótica da República.

Um dos generais que teve maior poder nesse momento da República Romana foi Pompeu Magnus. Depois de uma série de vitórias militares no comando do exército romano, Pompeu se elegeu cônsul no ano de 70 a.C. em conjunto com Marco Licínio Crasso; no cargo, uma das primeiras medidas tomadas pelos cônsules foi a de reestabelecer o poder tradicional do tribunato da plebe; o possível motivo para restaurar o poder dos tribunos pode ser encontrado no partido político ao qual

¹⁵⁰ Scullard argumenta que o confisco de propriedades de seus opositores deu a Sula quantidades de terras a serem distribuídas entre seus veteranos (Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.67).

¹⁵¹ Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.88.

ambos se encaixavam: Crasso e Pompeu¹⁵² se identificavam com o partido dos *populares* e, entendendo que era comum aos políticos dessa ala se apoiarem no povo a fim de passarem suas propostas de lei, compreende-se a importância dessa medida para os então cônsules. O ano ainda foi marcado pela perseguição e expulsão de senadores “inadequados”¹⁵³ para o cargo por parte dos censores romanos no período; nesse ano, 64 senadores foram expulsos de seus cargos por serem considerados inaptos. O Senado padecia com essas medidas.

Enquanto Pompeu se mantinha ocupado primeiro com a Guerra contra os piratas no Mediterrâneo e depois com a Guerra contra Mitrídates, rei do Ponto, a República Romana continuava experimentando conflitos violentos e tentativas de conjuração. Vale, nesse momento da dissertação, fazer uma brevíssima digressão acerca do conceito de *coniuratio* e como e porquê a conjuração foi considerada um crime em Roma.

Uma das conjurações mais integrantes da História da República Romana foi a Bacanália, que nos parece bastante interessante por nos incitar a discussões sobre a *coniuratio* bem como em relação à violência empregada no combate dessa prática religiosa: Burkert¹⁵⁴ pontua que a crueldade aplicada na repressão da Bacanália só foi inferior à violência usada na perseguição contra Cristãos anos mais tarde. O que sabemos sobre o evento foi eternizado principalmente em Lívio, no livro 39 de sua História de Roma e em uma tabuleta de bronze originária do sul da Itália chamada *Senatus Consultum de Bacchanalibus*¹⁵⁵; em linhas gerais, a Bacanália foi um evento ocorrido por volta do ano de 186 a.C., ano no qual o Senado Romano proibiu, por meio do *Senatus Consultum de Bacchanalibus*, o culto a Dionísio. Estudiosos¹⁵⁶ argumentam que o culto à divindade de Dionísio chegou à Roma por volta do ano de 208 a.C., ano este em que a República saqueou Tarento e fez inúmeros escravos.

¹⁵² Quando da cisão entre Pompeu e César, Pompeu se alia aos *optimates* a fim de fazer frente a seu antigo aliado.

¹⁵³ Flowers, H. (2014). *The Cambridge Companion to the Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, p.89.

¹⁵⁴ Burkert apud Takács, S. (2000). *Politics and Religion in the Bacchanalian Affair of 186 B.E.C.* *Harvard Studies in Classical Philology* (Harvard), v.100, pp.301-310.

¹⁵⁵ Ainda temos alguns fragmentos de um texto de Catão, o Censor, chamado *De Coniuratione* que provavelmente trata da conjuração chamada de Bacanália. Como o texto encontra-se em estado muito fragmentário, não temos como precisar sobre o que trata a obra de Catão, o Censor (Pagan, V.E. (2007). *Conspiracy Narratives in Roman History*. Austin: University of Texas, p.51).

¹⁵⁶ Frank apud Pagan, V.E. (2007). *Conspiracy Narratives in Roman History*. Austin: University of Texas, p.56.

Esses teriam espalhado por Roma o culto misterioso a Dionísio, com seus ritos e práticas distintas da religião oficial da República Romana.

Tradicionalmente, a religião em Roma era controlada pelo *corpus* dominante da República, sendo os *pontifex maximus* parte dessa elite que detinha o poder, por exemplo. Os únicos que estariam aptos a participar da religião romana eram os homens que faziam parte desse grupo; a Bacanália, por sua vez, era uma religião que aceitava pessoas de origens distintas: mulheres, homens libertos, escravos, todos podiam fazer parte desse culto que se espalhava rapidamente pela Península Itálica e pela cidade de Roma. Outrossim, podemos pontuar que a religião ocupava uma posição central na República, visto que o bem estar dessa dependia dos ritos e auspícios feitos de maneira correta: quando Roma venceu o inimigo cartaginês, essa vitória somente foi possível quando foi aceito o culto a Grande Mãe como oficial na República, por exemplo. A religião, seus auspícios e ritos, portanto, eram parte central da vida pública em Roma e o bem estar de seus cidadãos dependia disso, na visão deles. A Bacanália deturpava o conceito de religião que tinha a elite dominante e, portanto, precisava ser freada. O Senado reprimiu fortemente essa prática, tendo executado, segundo Takács¹⁵⁷, por volta de 6 mil praticante desse culto.

O interessante da questão é buscar os motivos pelos quais o Senado reprimiu esse culto religioso com tamanha violência e porquê classificou seus integrantes como conjuradores. Podemos pontuar, baseado nos estudos de Takács e Pagan que a ala mais conservadora do Senado Romano teve por objetivo ao proibir a prática da adoração a Dionísio frear a Cultura Helenística de se infiltrar ainda mais pela República Romana. Ora, quem dominava outros povos era a República Romana, mas, se olharmos de perto, veremos que a Cultura Helenística fazia-se mais e mais presente não somente nas camadas mais pobres da sociedade romana, como visto na adoração a Dionísio, mas também na elite. Outro motivo pode ser encontrado na defesa do Senado Romano em relação à sua posição: como era o Senado que controlava a religião, ao proibir a Bacanália esta instituição estava defendendo seus próprios interesses. Outrossim, ao tratar a Bacanália como uma conjuração (*coniuratio*) o Senado Romano estava aplicando a própria definição do

¹⁵⁷ Takács, S. (2000). Politics and Religion in the Bacchanalian Affair of 186 B.E.C. *Harvard Studies in Classical Philology* (Harvard), v.100, p.301

que era essa prática: ao jurarem em segredo¹⁵⁸, os participantes da Bacanália estavam, em suma, formando um grupo de conjuradores e, por esse motivo, seriam considerados inimigos públicos.

Pagan¹⁵⁹ argumenta que a *coniuratio* somente foi reconhecida como um crime a partir de Sula, sendo enquadrada na *Lex Plautia de vi*¹⁶⁰; essa lei tinha por objetivo aplicar uma punição a todos aqueles que ocupassem lugares públicos e portassem armas, ameaçando os cidadãos. Cícero não é específico quanto a pena para este crime, mas sabemos que os conjuradores aliados a Catilina foram julgados de acordo com essa lei. Os participantes da Bacanália, por sua vez, por terem sido considerados conjuradores, também foram enquadrados na *Lex Plautia de vi*, sendo boa parte deles condenados a morte. Ainda segundo Pagan, conjurações na História de Roma não eram raras, pelo contrário, a incidência de grupos que secretamente se reuniam a fim de organizar algo próprio é muito comum no decorrer da História Romana. Podemos citar uma última conjuração que ocorreu no âmbito mais interno da República, o Senado Romano e que modificou profundamente as relações políticas e sociais.

Quando o antagonismo entre César¹⁶¹ e Pompeu atingiu seu ápice, dando origem à Guerra Civil, o destino da República era incerto. Pompeu havia se apoiado no Senado Romano e fugido de Roma, evitando um conflito direto com César. Este, por sua vez, teve o apoio dos *populares* e iniciou uma perseguição frenética a Pompeu e seus aliados. Na Batalha de Farsalos, batalha sangrenta que marca o fim do embate entre os dois generais, César conseguiu neutralizar a oposição de Pompeu, vencendo a batalha. Pompeu fugiu para o Egito, onde foi assassinado

¹⁵⁸ A Bacanália, até o ano de 186 a.C., permanecia um culto secreto, sendo apenas revelado aos iniciados. Para maiores informações sobre a revelação dessa prática e de seus integrantes para o cônsul Postumius e a proibição da prática pelo Senado, ver: Pagan, V.E. (2007). *Conspiracy Narratives in Roman History*. Austin: University of Texas, p.52.

¹⁵⁹ Pagan, V.E. (2007). *Conspiracy Narratives in Roman History*. Austin: University of Texas, p.52-53.

¹⁶⁰ Para uma discussão completa sobre a *Lex Plautia de vi*, sobre a data de proposta da lei e quem a propôs, ver: Hough, John (1930). The *Lex Lutatia* and the *Lex Plautia de Vi*. *The American Journal of Philology* (Maryland), vol.51, n.2, pp.135-147.

¹⁶¹ Político e general romano nascido em 100 a.C. Em 60 a.C. firmou, em conjunto com Pompeu e Crasso o Primeiro Triunvirato; foi eleito cônsul no 59 a.C. ano no qual lhe foi designada a Província da Gália Transalpina e do Ílrico. Durante os anos de 58 a 49 a.C. César se dedicou à conquista da Gália, subjugando-a em quase sua totalidade. Em 49 a.C., sob pressão do Senado e de Pompeu, cruzou o Rubicão, rio que marca a fronteira da Gália com a Península Itálica, dando início à Guerra Civil. Com a vitória sobre Pompeu, César se tornou o ditador da República, mas ficou por um breve período de tempo no comando da República, sendo assassinado por um grupo de conjuradores pertencentes ao Senado no ano de 44 a.C.

pelos conselheiros de Ptolomeu XIII, Faraó do Egito. A Guerra Civil ocorrida entre os anos de 49 a 48, mas que se estendeu até o ano de 45 a.C. com a perseguição de César aos pompeianos, foi o estopim de um período de conturbações na política romana, conturbações essas que se iniciaram com Tibério Graco¹⁶² e tiveram seu fim quando do domínio de Augusto, anos mais tarde. Nos parece que alguns fatores levaram a República Romana a esse longo período de crise: as profundas mudanças pelas quais a República Romana passou, principalmente depois da vitória contra Cartago, onde houve um afluxo grande de riquezas (riquezas essas que se concentraram nas mãos de poucos), de escravos e de novas formas de relações sociais, econômicas e políticas chegando à República e a lenta resposta dada pelo Senado Romano em relação a essas mudanças, nos parece um dos gatilhos que levaram às conturbações do século I a.C. Ademais, essa ineficiência do Senado Romano em propor e executar reformas necessárias, como visto na questão agrária, gerou um vácuo de poder: mais e mais generais ou políticos com discursos demagógicos se aproveitaram da fragilidade que certos setores da República apresentavam e se usaram disso a fim de angariar poder pessoal.

Uma vez mais o conflito entre alas distintas do Senado Romano chegou a um extremo: quando César, na posição de Ditador (*dictator perpetuo*) da República Romana, foi assassinado por um grupo de Senadores, percebemos como a lógica das conjurações ocorridas dentro da aristocracia romana, em especial aquelas ocorridas no final do século I a.C., funcionavam: ao discordarem entre si sobre quês posições tomar ou sobre quês medidas tomar em determinadas situações, o debate tendia a uma violência extrema; quando o Senado se sentiu ameaçado pela figura de César, por exemplo, conjurou pela morte desse líder *popular*, ou quando o Senado se viu ameaçado em seu domínio da República por líderes como Tibério e Caio Graco, organizou o assassinato desses. As conjurações, nos parece, são frutos dos conflitos políticos violentos que passaram a ser corriqueiros nesse final de século I a.C.

¹⁶² Para alguns escritores antigos o início das conturbações é ainda mais antigo, datando do final das Guerras contra Cartago e da vitória de Roma nesse conflito. Salústio é um desses autores que defende que a turbulência passada pela República tem sua origem na vitória contra Cartago.

3. VIDAS ENTRELAÇADAS: SALÚSTIO, CÍCERO E CATILINA

Ao se debruçar nos eventos ocorridos no ano de 63 a.C., marcado pelo consulado de Cícero, temos duas fontes da época que nos concedem valiosas informações sobre os distúrbios a que passava a República Roma nesse momento histórico: o próprio Cícero nos forneceu em forma de texto seus discursos, manifestados no calor dos acontecimentos; já Salústio nos proporciona uma monografia sobre o evento, onde o personagem principal é, surpreendentemente, o antagonista da história, a saber, Catilina. A fim de introduzir o leitor nessa série de eventos turbulentos que marcaram o ano de 63 a.C., vale fazer uma análise profunda dos três personagens principais dessa história: Salústio, autor estudado na presente dissertação, Cícero, o cônsul e *Pater Patriae* da República e Catilina, o antagonista e conjurador. A análise dessas três figuras nos fornece informações valiosas acerca do período histórico em que viveram: Cícero, por ter se mantido ativo na política até o ano de 43 a.C. nos possibilita observar diferentes períodos históricos marcantes para a República: a conjuração de 63 a.C., as Guerras Civis de Pompeu e César, Otávio Augusto e Marco Antônio bem como as modificações políticas que cada evento proporcionou.

Para esse momento da dissertação, Cícero serviu de chave para abrir a observação da República em um longo período de tempo. Salústio, por sua vez, nos conta uma história com um ponto de vista distinto, onde os eventos do ano de 63 a.C. são narrados com base nas ações de Catilina. Essa escolha nos possibilita observar mais de perto o personagem antagonista da história, preenchendo algumas lacunas deixadas por Cícero. Ademais, para um leitor atento, Salústio deixou informações valiosas sobre o momento histórico em que estava vivendo quando da escrita do *Bellum Catilinae* em 42 a.C. Catilina, o antagonista nos eventos do ano de 63 a.C., quando analisado e descrito por Salústio, nos fornece uma importante visão sobre os graves problemas estruturais da República Romana do final do século I a.C., como a questão das dívidas que assolavam a aristocracia, a corrupção eleitoral bem como as tentativas de usurpação do poder por parte de políticos com aspirações ao poder pessoal. Ademais, Catilina expõe um aspecto recorrente da política da República nesse período: o embate entre os partidos políticos (*optimates*

e *populares*) um defendendo a oligarquia aristocrática dominante, o outro, apoiado nas aspirações ao poder pessoal, tentando diminuir o domínio dessa oligarquia.

3.1 SALÚSTIO: VIDA, OBRA E DE BELLUM CATILINAE

Salústio, político romano do final do século I a.C. , partidário de César durante sua vida política¹⁶³, dedicou-se, quando de seu afastamento da vida pública, a escrever obras de História, mais precisamente sobre História Romana. Escreveu, durante sua vida, três obras: o *De Bellum Catilinae*, *De Bellum Jugurthinum* e *Historiae*, encontrando-se em estado de preservação os dois primeiros e o último em estado fragmentário.

Conforme consta na Crônica de São Jerônimo, Salústio teria nascido em 86 a.C., na cidade de Amiternum, na região da Sabina¹⁶⁴ e teria morrido no ano de 36 a.C. Outras duas fontes concordam quanto ao ano de nascimento, mas divergem no que toca à data de morte: a *Consularia Constantinopolitana* pontua que Salústio teria morrido no ano de 38 a.C., enquanto que a *Chronica Paschale* indica como ano de morte 39 a.C. Segundo Ramsey¹⁶⁵, entretanto, as três obras estariam equivocadas: é provável que Salústio tenha morrido quatro anos antes da Batalha de Actium (2 de setembro de 31 a.C.), no ano de 35 a.C. Ainda segundo Ramsey, a possível fonte utilizada por São Jerônimo é o texto de Suetônio, *De Viris Illustribus*, hoje perdido¹⁶⁶. Ademais, sabemos o nome completo de Salústio através do texto *De Bellum Africanum*¹⁶⁷

¹⁶³ Como todo aristocrata de sua época, o objetivo primeiro de Salústio era a vida pública, ou seja, a política; nesse sentido, a atividade primeira de um jovem aristocrata como Salústio era a candidatura para as magistraturas bem como a participação no Senado Romano.

¹⁶⁴ A região da Sabina havia recém conquistado o status de cidadania romana: à região foi concedida a cidadania romana antes das Guerras Sociais ocorridas entre 91-87 a.C. (Ramsey, J.T. (2007). Introduction, Translation and Commentary. In.: Sallust. *Sallust's Bellum Catilinae*. London: Oxford University Press, p.2)

¹⁶⁵ Ramsey, J.T. (2007). Introduction, Translation and Commentary. In.: Sallust. *Sallust's Bellum Catilinae*. London: Oxford University Press.

¹⁶⁶ Ramsey, J.T. (2007). Introduction, Translation and Commentary. In.: Sallust. *Sallust's Bellum Catilinae*. London: Oxford University Press, p.1-2.

¹⁶⁷ De autoria desconhecida, mas possivelmente escrito por um dos soldados de César na África (ou um oficial júnior), o texto *De Bellum Africanum* (ou *de Bello Africo*) traz um relato sobre as guerras cesarianas contra os seguidores de Pompeu, que tinham o domínio da província Africana. Depois da derrota de Pompeu na batalha de Farsalo (48 a.C.) e a posterior execução do general romano por Ptolomeu XIII, faraó do Egito, César enfrentou uma forte resistência por parte dos apoiadores de Pompeu e do Senado (lembrando que o Senado ficou do lado de Pompeu durante a Guerra Civil). Sobre essas guerras contra os pompeianos, foram escritos os textos: *De Bellum Alexandrino*,

[...] Ele então ordena ao pretor Caio Salústio Crispo (C. Sallustium Crispum) que se dirija a Cercina com uma frota, pois essa estava em poder do inimigo e porque ouviu dizer que ali encontrava-se grande quantidade de trigo¹⁶⁸ (Bellum Africanum, 8, 1955: 156).

No que toca à sua vida pública, Salústio teve, desde a infância, uma educação¹⁶⁹ propriamente romana, devido ao fato de Roma ter concedido o *status* de cidadania à região da Sabina. Pouco se sabe sobre sua infância ou adollescência, mas, conforme consta no texto *In Sallustiam Crispum Oratio*¹⁷⁰, a vida de Salústio na juventude foi bastante desregrada, o que teria causado profundo desgosto em seu pai

[...] Devo voltar-me a você, Salústio, dizendo nada em relação a seu pai; pois ele pode não ter nunca cometido um pecado sequer em sua vida, mas

De Bellum Africanum e De Bellum Hispaniensi. Acerca do *De Bellum Africanum*, o texto comenta sobre as batalhas do exército pompeiano, quem dominava a África (com ajuda do Rei Juba da Numídia, quem apoiava o poder senatorial e tinha pouca empatia por César) e o exército cesariano; neste texto temos uma amostra da habilidade de César em momentos difíceis: quando cercado pelos pompeianos, César conseguiu burlar o bloqueio, saindo da situação de cerco e vencendo a batalha de Tapso. O relato é bastante vívido e traz importantes informações sobre a guerra ocorrida após a morte de Pompeu (Way, A.G. (1955). Introduction and Translation. In: Caesar, Julius. *The Alexandrian War, The African War and The Spanish War*. Cambridge: Loeb Classical Library, p.139-143).

¹⁶⁸ Texto original contido na edição Loeb (1955): “Item C. Sallustium Crispum praetorem ad Cercinam insulam versus, quam adversarii tenabant, cum parte navium ire iubet, quod ibi magnum numerum frumenti esse audiebat” (De Bellum Africanum, 8, 1955: 156).

¹⁶⁹ Sobre a questão da educação romana, encontramos algumas interessantes informações em Fantham (1996): a educação na Roma Republicana não era de toda forma homogeneia, pois variava de acordo com a origem e a cidade de onde vinha a criança (a educação em uma cidade pequena era diferente, as vezes inferior, à educação na cidade de Roma); a educação era geralmente direcionada aos meninos. Àqueles de origem mais humilde iriam às aulas com a idade de sete a doze anos, com um tutor (*litterator* ou *ludi magister*) pago que ensinaria a ler, escrever e calcular. Muitas vezes os estudos eram interrompidos por impossibilidade de pagamento; a educação nas ordens dominantes era dividida em duas: aqueles que todavia não possuíam grande quantidade de dinheiro mas possuíam quantidade suficiente de recursos, colocavam seus filhos em escolas particulares, onde o *grammaticus* ensinaria outras crianças; famílias realmente abastadas contratariam um *grammaticus*, controlando seu ensino (como o círculo dos Cipiões fez com Políbio). O ensino dessas camadas mais ricas da sociedade romana era bilíngue, sendo a criança ensinada desde cedo a falar e escrever tanto em latim quanto em grego (quando chegavam à idade adulta, eram fluentes em grego); Na época de Cícero tornou-se usual para os jovens de famílias abastadas prosseguirem seus estudos: ou o jovem permanecia em Roma e continuava estudando em uma escola de filosofia e retórica com um especialista grego, ou partia para a Grécia, a fim de estudar com os mais famosos professores da época. Cícero estudou com o filósofo estóico Diodoto, com o epicurista Phaedrus (em Roma). Depois foi à Ásia Menor estudar retórica e à Rodes estudar retórica com Molo; César foi à Rodes estudar com Molo; Pompeu, por sua vez, teve uma educação mais curta, privilegiando sua carreira militar. Mesmo assim, foi estudar gramática com Aristodemus de Nysa (Fantham, E. (1996). *Roman Literary Culture: From Cicero to Apuleios*. Baltimore: John Hopkins University Press, p.23-25).

¹⁷⁰ O texto *In Sallustiam Crispum Oratio* faz parte do *corpus* de textos chamados de pseudo-ciceronianos: tido como um ataque à Salústio, cuja resposta foi dada no *C. Sallusti Crispi Invektiva in Ciceronem*. O texto, argumenta Rolfe, é em verdade um exercício de retórica, escrito no período posterior à morte de César e, provavelmente, à morte de Salústio. Quintiliano o tinha por verdadeiro, mas atualmente acredita-se que tenha sido escrito por outro autor que tenta imitar o estilo de Cícero (Rolfe, J.C. (1921) Introduction and Translation. In Sallust. *Complete Works*. London: Loeb Classical Library, p.17-18).

não poderia ter inflingido injúria maior sobre a República do que ter um filho como você. Tampouco farei inquisição sobre quaisquer pecados cometidos por você na infância por não querer criticar seu pai, quem tinha controle total de suas ações. Pois isso ficará claro como uma infância repleta de vícios levou a uma vida cheia de vergonhas... Ele ofereceu a casa de seu pai a venda quando seu pai ainda vivia. Alguém duvida que ele levou seu pai a morte quando ele se fez herdeiro de todas as propriedades mesmo antes de seu pai morrer?¹⁷¹ (Pseudo-Cícero, In Sallustim Crispum Oratio, 5, 1921: 512-514).

Não podemos, entretanto, dar crédito total às acusações feitas contra Salústio, pois se pensarmos que é muito possível que esse texto seja um exercício de retórica posterior à morte de Salústio, perceberemos que sua validade em relação aos fatos da infância desse é muito pequena. De toda forma, vale citá-lo para mostrar quê tipo de reputação tinha o autor na Antiguidade. Ademais, conforme Rolfe¹⁷², acusações desse tipo eram comuns em Roma, sendo muitas vezes frutos de conflitos políticos entre as figuras públicas. O próprio Salústio foi alvo, em outra ocasião, de sátiras feitas por um dos homens livres de Pompeu, um certo Lenaeus, que atacou Salústio devido à sua posição contrária ao general Pompeu.

Segundo o relato do próprio Salústio, contido no texto *De Bellum Catilinae*, este teria iniciado sua carreira política ainda bastante jovem: “Quando ainda era muito jovem eu, assim como muitos, passei a me dedicar à vida pública, onde encontrei muitos obstáculos”¹⁷³. É provável que seu primeiro cargo público tenha sido o da questura¹⁷⁴, por este ser o primeiro cargo no *cursus honorum*. A questura teria dado a Salústio participação automática como membro do Senado Romano¹⁷⁵. Sua primeira participação documentada na política, presente em Asconio Pediano¹⁷⁶, foi na posição de tribuno da plebe para o ano de 52 a.C., ano no qual a

¹⁷¹ Texto original presente na edição Loeb (1921): “Nunc ad te revertar, Sallusti, patremque tuum praeteream, qui si nunquam in vita sua peccavit, tamen maiorem iniuriam rei publicae facere non potuit quam quod te talem filium genuit; neque tu si qua in pueritia peccasti exsequar, ne parentem tuum videar accusare, qui eo tempore summam tui potestatem habuit, sed qualem adolescentiam egeris; hac enim demonstrata facile intelligetur quam petulanti pueritia tam impudicus et procax adoleveris... Domum paternam vivo patre venalem habuit. Et cuiquam dubium potest esse quin mori coëgerit eum, quo hic nondum mortuo pro herede gesserit omnia?” (Pseudo-Cícero, In Sallustiam Crispum Oratio, 5, 1921: 512-514).

¹⁷² Rolfe, J.C. (1921) Introduction and Translation. In Sallust. *Complete Works*. London: Loeb Classical Library, p.9-10.

¹⁷³ Texto original presente na edição Loeb (1921): “Sed ego adulescentulus initio sicuti plerique studio ad rem publicam latus sum, ibique mihi multa advorsa fuere” (Salústio, De Bellum Catilinae, 3, 1921:6).

¹⁷⁴ Ver Anexo 1.

¹⁷⁵ Ver Anexo 1.

¹⁷⁶ “Q. Pompeius, C. Sallustius, and T. Manutius Plancus, tribunes of the plebs, were among the first to hold *contiones* that were extremely hostile towards Milo, and calculated also to arouse animosity

História Romana foi marcada por profundos distúrbios dentro do Senado: o assassinato de Clódio¹⁷⁷ pelos partidários de Milão e a posterior defesa deste por parte de Cícero fez com que o tribunato (incluindo Salústio) ficasse contra os dois. A posição de Salústio no evento levanta algumas possibilidades bastante interessantes: longe de ter apoiado César desde o início de sua carreira, é provável que Salústio tenha atacado Cícero e Milão em uma demonstração de apoio a Pompeu¹⁷⁸, quem, por sua vez, apoiava outros candidatos ao consulado, a saber, Q. Metelo Cipião e P. Plúcio Hypsaeus. Ademais, no ano de 51 a.C. os tribunos colegas de Salústio, Planco Bursa e Q. Pompeu Rufo foram levados à julgamento e condenados por incitar o povo à ações violentas contra Milão e Cícero, mas nenhum julgamento similar foi feito a Salústio.

Fontes antigas, em especial a já supracitada *In Sallustiam Crispum Oratio*, argumentam que a vida privada de Salústio era marcada por escândalos: uma dessas histórias pontua que o autor foi pego em *flagrante delicto* com a esposa de Milão, Fauta (filha de Sula), com quem mantinha uma relação amorosa¹⁷⁹. Ademais, Salústio foi expulso do Senado no ano de 50 a.C., acusado pelo então censor Ápio Cláudio Pulcro de má conduta: o censor havia sido incumbido da tarefa de nomear (por meio de *nota censoria*) aqueles senadores que apresentavam desvios de

against Cicero for his strenuous efforts to defend Milo" (Asconio Pediano, 37 C, 2007: 75). Sobre Ascônio Pediano, podemos pontuar que este foi um autor do século I a.C., nascido em Patavium, Pádua e cuja morte ocorreu em 76 d.C. Foi um dos maiores comentadores de Cícero na Antiguidade, tendo um dos textos ciceronianos, os *In Toga Candida*, sobrevivido graças aos comentários feitos por Pediano. Interessante pontuar que Pediano também escreveu uma biografia sobre a vida de Salústio, mas a obra se perdeu ao longo da história (Lewis, R.G. (2007). Introduction and Translation. In: Pediano, Asconius. *Asconius Commentaries on Speeches of Cicero*. London: Oxford University Press).

¹⁷⁷ Sobre os distúrbios do ano de 52 a.C., ver Ramsey, p.2-3; Ademais, sobre a proposta de César aceita pelos Tribunos no ano de 52 a.C., ver César, De Bellum Civile, Book I, 32, p.48-49.

¹⁷⁸ Até 52 a.C. não há nenhum registro que ligue Salústio a César, portanto não há como apontar para uma possível colaboração entre os dois. Em 52 a.C., entretanto, os tribunos passaram uma lei que concedia à César a possibilidade de se candidatar ao consulado romano mesmo estando fora da cidade (César encontrava-se, no momento, na Gália), lei esta que Salústio apoiava (Ramsey, J.T. (2007). Introduction, Translation and Commentary. In.: Sallust. *Sallust's Bellum Catilinae*. London: Oxford University Press, p.3). Quanto à essa lei, ver: César, Bellum Civile 1.32; Ainda sobre os eventos do ano de 52 a.C., os Tribunos T. Planco Bursa e Q. Pompeu Rufo foram mandados à julgamento por incitar o povo contra Cícero e Milo e foram condenados por tal ato; Salústio, no entanto, saiu ileso do evento, mesmo tendo participado ativamente das incitações (Ramsey, J.T. (2007). Introduction, Translation and Commentary. In.: Sallust. *Sallust's Bellum Catilinae*. London: Oxford University Press, p.3).

¹⁷⁹ Ramsey, J.T. (2007). Introduction, Translation and Commentary. In.: Sallust. *Sallust's Bellum Catilinae*. London: Oxford University Press, p.4

conduta ou, conforme Ramos¹⁸⁰, “aqueles senadores indignos (*maculosi senatores*)”. Em Pseudo-Acron¹⁸¹, citando uma parte da biografia de Salústio escrita por Asconio Pediano, temos mais informações sobre o caso

[...] Pois os censores repreenderam Salústio no Senado. Então, ele testemunhou que de fato era cortejador, mas não das mulheres casadas, mas sim das solteiras, mas mesmo assim, por isso foi expulso do Senado, fato de que se desculpa em seu livro sobre Catilina... Isso me parece dizer Salústio; pois é tido que este foi surpreendido em adultério com Fausta, filha de Sula e foi expulso a ponta-pés por Annio Milão. Sobre isso comenta Asconio Pediano ao comentar sobre a vida do autor (Pseudo-Acron *apud* Ramos, 1997: 13).

Além de Pseudo-Acron citando o texto de Asconio Pediano, temos ainda uma menção sobre a expulsão de Salústio do Senado Romano no *In Sallustiam Crispum Oratio* e sobre os motivos pelos quais os censores tomaram tal decisão

[...] Fique contente, Salústio, por ter vivido da forma como lhe agradou e por ter feito tudo que desejava; seja consciente que a culpa é toda sua e não nos culpe pela nossa indiferença. Somos vigilantes na proteção da castidade de nossas mulheres, mas não somos suficientemente vigilantes para protegê-las de você. Sua audácia derrota nosso zelo. Pode alguma acusação, Pais do Senado, ferir esse homem que não fica nem envergonhado de confessar adultério nessa audiência? Se eu decidir não lhe dar nenhuma resposta, mas sim ler a você o pronunciamento de dois homens eloquentes, Ápio Cláudio e Lúcio Piso, no qual os dois concordaram, não estarei tachando você por sua desonra, do qual você não poderá se livrar para o resto de sua vida? E depois de toda revisão do Senado nós não o vimos mais, a menos que todas as fagulhas da República tenham fluído (Pseudo-Cícero, *In Sallustiam Crispum Oratio*, 7, 1921: 514-516)¹⁸².

Entretanto, é preciso ter cautela ao analisar essas acusações feitas contra Salústio, pois há a possibilidade de que elas sejam fruto de um jogo político. Quem indica para essa leitura dos fatos é Dião Cássio que, em sua História de Roma, pontua que o conflito político crescente entre Pompeu e César causou o expurgo de vários membros do Senado Romano, entre eles *equites* e até mesmo *nobilis*: Ápio

¹⁸⁰ Ramos, Bartolomé (1997). Introducción y Traducción. In: Salustio, C.C. *Conjuración de Catilina, Guerra de Jugurta y Fragmentos de las Historias*. Madrid: Editorial Gredos, p.12.

¹⁸¹ Comentarador de Horácio, poeta romano do século I d.C.

¹⁸² Texto original encontrado na edição Loeb (1921): Vixeris ut lebet, Sallusti, egeris quae volueris; satis sit unum te tuorum scelerum esse consciuum, noli nobis languorem et soporem nimium exprobrare. Sumus diligentes in tuenda pudicitia uxorur nostrarum, sed ita experrecti non sumus, ut a te cavere possimus. Audacia tua vincit studia nostra. Ecquod hunc movere possit, patres conscripti, factum aut dictum turpe, quem non puduerit palam vobis audientibus adulterium confiteri? Quod si tibi per me nihil respondere voluisssem, sed illud censorium eloquium Appii Claudii et L. Pisonis, integerrimorum virorum, quo usus est quisque eorum, pro lege palam universis recitarem, none tibi viderer aeternas inurere maculas, quas reliqua vita tua eluere non posset? Neque post illum dilectum senatus umquam te vidimus, nisi forte in ea te castra coniecisti, quo omnis sentina rei publicae confluxerat (Pseudo-Cícero, *In Sallustiam Crispum Oratio*, 7, 1921: 514-516).

Claudius e Pisão foram eleitos censores para o ano de 50 a.C., ano este em que Claudius, apoiador das causas de Pompeu, praticou o expurgo de inúmeros senadores a fim de favorecer o lado de Pompeu. A manobra, todavia, não foi muito positiva tanto para Ápio Claudius quanto para Pompeu, visto que César se beneficiou e utilizou-se largamente a fim de fazer propaganda política.

Dessa forma, o expurgo sofrido por Salústio no de 50 a.C. pode não ter sido fruto de devios de conduta, mas sim de uma perseguição política marcada pela luta entre dois generais, César e Pompeu. Sendo o evento uma manifestação do embate político entre esses dois ou uma reação à má conduta de Salústio, o fato é que o próprio autor se desculpou por seus erros no *De Bellum Catilinae*, fazendo uma espécie de *mea culpa*

[...] Ao invés de modéstia, desinteresse, ao invés de coragem, dominavam o suborno e a cobiça. E muito embora minha natureza, estranha más condutas, recusava esse tipo de erro, no entanto minha pouca idade já havia sido corrompida pela ambição; embora discordasse da conduta dos outros, eu era impelido pela honra e fama da mesma forma como os outros (Sallust, *De Bellum Catilinae*, 3, 1921: 6-8)¹⁸³.

É possível que Salústio, na passagem supracitada, estivesse de fato fazendo uma *mea culpa* a fim de evitar qualquer tipo de crítica a sua obra, visto que os textos salustianos tem um forte cunho moralista: em vários pontos do texto, Salústio critica os mesmos erros que outrora cometeu, como a corrupção, a imoralidade e o gosto por luxo; esses mesmos desvios a que Salústio critica em outros cidadãos, a ele foram creditados anteriormente. Pode ser que, através dessa passagem, Salústio estivesse tentando se livrando de toda culpa pelos erros do passado e, a partir de então, estivesse apto a apontar esses problemas recorrentes à República Romana.

Com sua expulsão do Senado Romano¹⁸⁴, Salústio saiu da cidade para se juntar a César, de quem já era leal¹⁸⁵ desde os eventos do expurgo supracitados.

¹⁸³ Texto original contido na edição Loeb (1921): "Nam pro pudore, pro abstinentia, pro virtute audacia, largitio, avaritia vigeant. Quae tametsi animus aspernabatur insolens malarum atrium, tamen inter tanta vitia imbecilla aetas ambitione corrupta tenebatur; ac me cum ab reliquorum malis moribus dissentirem, nihilo minus honoris cupido eadem qua ceteros fama atque invidia vexabat" (Sallust, *De Bellum Catilinae*, 3, 1921: 6-8).

¹⁸⁴ Mommsen argumenta que Cícero teria endereçado uma carta à Salústio no ano de 50 a.C., onde esse era Proquestor de Bibulo na Síria. A identidade do destinatário da carta, entretanto, é incerta, podendo ser este Salústio outro personagem histórico (Mommsen *apud* Rolfe, J.C. (1921) Introduction and Translation. In Sallust. *Complete Works*. London: Loeb Classical Library, p.10).

¹⁸⁵ A falta de fontes sobre a parceria entre César e Salústio torna difícil precisar quando Salústio teria se tornado um dos apoiadores de César e dos *populares*, mas é possível que estes tenham se aproximado depois do tribunate de Salústio e dos eventos envolvendo Cícero e Milo em 52 a.C.

Sob o comando de César, no ano de 49 a.C. Salústio parte para o Ilírico com uma legião a fim de salvar C. Antônio¹⁸⁶, sitiado pelo exército de Pompeu na ilha de Curicta. Salústio, entretanto, não foi bem sucedido na empreitada, perdendo a batalha. A próxima aparição do posterior historiador seria apenas no ano de 47 a.C., quando foi designado por César pretor da República. Sua nova missão era a de conter o motim em uma das legiões de César na Campânia. Novamente Salústio não saiu vitorioso da batalha, quase sendo morto em combate: o próprio César precisou intervir na situação e salvar seu pretor¹⁸⁷. Já em 46 a.C. a fortuna de Salústio começou a mudar: retomou seu lugar no Senado (graças ao seu posto como pretor da República) e venceu sua primeira batalha sob comando de César, onde garantiu a segurança do abastecimento das tropas via a ilha de Cercina¹⁸⁸. Como recompensa, foi designado (depois da vitória decisiva das forças cesariana na Batalha de Tapso¹⁸⁹) governador da província da África Nova, recém inaugurada por César¹⁹⁰.

¹⁸⁶ Ex-cônsul de Roma no ano de 63 a.C., em conjunto com Cícero e apoiador de César na Guerra Civil de 49-48 a.C.

¹⁸⁷ Sobre a revolta na Campania e a quase morte de Salústio, temos em Dião Cássio mais informações: "The legions, however, caused him no slight trouble; for they found their rewards inferior to their deserts, they made a disturbance. The most of them were in Campania, being destined to sail on ahead to Africa. These nearly killed Sallust, who had been appointed praetor in order to recover his senatorial rank; and when, after escaping them, he set out for Rome to inform Caesar of what was going on, many followed him, sparing no one on their way, but killing among whom they met, two senators. Caesar, as soon as he heard of their approach, wished to send his body-guard against them, but fearing that it, too, might join in the mutiny, he remained quiet until they reached the suburbs" (Dião Cássio, Roman History XLII – 52, 1916: 196-199).

¹⁸⁸ Sobre os eventos na ilha de Cercina, encontramos maiores informações no *De Bellum Africanum*: "Asimismo, ordena el pretor Gayo Salustio Crispo que se dirija con una parte de la flota a la isla de Cercina, que estaba en poder del enemigo, porque oía decir que allí había una gran cantidad de trigo... A la sazón, Gayo Salustio Crispo, de quien dijimos que pocos días antes César lo había enviado con una flota a Cercina, alcanza su destino. A su llegada, Gayo Decimio, excuestor, que con la ayuda de una importante guarnición formada por sus propios esclavos tenía a su cargo el avaluamiento, apoderándose de un pequeño navío se embarca y se da a la fuga. El pretor Salustio, entretanto, acogido por los habitantes de Cercina, encuentra una gran cantidad de trigo con el que llena la notable flota de naves de carga que allí se encontraba y lo expide al campamento de César (De Bellum Africanum, 34, 1955: 396).

¹⁸⁹ Importante batalha lutada durante a Guerra Civil Romana. Nesse conflito, ocorrido no ano de 46 a.C, próximo à Tapso, César derrotou a oposição dos pompeianos liderados por Metelo Cipião. Após a derrota, Metelo Cipião se suicidou juntamente com Catão de Útica que, ironicamente, estava encarregado da proteção da cidade de Útica, que acabou caindo frente ao exército de César. Scullard argumenta que a morte de Catão de Útica foi também a morte da República Romana, visto que esse momento foi decisivo para a vitória e domínio total de César. Ademais, Catão de Útica era um ferrenho defensor da autoridade máxima do Senado e, portanto, ferrenho opositor de César. Quando de sua morte, morreu (em partes), a oposição ao domínio de César (Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Abingdon-on-Thames: Routledge, p.120).

Novamente a história de Salústio foi marcada por desvios de conduta, denunciados nas fontes antigas. Dião Cássio em sua História Romana pontua que, uma vez governador da África, as atividades de Salústio se voltaram para a pilhagem e para o roubo da província¹⁹¹

[...] César, imediatamente depois da fuga de Juba, capturou os que ficaram e massacrou todos que vieram de encontro às suas tropas, não poupando ninguém. Depois, ele entrou em um acordo com o resto das cidades, não encontrando nenhuma resistência e, ao dominar os númidas, ele os reduziu ao status de subordinados, entregando-os à Salústio a fim de os governar. Em realidade, Salústio saqueou e pilhou os Númidas. Em todos esses eventos o governador pegou para si propinas e confiscou muitas propriedades, e com isso foi acusado e taxado na mais profunda desgraça, e mesmo tendo escrito as coisas que escreveu e tecido amargos comentários sobre aqueles que roubaram outros, ele não praticou o que pregou. E, portanto, mesmo completamente exonerado por César, em sua história este borrou suas próprias acusações muito bem (Dião Cássio, XLIII, 1916: 222-225).

No trecho acima citado, Dião Cássio explicita a contradição presente no texto de Salústio, como comentamos anteriormente; mesmo com uma carreira marcada por desvios de conduta (fato muito recorrente na História Romana, principalmente durante o século I a.C.), Salústio apresenta ao leitor uma monografia bastante moralista, onde este indica como causa dos males pelos quais vivia a República os desvios de conduta por parte dos cidadãos romanos, mais afeitos ao luxo do que à vida regrada. Interessante perceber que desde a antiguidade autores já indicavam

¹⁹⁰ Sobre os eventos da fundação da província da África Nova e a designação de Salústio como governador, encontramos mais informações no texto *De Bellum Africanum*: “Mientras tanto, en Zama César subasta las posesiones reales, pone en venta los bienes de quienes, siendo ciudadanos romanos, habían levantado sus armas contra el pueblo romano, concede recompensas a los habitantes de Zama por haber tomado la decisión de cerrarle las puertas al rey, da en convertir el reino en provincia y dejar allí a Gayo Salustio como procónsul con poder military, abandona la ciudad y vuelve a Útica” (De Bellum Africanum, 97, 1955: 449).

¹⁹¹ Ainda sobre a questão das províncias romanas quando da vitória de César na Guerra Civil - 48 a.C. na Batalha de Farsalos onde derrota Pompeu; 46 a.C. na Batalha de Tapso onde derrota o exército dos apoiadores de Pompeu – temos mais informações em Dião Cássio: “While the consuls were appointed in this manner, the remaining magistrates were nominally elected by the plebs and by the whole people, in accordance with ancestral custom, since Caesar would not accept the appointment of them; yet really they were appointed by him, and were sent out to the provinces without casting lots. As for their numbers, all were the same as before, except the fourteen praetor and the forty quaestors were appointed. For, since he had made many promises to many people, he had no other way to reward them, and hence took this method... He released some who were on trial for bribery and were being proved guilty, so that he was charged with bribe-taking himself” (Dião Cássio, Roman History XLII – 52, 1916: 294-297). Dião Cássio nos fornece nesse parágrafo a história que corria à época afirmando que César, por ter absolvido vários governadores acusados de extorquir as províncias, assim como Salústio foi acusado, teria se apropriado de parte dessa pilhagem: “He drained from that province as much as could be carried off on credit or crammed into ships; he drained, I say, Fathers of the Senate, as much as he wished. He bargained with Caesar for twelve hundred thousand sesterces that he should not be brought to trial (Pseudo-Cícero, In Sallustiam Crispum Oratio, 7, 1921: 518-519). A acusação, entretanto, nunca foi confirmada tampouco César sofreu qualquer tipo de sanção.

para essa discordância entre prática e teoria de Salústio. Outrossim, o autor foi acusado quando retornou à Roma no ano de 45 a.C., sendo absolvido das queixas de pilhagem e roubo, crime conhecido como *de repetundis*¹⁹²: em latim o delito era conhecido como *repetundiae* e dizia respeito aos crimes de extorsão e pilhagem das províncias por parte dos governadores ou de soldados que exerciam funções nessas províncias; a primeira legislação, chamada de *Lex Calpurnia*, que visava punir esse tipo de má conduta data de aproximadamente 149 a.C., mas foi largamente modificada para se adaptar à nova realidade da República; César, na posição de cônsul, estabeleceu uma nova lei em 59 a.C. que ficou conhecida como *Lex Julia de Repetundis*, tornando mais rígida a punição contra esse tipo de crime. Eram consideradas contravenções as seguintes atitudes: requisitar navios, imposição de taxas e requisitar dinheiro; como punição, aqueles que cometessem esse crime seriam obrigados a devolver as quantias retiradas das províncias.

É tido que, com o dinheiro da pilhagem da África Nova, Salústio teve a sua disposição fortuna suficiente para construir o famoso *hortii*, situado nos arredores de Roma, entre os Montes Pinciano e Quirinal¹⁹³. Depois de suas experiências como governador da Província Africana, Salústio se retirou da vida pública. Não se sabe ao certo porquê motivo Salústio se afastou da vida pública, mas é provável que a morte de César, seu tradicional patrono e o acúmulo de grande riqueza tenham feito com que Salústio deixasse os cargos políticos; em seu famoso *hortii Sallustiani* (que no futuro serviria de residência do Imperador), Salústio passou a se dedicar a outro tipo de atividade: a escrita de Histórias. Sobre seu pretense afastamento da vida pública e a decisão de escrever histórias, Salústio justifica

[...] Desse modo, quando enfim meu espírito encontrou a paz depois de tantas turbulências e perigos decidi passar o que restava de minha vida longe da vida pública e não era minha intenção desperdiçar meu precioso ócio na indolência e na preguiça, tampouco queria levar uma vida dedicada à agricultura ou à caça, serviços de escravos. Pelo contrário, resolvi retomar uma atividade de que gostava e que minha antiga ambição havia me afastado, a escrita da História do povo Romano, selecionando os temas que julgava dignos de serem escritos, tanto mais que meu espírito não se sentia

¹⁹² Gruen, E. (1995). *The Last Generation of the Roman Republic*. Berkley: University of California Press, p.239-240; Lintott, A. (2008). *Cicero as Evidence: A Historian's Companion*. London: Oxford University Press: 81-83; Ramsey, J.T. (2007). Introduction, Translation and Commentary. In.: Sallust. *Sallust's Bellum Catilinae*. London: Oxford University Press, p.5.

¹⁹³ Ramos, B. S. (1997). Introducción, Traducción y Notas. In. Salustio. *Conjuración de Catilina, Guerra de Jugurta y Fragmento de las Historias*; Pseudo Salustio. Cartas a César y Inectiva contra Cicerón; Pseudo Cicerón. Inectiva contra Salústio. Madrid: Editorial Gredos: 15.

preso à esperança, ao medo, às facções políticas (Sallust, De Bellum Catilinae, 4, 1921: 8)¹⁹⁴.

Esse trecho nos é interessantíssimo por nos revelar alguns aspectos importantes sobre o processo de escrita, o tempo no qual Salústio se retirou da vida pública bem como o porquê de tomar tal atitude. Primeiramente, quando Salústio fala em se dedicar à escrita de histórias em detrimento da caça ou da agricultura, este citava uma tradição romana anterior a ele: Catão, o velho, se dedicou quando de seu afastamento da vida pública, à agricultura, escrevendo um texto sobre o assunto, por exemplo; outrossim, Syme¹⁹⁵ argumenta que outros senadores antes de Salústio se dedicaram à escrita de Histórias, demonstrando que a atitude de Salústio nada tinha de inédita. Mas a questão mais interessante a se perguntar em relação ao trecho supracitado é: por que se dedicar à História? Se pensarmos que a escrita da História, ou, melhor, a manutenção da memória, é um ato extremamente político, visto que dessa forma o autor pode depreciar ou não personagens de sua história, conceder a sua visão dos eventos ocorridos, percebemos que Salústio de forma alguma se afastou da vida pública, pelo contrário, este estava ainda mais inserido na *res publica*; escrever histórias dava a Salústio a oportunidade única de um protagonismo que nunca teve ao ocupar um cargo público: quando Salústio era um político em Roma, sempre esteve em uma categoria abaixo de outros políticos muito mais destacados, como Cícero, por exemplo. Escrever histórias dava a Salústio a oportunidade de estar no mesmo nível que estes políticos, analisá-los bem como julgá-los (Salústio nos demonstra que pode fazer um julgamento dos personagens principais quando diz que seu “espírito não se sentia preso à esperança, ao medo, às facções políticas). Portanto, escrever histórias era se inserir ainda mais na vida pública.

Ademais, tratar de “ temas que julgava dignos de serem escritos”, percebe-se que Salústio buscava temas nos quais pudesse analisar o momento histórico em que vivia, onde houvesse a viabilidade de criticar o *status quo* da política romana: o

¹⁹⁴ Texto original presente na edição Loeb (1921): “Igitur ubi animus ex multis miseriis atque periculis requievit et mihi reliquam aetatem a re publicae peocul habendam decrevi, non fuit consilium socordia atque desidia bonum otium conterere, neque vero agrum colundo aut venando sevilibus officiis intentum aetatem agree; sed a quo incepto studioque me ambition mala detinuerat, eodem regressus statui res gestas populi Romani carptim, ut quaeque memoria digna videbantur, perscribere; eo magis quod mihi a spe, metu, partibus rei publicae animus liber erat” (Sallust, De Bellum Catilinae, 4, 1921: 8).

¹⁹⁵ Syme, Ronald (2002). *Sallust*. Berkley: University of California Press.

evento da Conjuração de Catilina proporcionava a Salústio a possibilidade de criticar os personagens principais do cenário político do final do século I a.C. bem como de esmiuçar os trâmites políticos desse momento da República: questões como facções políticas, embate entre *optimates* e *populares*, poder pessoal, todos esses temas se faziam presente na Conjuração de Catilina e foram investigados e expostos por Salústio em sua monografia. Ademais, escrever histórias proporcionava a Salústio uma certa segurança: o momento político no qual escreve, os anos 40 a.C., era incerto e violento, marcado pela luta entre ideias distintas: o domínio de uma só pessoa em detrimento do domínio oligárquico; Cícero foi morto devido a sua participação ativa no período. Salústio, por sua vez, na segurança da escrita, não padeceu do mesmo perigo. Por esse motivo comenta que seu espírito não se sentia preso ao medo ou aos partidos políticos.

Como o foco da pesquisa é o *De Bellum Catilinae*, voltaremos nossa atenção exclusivamente para este texto.

Das três obras de Salústio, é tida que a primeira a ser escrita foi a *De Bellum Catilinae* pois esta, em uma análise mais aprofundada, aparenta ser mais uma experimentação de Salústio no que toca ao estilo e à forma de contar uma história do que uma obra bem definida nesses quesitos. Já no *De Bellum Jugurtha*, o autor levou em conta seus erros e acertos na obra anterior, criando uma narrativa mais fluida e mais consistente. Sobre a data de escrita do texto *Bellum Catilinae*, algumas construções gramaticais usadas por Salústio nos indicam que a obra foi escrita depois da morte dos atores principais: quando se refere à César e Catão, depois dos famosos discursos desses personagens (parágrafos 51 e 52), este usa a construção *fuere viri duo*¹⁹⁶, onde a utilização do passado tem a intenção de colocar o autor no lugar do leitor da obra; segundo Ramsey¹⁹⁷ essa estrutura gramatical é muito comum na escrita epistolar.

Algumas teorias apontam para uma publicação anterior à morte de Cícero (43 a.C.); outras, entretanto, pontuam que Salústio teria publicado depois da morte de Cícero. Concordamos com a posição de Ramsey em situar como possível ano de

¹⁹⁶ A passagem completa da construção gramatical utilizada por Salústio é a seguinte: “Sed memoria mea ingenti virtute, divorsis moribus fuere viri duo, M. Cato et C. Caesar” (Salústio, *De Bellum Catilinae*, 53, 1921: 110).

¹⁹⁷ Ramsey, J.T. (2007). Introduction, Translation and Commentary. In.: Sallust. *Sallust's Bellum Catilinae*. London: Oxford University Press.

publicação do *De Bellum Catilinae* depois da morte do principal personagem do evento: o cônsul Cícero. Ramos e Syme¹⁹⁸ também fixam a morte de Cícero como marco para a publicação do *De Bellum Catilinae* e, indo mais além na questão, fixam o ano de 42 a.C. como possível ano de publicação da primeira obra salustiana. O segundo texto publicado pelo autor foi o *De Bellum Jugurtha*, cuja composição se iniciou por volta do ano de 41 a.C.¹⁹⁹ e que foi publicado próximo ao ano de 39 a.C.; nesse mesmo ano, ou possivelmente até antes, Salústio começou a escrever sua maior e mais elaborada obra, Histórias, na qual trabalhou os eventos ocorridos imediatamente após a saída de Sula do poder até a Conjuração de Catilina. É possível que Salústio continuasse e fosse além dos eventos ocorridos até o ano de 63 a.C., mas sua morte impediu a continuação do trabalho.

Para escrever sobre os fatos que marcaram o consulado de Cícero e sobre a Guerra contra Jugurta, Salústio optou por um estilo de escrita até então não muito usual: as monografias. Segundo Ramsey²⁰⁰, o primeiro a escrever um texto de história nesse estilo teria sido L. Coelio Antipater, em uma obra acerca da Segunda Guerra Púnica (é tido que Antipater teria rompido com a tradição dos anais e optado por escrever uma história em estilo monográfico de um só evento). Esse subgênero da história foi descrito por dois dos mais celebrados autores da antiguidade: Políbio e Cícero. O historiador grego descreve a monografia histórica como sendo uma “história em partes”²⁰¹ enquanto que o romano, ao requisitar (em carta) que seu

¹⁹⁸ Syme *apud* Rolfe, J.C. (1921) Introduction and Translation. In Sallust. Complete Works. London: Loeb Classical Library, p.16.

¹⁹⁹ O prefácio do segundo texto de Salústio, o *De Bellum Jugurtha*, nos traz algumas interessantes informações sobre a data de escrita: nele o autor aponta para um afastamento ainda maior em relação à toda atividade política – “Dentre esses recursos, as magistraturas e os comandos, em uma palavra, toda a atividade política, não me parecem desejáveis nas atuais circunstâncias” – o que indicaria que esta obra foi a segunda na linha cronológica dos textos salustianos; Ademais, na continuação Salústio aponta para o esvaziamento do prestígio e da segurança proporcionado pelos cargos públicos, o que pode ser entendido devido ao derramamento de sangue causado pelos triunviros no ano de 43 a.C. – “... já que as honras não são recompensas ao mérito, e os que a ela chegaram fraudulentamente não estão mais seguros nem mais honrados. Realmente governar pela força país e pátria, ainda que seja possível e se consiga corrigir os abusos, é contraproducente, sobretudo levando em consideração as vicissitudes políticas que acarretam assassinio, exílio e outros tipos de violência” (Salústio, *De Bellum Jugurtha*, 2, 1990: 138).

²⁰⁰ Ramsey, J.T. (2007). Introduction, Translation and Commentary. In.: Sallust. *Sallust's Bellum Catilinae*. London: Oxford University Press.

²⁰¹ Políbio comenta sobre a questão da “história em partes”, que damos hoje o nome de monografias: “As it is, I observe that while several modern writers deal with particular wars and certain matters connected with them, no one, as far as I am aware, has even attempted to inquire critically when and whence the general and comprehensive scheme of events originated and how it led up to the end... For we can get some idea of a whole from a part, but never knowledge or exact opinion.

amigo Lucceius escrevesse a história dos eventos de seu consulado, apontou como melhor modelo de escrita as monografias²⁰² (*libellus*).

Os historiadores que antecederam Salústio no ofício da escrita da História comumente lançavam mão de estilos de reedição de fatos sem uma análise mais aprofundada sobre o que escreviam. Cícero comenta a questão em seus textos *Sobre o Orador*²⁰³ e *Das Leis*²⁰⁴, pontuando que em um período anterior os romanos escreviam histórias no formato de anales, sem tecer comentários acerca dos temas que redigiam. Em uma de suas cartas a Ático, Cícero argumenta que autores como Catão, Fábio Pícto ou Pisão redigiam seus textos sem nenhum tipo de ornamento; já em seu texto *Sobre o Orador*, Cícero reitera seus comentários sobre o processo de escrita da História aplicado por autores anteriores ao século I a.C., comentando que Coelius Antipater foi o primeiro a romper com esse modelo aplicando um novo, um tanto rudimentar, mas mais próximo ao estilo de Cícero, Salústio e seus posteriores; os autores a partir de Coelius Antipater passaram a analisar e tecer comentários acerca dos temas trabalhados.

Alguns historiadores antes de Salústio experimentaram novas formas de escrever história, como é o caso de L. Cornélio Sisena, mas continuavam muito longe do estilo alcançado pelos historiadores gregos do século V e IV a.C., tido como ideal pelos romanos. Por esse motivo, Salústio não utilizou autores romanos como inspiração para sua escrita de histórias, mas sim foi influenciado pelos gregos: o grego Tucídides²⁰⁵ foi de grande influência para Salústio. Segundo Ramsey o interesse pela obra “História da Guerra do Peloponeso” foi reavivado durante a

Special histories therefore contribute very little to the knowledge of the whole and conviction of its truth. It is only indeed by study of the interconnexions of all the particulars, their resemblances and differences that we are enabled at least to make a general survey, and thus derive both benefit and pleasure from history” (Polybio, *Histories*, Book 1, 4, 1922: 9-13).

²⁰² Cícero, ironicamente, pediu em uma carta do ano de 55 a.C., para que seu amigo Lucceius escrevesse sobre os fatos que marcaram seu consulado; o estilo recomendado foi o mesmo utilizado por Salústio em suas duas primeiras obras: as monografias. Cícero pontua: “I visualize that a work of moderate size can cover the period from the beginning of the conspiracy to my return from exile... So I shall regard it as preferable if from your continuous narrative, in which you embrace an unbroken history of events, you decide to detach this drama, so to say, of my achievements and experiences. For the drama incorporates different acts, with many changes of both plans and circumstances... Then, one brief account (*libellus*) by Xenophon, in his praise of that king, has easily overshadowed all paintings and statues of all artists who ever existed.” (Cicero, *Cicero’s Selected Letters*, 40, 2008: 92-93).

²⁰³ Cícero, *Sobre el Orador*, 51, 2002: 224-225.

²⁰⁴ Cícero, *On the Laws*, Book 1, 6, 1999: 106-107.

²⁰⁵ Escritor grego do século V a.C. quem escreveu sobre a História da Guerra do Peloponeso. Sobre a influência de Tucídides na historiografia salustiana, ver: Grethlein, J. *The Unthucydidean Voice of Sallust*. New York: *Transactions of the American Philological Association*, 2006, pp.299-327.

metade do primeiro século antes de Cristo, tornando-se objeto de fascínio de vários leitores, entre eles Salústio, devido à sua análise do declínio e fim da hegemonia ateniense²⁰⁶. Nessa obra, os romanos buscavam respostas para as pressões a que passava a República. Essa atração tomou novo fôlego quando César atravessou o rio Rubicão dando início à Guerra Civil: os leitores de Tucídides se voltavam ao autor afim de compreender qual seria o futuro da República²⁰⁷.

Se Tucídides escreveu sobre os eventos da queda da hegemonia ateniense, Salústio se dedicou, em suas monografias, à escrita da decadência da República Romana (em uma análise mais profunda, o autor escreveu sobre a decadência da aristocracia romana). A fim de adaptar o estilo de Tucídides, de uma prosa direta e bastante gráfica, Salústio se voltou a um de seus conterrâneos: Catão, o Velho. Cícero²⁰⁸ já havia apontado como solução para a adaptação do estilo tucidideano a leitura do texto *Origines* de Catão, obra esta que permanecia negligenciada até então.

Escolhido o modelo de escrita e a forma como Salústio escreveria suas obras, o próximo passo do historiador foi escolher seu tópico de escrita. Acerca da Conjuração de Catilina, o próprio Salústio justifica a escolha do tema

[...] I Vou, pois, da maneira mais fiel que me for possível, fazer um relato sucinto da conjuração de Catilina: esse acontecimento me parece digno de

²⁰⁶ Sobre a teoria do declínio e fim da hegemonia ateniense, vale pontuar que esta se tornou popular em Roma no século I a.C. devido à declaração dada por Tucídides que eventos como este são frutos da mente humana e provavelmente ocorrerão novamente, de formas muito parecidas: "... but whoever shall wish to have a clear view both of the events which will some day, in all human probability, happen again in the same or a similar way – for these to adjudge my history profitable will be enough for me..." (Thucydides, *The Peloponnesian War*, Book I, XXII, 1919: 39-41).

²⁰⁷ Ramsey, J.T. (2007). Introduction, Translation and Commentary. In.: Sallust. *Sallust's Bellum Catilinae*. London: Oxford University Press, p.10

²⁰⁸ Cícero comenta sobre o uso do texto de Catão como modelo para adaptação da prosa tucidideana no texto *Brutus* 65-66: "But as to Cato, where will you find a modern orator who condescends to read him? nay, I might have said, who has the least knowledge of him? And yet, good Gods! What a wonderful man! I say nothing of his merit as a citizen, a senator, and a general; we must confine our attention to the orator. Who, then, has displayed more dignity as a panegyrist? More severity as an accuser? More ingenuity in the turn of his sentiments? Or more neatness and address in his narratives and explanations? Though he composed above a hundred and fifty orations (which I have seen and read) they are crowded with all the beauties of language and sentiment. Let us select from these what deserves our notice and applause: then will supply us with all the graces of oratory. Not to omit his *Origins*, who will deny that these also are adorned with every flower, and with all the lustre of eloquence? And yet he has scarcely any admirers; which some ages ago was the case of Philistus the Syracusan, and even of Thucydides himself. For as the lofty and elevated style of Theopompus soon diminished the reputation of their pithy and laconic harangues, which were sometimes scarcely intelligible through their excessive brevity and quaintness; and as Demosthenes eclipsed the glory of Lysias, so the pompous and stately eclocutin of the moderns has obscured the lustre of Cato (Cícero, *Brutus*, 65, 66: 62-65).

especial registro em razão da excepcionalidade do crime e do perigo. (Salústio, *De Bellum Catilinae*, 4, 1990: 99)²⁰⁹.

Para além da justificativa dada por Salústio no início de sua obra *De Bellum Catilinae*, podemos acrescentar que a abundância de fontes pode ter feito da conjuração um bom tema para a escrita de Salústio. Outrossim, escrever sobre a evento deu à Salústio a oportunidade de tecer comentários sobre a degeneração da República Romana bem como sobre as principais figuras políticas do final da República. Ainda sobre as fontes utilizadas pelo autor, os textos ciceronianos foram utilizados na composição de sua obra: a inegável semelhança entre o início das Catilinárias e o primeiro discurso de Catilina demonstra a forte influência de Cícero em Salústio

[...] Até quando suportarão isso, brava gente? Não seria melhor morrer valentemente do que perder na humilhação uma vida miserável e desonesta, onde se é joguete da arrogância dos outros? Eu os asseguro, a vitória está em nossas mãos (Salústio, *De Bellum Catilinae*, 20, 1921: 34-37)²¹⁰.

[...] Até quando, Catilina, abusará de nossa paciência? Quanto tempo mais irá essa sua loucura nos fazer de joguete? (Cícero, *In Catilinam*, Book I, 1, 2001: 33)²¹¹.

O trecho de Salústio, no qual o autor constrói o discurso de Catilina a seus apoiadores, quando estes estavam reunidos em sua casa a fim de debater os caminhos da conjuração, é bastante similar à primeira estrofe da Primeira Catilinária. Um aspecto semelhante é o uso de questionamentos aos espectadores como forma de abertura do discurso: no caso de Cícero, as indagações eram endereçadas aos senadores; para Catilina, aos seus apoiadores. O segundo ponto em comum é a estrutura utilizada para formular a questão: ambos fazem uso da construção *quosque tandem*, que em uma tradução livre seria o equivalente a “eu lhes pergunto, até quando”; outro aspecto similar é o sentido dos questionamentos: ambos apontam para a questão de serem feitos de joguete: Catilina questiona se

²⁰⁹ Texto original contido na edição Loeb (1921): “Igitur de Catilinae coniuratione quam verissime potero paucis absolvam; nam id facinus in primis ego memorabile existimo sceleris atque periculi novitate” (Sallust, *De Bellum Catilinae*, 4, 1921: 8).

²¹⁰ Texto original contido na edição Loeb (1921): “Quae quousque tandem patiemini, o fortissimi viri? Nonne emori per virtutem praestat quam vitam miseram atque inhonestam, ubi alienae superbiae ludibrio fueris, per dedecus amittere? Verum enimvero, pro deum atque hominum fidem victoria in manu nobis est, viget aetas, animus valet... (Sallust, *De Bellum Catilinae*, 20, 1921: 34-36).

²¹¹ Texto original contido na edição Loeb (2001): “Quousque tandem abutere, Catilina, patientia nostra? Quam diu etiam furor iste tuus nos eludet? (Cícero, *In Catilinam*, 1, 2001: 32).

seus apoiadores seguirão sendo feitos de joguete nas mãos da *nobilitas* enquanto que Cícero indaga por quanto tempo a fúria de Catilina irá iludir a República.

Além do próprio *In Catilinam*, compilação dos discursos proferidos por Cícero no calor dos eventos de 63 a.C., Salústio também utilizou outros textos de Cícero, como o *Oratio in Toga Candida, pro Murena e pro Sulla*²¹². Ademais, em dois momentos da narrativa, Salústio comenta sobre o uso de fontes externas

[...] Q. Catulo leu no senado uma carta bem diferente dessa, que ele dizia ter-lhe sido entregue em nome de Catilina. Uma cópia dela se reproduz abaixo [...] (Salústio, De Bellum Catilinae, 34, 1921: 58)²¹³.

[...] Por Voltúrcio ele (Lêntulo) enviou carta a Catilina, cuja cópia se transcreve abaixo [...] (Salústio, De Bellum Catilinae, 44, 1921: 74)²¹⁴.

Nos é bastante interessante as duas passagens pois nelas Salústio expõe o processo de seleção e utilização dos materiais referentes à Conjuração de Catilina que dispunha. Além do uso dessa cartas, fontes orais possivelmente foram usadas na composição dos textos salustianos bem como suas próprias memórias acerca dos fatos, conforme consta no seguinte parágrafo acerca da acusação de que Crasso fazia parte da conjuração: “Eu mesmo ouvi Crasso afirmar que esse grave insulto lhe tinha sido feito por Cícero”²¹⁵.

Até o presente momento poucos foram os manuscritos que chegaram até nós das obras salustianas, conforme consta em Rolfe²¹⁶. Dos manuscritos que possuem relevância para o estudo e tradução, os especialistas nas obras salustianas dividem-os da seguinte maneira: os *Codices Mutili* que são marcados por uma grande lacuna no texto B.J.; os *Codices Integri* onde as lacunas foram preenchidas por autores posteriores. Ainda conforme Rolfe, os códices *mutili* são os mais antigos, sendo os *integri* utilizados para preencher as lacunas contidas no texto. Os códices que dispomos para o estudo de Salústio são: *Codex Parisinus*, Sorbonne 500, datado do décimo século (P); *Codex Padrisinus*, 1576 (P1), do século X (mas mais recente que

²¹² Ramsey, J.T. (2007). Introduction, Translation and Commentary. In: Sallust. Sallust's Bellum Catilinae. London: Oxford University Press, p.9.

²¹³ Texto original contido na edição Loeb (1921): “Q. Catulus in senatu recitavit, quas sibi nomine Catilinae redditas dicebat. Earum exemplum infra scriptum est... (Sallust, De Bellum Catilinae, 34, 1921: 58).

²¹⁴ Texto original contido na edição Loeb (1921): “Ipse Volturcio literas ad Catilinam dat, quarum exemplum infra scriptum est... (Sallust, De Bellum Catilinae, 44, 1921: 74).

²¹⁵ Texto original contido na edição Loeb (1921): “Ipsium Crassum ego postea praedicantem audiivi tantam illam contumeliam sibi ab Cicerone impositam (Sallust, De Bellum Catilinae, 48, 1921: 84).

²¹⁶ Rolfe, J.C. (1921) Introduction and Translation. In Sallust. Complete Works. London: Loeb Classical Library.

o Sorbonne 500); *Codex Vaticanus*, 3325 (v), datado do século XI; *Codex Leidensis sive Vossianus*, 75 (L), do século XI; *Codex Vaticanus Palatinus*, 889 (Nazarianus, N). Outros quatro códices são usados para preencher as lacunas dos cinco primeiros: *Monacensis*, 2602 (A), formalmente conhecido como Alderpacensis 72, datado do século XIII; *Codex Lipsiensis Senatorius*, Rep.I., Fol. 4 (S), século XI; *Codex Fabricianus*, Copenhagen 25 (F), do século XI; *Codex Parisianus*, 6085 (P2), do século XI.

Ademais, compondo o corpus de textos salustianos, temos as obras apócrifas do autor, cuja autoria é duvidosa. Nesse conjunto de textos, temos as seguintes obras: *In M. Tullium Ciceronem Oratio (Inuectiva in Ciceronem)*, *Epistulae ad Caesarem senem de re publica*. A *In M. Tullium Ciceronem Oratio* aparece em manuscritos tanto de Cícero quanto de Salústio, de forma semelhante como acontece com a *In Sallustiam Crispum Oratio*; já a obra *Epistulae ad Caesarem senem de re publica* figura no *Codex Vaticanus* 3864, onde há uma compilação de textos como a Guerra das Gálias, de César, cartas de Plínio e as monografias de Salústio e seu texto *Historiae*.

3.2 CÍCERO E CATILINA: VIDAS PARALELAS

Assim como Salústio, nosso personagem de estudo, Cícero não nasceu na cidade de Roma. Originário da pequena cidade de Arpino, a aproximadamente vinte e quatro quilômetros de Roma, Cícero foi o maior orador e político de sua época, sendo lembrado até hoje por seu extenso e variado trabalho, que englobou escritos sobre filosofia, história, retórica, política, entre outros. Quando cônsul, Cícero vivenciou o ápice de sua carreira: ao derrotar os conjurados e o próprio Catilina, Cícero foi condecorado com o título de *Pater Patriae* (pai da pátria). A fim de compreender essa figura histórica de peso, vale abrir aqui uma breve digressão acerca de sua vida, suas conquistas bem como seu *cursus honorum* (percurso nas magistraturas romanas).

Nascido em três de janeiro de 106 a.C. (mesmo ano de nascimento de Pompeu), Cícero era proveniente de uma família nobre²¹⁷ da cidade de Arpino,

²¹⁷ Segundo Wood (1991), Cícero vinha de uma família (*Tullii Cicerones*) da ordem equestre de proprietários de terra bem sucedidos e abastados (Wood, 1991: 43). Sua família possuía excelentes relações em Roma, o que ajudou a entrada de Cícero na política: seu pai era próximo do filho de

intimamente associada com membros proeminentes da política romana. Por ter nascido em uma família abastada, Cícero foi enviado à Roma ainda muito novo, onde teve uma excelente educação, sendo versado na filosofia, política, retórica, gramática e nas leis desde pequeno²¹⁸. Alcançada a maioridade legal (quando vestiu a *toga viril* aos 16 anos), Cícero se empenhou em seus serviços militares, lutando no Piceno sob o comando de Cneu Pompeu Estrabão²¹⁹ (pai de Pompeu Magno) e depois na guerra contra os marsos (Campânia) sob o comando de Sula.

Sob a ditadura de Sula, Cícero teve sua primeira experiência no que toca à prática da lei: seu primeiro discurso jurídico provavelmente foi *Pro Quinctio*²²⁰, pronunciado no ano de 81 a.C. (Cícero tinha 25 anos na época). No ano seguinte, Cícero novamente se dedicou às leis, dessa vez defendendo Sexto Roscio de Amerino, acusado por um liberto de Sula, Crisógono, do crime de patricídio. Em 79 a.C. Cícero partiu de Roma a fim de prosseguir seus estudos sobre filosofia e retórica na Grécia; permaneceu em Atenas, posteriormente Esmirna e Rodes até o ano de 77 a.C.²²¹, quando retornou à Roma. Nesse mesmo ano, Cícero casou-se

Catão, o Censor; seu irmão era próximo de Marcus Antônio (avô do famoso Marco Antônio); sua mãe, Hélvia, tinha conexões com Lúcio Licínio Crasso por parte de sua irmã (Wood, N. (1991). *Cicero's Social and Political Thought*. Berkeley: University of California Press, p.43).

²¹⁸ Sobre os estudos especificamente de Cícero, temos algumas interessantes informações em Márquez e Wood: estudou oratória com alguns dos personagens mais importantes da época, como Lucio Licínio Crasso (cônsul do ano de 95 e censor em 92 a.C.) e Marcus Antônio (também cônsul e censor); foi discípulo também de Apolonio Mólón; estudou também com os juristas Quinto Mucio Escévola, o Augur (cônsul no ano de 117 a.C.) e Quinto Mucio Escévola, o Pontífice (cônsul no ano de 95 a.C.) (ambos tem o mesmo nome e são primos); foi em seus estudos com o Pontífice que Cícero conheceu Tito Pomponio, também conhecido como Ático, de quem virou amigo e com quem trocou importantes correspondências; no que toca à filosofia, estudou com Fílon de Larisa e com Diodoto (Márquez, M. (1990) *Introducción General*. In. *Discursos I: Verrinas*. Madrid: Editorial Gredos, p.8-9; Wood, N. (1991). *Cicero's Social and Political Thought*. Berkeley: University of California Press, p.44).

²¹⁹ Segundo Wood (1991), Cícero teria conhecido Pompeu Magno e Catilina, seu futuro inimigo durante o serviço militar sob Cneu Pompeu Estrabão (Wood, N. (1991). *Cicero's Social and Political Thought*. Berkeley: University of California Press, p.46).

²²⁰ Segundo Lintott (2008), no preâmbulo de seu discurso *Pro Quinctio*, Cícero comenta sobre seus casos anteriores, provavelmente casos de defesa privados; É difícil precisar se de fato Cícero falava a verdade em relação à existência de outros casos ou se este tentava se promover comentando sobre casos inexistentes. Para mais informações sobre o assunto, ver Lintott: pp.43-59 (Lintott, A. (2008). *Cicero as Evidence: A Historian's Companion*. London: Oxford University Press, p.43).

²²¹ Sobre a estadia de Cícero na Grécia e seus mentores intelectuais do período, encontramos maiores informações em Plutarco: "Accordingly, he undertook the defence of Roscius, won his cause, and men admired him for it; but fearing Sulla, he made a journey to Greece, after spreading a report that health needed attention... On coming to Athens he attended the lectures of Antiochus of Ascalon, and was charmed by his fluency and grace of diction, although he disapproved of his innovations in doctrine... Cicero loved the system which Antiochus discarded and devoted himself the rather to them, puposing, in case he was altogether driven out of a public career, to change his home to Athens, away from the forum and the business of the state, and spend his life in the quiet pursuit of philosophy...In Asia, he studied oratory with Xenocles of Adramyttium, Dionysius of

com Terentia, mulher rica que, segundo as fontes antigas, vinha da importante família dos Varrones (se as fontes estiverem corretas, então Cícero se tornou parente distante de outro importante autor, Marco Terêncio Varro – 116 a 27 a.C., com quem Cícero se correspondia frequentemente). Com Terentia, Cícero teve dois filhos (Tullia e Marcos) e permaneceu casado até o ano de 46 a.C., quando divorciou-se desta e casou com outra mulher, Púbia.

Cícero teve uma notável carreira política, especialmente para um romano sem uma experiência militar significativa: uma vez de volta à Roma, Cícero se empenhou em iniciar sua carreira política, estreando no ano de 75 a.C. na posição de questor²²² da Sicília (Cícero tinha 30 anos de idade). Como questor, Cícero conquistou uma cadeira no Senado Romano, posição essa que lhe deu a oportunidade de defender os sicilianos no processo contra Caio Verres (70 a.C.): Verres, que tinha sido proconsul da província da Sicília entre os anos de 73 a 71 a.C. havia sido acusado de pilhagem (*de repetundis*; ver nota 20). Seu discurso contra Verres (*In Verrem*), até hoje preservado, é uma importante fonte para compreender a situação das Províncias romanas no final da República. Cícero saiu vitorioso nesse processo contra Verres, já angariando para si uma nova posição: a de edil para o ano de 69 a.C. Na posição de edil, Cícero ficou encarregado de cuidar do financiamento e organização dos jogos públicos; nessa função, se esforçou para permanecer longe das acusações de se utilizar do erário público a fim de angariar futuros votos do povo romano (acusação comum para quem lidava com espetáculos públicos dentro de Roma). Nesse período ainda se dedicou à defesa de alguns casos jurídicos, como o de um tal Marco Túlio (de identidade desconhecida), de Marco Fonteyo, acusado de se aproveitar de sua posição política vantajosa e de Aulo Licínio Cecina, em um processo relativo à herança.

Logo em seguida, Cícero se candidatou e ganhou as eleições para pretor do ano de 66 a.C., onde teria como função supervisionar o sistema judiciário e presidir os processos criminais (função dada aos pretores depois do ano de 149 a.C.). Nesse mesmo ano, Cícero proferiu o que seria um discurso bastante controverso na época: *De Imperio Gnaei Pompeii – Pro Lege Manilia*²²³, onde defendia a posição de

Magnesia, and Menipus the Carian; in Rhodes, oratory with Apollonius the son Molon, and philosophy with Poseidonius (Plutarch, *Plutarch's Lives: Demosthenes and Cicero*, 1967: 89-93).

²²² Sobre as magistraturas romanas, ver Anexo 1.

²²³ Lei proposta pelo tribuno da plebe Caio Manílio (67 a.C.) que concedia à Pompeu o domínio sobre os exércitos da Ásia, Bitínia e Cilícia e, segundo Cereza, sem nenhum limite de tempo à esse

que a Pompeu deveria ser dado o comando da guerra contra o rei Mitrídates. Em seu discurso, Cícero argumenta que Pompeu era o único que detém *gloria* suficiente para vencer um inimigo à altura de Mitrídates. A lei foi recebida com muita polêmica em Roma muito devido à já elevada posição de Pompeu depois de sua extraordinária vitória contra os piratas²²⁴ do Mediterrâneo, embate esse que durou apenas noventa dias e resultou na total derrota dos piratas.

Se essa vitória já havia elevado o status de Pompeu a poderoso general, uma nova guerra, tão importante quanto a contra Mitrídates, daria ao general poderes extraordinários. Parte do Senado estava relutante em conceder esse tipo de autoridade a Pompeu. Há divergências no que toca aos objetivos pelos quais Cícero defendeu Pompeu através desse discurso: alguns acreditam que a motivação de Cícero era puramente patriótica; outros, que o que movia o autor era um “exagerado amor pela glória”; há também quem diga que Cícero tinha por objetivo angariar para si o apoio de Pompeu em suas futuras incursões políticas. De toda forma, não há como negar a beleza e equilíbrio daquele que viria a ser seu primeiro discurso político²²⁵.

Ao longo de seus anos dedicados à carreira política, Cícero forjou uma relação amistosa com importantes famílias oligárquicas romanas, bem como com a ordem equestre e com os *publicani* (aqueles que coletavam os impostos). Essas relações foram estabelecidas muito devido à postura adotada por Cícero: oposição à reformas sociais, crença na superioridade do Senado Romano e profunda defesa das finanças públicas fizeram com que Cícero angariasse para si o apoio da aristocracia conservadora, parcela essa da sociedade que temia o avanço de líderes populares como César, Crasso ou Catilina. Essas importantes relações tornaram possível para Cícero angariar o cargo mais importante da República: o consulado.

poder. Além de dominar a frota no Mediterrâneo, Pompeu ainda garantiu o domínio dos exércitos na Ásia (Cereza, J.M. (1995). Introducción, Traducción y Notas. In.: Cicerón, M.T. *Discursos IV*. Madrid: Editorial Gredos, p.106).

²²⁴ O comando da guerra contra os piratas no Mediterrâneo, que roubavam os navios cargueiros e cortavam o abastecimento de trigo destinado à cidade de Roma, foi dado ao general Pompeu através da Lei Gabínia (*Lex Gabinia* – 67 a.C.), proposta pelo tribuno da plebe Aulo Gabínio. A lei estabelecia que, a fim de derrotar a pirataria, seriam concedidos poderes irrestritos ao cônsul; o Senado não aprovou e pediu a morte do tribuno. A população optou por defender Gabínio e conceder à Pompeu autoridade absoluta contra os piratas; esse tipo de lei que suprimia o domínio supremo do Senado sobre as magistraturas era inconstitucional, por esse motivo César se opôs a ela; Cícero, por sua vez, não se pronunciou (Cereza, J.M. (1994). Introducción, Traducción y Notas. In.: Cicerón, M.T. *Discursos IV*. Madrid: Editorial Gredos, p.105).

²²⁵ Cereza, J.M. (1995). Introducción, Traducción y Notas. In.: Cicerón, M.T. *Discursos V*. Madrid: Editorial Gredos, p.107).

Com o slogan “*concordia ordinum*” (concordia e ordem), Cícero fez sua campanha durante o ano de 64 a.C. (a campanha se iniciou em julho de 65 a.C.), vencendo as eleições para o consulado de 63 a.C.²²⁶ em conjunto com Caio Antônio²²⁷.

No cargo, Cícero continuou a cuidar dos interesses da aristocracia oligárquica, bloqueando as tentativas de reforma, garantindo a execução dos interesses dos donos de terra e dos investidores e prevenindo qualquer tipo de redução ou cancelamento de dívidas. Nesse período o autor proferiu outro importante discurso: Discurso contra Rullus; o desconhecido tribuno da plebe Rullus havia proposto uma lei de reforma agrária, provavelmente apoiado pelos *populares* César e Crasso. Cícero, apoiado pela oligarquia romana, discursou contra as tentativas de reforma, enterrando qualquer tipo de mudança na lei agrária; dessa forma, as terras continuaram nas mãos de uns poucos proprietários de terras.

Ainda durante seu consulado, Cícero viveu o auge de sua carreira política e a República vivenciou um período de séria perturbação e perigo: a Conjuração de Catilina, evento tema do presente trabalho. Sobre esse momento histórico, duas são as fontes da época do conflito e que tratam do tema: *Bellum Catilinae*, de Salústio (já apresentado no tópico anterior) e *In Catilinam*, série de quatro discursos proferidos por Cícero no momento dos eventos da Conjuração. A campanha de Cícero pelo consulado do ano de 63 a.C. havia começado no verão de 65 a.C., quando este formalmente se apresentou como candidato ao cargo. Se fosse eleito, segundo Cereza²²⁸, Cícero seria em 64 a.C. *consul designatus*, passando a ser *consul proprius* em 63. Nas eleições Cícero tinha seis rivais, segundo consta em Asconio Pediano

Seis competidores tinha Cícero nas eleições para o consulado; dois patrícios, P. Sulpício Galba e L. Sérgio Catilina; quatro plebeus, entre eles

²²⁶ Salústio explica a vitória de Cícero, homem novo e cuja família nunca havia angariado um cargo público tão elevado: “Realmente a maioria da nobreza até essa data se consumia de inveja e era de parecer que de certa forma se conspurcava o consulado se o conquistasse um homem novo, ainda que de grande valor. Mas com a ameaça do perigo, ficaram para trás a inveja e o orgulho (Salústio, 23, 1990: 109). O perigo a que Salústio faz referência é a Conjuração de Catilina; segundo Cereza (1995), entretanto, o perigo a que passava a República quando das campanhas para cônsul no ano de 63 a.C. era a eleição de alguns tribunos da plebe, em especial Rulus, que forçariam a aprovação de reformas agrárias, fato que descontentava a aristocracia oligárquica (Cereza, J.M. (1995). Introducción, Traducción y Notas. In.: Cicerón, M.T. *Discursos V*. Madrid: Editorial Gredos, p.288).

²²⁷ Wood, Neil (1991). *Cícero's Social and Política Thought*. Berkeley: University of California Press, p.49.

²²⁸ Cereza, J.M. (1995). Introducción, Traducción y Notas. In.: Cicerón, M.T. *Discursos V*. Madrid: Editorial Gredos, p.288).

dois nobres, Caio Antônio, filho do orador M. Antônio e Lúcio Cássio Longino; dois que não eram os primeiros de suas famílias a ocupar uma magistratura, Q. Cornífico e C. Licínio Sacerdotem. Cícero era o único da Ordem Equestre na competição pelo consulado e durante a competição, este perdeu o pai. Os demais candidatos concorreram com descência, tendo Q. Cornífico e Galba sido sóbrios e íntegros, Sacerdotem sem nenhuma marca de imoralidade contra ele. Cássio, muito embora na época parecesse mais estúpido que imoral, pouco depois se juntou à Conjuração de Catilina e foi o autor de ideias bastante sangrentas. E esses quatro foram todos vencidos²²⁹ (Asconius Pedianus, In Toga Candida, 83C, 2007: 165).

Esse trecho de Asconio Pediano, uma obra de comentários acerca de outro texto, a saber o *In Toga Candida* de Cícero (hoje perdido), nos revela algumas interessantes informações sobre as eleições de 64 a.C.: a primeira delas é uma confirmação de que, no século I a.C., nem todos os patrícios faziam parte da *nobilitas*, visto que P. Sulpício Galba não fazia parte da *nobilitas*; que os membros da ordem equestre, os chamados *equites*, tinham uma participação política maior que nos séculos anteriores, devido, em grande parte, à manobra de Caio Graco; e que Cícero concorria com membros da *nobilitas*, o que lhe dava desvantagem devido à sua origem – *homo novus* e forasteiro da cidade de Roma. Mas a informação mais importante do texto é aquela referente à Catilina: na passagem de Asconio Pediano é dito que Catilina era um patrício, mas nada é dito sobre pertencer, ou não, à *nobilitas*. Salústio discordará do fato, alegando que Catilina era, sim, nobre: “*L. Catilina, nobili genere natus*”, cuja tradução, em linhas gerais, é a seguinte: “L. Catilina, nascido de família nobre”; é possível que Asconio Pediano estivesse apenas reproduzindo a ideia de Cícero para quem Catilina não era um nobre. Possivelmente Cícero tentava desqualificar seu oponente ao não creditar-lhe a nobreza.

As chances de Cícero eram grandes, mesmo tendo ele vindo de uma família de fora de Roma e sem nenhum histórico de magistrados no mais alto grau da magistratura romana, o consulado; mas Catilina e Caio Antônio, por serem apoiados por Crasso e César, se apresentavam como formidáveis adversários

²²⁹ Texto original presente na edição Loeb (2007): “Sex competitors in consulatus petitione Cicero habuit, duos patricios, P. Sulpicium Galbam, L. Sergium Catilinam; quattuor plebeios ex quibus duos nobiles, C. Antonium, M. Antoni oratoris filium, L. Cassium Longinum, duos qui tantum non primi ex familiis suis magistratum adepti erant, Q. Cornificium et C. Licinium Sacerdotem. Solus Cicero ex competitoribus equestri erat loco natus; atque in petitione patrem amisit. Ceteri eius competitores modeste se gessere, visique sunt Q. Cornificus et Galba sobrii ac sancti viri, Sacerdos nulla improbitate notus; Cassius quamvis stolidus tum magis quam improbus videretur, post paucos menses in coniuratione Catilinae esse eum apparuit ac cruentissimarum sententiarum fuisse auctorem. Itaque hi quattuor prope iacebant (Asconius Pedianus, In Toga candida, 83C, 2007: 165).

No entanto, Catilina e Antônio mesmo tendo levado uma vida infame, tinham muito poder. Os dois formaram uma aliança a fim de manter Cícero longe do consulado, contando com forte apoio de M. Crasso e C. César²³⁰ (Asconius Pedianus, 83C, 2007: 167).

É tido por autores antigos, entre eles Asconio Pediano, que a campanha de Catilina²³¹ e C. Antônio, apoiados por César e Crasso, tinham por objetivo manter Cícero fora do consulado, usando-se assim de suborno para garantir seus objetivos (crime eleitoral, *ambitus*); uma lei foi elaborada a fim de estipular penas mais rígidas no que toca aos crimes de corrupção eleitoral, mas foi vetada pelo tribuno da plebe Q. Mucius Orestinus. Contra o veto e contra o suborno que marcava a campanha dos dois rivais, Cícero discursou seu *In Toga Candida*²³², onde atacava seus rivais Caio Antônio e Catilina. Temerosos das propostas desses dois, a ala dos *optimates*²³³, depois de ouvir o discurso de Cícero, decidiu apoiá-lo (até então essa ala da política romana não apoiava Cícero por ele ser um *homo novus* com fortes conexões com a classe dos cavaleiros e que já havia declarado apoio à Pompeu), o que fortaleceu sua candidatura.

Ao final da campanha (as eleições que ocorreram em julho de 64), Cícero se consagrou o grande vencedor, sendo seguido por C. Antônio, que venceu Catilina por uma margem muito pequena de votos. O consulado de Cícero foi marcado por profundos conflitos de ordem interna: nesse ano César foi eleito *Pontifex Maximus* (cargo máximo da religião romana), em um processo bastante conturbado (César venceu a eleição sobre dois candidatos mais velhos, o que não era usual); Crasso, na posição de Censor, ansiava uma nova ditadura para si; o crédito, até então disponível em Roma, passou a ser drenado para reorganizar o comércio no Mediterrâneo (que sofreu um forte revés com a pirataria) e para financiar a guerra de Pompeu no Oriente. O resultado disso foi uma profunda crise econômica na cidade

²³⁰ Texto original presente na Edição da Oxford University Press: "Catilina autem et Antonius, quamquam omnium maxime infamis eorum vita esset, tamen multum poterant. Coierant enim ambo ut Ciceronem consulat deicerent, adiutoribus usi firmissimis M. Crasso et C. Caesare" (Asconius Pedianus, 83C, 2007, 166-168).

²³¹ A campanha de Catilina se baseava, segundo Wood (1991) em cancelamento do pagamento das dívidas (problema grave em Roma) e da redistribuição das terras, o que assustava a aristocracia oligárquica (Wood, 1991: 50).

²³² O discurso de Cícero *In Toga Candida* se encontra preservado nos comentários de Asconio Pediano, supracitado.

²³³ Segundo Hardy (1917), é tido que o Senado não apoiava, até esse momento, a candidatura de Cícero; conforme consta nas cartas escritas à Ático e a seu irmão, Cícero baseava sua campanha na conexão previamente estabelecida com Pompeu e no apoio da ordem equestre (Hardy, 1917: 168).

de Roma, onde ideias como a de não pagamento das dívidas passaram a ter mais seguidores²³⁴. Cícero comentou que a questão das dívidas atingiu seu ápice no ano de 63 a.C. em seu texto *De Officiis*

[...] Nunca foram tão grandes as medidas para o cancelamento das dívidas do que em meu consulado. Homens de todos os tipos intentaram, por meio de armas e legiões, forçar a aprovação desse projeto. Eu me opus energicamente aos projetos e esses males foram erradicados da República. O endividamento nunca foi tão grande; o liquidamento da dívida foi ficando mais difícil; então a esperança de fraudar a dívida foi erradicada e o pagamento dessas foi forçado por lei²³⁵ (Cícero, *De Officiis*, Book II, 84, 1913: 261).

No meio de toda turbulência pela qual passava a República durante o ano de 63 a.C., Cícero ainda teve que lidar com a defesa de Lúcio Licínio Murena, eleito cônsul para o ano de 62 a.C. (o atual *consul designatus*). Durante seu consulado, Cícero propôs uma nova lei que agravava o crime de corrupção eleitoral e que aumentava a pena contra esse tipo de transgressão: a *Lex Tullia de ambitu*, que substituía a até então usada *Lex Calpurnia*. A nova lei estipulava que, uma vez condenado, o político seria sentenciado ao exílio por dez anos²³⁶. Munido da nova lei, o derrotado Sêrvio Rufo acusou Murena de corrupção eleitoral (crime de *ambitus*)²³⁷. Na visão de Rufo, um homem novo (*homo novus*) ter vencido um nobre de antiga linhagem consistia em prova cabal de corrupção no processo eleitoral. A ideia de Rufo era a de repetir os feitos ocorridos no ano de 66 a.C., quando os cônsules eleitos, Públio Cornélio Sula e Públio Autrônio Paeto foram acusados de *ambitus* por seus rivais nas eleições, Lúcio Manlio Torquato e Lúcio Aurélio Cota. Os então cônsules *designatus* perderam seus cargos e novas eleições ocorreram,

²³⁴ Cereza, J.M. (1995). Introducción, Traducción y Notas. In.: Cicerón, M.T. *Discursos V*. Madrid: Editorial Gredos, p.289; MacDonald, C. Introduction, Translation and Notes. In: Cicero, M.T. In *Catilinam 1-4, Pro Murena, Pro Sula, Pro Flacco*. Massachusetts: Loeb Classical Library, p.10

²³⁵ Texto original presente na edição Loeb (1913): "Numquam vehementius actum est quam me consule, ne solverentur; armis et castris temptata res est ab omni genere hominus et ordine; quibus ita restiti, ut hoc totum malum de re publica tolleretur. Numquam nec maius aes alienum fuit nec melius nec facilius dissolutum est; fraudandi enim spe sublata solvendi necessitas consecuta est" (Cícero, *De Officiis*, Book II, 84, 1913: 261).

²³⁶ Gruen, E. (1995). *The Last Generation of the Roman Republic*. Berkeley: University of California Press, p.222.

²³⁷ Não se sabe ao certo quando ocorreu o evento da acusação e julgamento de Murena, mas estima-se que possa ter ocorrido entre a saída de Catilina da cidade de Roma - 8 ou 9 de novembro - e o surgimento das provas irrefutáveis apresentadas a Cícero pelos Alomborges acerca da participação de alguns importantes políticos romanos na conjuração - 3 de dezembro (Cereza, 1995: 393).

dando a vitória aos acusadores. Se bem sucedido, Sêrvio Rufo teria uma nova chance nas eleições²³⁸.

A defesa de Murena foi feita por três oradores: Cícero, Quinto Hortênsio Hortalo e por Marco Licínio Crasso; a acusação, por sua vez, ficou a cargo de Marco Pórcio Catão Uticense (conhecido também como Catão de Útica) e Sêrvio Sulpício Rufo. O esforço de Cícero, visto ao longo do discurso *pro Murena*, era por desqualificar a tese levantada por Salústio Rufo de que um homem novo não conseguiria ganhar uma eleição sobre um aristocrata que vinha de uma família com importantes antepassados. Para isso, Cícero elaborou com grande afinco um discurso exaltando os feitos de Murena, apresentando este como mais qualificado que Salústio Rufo para o cargo do consulado e, portanto, não precisaria recorrer à corrupção para ganhar de seus adversários. Ao final do julgamento, a defesa foi melhor sucedida, fazendo com que Murena fosse julgado inocente e, por consequência, passasse de *consul designatus* para *consul proprius*.

Algumas são as possíveis razões pelas quais Cícero optou por defender Murena da acusação de corrupção eleitoral, conforme consta em MacDonald²³⁹: para além de meramente defender Murena sob o pretexto de defender a República do perigo que representava Catilina e uma possível instabilidade em relação à acusação de Murena, Cícero tinha outras intenções com essa defesa. A primeira delas é que como o cônsul, Murena era um homem novo e muito provavelmente continuaria a atuar na mesma linha política que Cícero; a segunda era que o cônsul tinha por obrigação defender os *optimates* desse tipo de ataque, a fim de preservar o apoio político dado por estes durante as campanhas para o consulado. Este apoio se provara fundamental para um homem novo como Cícero chegar ao cargo máximo da magistratura romana; outra razão possível é que os *optimates* estivessem interessados em preservar Murena no cargo pois este protegeria os interesses desse grupo quando da volta de Pompeu à Roma (Murena era bem equipado no que toca às habilidades militares e conseguiria fazer frente ao poderio de Pompeu). Defendendo Murena, Cícero estaria defendendo os interesses de seus apoiadores; A última das possíveis razões é que Cícero, ao tomar o lado de Murena nesse caso,

²³⁸ MacDonald, C. Introduction, Translation and Notes. In: Cicero, M.T. *In Catilinam 1-4, Pro Murena, Pro Sula, Pro Flacco*. Massachusetts: Loeb Classical Library, p.9.

²³⁹ MacDonald, C. Introduction, Translation and Notes. In: Cicero, M.T. *In Catilinam 1-4, Pro Murena, Pro Sula, Pro Flacco*. Massachusetts: Loeb Classical Library, p.180-181.

estaria buscando se auto-proteger contra qualquer provável ataque em relação à sua postura durante os eventos da conjuração de Catilina. Tendo uma espécie de dívida para com Cícero faria com que Murena o defendesse caso fosse necessário.

Com a vitória definitiva sobre os Conjuradores e com a morte de Catilina, Cícero encerrou seu ano no consulado romano. Mesmo gozando de tamanha popularidade, sendo agraciado com o título de *Pater Patriae* e com um triunfo digno dos grandes generais, os eventos seguintes da vida política de Cícero foram destacados por um lento declínio, cujo final foi marcado por seu assassinato. No dia 29 de dezembro de 63 a.C., ao tentar discursar seu *contio*²⁴⁰ de encerramento, no qual relembriaria suas atitudes que culminaram com a salvação da República, o recém eleito tribuno Q. Metelo Nepos (que tinha acabado de voltar dos acampamentos de Pompeu para se candidatar ao tribunato) iniciou sua perseguição política a Cícero impedindo de proferir seu *contio*²⁴¹. Segundo Lintott²⁴², as críticas em relação à execução dos conjurados sem o direito a um julgamento, conforme constava nas leis romanas, não tardaram a aparecer, muito embora as fontes ciceronianas ocultem esse fato²⁴³.

²⁴⁰ A palavra *contio* possui dois sentidos: “Assembleia do povo, reunião pública, convenção; Assembleia dos soldados. Discurso proferido em assembleia, discurso político”. Nesse caso específico, o sentido dado à palavra *contio* é discurso político. Ademais, esse tipo de discurso era dado regularmente pelos magistrados (Rezende & Bianchet, 2016: 83).

²⁴¹ Uma vez que Nepos se opôs ao fato de Cícero proferir seu discurso de final de seu consulado, Cícero atacou seu adversário em outros dois *contios*: um discursado no dia 2 de janeiro de 64 a.C. no Senado e outro no dia 3 de janeiro para a população de Roma. Além disso, a motivação para o ataque de Metelo, como é explicado por Lintott, se deve pois muitos dos senadores simpáticos às ideias de César achavam imprudente, para não dizer ilegal, executar cidadãos romanos sem julgamento (Lintott, Andrew (2008). *Cicero as Evidence: A Historian's Companion*. London: Oxford University Press, p.150).

²⁴² Lintott, Andrew (2008). *Cicero as Evidence: A Historian's Companion*. London: Oxford University Press, p.149.

²⁴³ Como Cícero é omissivo em relação às críticas sofridas pela execução dos conjurados, podemos recorrer a outras fontes secundárias, tais como Plutarco, Dião Cássio e Suetônio (Lintott, 2008: 149). Ademais, como consta em Mitchell (1973), quando Metelo atacou Cícero, o proibindo de discursar seu *contio*, este não atacava somente o ex-cônsul, mas sim todo o Senado (em especial a *nobilitas*) que tomaram a decisão em conjunto por executar os conjurados. As coisas ficam bastante interessantes pois a execução sem julgamento abriu brechas para que os *populares* confrontassem o poder do Senado e, por consequência, pressionassem a ordem dos *optimates*: “The opportunity was quickly seized, and the executions set off another round in the conflict that had dominated Cicero's consulship, a conflict between the upholders of an oligarchic system, and those who, for one reason or another, worked outside that system and wished to break its hold. The confrontation was initiated late in 63 by two of the new tribunes, Metellus Nepos and Calpurnius Bestia. Allied with them was Julius Caesar, praetor-elected who had forcefully declared his opposition to the executions in the December 5 debate in the senate” (Mitchell, Thomas (1973). *Cicero, Pompey and the Rise of the First Triumvirate. Traditio*, vol. 29, p.2).

Metelo Nepos não foi, todavia, o único a ter com Cícero uma relação conturbada. Em dezembro de 62 a.C., um questor de nome Públio Clódio Pucro²⁴⁴ foi pego em sacrilégio: durante o festival da *Bona Dea*²⁴⁵ celebrado na casa de Júlio César, foi denunciado que Clódio havia se infiltrado no festival vestido de mulher, a fim de ter relações com a esposa de César, Pompeia. Quando descoberto, Clódio foi ajudado a fugir por uma escrava de nome Habra (também conhecida como Aura). O assunto virou um verdadeiro escândalo e podemos encontrar em uma das cartas de Cícero alguns interessantes elementos sobre o evento

[...] Creio que você tenha ouvido que, quando o sacrifício das virgens estava acontecendo na casa de César, um homem em roupas de mulher entrou na casa; e depois que as Virgens Vestais tinham feito o sacrifício, o caso foi mencionado na casa de Cornificus (ele foi o primeiro a levantar a questão, caso você esteja pensando que foi um de nós). Então uma resolução do Senado foi passada, a questão foi comentada às Virgens Vestais e aos Pontífices, e eles declararam que aquilo havia sido um sacrilégio. Assim, os cônsules foram instruídos pelo Senado para propor uma lei em relação ao fato. César se divorciou de Pompeia. Pisão, devido a sua amizade com Clódio tentou de todas as formas que a lei, proposta por ele mesmo, não fosse aceita (propondo, veja bem, em concordância com a resolução senatorial e em uma questão religiosa). Até o momento, Messala apresenta uma visão restrita sobre o caso. Os conservadores (*nobilitas*) estão se afastando do caso devido à persuasão de Clódio. Grupos de assassinos estão sendo formados. Eu, que a princípio era um perfeito Licurgo, estou me acalmando em relação ao caso. Catão, entretanto, continua a tratar do fato com energia²⁴⁶ (Cícero, Ad Atticum Book I, Janeiro de 61 a.C., XIII, 1919: 35-37).

Alguns pontos comentados no trecho supracitados nos proporcionam uma interessante discussão. O primeiro deles é o sacrilégio em si: quando Clódio entrou

²⁴⁴ As razões da inimizade entre Cícero e Clódio podem ir além dos eventos relacionados ao sacrilégio do *Bona Dea*: com o fim do consulado de Cícero, segundo consta em Wood (1991), os *publicani* que uma vez apoiaram Cícero em suas decisões acerca dos conjurados, passaram a criticar o fato de ter o cônsul executado cidadãos romanos sem julgamento. Essas críticas geraram uma debandada em massa dessa ordem do lado de Cícero para o lado de Clódio – que era um aristocrata rico que passou a ser o líder e porta-voz dessa ordem (Wood, Neal (1991). *Cicero's Social and Political Thought*. California: University of California Press).

²⁴⁵ Em uma tradução livre: Boa deusa. Esse festival era de participação exclusivamente feminina e nele era celebrado a fertilidade e saúde feminina (Lintott, Andrew (2008). *Cicero as Evidence: A Historian's Companion*. London: Oxford University Press, p.154).

²⁴⁶ Texto original presente na edição Loeb (1919): "Credo enim te audisse, cum apud Caesarem pro populo fieret, venisse eo muliebri vestitu virum idque sacrificium cum virgins instaurassent, mentionem a Q. Cornificio in senatu factam (is fuit princeps, ne tu forte aliquem nostrum putes); postea rem ex senatus consulto ad virgines atque ad pontifices relatam idque ab iis nefas esse decretum; deinde ex senatus consulto consules rogationem promulgasse; uxori Caesarem nuntium remisisse. In hac causa Piso amicitia P. Clodi ductus operam dat, ut ea rogation, quam ipse fert et fert ex senatus consulto et de religion, antiquetur. Messalla vehementer adhuc agit severe. Boni viri precibus Clodi remouentur a causa, operae comparantur, nosmet ipsi, qui Lycurguei a principio fuisset, cotidie demitigatur, instat et urget Cato (Cícero, Ad Atticum Liber Primus, Janeiro de 61 a.C., XIII, 1919: 34-36).

na casa de César a fim de ter relações com a esposa deste, Pompeia, este cometia um sacrilégio devido ao fato de ser o sacrifício destinado apenas para a participação feminina. Ademais, o evento religioso ocorria na casa de César por ser este, no ano de 61 a.C., o *Pontifex Maximus* da religião romana. Outrossim, se pensarmos que a religião ocupava uma posição de destaque na República, entenderemos porque o sacrilégio de Clódio foi tão chocante para os cidadãos. Agora, o ponto mais relevante do trecho da Carta a Ático diz respeito aos apoiadores de Clódio; Cícero comenta com Ático que a *nobilitas* estava se retirando do caso devido à persuasão de Clódio. Ora, essa persuasão advinha, também, dos aliados desse, um grupo formado por assassinos e cidadãos comuns. Essa milícia, conhecida como *factio*, teve um papel fundamental nas relações políticas do final do século I a.C., agravando a violência no debate político. Ao postar sua *factio* fortemente armada e bem treinada, Clódio, assim como muitos outros, forçava sua própria vontade nas discussões políticas na República; o medo da violência proporcionada pela *factio* de Clódio fez com que os *nobilis* se retirassem da discussão em relação ao crime cometido por esse

Dois fatos fizeram com que Cícero se interessasse em acusar Clódio de sacrilégio no escândalo do *Bona Dea*: o fato de ser Clódio um dos antigos apoiadores de Catilina nos movimentos da conjuração²⁴⁷ e o fato de muitos dos antigos apoiadores do falecido conjurado agora apoiarem Clódio. Ao perceber que esses cidadãos que já tendiam à subversão estavam se agrupando em torno de Clódio, Cícero decidiu então atacar seu novo adversário, mas acabou subjugando o perigo que este representava para sua carreira política. Crasso e César perceberam em Clódio um bom instrumento para seus objetivos políticos, tendo Crasso subornado o júri a fim de inocentá-lo. No julgamento, Cícero, ao desmascarar o álibi de Clódio, o humiliou utilizando-se de sarcasmo para julgá-lo. Mesmo com os

²⁴⁷ Precisamos ter cuidado ao tratar do fato de ser Clódio um dos antigos apoiadores de Catilina. Essa acusação é usada por Cícero, em uma tentativa de desmoralizar seu oponente. Em Plutarco temos a indicação de que, nas eleições para o consulado de 62 a.C., Clódio teria apoiado Murena e não Catilina (faz sentido a afirmativa se pensarmos que Clódio havia servido sob o comando de Murena na Gália). Plutarco vai além e diz que o acusado de sacrilégio havia ainda apoiado Cícero durante os eventos do ano de 63 a.C. Mesmo sendo um assunto bastante especulativo, vale a pena esse debate para cuidarmos com as acusações que Cícero faz aos seus adversários (Lintott, 2008: 157. Lintott, Andrew (2008). *Cicero as Evidence: A Historian's Companion*. London: Oxford University Press).

esforços de Cícero, Clódio foi inocentado de todas as acusações, prometendo vingança contra o ex-cônsul²⁴⁸.

Outro evento ocorrido no ano de 61 a.C. fez com que Cícero perdesse ainda mais sua popularidade em Roma²⁴⁹: esse ano foi marcado pelo retorno de Pompeu do Oriente, onde lutava contra o Rei Mitrídates IV. O general foi recebido em Roma como herói, sendo o centro das atenções na cidade. Cícero, dessa maneira, foi ofuscado pelo regresso de Pompeu. O general foi agraciado com o Triunfo que ocorreu nos últimos dias de setembro de 61 a.C. e que foi o “maior espetáculo da terra”, segundo Lintott²⁵⁰. Mas, mesmo com todo esse tempo de espera, Pompeu dispensou suas tropas, que só seriam requisitadas novamente no dia do Triunfo. A volta de Pompeu foi sentida nos dois lados da política romana: no lado dos *populares*, César e Metelo Nepos tentaram passar leis que beneficiavam o general recém regresso; no lado dos *optimates*, o senado votou por agraciar Pompeu com um Triunfo dos maiores já preparado para um general e as eleições de 62 foram postergadas para que Pompeu pudesse participar. Por ser um general de grande renome e também por possuir grande fortuna e clientela, o regresso de Pompeu foi visto por uns como oportunidades de apoio, por outros com resguardo²⁵¹.

Voltando ao embate entre Cícero e Clódio, o interessante desse evento é ver que o cônsul do ano de 61 a.C., Marco Púpio Pisão, por ser amigo de Clódio, fez o possível para livrá-lo de qualquer acusação de sacrilégio e, uma vez indiciado, Pisão tomou o lado da defesa do amigo, indo contra o Senado Romano. Cícero teve ainda esse fator como razão para acusar Clódio, numa tentativa de proteger o poder do Senado em relação ao poder do cônsul. Nesse sentido, Cícero pretendia manter o Senado como o poder dominante em Roma, da mesma forma como o era no ano de 62 a.C.²⁵² Outra contestação ao poder senatorial ocorreria no ano de 60 a.C.: nesse

²⁴⁸ MacDonald, C. Introduction, Translation and Notes. In: Cicero, M.T. *In Catilinam 1-4, Pro Murena, Pro Sula, Pro Flacco*. Massachusetts: Loeb Classical Library, p.30.

²⁴⁹ Ademais, conforme consta em Walsh, a subsequente união entre Pompeu, Crasso e César fez com que Cícero perdesse ainda mais sua popularidade conquistada com o título de *Pater Patriae* (Walsh, 2008: 11; Walsh, P.G. (2008). Introduction and Translation. In: Cicero, Marcus Tullius. *Selected Letters*. London: Oxford World's Classics).

²⁵⁰ Lintott, Andrew (2008). *Cicero as Evidence: A Historian's Companion*. London: Oxford University Press, p.154.

²⁵¹ Mitchell, Thomas (1973). Cicero, Pompey and the Rise of the First Triumvirate. *Traditio*, vol. 29, p.9.

²⁵² Lintott, Andrew (2008). *Cicero as Evidence: A Historian's Companion*. London: Oxford University Press.

ano, Pompeu, Crasso e César, os três generais mais importantes de Roma se uniram em uma espécie de pacto informal, que ficou conhecido na história como Primeiro Triunvirato²⁵³. Esse pacto, fruto do descontentamento de Pompeu, Crasso e César com a oligarquia dominante, que vetava as medidas que beneficiariam diretamente os três, tornou possível, de pronto, que César se elegeesse cônsul para o ano de 59 a.C.²⁵⁴ No ano seguinte, Cícero se viu em situação complicadíssima quando do embate entre ele e seu antigo rival, Clódio.

Nas eleições ocorridas no ano de 59 a.C. para os cargos do ano de 58, o rival de Cícero no escândalo do *Bona Dea* conseguiu eleger-se tribuno da plebe e, ao assumir o cargo, acusou Cícero de ilegalidade na execução dos conjurados (aumentando o coro daqueles que já criticavam Cícero e o Senado pela condenação). Em suas cartas, em especial às destinadas a seu amigo Ático, Cícero expõe a pressão a que sofria, alegando estar um tanto farto da política romana: “Estou cogitando aquietar-me aqui em Antium e passar o resto de minha vida aqui; e realmente gostaria de ter sido um magistrado aqui que em Roma”²⁵⁵ (Cícero, Ad Atticum Book II, Abril de 59 a.C., VI, 1919: 125-127).

Cícero antevia, nessa carta destinada à Ático, os problemas pelos quais passaria em um futuro próximo. Pouco depois da escrita dessa carta, em fevereiro de 58 a.C., Clódio, na posição de tribuno da plebe passou uma lei contra qualquer

²⁵³ Conforme consta em Hammond (2008), o Primeiro Triunvirato recebeu esse nome em alusão ao pacto posterior, dessa vez oficial, formado entre Marco Antônio, Otávio Augusto e Marco Emílio Lépido (43 a.C., que ficou conhecido na história como Segundo Triunvirato). Esse pacto informal visava a colaboração mútua entre os três indivíduos, visto que o Senado, em uma tentativa de autopreservação, não permitia passar nenhuma lei que beneficiasse nenhum dos três triunviro - o Senado romano temia a grande concentração de poder que esses três indivíduos já possuíam e acreditava que, legislando em favor de qualquer um dos três, só estaria aumentando ainda mais seus poderes pessoais. Pompeu via vetados seus projetos de conceder aos seus veteranos parcelas das terras conquistadas bem como de criar uma colônia romana no Oriente; já Crasso, que pleiteava a redução das dívidas dos *publicani* para com o tesouro público – visto que os *publicani*, ordem a qual certamente Crasso fazia parte, não haviam angariado riquezas suficientes com a exploração no Oriente para pagar os empréstimos feitos a fim de preparar a exploração das novas terras. Catão fez pressão para que a medida não passasse, considerando-a ultrajante. O Senado, então, tomou o lado de Catão, descontentando Crasso. Se o Senado não era capaz de conceder as medidas que agradariam aos generais, eles forçariam para que as medidas futuras fossem tomadas. A forma que encontraram foi unindo forças para fazer frente ao poder senatorial (Goldsworthy, A. (2006). *Caesar: Life of a Colossus*. New Haven: Yale University Press, p.156-157; Hammond, Carolyn (2008). Introduction and Translation. In: Caesar, Julius. *The Gallic War*. London: Oxford World's Classics, p.17).

²⁵⁴ Hammond, Carolyn (2008). Introduction and Translation. In: Caesar, Julius. *The Gallic War*. London: Oxford World's Classics, pp. 11-44.

²⁵⁵ Texto original presente na edição Loeb (1919): “An hic Anti considam et hac tempus omne consumam, ubi quidem ego malle dnumvirum quam Romae fuisse (Cícero, Ad Atticum Book II, Abril de 59 a.C., IV, 1919: 124-126).

um que executasse cidadãos romanos sem direito a um julgamento. A *lex de Capite civis* marcou uma verdadeira afronta tanto às medidas de Cícero em relação aos conjurados, como ao Senado passar o *senatus consultum ultimum*. Alguns grupos da política romana – os *equites*, parte dos senadores bem como alguns municípios (*municipium*) italianos – passaram decretos de suporte à Cícero. Mesmo com todo apoio, a facção liderada por Clódio foi mais bem articulada (e ainda contava com o apoio discreto dos triúnviros e a cooperação dos cônsules²⁵⁶), forçando Cícero a se exilar voluntariamente: em março, no dia em que a *Lex de Capite Civis* seria votada, Cícero, não vendo outra saída, se retirou de Roma, deixando primeiro uma de suas estátuas da deusa Minerva no Templo de *Júpiter Optimus Maximus* no Capitolino²⁵⁷.

Uma vez Cícero fora de Roma, o tribuno da plebe Clódio aplicou a medida *aquae et ignis interdicto*, lei que determinava o confisco dos bens daquele condenado ao exílio; após a pilhagem, a casa de Cícero foi incendiada: “minha casa ardia no Palatino”²⁵⁸. Ainda sobre a medida *aquae et ignis interdict*, Kelly comenta

Once a citizen had avoided judicial peril by going abroad, the Romans normally enacted an administrative measure to ensure that the exile would not attempt to return to the state. Proposed by a plebeian tribune and taking the form of a plebiscite, the measure deprived a fugitive of the necessities of life in a enfranchised Roman territory (Kelly, 2006: 26).

Portanto, ao aplicar a medida, Clódio se assegurava que Cícero não teria as condições materiais necessárias para viver na cidade de Roma, evitando, desse modo, que esse regressasse à cidade. Cícero seria forçado, através da privação de seus bens materiais, a permanecer em exílio. Para garantir que Cícero não retornasse à cidade de Roma, Clódio ainda tomou outras providências: para demonstrar que as medidas tomadas contra Cícero tinham a intenção de punir a tirania do ex-cônsul, o tribuno mandou construir um santuário à divindade *Libertas* e também mandou aumentar o Pórtico de Cátulo no local onde ficava a casa do ex-cônsul, situada no Palatino²⁵⁹. Ademais, conforme consta em Wood²⁶⁰, durante seu

²⁵⁶ Gabínio e Pisão, os consules do ano de 58 a.C., preveniram que qualquer tipo de apoio à Cícero tomasse grandes proporções (Kelly, Gordon P. (2006). *A History of Exile in the Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, p.111).

²⁵⁷ Kelly, Gordon P. (2006). *A History of Exile in the Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, p.111.

²⁵⁸ Cícero, Pro Sestio, 53-54, 1994: p.321.

²⁵⁹ Sobre esse assunto e o decreto *aquae et ignis interdictio*, temos em Plutarco algumas interessantes informações: “But as soon it was known that he had fled, Clodius caused a vote of banishment to be passed upon him fire and water and that no man should give him shelter within five hundred miles of Italy. Now, most men paid not the slightest heed to this edict out of respect for

exílio Cícero permaneceu um tempo em Tessalônica, na Macedônia, onde teve uma crise e cogitou o suicídio devido ao peso do abandono da República; nas cartas ciceronianas aos amigos mais íntimos e à família percebemos como o exílio foi particularmente duro ao ex-cônsul: Tempest²⁶¹ aponta que através das cartas podemos perceber que muitas vezes Cícero pensou em suicídio; em outras, cai em lágrimas; muitas vezes também o ex-cônsul se sente preocupado por ter deixado sua família em Roma, correndo riscos. Até seu retorno à cidade de Roma, as cartas escritas por este possuem uma tônica bastante soturna, sendo de difícil leitura àquele que trabalha com elas.

As coisas começam a melhorar para Cícero a partir de 57 a.C. Até esse ano, o ex-cônsul permaneceu fora de Roma, em exílio voluntário; no ano de 57, entretanto, a *lex de Capite civis* foi abandonada e dos dez novos tribunos oito estavam a favor de Cícero. Pompeu também ansiava pelo retorno deste, usando de sua influência para com o cônsul para o fazer apoiar também a volta de Cícero. Em julho de 57, 417 senadores votaram uma medida que determinava a volta de Cícero à República; dentre todos os senadores, somente um votou contra o retorno do ex-cônsul: Clódio. No dia 4 de agosto do ano de 57 a.C., os cidadãos foram convocados a fim votar a medida. A *nobilitas* bem como Pompeu fizeram pressão para que o resultado da votação fosse positivo para Cícero, tornando a resistência de Clódio²⁶² inútil; a medida tornou-se lei e este pode voltar à Roma. No dia 4 de setembro de 57 a.C. Cícero retornou à cidade de Roma. Ademais, conforme consta em suas cartas, Cícero ainda foi restituído de seus bens, tomados através da *aquae et ignis interdictio*.

Cicero and escorted him on his way with every mark of kindness (Plutarch, Plutarch's Lives: Demosthenes and Cicero, 1967: 163-165).

²⁶⁰ Wood, Neal (1991). *Cicero's Social and Political Thought*. California: University of California Press.

²⁶¹ Tempest, Kathryn (2011). *Cicero: Politics and Persuasion in Ancient Rome*. London: Continuum International Publishing Group, p.122.

²⁶² Segundo Cereza (1994), a oposição de Clódio ao retorno de Cícero foi bastante violenta: este convocou sua gangue de gladiadores e escravos a fim de frear os discursos favoráveis ao retorno de Cícero; um confronto armado irrompeu durante os discursos, onde Públio Sestio foi uma das vítimas quase fatais. Segundo o próprio Cícero, por muito pouco Sestio não morreu nos embates: "de repente, aquella banda de Clodio, acostumbrada ya a vencer en medio de la sangre de los ciudadanos, se pone a gritar, se agita y se lanza contra él; unos atacan con espadas al tribuno desarmado y desprotegido; otros con palos y con trozos de las barreras. Después de recibir multiples heridas, cayó sin sentido con el cuerpo debilitado y molido a golpes, y escape de la muerte no por otra razón que porque se lo creía muerto. Al verlo en el suelo, abatido por numerosas heridas, a punto de morir, sin fuerzas y agotado, dejaron por fin de golpearlo más por cansacio y error que por misericordia y moderación (Cereza, J.M. (1994). Introducción, Traducción y Notas. In: Cicerón, M.T. *Discursos IV*. Madrid: Editorial Gredos, p.271; Cicero, Pro Sestio, 79, 1994: 338-339).

Os momentos seguintes da História Romana foram marcados por novos conflitos bastante violentos: Clódio continuava sua perseguição política a Cícero e aos seus: na posição de edil, acusou publicamente Públio Sestio de crime eleitoral (*ambitus*) e uso ilegal da força (*de vi*) e acusou a Tito Ânio Milão²⁶³ também de uso ilegal da força (*de vi*). Os apoiadores de Cícero, por sua vez, reuniram para si *factios* para fazer frente a de Clódio; com isso, o esforço desse para frear as medidas de interesse de Cícero foi gradualmente diminuindo. O embate²⁶⁴ entre Clódio, Cícero e seus apoiadores atingiu seu auge quando, em meio à violência que promoviam as façanhas dos dois lados, Milão assassinou Clódio²⁶⁵ no dia 20 de janeiro de 52 a.C., na Via Ápia. O evento causou revoltas em massa: os apoiadores de Clódio chegaram a incendiar a Curia (onde se encontrava o cadáver do líder desses) e assaltaram a casa de Marco Lépido, que foi designado *Interrex* pelo Senado Romano²⁶⁶ (pois Roma estava, nesse momento, em uma situação de anarquia sem um cônsul). Três foram os lados que se favoreceram com a morte de Clódio e a prisão de Milão: os cidadãos que, então, se viam pressionados pela violência dos dois personagens e se viam ansiosos em colocar um fim nessa situação; o Senado que viu no evento

²⁶³ A acusação de crime de *ambitus* à Públio Sestio fazia referência à sua candidatura eleitoral para o cargo de Tribuno da Plebe para o ano de 57 a.C.; a acusação de *de vi* à Sestio se deveu ao uso de soldados armados para fazer frente à gangue de Clódio, durante o ano do tribunato de Públio Sestio. A acusação de *de vi* à Milão foi feita também com base no uso de soldados armados (Cereza, J.M. (1994). Introducción, Traducción y Notas. In: Cicerón, M.T. *Discursos IV*. Madrid: Editorial Gredos, p.273-274).

²⁶⁴ As desavenças entre Clódio e Milão já datavam do ano de 57 a.C., quando o segundo, na posição de Tribuno da Plebe, não poupou esforços para salvar Cícero do exílio; para tanto, juntou em torno de si uma facção armada com intuito de fazer frente a de Clódio, que oprimia os cidadãos romanos e forçava-os a não aceitar o retorno de Cícero. Desde esse momento, a relação entre os dois tomou as vias da violência. Em 57 a.C., em carta enviada ao amigo Ático, Cícero profetiza o que estava por vir: “Su valor [el de Milón] es admirable. Pasando por alto algunos signos divinos, esto es lo fundamental: creo que no habrá comicios; pienso, además, que Clodio será acusado por Milón si es que no lo ha matado antes; si se lo encuentra en medio de la gente, veo que Milón es capaz de matarlo. No lo duda, lo dice abiertamente y no teme lo que me ha ocurrido a mí”. Já nessa carta de 23 de novembro de 57 a.C. percebemos que o clima entre Clódio e Milão era bastante tenso (Cícero *apud* Cereza, 1994: 444).

²⁶⁵ Os eventos do assassinato de Clódio foram muito bem sintetizados em Cereza (1994): “En la tarde del 20 de enero, Milón se dirigía por la Vía Apia a Lanuvio, acompañado de su mujer y una comitiva de esclavos y sirvientes, para presidir el nombreamiento del flamen de su villa natal. Fue entonces cuando se produjo el encuentro con Clodio que, procedente de Aricio, regresaba a Roma junto con una escolta de hombres armados. De las palabras se llegó en seguida a las manos; Clodio, herido, se refugió en una posada vecina que los hombres de Milón asaltaron para darle muerte. Su cadáver, abandonado en la Vía Apia, fue recogido por un caminante y llevado a Roma” (Cereza, J.M. (1994). Introducción, Traducción y Notas. In: Cicerón, M.T. *Discursos IV*. Madrid: Editorial Gredos, p.446-447).

²⁶⁶ Pediano, Asconio (2006). *Commentaries on Speeches of Cicero*. Translated with Introduction and Commentary by R.G. Lewis. London: Oxford University Press, p.238.

uma possibilidade de reestabelecer as instituições e fazer a República voltar a normalidade; Pompeu que, percebendo o vácuo na liderança política, se apresentou como a solução e foi aceito como cônsul único para o ano de 52 a.C. Milão, por sua vez, mesmo sendo defendido por Cícero, foi exilado depois do assassinato de Clódio.

Além do assassinato de Clódio, o período dos anos 50 também foi marcado por uma profunda crise na aliança dos Triúnviros: mesmo tendo renovado sua aliança em Luca, no ano de 55 a.C., o fato de César encontrar-se na Gália²⁶⁷, causava um distanciamento entre este e Pompeu, seu atual aliado. Esse distanciamento foi agravado pela morte de Júlia²⁶⁸, filha de César e esposa de Pompeu, o que enterrava o laço pessoal entre os dois generais. Ademais, Crasso havia sido morto em batalha contra os Partos no ano de 53 a.C., agravando a situação do Triunvirato. Pompeu, por sua vez, na posição de cônsul único para o ano de 52 a.C se colocava cada vez mais próximo da oligarquia dominante (*nobilitas*), o que o afastava ainda mais de seu aliado triúnviro. O resultado desse gradativo afastamento foi o embate entre as duas figuras mais poderosas da República, a Guerra Civil.

No ano de 49 a.C., depois de ter cruzado o rio Rubicão, que marcava a fronteira entre a Gália e a Itália, César declarou guerra contra Pompeu e, por consequência, ao Senado Romano (que apoiava Pompeu). Cícero²⁶⁹, mesmo antes da irrupção da guerra, já escrevia sobre o clima de tensão pelo qual passava Roma no início do ano de 49; nessa correspondência Cícero faz menção à pressão feita por César para concorrer ao consulado mesmo não estando em Roma, o que era

²⁶⁷ César permaneceu na Gália durante os anos de 58 a 49 a.C.. A fim de estender seu governo na região, o general reuniu em torno de si fortes aliados a fim de fazer pressão para que sua vontade fosse realizada. Até Cícero apoiou a medida de estender por mais cinco anos o governo de César na Gália, quando, em 56 a.C., discursou *De provinciis consularibus*. Através da *Lex Vatinia* a Gália Cisalpina e o Ilírico haviam sido destinados à César durante os anos de 59 a 55 a.C. Ao chegar o fim desse período, César forçou para que o período fosse alargado, sendo apoiado por Cícero e Pompeu; ao final de junho de 56 a.C., Cícero discursou em favor de César, sendo esse discurso logo publicado (Grillo, L. (2012). *The Art of Caesar's Bellum Civile: Literature, Ideology and Community*. Cambridge: Cambridge University Press, p.2015:14-15)

²⁶⁸ O ano de morte da filha de César é 54 a.C.

²⁶⁹ Cícero, antes de chegar à Roma em 4 de janeiro de 57 a.C., encontrava-se na Cilícia na posição de governador (Cícero tinha sido nomeado governador da Cilícia no ano de 51 a.C.). Mesmo na Cilícia, Cícero manteve contato com Pompeu, encontrando o general no dia 18 de maio de 51, em Tarento (Beltrán, J.A. (2008). Introducción, Traducción y Notas. In: Cicerón, M.T. *Cartas III: Cartas a los Familiares* (Cartas 1-173). Madrid: Editorial Gredos, p.113).

proibido pela constituição. Ademais, Cícero comenta que a República nunca esteve em maior perigo do que em janeiro de 49 a.C.

Até junho desse mesmo ano, Cícero, que se encontrava em Campania²⁷⁰ permaneceu neutro ao conflito, não se aliando a Pompeu como fez grande parte dos senadores. Em junho, porém, Cícero decidiu tomar abertamente um dos lados, optando por encontrar Pompeu na Macedônia. Quando da derrota de Pompeu na Batalha de Farsalos, ocorrida no dia 9 de agosto de 48 a.C. e do posterior assassinato de Pompeu nas mãos do faraó do Egito, Ptolomeu XIII, Cícero retornou à Roma no mês de outubro de 48 a.C., encontrando-se com César em Brundísio no ano seguinte. César perdoou as atitudes de Cícero durante a guerra civil, concedendo-lhe sua clemência; mas, segundo Wood²⁷¹, Cícero viu o domínio de César como o fim da República Romana

[...] Still none the less, so crushing are my anxieties, that I do not think I am acting aright even in remaining alive at all. For I have lost not only numbers of my most intimate friends, either torn away from me by death, or dragged from my side by banishment, but also all those friends whose affection I had won by part I once played, in conjunction with yourself, in the successful defence of the Republic; and all around me I see the shipwrecks of their fortunes and the pillaging of their possessions; and not only do I hear of it, which would in itself be a misery to me, but I actually see, and it is the most distressing sight in the world, the squandering of the property of those men with whose assistance we once extinguished that awful conflagration; and in the very city in which but lately I was richly blessed in popularity, influence, and fame, of all that there is nothing left me. I do continue to enjoy Caesar's extreme courtesy to me; but that cannot counterbalance violence and revolution in every relation of life and in the times themselves (Cícero *apud* Wood, 1991: 53).

Para Cícero, ver César dominar a República Romana era particularmente doloroso, visto que Cícero teve sua carreira política marcada pela defesa das instituições bem como do domínio senatorial; o que havia buscado, segundo seu próprio *slogan* de campanha e durante seu consulado tinha sido a *concordia ordinum*, ou seja, a harmonia e a ordem entre as instituições. Ademais, com um só general dominando o cenário político na cidade de Roma encerrou qualquer tentativa de Cícero de recuperar sua *dignitas* bem como sua posição de destaque outrora ocupada.

²⁷⁰ Cícero partiu de Roma quando as notícias da vinda de César chegaram à cidade, forçando uma debandada em massa organizada por Pompeu: os cônsules e vários senadores acompanharam o general e partiram da cidade no dia 17 de janeiro rumo ao sul, onde encontraria as tropas senatoriais (Beltrán, J.A. (2008). Introducción, Traducción y Notas. In: Cicerón, M.T. *Cartas III: Cartas a los Familiares* (Cartas 1-173). Madrid: Editorial Gredos, p.51).

²⁷¹ Wood, Neal (1991). *Cicero's Social and Political Thought*. California: University of California Press.

Depois de vencer a Guerra Civil e de eliminar a oposição dos pompeianos, César voltou à Roma onde estabeleceu, no ano de 45 a.C., uma ditadura (sendo ele próprio o ditador de Roma – ver anexo 1). Durante a ditadura de César, Cícero se manteve afastado da política, dedicando seu tempo ao estudo e escrita de textos filosóficos. Em 44 a.C., entretanto, a História Romana tomou uma nova guinada: no dia 15 de março de 44 a.C., César foi assassinado por um grupo de senadores contrários ao poder do ditador, incluindo o amigo e correspondente de Cícero²⁷², Marco Júnio Bruto. Com a morte do ditador, a República Romana novamente se viu em um novo vácuo de poder e conflito pelo poder dominante. A morte do ditador foi recebida pelos cidadãos romanos com verdadeira revolta e a pressão popular foi direcionada para punir os assassinos. Marco Antônio, soldado próximo de César e quem o ditador escolheu para ser cônsul ao seu lado em 44 a.C., com a ajuda de Lépido, evitou que mais sangue romano fosse derramado, protegendo Bruto e os seus. A punição dada aos conspiradores foi sua saída da cidade de Roma²⁷³, partindo para províncias designadas pelo cônsul um mês depois do assassinato.

Uma nova aliança por poder começou a se formar quando o sobrinho neto de César, Otávio Augusto, foi designado herdeiro da maior parte da fortuna de César, em detrimento de seu fiel aliado, Antônio. Cícero, de volta à política romana, passou a atacar Antônio em seu primeiro discurso intitulado *Filípicas*²⁷⁴, general que

²⁷² Não podemos afirmar que Cícero não sabia ou tampouco que não tenha participado da conjuração para assassinar César no ano de 44 a.C. Seria, no mínimo, irônico que Cícero, quem combateu tão ferrenhamente uma conjuração durante seu consulado, tenha aderido a uma a fim de assassinar o ditador de Roma e conceder, uma vez mais, o poder supremo ao Senado.

²⁷³ Conforme consta em Scullard, Bruto pode escolher uma província para seu exílio, escolhendo partir para a Gália Cisalpina (Scullard, H.H. (1989). *From the Gracchi to Nero: A History of Rome from 133 B.C. to 68 A.D.* London: Routledge).

²⁷⁴ O primeiro da série de discursos contrários à Marco Antônio foi dado no dia 2 de setembro de 44 a.C. O nome *Filípicas* foi dado por Cícero fazendo alusão ao discurso de Demóstenes, o ateniense, contra o rei da Macedônia Filipe, pai de Alexandre o Grande. Cícero já havia anteriormente, em carta à Ático, criticado o antigo aliado de César, alegando que Antônio não tinha princípios e que, na atual circunstância, o povo poderia sonhar em ter César vivo. Em contrapartida, Antônio também tinha por Cícero sentimentos pouco amistosos: este havia sido criado na casa de Públio Cornélio Lêntulo, um dos mais importantes apoiadores de Catilina e que foi executado ao final do ano de 63 a.C. Por esse motivo, Marco Antônio nutria por Cícero grande amargura. Nos dois primeiros discursos, Cícero ataca de maneira mais branda a posição de Marco Antônio, fornecendo ao Senado uma resposta aos ataques prévios que Antônio havia feito à Cícero na reunião do Senado no dia anterior. Já nos discursos III, IV, V, VI, Cícero é mais enérgico em seu ataque contra o antigo apoiador de César, declarando publicamente apoio à Otávio Augusto e a Bruto (quem havia sido designado por César como o governador da Província da Gália, província essa cobiçada por Antônio; por meio de uma lei passada pelos tribunos da plebe, Antônio conseguiu para si o governo da Gália Cisalpina). A cronologia dos discursos é a seguinte: *Filípicas I*: 2 de setembro de 44 a.C. proferido para o Senado; *Filípicas II*: 19 de setembro de 44 a.C., novamente discursado para o

considerava de poucos escrúpulos²⁷⁵. Em suas Filípicas, Cícero organizou um levante do Senado contra Antônio, argumentando que este ansiava pela ditadura e que o homem que o Senado deveria apoiar era Otávio Augusto

[...] that Octavian could be used as long as they needed his help ('*laudandum adolescentem, ornandum, tollendum*'), and that the Young man should be made a senator and propraetor in order to cooperate, if needed be, with Hirtius and Pansa, the consuls for 43, against Antony (Scullard, 2989: 156).

Ademais, Bruto e Cássio, dois dos assassinos de César, foram convocados pelo Senado para combater Antônio, que se encontrava fora de Roma. Duas batalhas foram travadas entre o exército senatorial e o de Antônio, sendo o segundo derrotado, mas com os dois cônsules mortos. O antigo aliado de César fugiu para a Gália Transalpina, onde Cícero acreditava ser fácil mantê-lo. O Senado, a fim de agradecer o serviço prestado por Bruto, concedeu a este o comando do exército consular. Ao saber da manobra senatorial, Otávio Augusto, por não concordar em trabalhar próximo ao assassino de seu tio-avô, ordenou para que o consulado fosse lhe dado, visto que este já possuía o comando de oito legiões, o que lhe dava poder. Otávio Augusto foi eleito cônsul para o ano de 42 a.C., depois de marchar pela cidade de Roma com seu exército; Cícero e o Senado Romano haviam subjugado Augusto, acreditando que este seria facilmente manipulável: novamente, a República se via nas mãos de um líder revolucionário com um forte exército a sua disposição²⁷⁶.

O segundo cônsul, um homem de história obscura chamado Quinto Pédio propôs que o Senado revogasse duas medidas: a que concedia legiões à Cássio e Bruto, pois isso poderia levar a mais uma guerra civil e que Marco Antônio e Lépido, até então considerados inimigos da República, fossem perdoados e permitidos a voltar. A revogação das medidas somente sinalizou para um fato: o Senado e Cícero

Senado; Filípicas III: 20 de dezembro de 44 a.C., discursado ao Senado; Filípicas IV: 20 de dezembro de 44 a.C., discursado no Fórum para os cidadãos; Filípicas V: 1 de janeiro de 43 a.C., para o Senado; Filípicas VI: 4 de janeiro de 43 a.C., no Fórum para os cidadãos; Filípicas VII: meados de janeiro, novamente para o Senado; Filípicas VIII: 2 de fevereiro, no Senado; Filípicas IX: 3 de fevereiro de 43 a.C., no Senado; Filípicas X: início de março de 43 a.C., em discurso para o Senado; Filípicas XI: um dia após discursar as Filípicas X, no Senado; Filípicas XII: final do mês de março de 43 a.C., no Senado; Filípicas XIII: 20 de março de 43 a.C., no Senado; Filípicas XIV: 21 de abril de 43 a.C., no Senado (Ker, W.C.A. (1956). Introduction and Translation. In: Cicero, M.T. *Philippics*. Massachusetts: Harvard University Press, p.8-12; Jiménez, M.J.M. (2006). Introducción, Traducción y Notas. In: *Discursos VI: Filípicas*. Madrid: Editorial Gredos, p.9-15).

²⁷⁵ Possivelmente o ataque de Cícero a Antônio representasse uma nova tentativa deste de eliminar os generais com aspiração ao poder pessoal e reestabelecer o domínio senatorial.

²⁷⁶ Scullard, H.H. (1989). *From the Gracchi to Nero: A History of Rome from 133 B.C. to 68 A.D.* London: Routledge.

erraram tragicamente na estratégia para recuperar seu poder, fazendo com que a República se encontrasse novamente nas mãos de generais cujos exércitos lhes eram fiéis.

O Segundo Triunvirato foi, então, estabelecido entre Otávio Augusto, Marco Antônio e Marcos Emílio Lépido²⁷⁷: os três se reuniram em uma pequena ilha próxima ao rio Bononia, onde decidiram que seriam designados *Triumviri Reipublicae Constituendae* por cinco anos. Nessa posição, eles teriam o poder de criar leis e nomear magistrados e governadores para as províncias. O Segundo Triunvirato distinguia do Primeiro estabelecido por Pompeu, Crasso e César no que toca à legalidade: o primeiro era um arranjo informal entre os três maiores generais; o segundo, por sua vez, foi passado como uma lei no dia 27 de novembro de 43 a.C. pelo tribuno P. Tito e que dominava o Senado e a República através de um poder quase total – em outras palavras, conforme comenta Scullard²⁷⁸, ao invés de se ter a figura dominante de um ditador, como o era César, a República passava a ter três ditadores, mas que não se intitulavam dessa forma. Além de deter grande poder dentro de Roma, os Triúnviros ainda dividiram entre si algumas Províncias: para Antônio ficaram concedidas o domínio da Gália Transalpina e Cisalpina, para Lépido o restante da Gália e a Hispania e Otávio Augusto ficaria com a África, a Sicília e a Sardenha.

Com Antônio de volta a Roma e com poderes absolutos, este passou a atuar contra Cícero, seu formidável rival: Cícero não contava com a direção que Otávio Augusto tomou ao se aliar a Antônio: para ele, por ser jovem e pouco experiente, o filho adotivo de César seria facilmente manipulável; Antônio, por sua vez, investido de plenos poderes, iniciou sua perseguição a Cícero, quem, em suas Filípicas, o atacou por diversas vezes. O ex-cônsul e pai da República entrou para a lista de proscritos dos novos Triúnviros: depois de algumas tentativas frustradas de fugir da cidade de Roma, Cícero foi encontrado e executado pelos soldados de Antônio no dia 7 de dezembro de 43 a.C. Morria, então, Cícero, cuja participação na política da República foi bastante ampla e cuja obra até hoje goza de grande popularidade.

²⁷⁷ Antigo mestre de cavalaria de César.

²⁷⁸ Scullard, H.H. (1989). *From the Gracchi to Nero: A History of Rome from 133 B.C. to 68 A.D.* London: Routledge.

Como pontua Wood²⁷⁹ “Twice before defeated by Caesar, Cicero was ultimately the victim of the process launched by his foe in 60”, fazendo uma alusão à perseguição iniciada especialmente pelos *optimates* contra àqueles cujas aspirações eram o poder pessoal: como foi Catilina, César e Pompeu, agora Augusto e Marco Antônio. Cícero foi um constitucionalista, alguém que pretendia defender a República e suas instituições até as últimas consequências; sua participação na repressão da Conjuração de Catilina e na oposição em relação ao Segundo Triunvirato (em especial a Marco Antônio) nos mostra a energia desempenhada por este para a preservação da estrutura da República. Mas a estrutura encontrava-se, ao final do século I a.C., deveras corrompida, tornando possível e necessária uma nova forma de governo.

Ora, quanto à vida de Cícero, creio que os acontecimentos mais importantes foram contemplados; abrimos, então, uma análise concisa sobre a vida do antagonista do ano de 63 a.C.: Lúcio Sérgio Catilina. Poucas são as informações sobre a vida de Catilina, sendo boa parte dessas enviesadas: algumas das acusações feitas contra Catilina, boa parte delas construídas por seu rival no ano de 63 a.C., Cícero, podem ser em realidade fruto de propaganda política²⁸⁰. Cícero em seu discurso *In Toga Candida* acusou Catilina de vários delitos, alguns confirmados em outras fontes²⁸¹, outros não. Nascido em Roma no ano de 108 a.C., era membro da *gens* *sergia* (*sergii*), *gens* patrícia bastante antiga na cidade, mas que não elegeia um cônsul desde o ano de 380 a.C.²⁸². Sua família também não possuía muitos bens tampouco condição financeira estável²⁸³; quanto ao status de nobre, Cícero comenta

²⁷⁹ Wood, Neal (1991). *Cicero's Social and Political Thought*. California: University of California Press, p.54.

²⁸⁰ O próprio Salústio argumenta, no parágrafo vinte e dois, que algumas acusações feitas contra Catilina invenções cujo intuito era de “atenuar o ódio” contra Catilina. Esse mesmo tipo de acusação foi feita contra Cícero, anos mais tarde, conforme argumenta Salústio (Salústio, *De Bellum Catilinae*, 22, 1921: 108).

²⁸¹ Cícero acusou Catilina de ter assassinado e cortado fora a cabeça de M. Mário Gratidiano, sobrinho de Caio Mário. Syme argumenta que a acusação é verídica e que Catilina ficou conhecido em Roma por esse tipo de assassinato contra os opositores de Sula (Asconius Pedianus (2007). *Asconius Commentaries on Speeches of Cicero*. Oxford: Oxford University Press, p. 169; Syme, Ronald (2002). *Sallust*. Berkley: University of California Press, p.85).

²⁸² Batstone, W. (2007). Introduction and Translation. In: Sallust, C.C. (2007). *Sallust's Bellum Catilinae*. Oxford: Oxford University Press, p.19.

²⁸³ Cereza, Jesús (1995). Traducciones, Introducciones y Notas. In: Cicero, M.T. (1995). *Discursos V: En Defensa de Sexto Roscio Amerino; En Defensa de la Ley Manilia; En Defensa de Aulo Cluencios; Catilinares; En Defensa de Lúcio Murena*. Madrid: Editorial Gredos, p. 290.

que Catilina não pertencia a *nobilitas*²⁸⁴, enquanto que Salústio explicitamente se refere à Catilina como nobre²⁸⁵. Em Salústio encontramos algumas informações sobre a personalidade do antagonista do *De Bellum Catilinae*

[...] Lúcio Catilina, oriundo de família nobre, era de grande vigor físico e intelectual, mas de natureza ruim e depravada. Desde sua adolescência foi de seu gosto as discórdias civis, os assassinatos, a pilhagem, as guerras internas e nelas exercitou sua juventude. Seu corpo podia suportar a fome, o frio e a restrição do sono em um nível incrível. Sua mente era imprudente, astuta, versátil, capaz de tudo fingir e dissimular; ávido dos bens alheio, pródigo dos seus, fogoso nas paixões; de muita eloquência, de pouca sabedoria. Sua mente desregrada estava sempre a ambicionar coisas sem limites. Depois da dominação de L. Sula foi tomado pelo desejo de conquistar o controle da República, pouco se importava com que meios a esse fim chegaria, contanto que conquistasse o domínio. Seu espírito indomável foi tomado cada vez mais pela pobreza e pela culpa, ambos agravados pelas atitudes a que fiz menção anteriormente. Estimulava-o os costumes corruptos do povo que estava sendo corrompido por dois grandes males: a luxúria e a avareza (Salústio, *De Bellum Catilinae*, 5, 1921: 8-10)²⁸⁶.

O Catilina apresentado por Salústio é bastante parecido ao Catilina construído por Cícero: ambos, o Catilina de Salústio e o de Cícero, construíram suas carreiras políticas baseadas em crimes e ambos ficaram conhecidos em Roma pelos desvios de conduta. Interessante o argumento salustiano construído a partir do comentário acerca da pobreza: Salústio nos apresenta uma das motivações de Catilina para propor a Conjuração, a saber, a difícil situação familiar, assolada pelas dívidas e pela desesperança em ascender a um status mais elevado da política romana.

Segundo Syme²⁸⁷, Catilina iniciou sua carreira militar como *contubernalis*²⁸⁸ sob a tutela de Pompeu Estrabão, pai de Pompeu Magno; figura conturbada era

²⁸⁴ Asconius Pedianus (2007). *Asconius Commentaries on Speeches of Cicero*. Oxford: Oxford University Press, p. 164.

²⁸⁵ "L. Catilina, nobili genere natus" (Salústio, *De Bellum Catilinae*, 5, 1921: 8). Como consta em Ramsey, a *gens* Sergia alegava ser descendente de Sergetus, um dos companheiros do herói troiano Eneas quem, segundo a tradição, teria se fixado no Lácio (Ramsey, 2007: 68).

²⁸⁶ Texto original presente na edição Loeb (1921): "L. Catilina, nobili genere natus, fuit magna vi et animi et corporis, sed ingenio malo pravoque. Huic ab adulescentia bella intestina, caedes, rapinae, discordia civilis grata fuere, ibique iuventutem suam exercuit. Corpus patiens inediae, algoris, vigiliae supra quam cuiquam credibile est. Animus audax, subdolos varius, cuius rei lubet simulator ac dissimulator, alieni appetens, sui profusus, ardens in cupiditatibus; satis eloquentiae, sapientiae parum. Vastus animus immoderata, incredibilia, nimis alta semper cupiebat. Hunc post dominationem L. Sullae lubido maxuma invaserat rei publicae capiundae, neque id quibus modis adsequeretur, dum sibi regnum pararet, quicquam pensi habebat. Agitabatur magis magisque in dies animum ferox inopia rei familiaris et conscientia sceletum, quae utraque eis artibus auxerat quas supra memoravi. Incitabant praeterea corrupti civitatis mores, quos pessuma ac divorsa corrupti civitatis mores, quos pessuma ac divorsa inter se mala, luxuria atque avaritia, vexabant" (Salústio, *De Bellum Catilinae*, 5, 1921: 8-10).

²⁸⁷ Syme, Ronald (2002). *Sallust*. Berkley: University of California Press, p.65.

Pompeu Estrabão, sendo lembrado por ter utilizado seu exército a fim de pressionar por um segundo consulado (Estrabão, entretanto, não obteve sucesso). Durante a Guerra Civil entre Sula e Mário, Catilina tornou-se conhecido na cidade de Roma por ser apoiador de Sula, angariando para si uma posição de algum destaque quando da Ditadura Sulana; durante o período, Catilina assassinou os opositores do ditador²⁸⁹, entre eles M. Mário Gratidiano, sobrinho de Caio Mário: é tido²⁹⁰ que Catilina cortou a cabeça de Gratidiano e a carregou pelas ruas da cidade de Roma, levando-a até o Templo de Apolo. As acusações contra Catilina continuam: em 73 a.C. foi acusado publicamente de cometer adultério com uma das Virgens Vestais, Fábria, mas foi inocentado do crime, apoiado pela ex-cônsul Q. Cátulo²⁹¹. Foi outra vez acusado de cometer crime, dessa vez de crime de extorsão de província (*de repetundis*): a acusação, feita por P. Clódio Pulcro dizia respeito aos anos que Catilina passou na província da África, na posição de governador²⁹².

De volta a Roma no ano de 66 a.C., ano este marcado por “eventos obscuros”²⁹³, Catilina se candidatou ao cargo mais elevado da República, mas teve sua participação vetada devido ao processo de *repetundae*; esse ano de 66 a.C. foi marcado por uma renovação do poder senatorial, exercido contra os cônsules *designatus*, P. Autrônio e P. Sula, acusados de corrupção eleitoral (*de ambitus*). No lugar dos cônsules enquadrados na *Lex Calpurnia* assumiram L. Cota e L. Torquato; de acordo com Salústio, Catilina, ao ter sua candidatura vetada, uniu-se a P. Autrônio e conjurou para matar os novos cônsules *designatus* (Salústio nos informa que a conjuração se iniciou no mês de dezembro e o assassinato seria em primeiro

²⁸⁸ Jovem que acompanha o general em batalha (Rezende, A.M.; Biachet, S.B. (2016). Dicionário do Latim Essencial. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p.83).

²⁸⁹ Syme, Ronald (2002). Sallust. Berkley: University of California Press, p.65.

²⁹⁰ Asconius Pedianus (2007). *Asconius Commentaries on Speeches of Cicero*. Oxford: Oxford University Press, p. 169; Syme, Ronald (2002). Sallust. Berkley: University of California Press, p.169.

²⁹¹ Catilina, como podemos ver nesse evento com a Virgem Vestal Fábria, tinha boas conexões, sendo até mesmo defendido por um ex-cônsul (Batstone, W. (2007). Introduction and Translation. In: Sallust, C.C. (2007). *Sallust's Bellum Catilinae*. Oxford: Oxford University Press, p.19).

²⁹² Possivelmente Catilina conquistou o governo da província da África depois do ano de 68 a.C., pois nesse ano é provável que tenha garantido para si a magistratura da pretura (Cereza, Jesús (1995). Traducciones, Introducciones y Notas. In: Cicero, M.T. (1995). Discursos V: En Defesa de Sexto Roscio Amerino; En Defesa de la Ley Manilia; En Defesa de Aulo Cluencios; Catilinas; En Defesa de Lúcio Murena. Madrid: Editorial Gredos, p. 291).

²⁹³ Nos referimos aos eventos do ano de 66 a.C. como “obscuros” por acreditar que o ano de 66 a.C. foi marcado por profundos conflitos políticos entre a aristocracia bem como por manipulações políticas; por não haver consenso dos especialistas no período do ocorreu durante esse ano de 66 a.C., se realmente houve algo como uma Primeira Conjuração de Catilina, se até mesmo se Catilina esteve envolvido, preferimos optar por tratar os eventos como “obscuros”.

de janeiro). A fim de garantir o sucesso da conjuração, enviaram Cn. Pisão²⁹⁴ para ocupar a Hispânia. A trama foi descoberta e, segundo Salústio, transferida para o mês de fevereiro: chegado o dia, Catilina e Autrônio assassinariam os cônsules e vários Senadores presentes na Cúria, mas Catilina, ao sinalizar com antecipação o ato, denunciou suas intenções e acabou fracassando em sua tentativa de conjuração²⁹⁵. Como pontua Hardy, ao analisar essa passagem do texto salustiano, é possível que, depois de assassinar os cônsules e os senadores, Catilina e Autrônio se tornariam cônsules e, por meio de Cn. Pisão, assegurariam o controle da Hispânia. Ademais, o plano falhou devido à impaciência de Catilina.

Esse evento que ficou conhecido como Primeira Conjuração de Catilina é um fato um tanto obscuro na História Romana, assim como o é o ano de 66 a.C. Algumas questões são bem relevantes: se Catilina tinha planos de matar o cônsul Torquato, por que o próprio cônsul o defendeu, tempo depois, da acusação de *repetundae*? Por que encontramos narrativas tão distintas²⁹⁶ sobre os eventos? Por que os conjurados não foram punidos? Com a variedade de documentos que tratam os eventos do ano de 66 e 65 a.C. é difícil ter uma ideia mais clara sobre o que de fato se passou nesse momento da História Romana. O que aponta Jones²⁹⁷ e Hardy²⁹⁸ é que, muito possivelmente, a conjuração do ano de 66 e que se estendeu até o ano de 65 a.C. foi arquitetada por Crasso e César, utilizando-se de figuras menores como Catilina, Autrônio, Pisão e Sula para quebrar o domínio do Senado Romano; caso esse seja o cenário, compreende-se porquê a conjuração foi abruptamente encerrada e bem como subitamente encerrarem todas as acusações

²⁹⁴ Em Salústio, Cn. Pisão é descrito como um “jovem nobre, de extrema audácia, arruinado, sedicioso, que em razão de sua miséria e vícios era estimulado a subverter a República” (Salústio, *De Bellum Catilinae*, 18, 1990: 106).

²⁹⁵ Salústio, *De Bellum Catilinae*, 18, 1990: 106.

²⁹⁶ MacDonald fez uma compilação muito interessante sobre as narrativas que comentam sobre a Primeira Conjuração de Catilina: Asconio Pediano e Cícero em *Pro Murena*: Catilina e Cn. Pisão planejaram o massacre dos *optimates*; Cícero em *In Catilinam I*: Catilina estava envolvido em atividades relacionadas à assassinatos no Fórum dia 29 de dezembro de 66 a.C.; Cícero em *Pro Sula*: Sula, Catilina e Autrônio conjuraram a fim de tornar Sula e Autrônio cônsules em primeiro de janeiro de 65 a.C.; Suetônio em *Divino Júlio*: Sula e Autrônio conjuraram com César para restaurar seus cargos; Salústio em *De Bellum Catilinae*: Autrônio, Catilina e Pisão conjuraram em 66 a.C. para fazer Autrônio e Catilina cônsules e para executar senadores e os cônsules *designatus*; Dião Cássio: Sula, Autrônio, Catilina e Pisão conjuraram para fazer Autrônio e Sula cônsules para o ano de 65 a.C. (MacDonald, C. Introduction, Translation and Notes. In: Cicero, M.T. In *Catilinam 1-4, Pro Murena, Pro Sula, Pro Flacco*. Massachusetts: Loeb Classical Library, p.10-11).

²⁹⁷ Jones, Francis (1939). *The First Conspiracy of Catiline*. *The Classical Journal*, vol. 34, p.412;

²⁹⁸ Hardy, E.G. (1917). *The Catilinarian Conspiracy in its Context: A Re-Study of the Evidence*. *The Journal of Roman Studies* (Cambridge), v.7, p.165.

contra os conjuradores, visto que César e Crasso reuniam grande poder e poderiam de fato ter encerrado, sem mais problemas, a conjuração. No entanto, nenhuma resposta satisfatória pode ser dada em relação às várias questões em aberto sobre a suposta Primeira Conjuração de Catilina devido à inconsistência das fontes. Não nos causa estranheza que alguns historiadores como Boisser²⁹⁹ e Strachan-Davidson³⁰⁰ argumentem que não houve nenhuma conjuração no ano de 66 a.C., ou que o evento foi apenas um rumor, como argumenta Tyrrell³⁰¹.

Durante o ano que se seguiu, Catilina permaneceu longe de qualquer nova acusação e não se sabe ao certo o que fez durante esse período; não poderia ocupar nenhum cargo público, visto que estava respondendo pelo crime de extorsão da província da África tampouco poderia concorrer ao cargo de cônsul. No texto *Commentariolum Petitionis* o irmão de Cícero, Quinto Cícero, acusou Catilina de ter pago uma grande soma de propina para ser inocentado das acusações de extorsão; se é verdade ou não, o fato é que Catilina foi considerado inocente e pôde concorrer ao consulado para o ano de 63 a.C. Antes das eleições, Cícero acusou Catilina de ter conjurado para matar vários Senadores bem como de conjurar com Caio Antônio para tomar o poder³⁰². Cícero e Caio Antônio foram os vencedores das eleições para o consulado de 63. Catilina se candidatou novamente para o ano de 62 a.C., com um programa político bastante radical: cancelamento das dívidas; com um programa radical como esse, o Senado se postou em peso contra a candidatura de Catilina, apoiando os outros candidatos *optimates*: Murena, Silano e Sulpício. Catilina foi novamente derrotado e, a partir da segunda derrota, viu seus recursos e apoio político minguarem.

Como argumenta Syme³⁰³ e Hardy³⁰⁴, diferentemente do que apresenta Salústio, Catilina somente se voltou à conjuração quando viu suas possibilidades de

²⁹⁹ Boisser *apud* Jones, Francis (1939). The First Conspiracy of Catiline. *The Classical Journal*, vol. 34, p.410.

³⁰⁰ Strachan- Davidson *apud* Jones, Francis (1939). The First Conspiracy of Catiline. *The Classical Journal*, vol. 34, p.412

³⁰¹ Tyrrell *apud* Jones, Francis (1939). The First Conspiracy of Catiline. *The Classical Journal*, vol. 34, p.412

³⁰² Asconius Pedianus (2007). *Asconius Commentaries on Speeches of Cicero*. Oxford: Oxford University Press, p. 169; Syme, Ronald (2002). *Sallust*. Berkley: University of California Press, p.167.

³⁰³ Syme, Ronald (2002). *Sallust*. Berkley: University of California Press.

³⁰⁴ Hardy, E.G. (1917). The Catilinarian Conspiracy in its Context: A Re-Study of the Evidence. *The Journal of Roman Studies* (Cambridge), v.7, p.178.

ganhar a eleição para cônsul se esgotarem, tanto por falta de recursos, quanto por falta de apoio (visto que César e Crasso não apoiariam um candidato que estava fadado a perder novamente³⁰⁵). Syme argumenta que um político da estirpe de Catilina, vindo de uma *gens* tradicional não proporia uma conjuração se tivesse possibilidades de vencer as próximas eleições e que o desespero deve ter acometido a Catilina quando de sua segunda derrota³⁰⁶. Hardy, por sua vez, argumenta que não há evidências, fora o argumento de Salústio e Plutarco, que embasem a informação de que a conjuração teve seu início antes da segunda derrota de Catilina; ainda segundo Hardy, é possível que Catilina já comentasse antes da derrota de 63 a.C. coisas como o alívio das dívidas, criação de uma lista de proscritos, de maneira irresponsável e descompromissada, mas não havia evidências de uma conjuração bem arquitetada como argumenta Salústio. De toda forma, a Conjuração de Catilina foi fortemente perseguida pelo cônsul Cícero, que conseguiu encerrá-la em um ano. Catilina, por sua vez, foi morto em batalha, não sem antes lutar bravamente³⁰⁷ como um general e soldado possuidor de grande *virtus*.

³⁰⁵ “Is more likely from what we know of the man and the situation than that his promises went far beyond what Crassus or Caesar would have sanctioned. There may even already have been irresponsible talk about the alleviation of debt or the possibility of proscriptions. Catiline was a dangerous instrument to use, difficult to control and not unlikely to produce serious complications for his employers, which might even eventually induce them to throw him over” (Hardy, 1917: 178-179).

³⁰⁶ “Two defeats were necessary to produce the authentic conspiracy which was to be a *coup d'état* at Rome combined with an insurrection in Italy” (Syme, 2002: 76).

³⁰⁷ Salústio, De Bellum Catilinae, 59-61, 1921: 122-128.

4 ANÁLISE DA CRÍTICA SALUSTIANA EM DE BELLUM CATILINAE: A GUERRA E O PODER PESSOAL

O foco do primeiro capítulo foi estabelecer o contexto histórico da República Romana do século I a.C. bem como definir dois conceitos centrais à obra salustiana *De Bellum Catilinae*: a guerra e a conjuração. O segundo capítulo, por sua vez, teve como enfoque os três personagens principais da narrativa de Salústio: o próprio autor, Cícero e Catilina. O terceiro capítulo, por sua vez, focará na própria obra *De Bellum Catilinae*, procurando responder à questão central da presente dissertação: Por que Salústio trata como guerra os eventos do ano de 63 a.C. e não como Conjuração? Bastante distintos são os sentidos dos termos *bellum* e *coniuratio*, mas na prática, nos parece que Salústio tem um objetivo bem delineado ao referenciar os eventos como uma guerra: é através da guerra que Salústio estabelece sua crítica em relação ao momento histórico no qual ele viveu, desde seu nascimento (quicá até muito antes disso) até sua morte; esse período marcado por conjurações, violência, assassinatos e usurpações do poder; é na guerra também que se estabelece outro fator criticado na obra salustiana: o poder pessoal, tão visto nos anos finais da República.

A formatação do presente capítulo foi feita a fim de melhor contemplar os dois conceitos que na nossa opinião são chave para compreender a primeira obra de Salústio: a guerra e o poder pessoal. Para tanto, o primeiro subtópico focará em uma análise dos eventos da conjuração do ano de 63 a.C., com base no texto *De Bellum Catilinae*, mas lançando mão das Catilinárias ciceronianas quando for necessário. Com isso compreenderemos melhor o evento. O segundo subtítulo será uma análise da Guerra sob a ótica salustiana, buscando compreender de que maneira o autor se utiliza do termo para criticar o momento histórico bem como o *status quo* da época. Uma vez compreendido o papel da guerra na obra *De Bellum Catilinae*, poderemos compreender como o poder pessoal se nutria da Guerra, ou seja, para que se tivesse um conceito de Poder Pessoal era necessário que houvesse algo alimentando essa prática e Salústio identifica essa fonte como sendo a guerra.

4.1 A CONJURAÇÃO DE CATILINA SEGUNDO SALÚSTIO

Nesse momento do trabalho, voltaremos nossa atenção para a Conjuração de Catilina, ocorrida no ano de 63 a.C. Muito embora Salústio faça uma brevíssima digressão acerca da Primeira Conjuração de Catilina, que teria acontecido em 65 a.C., não trabalharemos aqui esse evento, visto que já o analisamos quando trabalhamos a figura de Catilina; portanto, focaremos nesse capítulo a Segunda Conjuração de Catilina sob a ótica de Salústio, mas utilizando também as *Catilinárias* de Cícero como fonte de apoio. Ademais, como os dois textos apresentam distinções, nos será particularmente frutífero analisar ambas as obras.

Como vimos no subtópico “Cícero e Catilina: Vida e Conjuração de 63 a.C.” Cícero foi eleito cônsul para o ano de 63 a.C. Durante seu consulado, alguns problemas estruturais à República Romana tiveram seu ápice: a questão das dívidas, segundo o próprio Cícero, nunca havia sido tão grande e problemática quanto no ano de 63 a.C., visto que o dinheiro que uma vez circulava em maior quantidade na cidade de Roma, estava sendo drenado para suprir a guerra de Pompeu no Oriente bem como reorganizar o comércio no Mediterrâneo. Dessa forma, mais cidadãos se viram em situação difícil, cogitando cada vez mais o não pagamento das dívidas. Outrossim, a República Romana experimentava um maior número de conflitos violentos: o Senado Romano, desde a restauração de seu poder dominante por Sula, não se mostrava capaz nem rápido o bastante para responder aos problemas latentes pelos quais passava a República; o tribunato, desde o reestabelecimento de suas funções durante o consulado de Pompeu e Crasso (70 a.C.) fazia pressão para diminuir o poder do Senado; o tribunato também voltou a servir de apoio para alguns políticos da ala dos *populares*, mas o foco não era o povo, mas sim a vontade de uns poucos. O povo, por sua vez, se encontrava em situação complicada: o uso de mão de obra escrava e as falhas tentativas de Reforma Agrária só faziam aumentar a quantidade de desempregados na cidade de Roma.

Em meio a todas essas pressões pelas quais passava a República, Cícero ainda teve de lidar com o que foi o maior conflito de seu consulado: a Conjuração de Catilina. Vindo de uma *gens* de pouca expressão e com recursos limitados, Catilina, ao voltar de seu governo na Província da África no ano de 66 a.C., teve sua candidatura vetada ao ser acusado de pilhagem na Província Africana (*de repetundis*). Em 64 a.C., Catilina formalizou sua candidatura para o consulado de 63

a.C., eleição essa que perdeu para o *homo novus* Cícero e para C. Antônio. Nesse mesmo ano, formalizou sua candidatura para o consulado de 62 a.C. Quando Catilina perdeu novamente a eleição para cônsul romano, agora para o ano de 62, vencido por Décimo Júnio Silano e Lucio Licínio Murena, as chances de uma nova candidatura se tornaram deveras escassas, pois este já havia esgotado suas fontes de financiamento para campanhas. A única forma de Catilina ascender ao posto mais alto da política romana era apenas uma: uma conjuração para tomar o poder. Segundo MacDonald, as sucessivas derrotas de Catilina em sua candidatura ao consuldo romano o levou à pegar em armas e decretar guerra contra o sistema³⁰⁸.

Segundo consta em Salústio, antes de confirmada sua derrota nas eleições ocorridas em julho de 64 a.C., Catilina já havia reunido os seus e exposto seus planos de conjuração. Outrossim, Salústio argumenta que, mesmo antes da derrota de Catilina, o povo romano já sabia de uma possível conjuração

[...] É por isso que, nas calendas de junho (início), durante o consulado de L. César e C. Fígulo ele convocou seus aliados primeiramente um a um, exortando alguns e outros apenas sondando. Mostra os recursos a que dispõe, o pouco preparo da República e a grande recompensa da conjuração³⁰⁹ (Salústio, De Bellum Catilinae, 17, 1921: 28).

[...] Ora Fúlvia, ao saber do motivo da insolência de Cúrio, não guardou para si o segredo do perigo a que passava a República e, escondendo o nome de seu informante ela contou a inúmeras pessoas o que havia ouvido da Conjuração de Catilina. Foi precisamente essas descobertas que fizeram com que as pessoas quisessem confiar o consulado à M. Túlio Cícero³¹⁰ (Salústio, De Bellum Catilinae, 23, 1921: 42).

Ainda de acordo com Hardy³¹¹, entretanto, a narrativa de Salústio sobre um conhecimento geral acerca dos movimentos de Catilina a uma conjuração não podem ser reais, pois isso o faria perder o apoio dos líderes dos populares, César e Crasso: se a conjuração fosse conhecida, a crença geral seria a de que Crasso e César eram os reais líderes do movimento. Ademais, a cronologia proposta por

³⁰⁸ MacDonald, C. Introduction, Translation and Notes. In: Cicero, M.T. In *Catilinam* 1-4, *Pro Murena*, *Pro Sula*, *Pro Flacco*. Massachusetts: Loeb Classical Library, p.9.

³⁰⁹ Texto original contido na edição Loeb (1921): "Igitur circiter kalendas Iunias L. Caesare et C. Figulo consulibus primo singulos appellare, hortari alios, alios temptare; opes suas, imparatam rem publicam, magna praemia coniurationis docere" (Sallust, De Bellum Catilinae, 17, 1921: 28).

³¹⁰ Texto original contido na edição Loeb (1921): "At Fulvia insolentiae Curi causa cognita tale periculum rei publicae haud occultum habuit, sed sublato auctore de Catilinae coniuratione quae quoque modo audierat compluribus narravit. Ea res in primis studia hominum accendit ad consulatum mandandum M. Tullio Ciceroni" (Sallust, De Bellum Catilinae, 23, 1921: 42).

³¹¹ Hardy, E.G. (1917). *The Catilinarian Conspiracy in its Context: A Re-Study of the Evidence*. Cambridge: *The Journal of Roman Studies*, v.7, p.170; Phillips, E.J. (1976). *Catiline's Conspiracy*. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 15, H.4., p.441.

Salústio sobre um início tão precoce para a conjuração também deve ser analisado com cautela, pois há algumas incongruências³¹² nessa teoria. Phillips também concorda com a assertiva de que Salústio estaria equivocado ao apontar o início da conjuração antes das eleições de 63 a.C.

Ora, se considerarmos que Salústio não estava de maneira nenhuma errado em indicar o início da Conjuração de Catilina mesmo antes das eleições de 64 a.C. e que sim informou esse início precoce de maneira deliberada. Por que o autor faria isso? Novamente nos voltamos a duas personagens chave desse período: César e Crasso. Ao indicar o início da Conjuração antes da eleições, Salústio poderia estar implicando, nas entrelinhas, a participação de um ou ambos os líderes *populares*. Não acreditamos que o foco da incriminação de Salústio fosse César, mas também não podemos descartar a possibilidade; Crasso, entretanto, pode ter sido acusado de ser um dos líderes da Conjuração, atuando como um tipo de liderança oculta. O próprio autor já havia deixado a questão da participação de Crasso na Primeira Conjuração em aberto³¹³. Interessante pensar que Salústio poderia, em verdade, estar acusando Crasso de participação em ambas as Conjurações.

Como não há nenhuma confirmação sobre a participação de César tampouco de Crasso, só podemos especular se os líderes *populares* sabiam da Conjuração e a apoiavam de maneira discreta ou se de nada sabiam. De todo modo, conforme as fontes de que dispomos da obra ciceroniana, a conjuração se iniciou quando Catilina ainda estava em campanha para o consulado, por volta de julho de 63 a.C. Na Etrúria, o antigo centurião de Sula, Caio Manlio angariava tropas para apoiar Catilina; o próprio se encontrava em Roma, cercado pelos veteranos de Sula, a quem Catilina havia prometido todos os tipos de benesses caso a conjuração desse

³¹² As incongruências apontadas por Hardy (1917) são bastante interessantes: "Again, if Lentulus, Cethegus and the rest were definitely members of a sworn conspiracy in June 64, what were they doing till the next hear of them more than a year later? Would men like Cethegus or the rest, needing immediate relief from debt, have acquiesced in such indefinite postponement of relief?". Ademais, se Fúlvia já servia de informante a favor da República acerca dos planos de Catilina, como ela teria permanecido nessa posição até o ano seguinte, sem ser descoberta? E, se caso a conjuração fosse conhecida, Cícero ainda assim tentaria estabelecer uma relação de apoio mútuo com Catilina e C. Antônio, como tentou fazer durante o ano de 63 a.C.? As questões levantadas por Hardy são bastante interessantes e nos apontam para outra direção: a narrativa salustiana apresenta algumas falhas estruturais que devem ser levadas em conta, principalmente no que toca à cronologia dos eventos da Conjuração (Hardy, E.G. (1917). *The Catilinarian Conspiracy in its Context: A Re-Study of the Evidence*. Cambridge: *The Journal of Roman Studys*, v.7, p.170)

³¹³ Salústio, *De Bellum Catilinae*, 19, p.32; Batstone, W. Translation, Introduction and Notes. In: Sallust, C.C. (2010). *Catiline's Conspiracy, The Jugurthine War and Histories*. Oxford: Oxford World's Classics, p.15.

certo³¹⁴. Por ainda fazer parte do Senado e não haver provas concretas contra ele, este continuava a frequentar as reuniões do Senado. Em uma dessas reuniões, Catilina, segundo Cícero, ameaçou Catão quando este pediu uma ação judicial contra ele³¹⁵. O próprio Cícero, em seu texto *Pro Murena*, argumenta que tomou conhecimento que, em uma reunião privada, Catilina teria afirmado que seus planos eram matar o cônsul no dia da eleição³¹⁶. Ainda no *Pro Murena*, Cícero comenta que no dia das eleições organizou um esquema de segurança não para se proteger, mas para salvaguardar os cidadãos que votariam nessas eleições³¹⁷.

A atitude do cônsul diante dos fatos que se desenrolaram antes do dia das eleições foi a de postergá-las até que o perigo que se apresentava com as atitudes de Catilina passasse. O Senado ouviu a Cícero e adiou o dia da votação. Chegado o dia, o cônsul posicionou uma guarda pessoal armada no Campo de Marte e, a fim de evitar qualquer investida de Catilina, foi ele também protegido com uma armadura. O plano do cônsul foi bem sucedido, evitando qualquer movimentação violenta de Catilina. Segundo Phillips, a atitude de Cícero em posicionar uma guarda armada no Campo de Marte e ir às eleições usando uma armadura nos dá algumas interessantes indicações: a conjuração estava de fato tomando rumos violentos; se não fosse o caso, a atitude do cônsul seria interpretada como exagerada, podendo ele sair desqualificado do evento. Entretanto, não podemos deixar de lado que a atitude de Cícero também serviu para desmoralizar Catilina perante os eleitores³¹⁸.

Ainda em Cícero, em seu segundo discurso contra Catilina, temos uma descrição de quem eram os apoiadores da conjuração: homens ricos que encontravam-se afundados em dívida e que tinham à sua disposição propriedades

³¹⁴ "At the same time they watched Catiline, brisk and cheerfull, accompanied by his troops of youths, entrenched behind informers and assassins, buoyant with the hope of his soldiers and the promises which he said my colleague had made to him, surrounded by an army of colonists from Arretium and Faesulae, a throng with here and there men of a very different type, victims of disaster at the time of Sulla" (Cicero, *Pro Murena*, 49, 2001: 251).

³¹⁵ Cicero, *Pro Murena*, 51, 2001: 253.

³¹⁶ Segundo Cícero, em seu discurso *Pro Murena*, as atitudes de Catilina durante as campanhas eleitorais do ano de 63 a.C. forçaram o cônsul a pedir um *senatus consultum* para que este adiasse o dia da eleição a fim de evitar qualquer perigo à República: "You recall, too, that on receipt of this news I then proposed and carried a decree of the Senate to stop the election on the following day so that we could debate these events in the Senate" (Cicero, *Pro Murena*, 51, 2001: 253).

³¹⁷ "... nom quae me tegeter – etenim sciebam Catilinam non latus aut venterem sed caput et collum solere petere – verum ut omnes boni animadverterent..."

³¹⁸ Phillips, E.J. (1976). *Catiline's Conspiracy. Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 15, H.4., p.442; MacDonald, C. Introduction, Translation and Notes. In: Cicero, M.T. In *Catilinam 1-4, Pro Murena, Pro Sula, Pro Flacco*. Massachusetts: Loeb Classical Library, p.14.

(escravos, pratos de prata, terras, casas, dentre outros) suficientes para quitar suas dívidas, mas que por apego, não vendiam o que tinham a fim de pagar seus compromissos; homens profundamente afundados em dívidas mas que mesmo assim ansiavam por poder. Esses homens pensavam que revolução os concederia as mais altas magistraturas, mesmo que isso significasse acabar com o estado de paz da República; homens mais velhos, em especial os veteranos de Sula que viviam nas colônias, mas que gastaram as riquezas que ganharam durante a ditadura de Sula com amostras de luxo; homens com grandes quantias de dívidas contraídas em parte por inação (*inertia*), em parte por erros cometidos nos negócios ou por suas próprias extravagâncias e que se juntaram a Catilina para se livrar de suas dívidas; criminosos, assassinos e parricidas que se juntaram a Catilina para conjurar contra a República; a juventude romana, que anseia uma rápida e fácil ascensão à posições de poder³¹⁹.

Salústio também analisa quem seriam os apoiadores de Catilina, acrescentando que, como a República era deveras corrupta, não foi difícil ao organizador da Conjuração encontrar homens dispostos a segui-lo

[...] Em uma cidade tão grande e corrupta quanto Roma, Catilina não teve dificuldade em manter em torno de si e como guarda pessoal todo tipo de pessoa depravada e criminosa. Gente sem vergonha, os devassos e adúlteros que tinham acabado com o patrimônio familiar, aqueles que tinham contraído grandes dívidas para eliminar seus escândalos e crimes, os assassinos e sacrílegos condenados ou que temiam ser condenados na justiça por seus desvios, aqueles que com suas mãos e línguas se alimentavam do perjúrio e do sangue de seus concidadãos e, finalmente, todos aqueles que eram assombrados pela desgraça, pela pobreza ou pela má consciência, todos eles eram próximos e íntimos a Catilina. E se alguém isento de culpa passasse a ser amigo de Catilina, não tardaria a se tornar tão ruim quanto todos os outros, devido à convivência³²⁰ (Salústio, De Bellum Catilinae, 14: 24).

Salústio ainda acrescenta os cidadãos de pouca idade à lista dos aliados de Catilina, alegando que os jovens eram particularmente suscetíveis aos encantos do líder da conjuração. Em suma podemos extrair de ambos os trechos algumas

³¹⁹ Cícero, In Catilinam II, 17-23, 2001: 336-341.

³²⁰ Texto original contido na edição Loeb (1921): "In tanta tamque corrupta civitate Catilina, id quod factu facillimum erat, omnium flagitiorum atque facinorum circum se tamquam stipatorum catervas habebat. Nam quicumque impudicus, ganeo, aleator, manu, ventre, pene bona patria laceraverat, quique alienum aes grande conflaverat, quo flagitium aut facinus redimeret, praeterea omnes undique parricidae, sacrilege, convicti iudiciis aut pro factis iudicium timentes, ad hoc manus atque lingua periurio aut sanguine civili alebat, postremo omnes quos flagitium, egestas, conscius animus exagitabat, ei Catilinae proximi familiaresque erant. Quodsi quis etiam a culpa vacuus in amicitiam eius iniciderat, cotidiano usu atque illecebris facile par similisque ceteris efficiebatur (Salústio, De Bellum Catilinae, 14: 24).

características em comum dos apoiadores de Catilina: eram variados, sendo compostos por patrícios e plebeus, de *gens* ricas e pobres, políticos ou homens de negócios, mas que em sua maioria encontravam-se em situação calamitosa devido às dívidas; alguns eram criminosos, tendo cometido todo tipo de crime. Assim, tanto Salústio quanto Cícero apresentam os apoiadores de Catilina como o pior do pior da República Romana, ou seja, aquele que tinha o crime por atividade certamente aderiria a Conjuração. Entretanto, focaremos na questão das dívidas novamente; mais uma vez vemos como a situação da República era complexa e perigosa, pois o que boa parte dos apoiadores de Catilina queria com a Conjuração era eliminar, de uma vez por todas, as dívidas outrora contraídas. Não havia nenhuma ordem isenta desse mal: aristocratas de famílias decadentes e que contraíram dívidas a fim de concorrer nas eleições para as magistraturas, cidadãos pobres, veteranos, a todos as dívidas eram correntes e se apresentavam cada vez mais como um grave problema.

Quando o resultado da eleição se tornou conhecido e Catilina novamente foi derrotado, este enviou Manlio de volta à Etrúria (Fésula), ao Piceno enviou um tal Septímio de Camarte e para a Apúlia Caio Júlio a fim de angariar tropas para a conjuração. Catilina todavia permaneceu em Roma, armando todo tipo de armadilha para a República bem como para o cônsul

[...] Enquanto isso Catilina estava ocupado em Roma, armando ciladas para os cônsules, preparando incêndios, postando homens armados em lugares estratégicos. Ele próprio andava armado, ordenando que os outros fizessem o mesmo; pregava que todos deveriam estar permanentemente atentos e preparados, dia e noite não perdia tempo e estava sempre vigilante, não se deixava abater nem pela insônia nem pelo cansaço³²¹ (Sallust, De Bellum Catilinae, 27, 1921: 46).

O interessante da passagem de Salústio é perceber a organização dos esquemas da Conjuração de Catilina bem como obter algumas informações valiosas sobre o próprio antagonista, Catilina: este, segundo Salústio, é um homem determinado e que não pararia até ter usurpado o poder dominante da República Romana. Se havia aqueles que aderiam a Conjuração contra a República, em contrapartida havia uns que tinham por objetivo proteger a paz em Roma. No dia 18

³²¹ Texto original presente na edição Loeb (1921): “Interea Romae multa simul moliri: consolibus insidias tendere, parare incendia, opportuna loca armatis hominibus obsidere, ipse cum telo esse, item alios iubere, hortari uti semper intenti paratique essent; dies noctisque festinare, vifilare, neque insomniis neque labore fatigari” (Sallust, De Bellum Catilinae, 27, 1921: 46).

de outubro do ano de 63 a.C., Crasso, em conjunto com dois outros nobres, Q. Caecilo Metelo e Marco Marcelo, foi até a casa de Cícero alertá-lo sobre o perigo eminente a que corria a República: a ele foram entregues uma série de cartas, uma delas endereçadas ao próprio Crasso, afirmando que a República corria sério perigo e que um massacre era eminente. Três são as teorias que tentam explicar esse evento envolvendo Cícero e Crasso: 1. As cartas teriam sido escritas pelo próprio Cícero a fim de testar a lealdade de Crasso para com a República; 2. As cartas foram escritas por Crasso com intuito de desvincular seu nome da conjuração; 3. As cartas eram genuínas e haviam sido escritas de fato por um dos conjuradores a fim de proteger a República. Segundo MacDonald³²², nenhuma das teorias explica satisfatoriamente o evento da noite de 18 de outubro, mas a subsequente postura dos conjurados torna mais plausível a terceira opção.

Conforme consta em Dião Cássio, após receber as cartas de Crasso, Cícero ainda obteve os informes do ex-pretor Q. Ário contendo informações mais acuradas sobre a situação da Etrúria onde encontrava-se Manlio (esses reportes foram entregues à Cícero entre os dias 19 e 20 de outubro). Se quando Cícero entregou as cartas de Crasso o Senado se recusou a tomar qualquer atitude, agora sabendo da situação da Etrúria e dos movimentos de Catilina para formar um exército, o Senado passou, no dia 21 de outubro³²³, o *senatus consultum ultimum*, dando aos cônsules plenos poderes para lidar com a conjuração³²⁴. Possivelmente a fonte de Dião Cássio tenha sido Salústio, pois esse afirma uma sucessão de eventos muito similares à de Salústio, com exceção da entrega das cartas à Cícero

[...] Quando estes eventos foram reportados a Cícero, este ficou profundamente perturbado pelos dois tipos de perigos, porque já não podia mais por iniciativa própria manter a cidade protegida de tais armadilhas, tampouco conseguia obter nenhuma informação precisa sobre o tamanho e planos do exército de Manlio; ele então transferiu a questão ao Senado, já

³²² MacDonald, C. Introduction, Translation and Notes. In: Cicero, M.T. *In Catilinam 1-4, Pro Murena, Pro Sula, Pro Flacco*. Massachusetts: Loeb Classical Library, p.15

³²³ Precisamos tomar bastante cuidado com as datas da Conjuração de Catilina, em especial quanto as datas da concessão do *S.C.U*; para maiores informações sobre esse debate, ver: Holmes, T. (1918). Three Catilinarian Dates. In: *The Journal of Roman Studies*, vol. 8, pp.15-25.

³²⁴ Conforme consta em Dião Cássio: "While they were making these preparations information came to Cicero, first, of what was occurring in the city, through some letters which did not indicate the writer but were given to Crassus and certain others of the optimates; and upon their publication a decree was passed that the state of disorder existed and that a search should be made for those responsible for it. Next came the news from Etruria, whereupon they further voted to the consuls the custody of the city and of all its interests, as was their custom; for to this decree was added the command that they should take care that no harm came to the state" (Dião Cássio, Book XXXVIII, 31, 1914: 149).

dominado por boatos. Então, como é de regra em situações críticas, o Senado votou para que os cônsules se empenhassem a fim de evitar que a República não sofresse nenhum prejuízo. De acordo com o costume romano essa medida dava ao magistrado, através da concessão do Senado, o poder supremo, permitindo-o que organizasse exércitos, declarasse guerra, conteria de todas as formas aliados e cidadãos, exercer internamente e externamente autoridade suprema, sem isso o cônsul não tem nenhum desses privilégios exceto com a permissão do povo romano³²⁵ (Salústio, De Bellum Catilinae, 29, 1921: 48-50).

Alguns comentários acerca do trecho da obra de Salústio precisam ser feitos, a fim de evitar equívocos de interpretação. Quando o autor comenta sobre dois tipos de perigo, este fazia referência à informação de que Manlio estava organizando um exército na Etrúria e que incitava o povo contra as injustiças a que a aristocracia os fazia passar; o segundo perigo, por sua vez, foi a tentativa de assassinato de Cícero: dois apoiadores de Catilina, C. Cornélio, da ordem dos *equites* e Vargunteio, senador romano, foram até a casa de Cícero, sob o pretexto de cumprimentar o cônsul; em realidade, o plano dos dois era matá-lo. Cúrio, ao saber do plano ordenou que Fúlvia revelasse a tentativa à Cícero. Ao saber dessas duas informações, o cônsul convocou de pronto o Senado Romano a fim de deliberar sobre o perigo. Ademais, a autoridade suprema concedida pelo Senado para os magistrados, nesse caso os dois cônsules, foi dada através do *Senatus Consultum Ultimum*: conforme Ramsey³²⁶ o S.C.U era uma medida passada pelo Senado Romano e que substituíria a ditadura; o decreto foi usado pela primeira vez no ano de 133 a.C., para eliminar a oposição de Tibério Graco. Interessante o comentário de Salústio acerca do *senatus consultum ultimum* pois de fato, sem esse decreto o cônsul não teria nenhum dos poderes citados por Salústio e, caso atuasse contra a vontade popular poderia ser julgado através da *provocatio*, que era o direito do povo em regular a atuação dos magistrados.

De acordo com a Primeira Catilinária, na reunião do Senado ocorrida no dia 21 de outubro, onde o S.C.U. havia sido concedido ao cônsul, Cícero relatou que

³²⁵ Texto original presente na edição Loeb (1921): “Ea cum Ciceroni nuntiarentur, ancipiti malo permotus, quod neque urbem ab insidiis privato consilio longius tueri poterat, neque exercitus Manli quantus aut quo consilio foret satis compertum habebat, rem ad senatum refert iam antea volgi rumoribus exagitata. Itaque, quo plerumque in atroci negotio solet, senatus decrevit darent operam consules ne quid res publica detrimenti caperet. Ea potestas per senatum more Romano magistratui maxuma permittitur, exercitum parare, bellum gerere, coercere omnibus modis socios atque civis, domi militiaeque imperium atque iudicium summum habere; aliter sine populi iussu nullius earum rerum consuli ius est (Salústio, De Bellum Catilinae, 29, 1921: 48-50).

³²⁶ Ramsey, J.T. (2007). Introduction, Translation and Commentary. In.: Sallust. *Sallust's Bellum Catilinae*. London: Oxford University Press, p.140-141.

Manlio pegaria em armas e, possivelmente no dia 27 de outubro, cometeria um atentado contra a República e que, no dia 28 de outubro, os conjurados matariam grande parte dos principais líderes da política romana (líderes *Optimates*). Segundo MacDonald, não se sabe ao certo de onde Cícero teria adquirido essas informações³²⁷: se por Fúlvia, a antiga delatora comentada por Salústio; se por Q. Ário, o informante do cônsul na situação da Etrúria. Salústio, por sua vez, argumenta que quem revelou o caso foi L. Sênio, senador romano que teria recebido uma carta vinda de Fésulas e que revelava os planos de Mânlio. Ademais, para lidar com a insurreição de Manlio e com a revolta de escravos que ocorria em Cápua e na Apúlia, Cícero encarregou os generais Q. Márcio Rex e Q. Metelo Cretico (que estavam fora de Roma esperando o Triunfo), para controlar a situação em Fésula e na Apúlia; os pretores Q. Pompeu Rufos e Q. Metelo Céler foram dotados de poderes (*imperium*) para angariar tropas em Cápua e no Piceno³²⁸.

Sem provas definitivas que incriminassem Catilina e percebendo que suas medidas preventivas em relação a qualquer ataque dos conjurados criavam ainda mais pânico e forçavam um colapso no crédito disponível em Roma, Cícero decidiu esperar novas evidências para tomar qualquer atitude. Catilina permanecia ainda em Roma, pois o Senado decidiu não se manifestar até que provas mais concretas fossem fornecidas. A evidência de que Cícero precisava foi apresentada: em uma reunião ocorrida no dia 6 de novembro, na casa de Marco Pórcio Leaca (fora da cidade de Roma; Salústio se refere a essa figura como Pórcio Leca), Catilina organizou os planos dos conjurados, onde ele próprio sairia de Roma para se juntar a Manlio na Etrúria e tomaria o comando da região (futuramente tomando o Piceno e a Gália Cisalpina) e Caio Cornélio e Lúcio Vargunteio, voluntários na missão, iriam até a casa de Cícero sob o pretexto de parabenizar o cônsul pelas atitudes tomadas, e o matariam em sua própria casa. Cúrio instruiu Fúlvia a novamente alertar o cônsul sobre os planos de Catilina; sabendo que a tentativa de assassinato³²⁹ seria

³²⁷ Ao se atentar para o fato de que a versão impressa dos discursos ciceronianos das Catilinárias só tenha sido publicada três anos depois dos eventos (66 a.C.), é possível que os detalhes sobre a fonte de informações de Cícero tenha sido ocultada, dando preferência para uma versão mais simplificada dos eventos (MacDonald, C. Introduction, Translation and Notes. In: Cicero, M.T. *In Catilinam 1-4, Pro Murena, Pro Sula, Pro Flacco*. Massachusetts: Loeb Classical Library, p.16).

³²⁸ Salústio, *De Bellum Catilinae* 30, 1990: 111.

³²⁹ Interessante oportunidade nos é apresentada nessa narração dos fatos acerca da reunião de Catilina na casa de Pórcio Leca e sobre a tentativa de assassinato que sofreu Cícero. Na Primeira Catilinária de Cícero, este argumenta que a reunião na casa de Pórcio Leca ocorreu no dia primeiro

executada no dia 7 de novembro, Cícero fortificou sua casa com sua guarda pessoal, inibindo a execução dos planos dos conjuradores³³⁰.

Com o conhecimento dos planos de Catilina em mãos, Cícero convocou o Senado no dia 8 de novembro, a fim de expor as novas evidências. A reunião foi marcada no Templo de Júpiter, no alto da colina Palatina, onde o cônsul posicionou uma forte guarda armada; a escolha do local para a reunião de emergência foi devido ao fato de que o Templo de Júpiter era mais facilmente protegido que a Cúria. Nessa reunião, onde o próprio Catilina estava presente, Cícero discursou sua Primeira Catilinária; no discurso, Cícero atacou Catilina, expondo os planos orquestrados por Catilina e colocados em prática pela conjuração ao Senado Romano. Catilina, segundo o relato salustiano, ao ouvir as acusações de Cícero no primeiro discurso das Catilinárias, se pôs de pé e discursou, em voz suplicante

[...] Quando o cônsul se sentou, Catilina, preparado para dissimular a tudo, cabisbaixo e com voz suplicante passou a pedir aos Senadores que não acreditassem em nenhuma acusação infundada feita contra ele; a família a que descendia, a vida que desde a juventude levou faziam-no alimentar toda sorte de esperança; que eles não pensassem que ele, um patrício que, igualmente a seus antepassados tinha se dedicado ao serviço ao povo romano, se beneficiaria com a ruína da República e que o salvador seria Marco Túlio Cícero, um inquilino da cidade de Roma. Quando iria acrescentar a esses outros insultos, todos puseram a vaiá-lo, sendo chamado de traidor e assassino. Então ele, enfurecido, disse: "Já que sou acusado por todos e sou atirado em um abismo por meus inimigos, apagarei com ruínas o incêndio que me ameaça"³³¹ (Salústio, De Bellum Catilinae, 31, 1990: 112-113).

de novembro, onze dias depois do Senado ter concedido o poder supremo, por meio do *Senatus Consultum Ultimum*, a Cícero e Caio Antônio. Salústio, por sua vez, pontua que a reunião e a tentativa de assassinato teriam acontecido antes do *Senatus Consultum Ultimum* e que esse foi um dos motivos pelos quais o Senado concedeu tal medida. Não podemos afirmar quem está correto na cronologia desses eventos, pois ambos escreveram depois dos eventos serem consumados: Cícero redigiu seus discursos anos depois de proferí-los; Salústio redigiu ainda depois de Cícero; possivelmente Salústio estivesse usando outra fonte que não as Catilinárias de Cícero.

³³⁰ Sobre o evento encontramos mais informações em: Cícero, *In Catilinam* 1.1: sobre o perigo causado pela tentativa de assassinato e sobre a reunião do Senado no Templo de Júpiter, fortificado com a guarda de Cícero; Cícero, *In Catilina* 1.8-10: sobre a reunião dos conjurados na casa de Marco Laeca e os planos de tomar algumas regiões chave (Etrúria, Piceno e Gália Cisalpina) e dividi-las entre os conjurados; Cícero, *pro Sulla* 18: sobre a questão de Caio Cornélio ter se voluntariado para assassinar Cícero em sua própria casa; Cícero, *pro Sulla* 52: sobre a reunião na casa de Marco Laeca, a divisão das regiões chave, o plano de assassinar Cícero em sua própria casa e sobre a data de retirada de Catilina da cidade.

³³¹ Texto original presente na edição Loeb (1921): "Sed ubi ille adsedit, Catilina, ut erat paratus ad dissimulanda Omnia, demisso voltu, voce supplici postulare a patribus coepit nequid de se temere crederent; ea familia ortum, ita se ab adulescentia vitam instituisse, ut omnia bona in spe haberet; ne existumarent sibi, Patricio homini, cuius ipsius atque maiorum pluruma beneficia in plebem Romanam essent, perdita re publica opus esse, cum eam servaret M. Tullius, inquilinus civis Urbis Romae. Ad hoc maledicta alia cum adderet, obstrepere omnes, hostem atque parriciadam vocare. Tum ille furibundus "Quoniam quidem circumventus," inquit "ab inimicis praeceps agor, incendium meum ruina restinguam" (Sallust, De Bellum Catilinae, 31, 1921: 54).

Catilina, através da escrita de Salústio, nos expõe conceitos muito interessantes no trecho supracitado. De pronto percebemos uma distinção nítida entre o Catilina apresentado nessa passagem do texto e o Catilina do final da obra: nesse trecho, o antagonista é apresentado como alguém que suplica, alguém que usa da humildade para pedir o apoio do Senado Romano. Já no final da obra Catilina, durante a última batalha do antagonista contra o exército de Caio Antônio na região de Pistóia, é descrito como alguém feroz, disposto a ocupar a posição de general e soldado, se colocando na linha de frente de seu exército. Salústio aponta, ao nosso ver, para o fato de que Catilina estava tentando enganar o Senado, que nada tinha de humilde ou suplicante; a forma como ataca a Cícero, utilizando-se de insultos, bem como a ameaça final que faz contra a República, corrobora essa visão.

A passagem ainda nos proporciona uma discussão ainda mais profunda no que toca à dicotomia entre os que pertenciam a cidade de Roma e os “forasteiros”: Salústio apresenta Catilina como um patrício com importantes antepassados (*maiores*), portanto vindo de uma *gens* (*gens* sergia) importante e que se preocupava com as causas da plebe (muito comum para políticos da ala dos populares – demagogos); já Cícero, nas palavras de Catilina construídas por Salústio, é apresentado como um forasteiro, um inquilino da cidade de Roma. A questão era recorrente na política Romana: ao acusar Murena de corrupção eleitoral, crime *de ambitus*, Sêrvio Sulpício em realidade encontrou um pretexto para acusar Murena pois, pensava ele não ser possível um homem novo vencer um membro da *nobilitas*. Murena, portanto, deveria ter recorrido à corrupção eleitoral para vencê-lo. Se para Murena, um plebeu de uma *gens* (*gens* Licinia) reconhecida em Roma, esse tipo de acusação era feita, para Cícero a questão deve ter sido ainda mais pesada, pois o cônsul era o primeiro de sua família a ocupar o consulado e tampouco pertencia à cidade de Roma. Compreende-se em que contexto Catilina acusava, na construção de Salústio, a Cícero. Outrossim, a questão deve ter sido problemática até mesmo para o próprio Salústio, que tinha um histórico familiar muito similar ao de Cícero.

Catilina, depois da ameaça feita durante a reunião do Senado, se retirou e partiu. Uma vez fora da reunião do Senado, conforme consta em Salústio, Catilina convocou os seus e transmitiu a mensagem de que iria deixar Roma e rumaria com uma pequena comitiva para o acampamento de Manlio

[...] A seguir, apressou-se do Senado para casa. Lá, depois de muito pensar sobre a situação de que seus planos contra o cônsul não tinham obtido êxito e percebendo que a cidade estava a salvo dos incêndios pela guarda-noturna, acreditando que a melhor coisa era aumentar seu exército e que deveria assegurar as provisões de guerra para suas legiões, ele partiu para o acampamento de Manílio com alguns poucos acompanhantes, na calada da noite. Entretanto, antes de partir instruiu a Cetego, Lêntulo e a todos cuja intrepidez ele conhecia, que fizessem o máximo para fortalecer o poder da facção por qualquer meio que fosse necessário, que apressassem as cidades ao cônsul, preparassem assassinatos, incêndios e outros tipos de crimes de guerra: brevemente ele estaria com um grande exército nas portas da cidade³³² (Salústio, De Bellum Catilinae, 32, 1921: 56).

Catilina percebia, desse modo, que, se ficasse em Roma, estaria vulnerável às ações do cônsul. Para despistar seus próximos movimentos, enviou uma carta endereçada a Q. Cátulo e que deveria ser lida no Senado Romano. Nela, Catilina expunha a injustiça cometida pelo cônsul; que não iria mais se defender e que, para evitar qualquer tipo de perigo à República, se exilaria voluntariamente em Marselha. Além disso, o trecho da carta de Catilina apresentada por Salústio contém uma espécie de justificativa para a Conjuração, que nos parece interessante de comentar

[..] Acuado pelas injustiças e ofensas, roubado do fruto de meu trabalho e energia e incapaz de obter uma posição compatível com minha dignidade, eu segui minha posição de apoiar a causa dos miseráveis; não porque não conseguisse pagar com minhas propriedades minha dívida pessoal – a generosidade de Orestila pagaria com seus recursos e de sua filha até a dívida dos outros – mas porque via os indignos sendo agraciados com honras de que não eram dignos, e então me via injustiçado por suspeitas infundadas³³³ (Salústio, De Bellum Catilinae, 35, 1921: 60).

Salústio aqui nos indica os possíveis motivos que levaram Catilina a pegar em armas e conjurar contra a República. Este acreditava que, por ser um patrício advindo de uma *gens* importante, merecia e tinha *dignitas* para conseguir toda sorte de benesses que a República poderia oferecer, bem como ser eleito para o cargo mais elevado da política romana, o consulado. Catilina via suas tentativas de eleição

³³² Texto original presente na edição Loeb (1921): “Deinde se ex curia domum proripuit. Ibi multa ipse secum volvens, quod neque insidiae consuli procedebant et ab incendio intellegebat urbem vifiliis munitam, optimum factu credens exercitum augere ac prius quam legiones scriberentur multa antecapere, quae bello usui forent nocte intempesta cum paucis in Manlia castra profectus est. Sed Cethego atque Lentulo ceterisque, quorum cognoverat promptam adudaciam, mandat quibus rebus possent opes factionis conferrent, insidias consuli maturent, caedem, incendia, aliaque belli facinora parent: sese prope diem cum magno exercitu ad urbem accessurum” (Sallust, De Bellum Catilinae, 32: 56).

³³³ Texto original presente na edição Loeb (1921): Iniuriis contumeliisque concitatus, quod fructu laboris industriaeque meae privatus statum dignitatis non opinebam, publicam miserorum causam pro mea consuetudine suscepi, non quia aes alienum meis nominibus ex possessionibus solvere non possem (et alienis nominibus liberalitas Orestillae suis filaeque copiis persolveret); sed quod non dignos homines honore honestatos videbam meque falsa suspicione alienatum esse sentiebam (Salústio, De Bellum Catilinae, 35, 1921: 60).

vetadas pela *nobilitas* e, como político da ala dos *populares*, discursava em prol da causa do povo, em uma tônica bastante demagógica; sua proposta era a de cancelamento das dívidas, o que torna mais claro o porquê a *nobilitas* vetava com veemência a eleição desse. Nesse trecho temos explícito o problema das dívidas pessoais bem como a maneira como um político demagogo construía seus argumentos, e temos implícito o funcionamento das relações sociais e políticas da República: para um cidadão se candidatar a qualquer cargo, este precisaria possuir uma grande soma de dinheiro a ser investido na campanha; se não tivesse, emprestaria de quem tinha; se não ganhasse, a situação se agravaria, pois o empréstimo era feito a juros. A *nobilitas*, por sua vez, composta em grande parte por usurários³³⁴ não permitiria que ideias como a de não pagamento das dívidas se espalhassem pela República.

Essa carta serviu para descreditar Cícero e suas acusações presentes na Primeira Catilinária, mostrando um Catilina disposto a ir em exílio voluntário a fim de proteger a República. Ademais, o uso da correspondência de Catilina no texto Salustiano nos é interessante por indicar que Salústio lançava mão de um conjunto variado de fontes para a composição de suas monografias: suas próprias memórias, os textos ciceronianos e algumas cartas como essa de Catilina que aparentemente circulavam por Roma nos anos 40 a.C.

No dia 9 de novembro Cícero discursou, dessa vez para a população, sua Segunda Catilinária, a fim de esclarecer que o perigo que sofria a República com a conjuração encabeçada por Catilina era real. Nesse discurso, Cícero alegou que Catilina havia chego ao acampamento de Manlio na Etrúria e que lá já se portava como um verdadeiro cônsul, andando com doze litores, com feixes e insígnias militares³³⁵. O povo clamou e, imediatamente³³⁵, Manlio e Catilina foram declarados inimigos da República; C. Antônio foi encarregado de perseguir Catilina e derrotá-lo, enquanto Cícero ficaria em Roma, protegendo a cidade. Aquele que desejasse se render e abandonar a conjuração seria perdoado pelo Senado; entretanto, nenhum dos conjurados deixou o lado de Catilina. Para Salústio, esse foi o momento mais delicado pelo qual passou a República durante a conjuração

³³⁴ *Faeneratio*: usura; *Faenerator*: usurário.

³³⁵ Como um cônsul faria; *pro Sulla*, 17; *De Bellum Catilinae*, 36.

[...] Em nenhum outro momento e condição esteve o poder do povo romano, a meu ver, em maior desgraça. O mundo todo, do nascer ao pôr do sol, estava sujeito ao domínio armado, devendo obediência a ela; em casa tínhamos paz e uma abundância de riquezas, bens que os mortais tem por primordiais. No entanto houve cidadãos que por pura perversidade foram levados a arruinar a si mesmos e a República. Apesar de dois decretos do senado, de tão grande a multidão dos conjurados não houve um que desertasse do acampamento de Catilina; era tal a potência do mal que, como uma praga, invadia os corações dos cidadãos³³⁶ (Salústio, *De Bellum Catilinae*, 36, 1921: 62).

O perigo pelo qual passou a República quando da Conjuração de Catilina foi um dos motivos comentados por Salústio para que esse optasse por esse tema em específico. Para os cidadãos da época, o que Catilina propunha ao pegar em armas era de declarar uma Guerra Civil contra a República e derramar ainda mais sangue romano, visto que um evento nesses moldes já havia acontecido, não muito distante, com Sula e Mário. A Conjuração, segundo Cícero, se radicalizava: os planos dos conjurados eram o de causar conflitos na República: no dia 16 de novembro o Tribuno da Plebe de nome Lúcio Calpurnio Bestia acusaria Cícero de incriminar um homem inocente e provocar desestabilidade na República, colocando o povo romano contra o cônsul; o próximo passo seria tomado durante o festival da Saturnália³³⁷, quando Estatílio e Gabínio incendiariam doze partes estratégicas da cidade de Roma e, com a vulnerabilidade da situação, Cetego mataria Cícero e outros líderes da política romana; a seguir, os conjuradores se dirigiriam para os acampamentos de Catilina, que seria condecorado com o domínio da cidade³³⁸. Mesmo com todas essas informações acerca dos planos dos conjurados, Cícero ainda precisava de uma prova definitiva do envolvimento dos conjurados com os planos de Catilina. Essas provas chegaram ao cônsul logo após o fim do julgamento

³³⁶ Texto original presente na edição Loeb (1921): "Ea tempestate mihi imperium populi Romani multo maxime miserabile visum est. Cui cum ad occasum ab ortu solis omnia domitia armis parerent, domi otium atque divitiae, quae prima mortales putant, adfluerent, fuere tamen cives qui seque remque publicam opstinatis animis perditum irent. Namque duobus senati decretis ex tanta multitudine neque praemio inductus coniurationem patefecerat neque ex castris Catilinae quisquam omnium discesserat; tanta vis morbi aequae uti tabes plerosque civium animos invaserat (Sallust, *De Bellum Catilinae*, 36, 1921: 62).

³³⁷ Festival dedicado ao deus Saturno, divindade protetora da agricultura, que ocorria no dia 17 de dezembro e que, conforme Leite (2005), durava sete dias na época de Cícero – do dia 17 ao dia 23 de dezembro. Augusto encurtou as festividades para apenas dois dias, a fim de evitar a paralização das atividades econômicas e militares; já Calígula estendeu o festival para cinco dias (Leite, L.R. (2005). *Saturnais: Tempo de Presentes*. In: *Anais da XXV Semana de Estudos Clássicos*. Rio de Janeiro: UFRJ, pp.103-109).

³³⁸ Ver: Cícero, *In Catilinam II*, 1, 2001: 69, sobre a descoberta e abertura para o público dos planos de Catilina; Cícero, *In Catilina III*, 10, 2001: 111, sobre o plano de Léntulo e os conjurados de efetuar um massacre em Roma e queimar a cidade.

de Murena, conforme Cícero e Salústio: na Terceira Catilinária Cícero argumenta que tomou conhecimento que os piores conjuradores encontravam-se ainda em Roma e planejavam incitar os gauleses, em específico os alóbrogos que haviam enviado embaixadores a Roma, a aderir a Conjuração. Sobre a acusação, Salústio comenta

[...] Os alóbrogos estavam a muito tempo em dúvida sobre que caminho seguir. Por um lado encontravam sua dívida, seu amor pela guerra e a possibilidade de uma grande pilhagem se vencessem. Mas por outro lado, estavam os grandes recursos do Senado, um caminho longe do perigo e ganhos garantidos em contrapartida com esperanças incertas. Sobre essas questões eles refletiram e venceu a fortuna da República. Eles repetiram tudo a que lhes foi prometido, exatamente como ouviram, a Q. Fábio Sanga, o *patronus* desses. Ao saber desse fato através de Sanga, Cícero instruiu aos alóbrogos que demonstrassem um forte interesse pela conjuração, que promovessem encontros com os demais conjurados, que fizessem promessas e que se esforçassem para extrair o máximo dessas pessoas³³⁹ (Salústio, De Bellum Catilinae, 41, 1921: 70).

Por volta do final do século I a.C. a questão da gerência das províncias se apresentava como um grave problema para a República. Durante o consulado de Cícero, emissários da tribo dos Alobróges (situados na Gália Narbonense) chegaram à Roma a fim de reportar situação pela qual passavam: eram explorados pelos romanos que viviam na província. Ao saber da chegada desse povo, Lêntulo enviou um tal Umbreno para propor a estes que se juntassem à conjuração, prometendo que, caso o fizessem, estariam livres de todos os problemas causados pela aristocracia dominante que vivia na Gália. Uma segunda reunião foi marcada, dessa vez liderada por Públio Gabino Capito, um dos líderes da conjuração, onde os planos foram expostos bem como nomes foram dados.

A passagem, ademais, explicita que a questão das dívidas não assolava somente os romanos, mas também era um problema corrente nas províncias. Acreditamos que a questão das dívidas e províncias é interligada: a exploração indevida e desmedida das províncias romanas por parte dos governadores era um problema grave nesse período da República Romana: como o governador de província tinha poderes quase que irrestritos, com exceção, teoricamente, do direito

³³⁹ Texto original presente na edição Loeb (1921): “Sed allobroges diu in incerto habuere quidnam consili caperent. In altera erat aes alienum, studium belli, magna merces in spe victoria, at in altera maiores opes, tuta consilia, pro incerta spe certa praemia. Haec illis volentibus, tandem vixit fortuna rei publicae. Itaque Q. Fabio Sangae cuius patrocinio civitas plurimum utebatur, rem omnem uti cognoverant aperiant. Cicero, per Sangam consilio cognito legatis praecepit ut stadium coniurationis vehementer simulent, ceteros adeant, bene polliceantur, dentque operam uti eos quam maxime manifestos habeant (Salústio, De Bellum Catilinae, 41, 1921: 70).

a interferir nos impostos (mas na prática esse veto não se aplicava), os governadores passaram a se aproveitar dessa posição de poder a fim de garantir para si grandes somas de dinheiro. O próprio Salústio foi acusado de se aproveitar dessa posição e pilhar a província da África. Para garantir que os governadores angariassem as somas requisitadas, é possível que os cidadãos das províncias tenham contraído dívidas. Os alóbrogos apresentados no trecho de Salústio estavam em Roma precisamente para discutir essa questão: acossados pelos governadores romanos, estes foram até o Senado clamar por justiça.

Após essa breve análise sobre a correlação entre as províncias e as dívidas, podemos voltar à Conjuração. Os Alobróges, então, requisitaram dos conjuradores cartas assinadas se comprometendo a cumprir as promessas feitas, fornecendo, dessa forma, a prova de que precisava Cícero para prender os apoiadores de Catilina. Lêntulo, Cêtego e Estatílio assinaram de pronto, crendo estar firmando com os gauleses uma vantajosa parceria; Cássio, mais atento que os outros, não aceitou assinar a carta, alegando que iria à Gália logo; este parte de Roma sem demora, prevendo os eventos que viriam. Conforme consta na terceira Catilinária, no dia 2 de dezembro, os Alobróges partiram de Roma junto com um tal Voltúrcio, encarregado de transmitir à Catilina uma mensagem de Lêntulo³⁴⁰. Para interceptá-los, Cícero enviou para a fronteira da cidade de Roma (ponte Mílvia) os pretores Lúcio Valério Flanco e Caio Pomptino; ao amanhecer do dia 3 de dezembro, os enviados alóbrogos e Voltúrcio chegaram à ponte e se renderam aos pretores

[...] Com todos os preparativos prontos e a data de partida determinada, Cícero, que foi informado de tudo pelos embaixadores, ordenou que os pretores L. Valério Flaco e C. Pomptino que esperassem pelos alobróges e seus companheiros na Ponte Mílvia e os prendesse. Ele explicou em detalhes porquê eles haviam sido enviados, mas deixou os pormenores da missão para que os dois resolvessem. Os pretores, que eram homens militares, silenciosamente postaram suas guardas, de acordo com suas ordens e secretamente tomaram a ponte. De pronto os embaixadores chegaram juntamente com Voltúrcio à ponte e ouviram gritos de ambos os lados e, percebendo o que ocorria, se entregaram aos pretores. Voltúrcio em um primeiro momento suplicou para que os alóbrogos lutassem e se defendessem e pegou sua espada para se defender. Mas quando os alóbrogos desertaram seu lado, pediu Voltúrcio à Pomptino para que este o poupasse, visto que os dois se conheciam; finalmente, temendo por sua vida em desespero, se rendeu aos pretores como se fossem inimigos³⁴¹ (Salústio, De Bellum Catilinae, 45, 1921: 76).

³⁴⁰ Salústio, De Bellum Catilinae, 44, 1921: 74.

³⁴¹ Texto original presente na edição Loeb (1921): "Hisrebus ita actis, constituta nocte qua proficiscerentur, Cicero per legatos cuncta edoctus L.Valerio Flacco et C. Pomptino praetoribus imperat ut in ponte Mulvio per insidias Allobrogum comitatus deprehendant. Rem omnem aperit

Cícero finalmente teria em mãos um dos conjuradores e, com isso, poderia obter maiores informações e acusar formalmente os apoiadores de Catilina. Os alóbrogos em conjunto com Voltúrcio foram levados pelos pretores ao encontro de Cícero; as cartas assinadas, com os respectivos lacres foram entregues ao cônsul. Ao perceber a chegada do grupo, os principais senadores romanos se encaminharam ao encontro do grupo, requisitando que as cartas fossem lidas imediatamente: Cícero, tendo conhecimento do conteúdo dessas, declarou que só seriam abertas na reunião do Senado, no Templo da Concórdia (cercado de soldados armados). Ademais, ouvindo o conselho dos alóbroges, enviou os pretores para a casa de Sulpício, a fim de retirar de lá todas as armas que fossem encontradas.

Segundo consta na Terceira Catilinária bem como no *Bellum Catilinae*, Cícero, ao receber as cartas assinadas pelos conjuradores, mandou trazer a seu encontro os autores de cada correspondência: Lêntulo, Cetego e Estatílio³⁴², para que os três participassem da reunião do Senado. Lêntulo, pela importância de sua posição (era pretor à época), foi levado pela mão pelo próprio cônsul. Uma vez no Templo da Concórdia, Cícero orientou Voltúrcio para que contasse tudo que sabia sobre a conjuração encabeçada por Catilina. Voltúrcio o fez sob a promessa de imunidade³⁴³ em relação aos crimes cometidos contra a República: comentou sobre a insistência de Lêntulo em mudar a decisão de Catilina em aceitar escravos na conjuração (até então Catilina não permitia que escravos participassem da conjuração), a fim de aumentar o exército dos conjurados e, assim, marchar para Roma o mais cedo possível; incêndios seriam causados por toda cidade, massacrando os cidadãos e abrindo os caminhos para Catilina e seu exército.

Quando Voltúrcio terminou de revelar tudo que sabia, foram trazidos à reunião os enviados dos alóbrogos, cujo papel seria o de expor a participação de Lêntulo,

cuius gratia mittebantur, cetera, uti factu opus sit, ita agant permittit. Illi, homines militares, sine tumultu praesidiis collocatis, sicuti praeceptum erat occulte pontem obsidunt. Postquam ad id loci legati cum Volturcio venerunt et simul utrimque clamor exortus est, Galli cito cognito consilio sine mora praetoribus se tradunt, Volturcius primo cohortatus ceteros gladio se a multitudine defendit deinde ubi a legatis desertus est, multa prius de salute sua Pomptinum obtestatus, quod ei notus erat, postremos timidus ac vitae diffidens velut hostibus sese praetoribus dedit” (Sallust, De Bellum Catilinae, 45, 1921: 76).

³⁴² Gabínio, o responsável por ter apresentado os alóbrogos aos conjuradores, também foi levado ao Templo da Concórdia para participar da reunião (Salústio, De Bellum Catilinae, 46, 1990: 120).

³⁴³ Cícero, sob o *Senatus Consultum Ultimum*, tinha a autoridade de ceder a imunidade para aqueles que julgasse fornecer informações importantes sobre os planos de Catilina.

Cetego e Estatílio nas negociações quanto à participação desses na conjuração. Estes expuseram as conversas que tiveram com os conjurados, em especial com Lêntulo; essas conversas podem ser encontradas em Cícero e Salústio

[...] Lêntulo lhes tinha assegurado de que no livro dos sibilinos e dos advinhos tinha sido declarado que ele era o terceiro Cornélio a quem o domínio e poder de Roma seria concedido; antes dele tinham Cina e Sula. Ele também havia dito que este era o ano, o décimo ano da libertação das Virgens Vestais e o vigésimo depois do incêndio do Capitólio, ano este fadado à destruição de Roma e seu poder³⁴⁴ (Cícero, In Catilinam III, 9, 2001: 109).

[...] De acordo com o livro dos sibilinos o domínio de Roma por três Cornélios foi profetizado; que houve anteriormente Cina e Sula e que Lêntulo era o terceiro a ter como destino o domínio da cidade. Além do mais, que era o vigésimo ano desde o incêndio do Capitólio, um ano que todos os videntes haviam previsto que seria marcado pelo derramamento de sangue de uma Guerra Civil³⁴⁵ (Salústio, De Bellum Catilinae, 47, 1921: 80).

Interessante comparação nos é proporcionada pelos dois trechos de Cícero e Salústio. No geral, percebemos uma grande proximidade entre a descrição do que Lêntulo teria explanado aos alóbrogos: ambos comentam das profecias contidas no livro dos sibilinos sobre o destino de Lêntulo de dominar a República bem como sobre a destruição do Capitólio, que aconteceu possivelmente em 83 a.C. durante as revoltas ocorridas quando da invasão de Sula à Itália. Os dois autores diferem em dois pontos, ao nosso ver: o primeiro deles é que Salústio nada comenta sobre as Virgens Vestais, talvez por achar o evento irrelevante, e discordam também no uso do vocabulário: Cícero, diferente de Salústio, nada fala sobre Guerra Civil que causaria a destruição do poder; o vocabulário usado por Cícero não aponta para nenhuma guerra que destruiria a República, ele tampouco se utiliza da palavra *Bellum*. Em contrapartida, Salústio não só indica para o fato de que uma guerra ocorreria nesse ano, mas que uma Guerra Civil (*bello civili*). Isso é muito importante e define um dos aspectos que defendemos na presente dissertação: o uso do termo *bellum* é deliberado e nos indica para a possibilidade de Salústio tratar dos eventos do ano de 63 a.C. como sendo uma Guerra Civil e não como uma conjuração.

³⁴⁴ Texto original presente na edição Loeb (2001): "Lentulum autem sibi confirmasse ex fatibus Sibyllinis haruspicumque responsis se esse tertium illum Cornelium ad quem regnum huius Urbis atque imperium pervenire esset necesse: Cinnam ante se et Sullam fuisse. Eundemque dixisse fatalem hunc annum esse ad interitum huius Urbis atque imperii qui esset annus decimus post virginum absolutuonem post Capitolio autem incensionem vicesimus (Cícero, In Catilinam III, 9, 2001: 108).

³⁴⁵ Texto original presente na edição Loeb (1921): "ex libris Sibyllinis, regnum Romae tribus Corneliis portendi; Cinnam atque Sullam antea, se tertium esse, cui fatum foret urbis potiri. Praeterea ab incense Capitolio illum esse vigesimum annum, quem saepe ex prodigiis haruspices respondissent bello civili cruentum fore (Salústio, De Bellum Catilinae, 47, 1921: 80).

Voltando aos eventos da Conjuração, as cartas, então, foram trazidas à público e os três foram interrogados sobre tudo o que havia sido exposto³⁴⁶. Cetego foi o primeiro a ser interrogado: Cícero mostrou a carta supostamente escrita por ele, e questionou se reconhecia o selo; Cetego afirmou ser dele mesmo. O cônsul, então, pediu para que abrisse e lesse em voz alta o conteúdo da correspondência, acatando este a ordem do cônsul. Ao terminar a leitura, abatido pela consciência de culpa, Cetego manteve-se inerte e em silêncio em frente à audiência de senadores. O mesmo procedimento foi aplicado à Estatílio, que, de maneira semelhante, manteve-se calado após a leitura de sua carta. Lêntulo foi o último a ser interrogado, sendo questionado sobre a carta que havia sido escrita e entregue aos alóbrogos. Cícero deu a Lêntulo, então, o direito de resposta. De pronto, este negou serem verdadeiras as acusações mas, quando pressionado, confessou sua culpa. Mesmo assim, Voltúrcio ainda demandou que a carta escrita por Lêntulo e que era destinada à Catilina fosse lida em público. Acatando a vontade de Voltúrcio, Cícero questionou Lêntulo sobre o selo, que confessou que era dele próprio. O conteúdo da carta pode ser encontrado em Cícero, em sua Terceira Catilinária³⁴⁷.

Ao final dessa rodada de inquérito, Cícero se dirigiu aos senadores, a fim de deliberar quais seriam as melhores decisões a se tomar em relação aos crimes cometidos pelos conjuradores. As resoluções a que chegaram os senadores ao final podem ser encontradas em Cícero

[...] Como a resolução do Senado não foi completamente redigida, eu devo contar-lhes, através de minhas memórias, cidadãos, o que o Senado decidiu. Primeiramente, eu fui agradecido de todos os modos por causa de minha coragem, prudência e deliberação que mantiveram a República livre do máximo perigo. Segundo, L. Flaco e C. Pomptino, os pretores, foram com justiça louvados pois eles dedicaram suas lealdades com coragem. Louvado foi, também, meu colega, quem excluiu os conjuradores de sua lista de aconselhados bem como da lista da República. Eles votaram, também, para que P. Lêntulo renunciasse ao cargo de pretor e fosse levado à custódia, e que C. Cetego, L. Estatílio e P. Gabinio, todos presentes na discussão do Senado, fossem levados à custódia. A mesma decisão foi aplicada à L. Cássio, quem também foi acusado de planejar o incêndio de Roma (Cícero, In Catilinam III, 14, 2001: 114).

Após essa primeira deliberação do Senado Cícero foi louvado como aquele que assegurou que a República ficasse longe do perigo da conjuração; os

³⁴⁶ Cícero, In Catilinam III, 8-10, 2001: 109-111; Salústio, De Bellum Catilinae, 46-47, 1990: 119-120.

³⁴⁷ O conteúdo da carta de Lêntulo é o seguinte: "Você saberá quem eu sou pelo enviado que encarreguei de ir a ti. Seja forte e mantenha sua posição. Veja o que precisa fazer por hora e aceite o apoio de todos, mesmo os mais pobres" (Cícero, In Catilinam III, 12, 2001: 112).

conjuradores capturados foram levados à custódia. A questão que fica em aberto é: com apenas um deliberação o Senado já condenou os conjuradores? A condenação nos parece ser a pena aqui aplicada, pois os apoiadores de Catilina foram levados à custódia bem como perderam seus cargos públicos, como foi o caso de Lêntulo. Tinha o Senado, ou melhor apontando, tinha o cônsul, por meio do *Senatus Consultum Ultimum*, poder de condenar, sem um julgamento formal, os acusados? A situação se agravou ainda mais quando os conjurados foram condenados a pena capital, mas trataremos disso adiante.

O Senado ainda deliberou que Marco Ceparo, P. Fúrio, Q. Anio Chilo e P. Umbreno (quem introduziu os alóbroges à Gabínio) deveriam ser colocados sob custódia de forma semelhante como iria ocorrer com os outros quatro conjuradores presentes na audiência. Cícero acrescenta, ainda, que o Senado mostrou tamanha exibição de clemência incriminando apenas esses cidadãos que estavam envolvidos com a conjuração pois acreditava que, punindo esses poucos, já seria suficiente para pôr fim à conjuração e, dessa forma, tirar a República do perigo³⁴⁸. Outrossim, esse momento pode ser considerado o ápice da carreira de Cícero pois o então cônsul recebeu uma honraria que até o momento somente havia sido concedida aos generais que haviam conquistado bons resultados em batalha em nome da República: o Triunfo³⁴⁹.

Ainda no mesmo dia da reunião do Senado, dia 3 de dezembro, ficou acordado que as provas acerca da conjuração e que incriminavam os conjurados deveriam ser espalhadas por toda Itália, bem como a população romana deveria saber dos acontecimentos daquele dia. Para tanto, Cícero discursou sua Terceira Catilinária para os cidadãos³⁵⁰, informando-os das provas encontradas e dos eventos ocorridos no Templo da Concórdia³⁵¹.

No dia 4 de dezembro o Senado se reuniu novamente, agora para ouvir uma nova testemunha: um tal Lúcio Tarquínio, quem, segundo Salústio, havia sido capturado quando em fuga e trazido de volta à Roma. Os senadores de pronto o

³⁴⁸ Cícero, In Catilinam III, 15, 2001: 117.

³⁴⁹ Cícero, In Catilinam III, 15, 2001: 117.

³⁵⁰ MacDonald, C. Introduction, Translation and Notes. In: Cicero, M.T. In Catilinam 1-4, Pro Murena, Pro Sula, Pro Flacco. Massachusetts: Loeb Classical Library, p.25.

³⁵¹ Ademais, como colocado na Quarta Catilinária, à Voltúrcio e aos enviados dos Alóbrogos foram concedidos um generoso prêmio - Cícero não especifica que prêmio seria esse (Cícero, In Catilinam IV, 5, 2001:141).

questionaram sobre seu conhecimento acerca da conjuração, respondendo esse quase a mesma coisa que Voltúrcio havia afirmado no dia anterior – sobre o plano dos incêndios e massacres ao povo romano e sobre a marcha de Catilina sobre a cidade em chamas. Mas um detalhe em suas revelações causou rebulição na reunião: o fato de que havia sido enviado por Lúcio Licínio Crasso (líder dos *populares*) para transmitir uma mensagem a Catilina

[...] Que Catilina não ficasse aterrorizado pela prisão de Lêntulo, Cetego e os outros conjuradores, mas, sim, que se apressasse em sua marcha sobre a cidade, de modo a dar um novo alento ao espírito dos que permaneciam em liberdade, e facilitar a libertação dos que corriam risco na prisão (Salústio, *De Bellum Catilinae*, 48, 1921: 82).

Interessante justificativa Salústio nos dá para o total descrédito da afirmação de Tarquínio: por estarem boa parte dos senadores envolvidos com Crasso em “negócios particulares”, todos desacreditaram a história contada pelo conjurado. De fato, por ser um dos homens mais ricos da República, Crasso deveria ter em torno de si um grande grupo de aristocratas que lhe deviam dinheiro e favores. Nesse evento, podemos ver de maneira clara como a política romana funcionava a base desses favores. O senado, por sua vez, ficou dividido ao ouvir essas palavras: uns acharam as acusações absurdas, outros acreditaram ser verdadeiras as acusações, mas, pela importância e poder de Crasso³⁵², ninguém ousou compactuar com a versão de L. Tarquínio. Salústio ainda nos fornece algumas teorias sobre a origem da acusação do conjurador capturado: a acusação de Crasso poderia ter sido feita por P. Autrônio, pois, pelo poder e influência de Crasso, os demais conjuradores estariam seguros sob a influência desse; há também aqueles que acreditassem, segundo Salústio, que Cícero havia introduzido Tarquínio no caso para manter Crasso afastado e, assim, evitar que este conturbasse ainda mais a República. Ademais, Salústio comenta que ouviu do próprio Crasso que “tamanha calúnia lhe tinha sido feita por Cícero”³⁵³. Outros dois senadores, Q. Catulo e C. Pisão, ainda tentaram incriminar César³⁵⁴ de participação no envio de Tarquínio a Catilina, mas Cícero não se convenceu com essa narrativa.

³⁵² Salústio, *De Bellum Catilinae*, 48, 1990: 121.

³⁵³ Texto original presente na edição Loeb (1921): “Ipsum Crassum ego postea praedicantem audivi tantam illam contumeliam sibi ab Cicerone impositam” (Salústio, *De Bellum Catilinae*, 48, 1921: 84).

³⁵⁴ Nesse momento, Salústio parte em defesa de César, seu antigo protetor: “Com efeito, ambos mantinham com César uma inimidade muito séria: Pisão porque num processo de extorsão havia sido acusado por ter mandado matar injustamente um traspadano; Cátulo, a partir de sua

Uma vez em custódia, o próximo passo tomado pelo Senado foi decidir, em conjunto, que espécie de punição aplicar aos conjurados: o assunto era, de fato, bastante delicado, pois os senadores estavam julgando compatriotas seus, cidadãos romanos da mais alta importância. Cícero abre sua Quarta Catilinária³⁵⁵ expondo a necessidade de chegar a um resultado quanto à questão das punições. Antes de abrir a reunião para as deliberações dos senadores, Cícero expôs brevemente alguns aspectos da conjuração, em uma espécie de recapitulação dos fatos; esse discurso ao Senado deu origem à Quarta Catilinária, proferida no dia 5 de dezembro. Quando os senadores foram convidados a falar, duas posições, um tanto antagônicas, se destacaram: Décimo Júnio Silano propôs que a pena capital fosse aplicada, devido à gravidade dos crimes cometidos; Júlio César³⁵⁶ (a quem Cícero se refere como Caio César) propôs que a pena de morte não fosse aplicada, mas sim que o rigor da lei prevalecesse

[...] Silano suplicou para o Senado e para o povo romano que aqueles que tentaram destruir o poder de Roma e apagar o nome do povo romano, que não gozassem da vida nem do ar que todos respiram nem por mais um segundo, lembrando que esse tipo de punição foi frequentemente usada contra traidores da República. César, entretanto, sentia que a morte era ordenada pelos deuses imortais não como uma forma de punição, mas sim como uma forma de aliviar a miséria desses. Aprisionamento, por sua vez, e uma vida nesse estilo, seria uma punição exemplar para um crime hediondo como esse. Ele propõe que os prisioneiros sejam dispersados pelas cidades da Itália³⁵⁷ (Cícero, In Catilinam IV, 7, 2001: 142).

condidatura ao Pontificado, tinha-lhe ódio purificado porque já em idade avançada, gozando das maiores honras, fora derrotado, cedendo o lugar a César, jovem ainda. A situação parecia oportuna porque, em razão da extraordinária generosidade para com os particulares e dos enormes gastos públicos, César devia muito dinheiro”. Ademais, ainda segundo Salústio, como não conseguiram convencer o cônsul da participação de César, esses dois insultaram o Senado, a ponto de fazer com que alguns cavaleiros romanos apontassem armas contra César (Salústio, De Bellum Catilinae, 49, 1990: 122). Interessante jogo se estabelece nesse momento da narrativa salustiana, pois era corrente a crença de que César e Crasso faziam parte, ainda que às escuras, do movimento de Catilina. Entretanto, nada foi provado, fazendo com que as acusações feitas contra esses dois fossem descartadas.

³⁵⁵ ‘Eu decidi, entretanto, endereçar o assunto a vocês, caros, como se fosse uma questão aberta e que vocês deveriam dar seus respectivos vereditos sobre a questão, bem como sobre as penas...’ (Cícero, In Catilinam IV, 6, 2001:141).

³⁵⁶ César ainda propõe medidas a fim de evitar qualquer eventual perigo para a República: que qualquer cidade que abrigue um dos conjurados e o deixar escapar, pague uma pesada multa; que os bens dos conjurados sejam confiscados (Cícero, In Catilinam IV, 8, 2001: 1430-145). Interessante reflexão pode ser fazer a partir da sentença de César: para os romanos, o aprisionamento pela vida toda era visto como castigo pior do que a morte; de forma semelhante, o exílio e o afastamento da vida pública também eram vistos como castigos piores que a própria morte.

³⁵⁷ Texto original presente na edição Loeb (2001): “Alter eos qui nos amnis, qui populum Romanum vita privare conati sunt, qui delere imperium, qui populi Romani nomen extinguere, punctum temporis frui vita et hoc communi spiritu non putat opertere atque hoc genus poenae saepe in improbos civis in hac re publica esse usurpatum recordatur. Alter intellegit mortem a dis immostalibus non esse supplici causa constitutam, sed aut necessitatem naturae aut laborum ac

Vale acrescentar que, ao escrever sobre esse momento da conjuração de Catilina, quando os senadores expuseram suas opiniões acerca das possíveis punições aplicáveis, Salústio diverge de Cícero no que toca às personagens principais do debate: se o cônsul apresentou as propostas de Silano e de César, Salústio por sua vez apresentou os discursos proferidos por César e Catão de Útica³⁵⁸. É possível que Salústio tenha optado por assim contar essa parte dos eventos pois dessa maneira o autor criava um antagonismo ainda maior entre as duas propostas, o que favoreceria a narrativa. Outro fator que influenciou Cícero a citar Silano é o fato de que esse personagem, à época dos eventos, era o *consul designatus*, enquanto que Catão era novato no Senado Romano³⁵⁹. De todo modo, ao dar continuidade aos debates, enriquecidos com os comentários dos senadores, Cícero reprisou os principais pontos de cada proposta, mas tentou se manter imparcial durante a exposição

[...] Agora, Senadores, está claro a mim onde meus interesses estão. Se vocês adotarem a proposta de César, que tomou aquilo que poderíamos chamar de lado *popular* (democrático) na política, isso pode implicar que não precisarei me preocupar com ataques do povo porque é ele quem defende essa proposta; se vocês, por outro lado, adotarem a alternativa, temo que isso me trará problemas. Mas deixaremos os interesses da República a frente dos perigos que poderei correr³⁶⁰ (Cícero, In Catilinam IV, 9, 2001: 144).

miseriam quietem. Vincula vero et ea sempiterna certe ad singularem poenam nefarii sceleris inventa sunt. Municipiis dispertiri iubet” (Cícero, In Catilinam IV, 7, 2001: 142).

³⁵⁸ Uma longa sessão do texto é aberta e destinada aos discursos dessas duas figuras, onde o foco da narrativa salustiana é intensificar o antagonismo entre os dois personagens. Nesse momento da narrativa, Salústio tenta desligar qualquer tipo de participação de César com Catilina e a conjuração: “Todas as pessoas, senadores, que deliberam sobre questões controvertidas, devem estar isentas de ódio, amor, rancor e compaixão. Dificilmente o espírito divisa a verdade quando ocorrem tais sentimentos e ninguém jamais pode servir ao mesmo tempo às paixões e ao dever. Quando concentramos nosso esforço na razão, o espírito mantém toda sua força; se a paixão se instala, ela é que domina, o espírito nada pode” (Salústio, De Bellum Catilinae, 51, 1990: 123). Aqui, Salústio coloca César como alguém que descarta toda e qualquer paixão, como alguém que coloca a razão como principal instrumento para a proteção da República, afastando qualquer envolvimento deste com o movimento de Catilina. Muito possivelmente Salústio tenha defendido e descrito César dessa maneira devido ao fato desse ter, por tanto tempo, defendido Salústio: desde que o autor se aliou a César, esse o concedeu diversas oportunidades de melhorar sua carreira política, colocando-o de volta ao Senado bem como concedendo a Província da África a ele.

³⁵⁹ Quanto maior o cargo, mais cedo se falava na reunião do senado. Por ser o *consul designatus* para o próximo ano, Silano excedia os demais em *auctoritas* (autoridade/peso; Rezende & Bianchet, 2016: 48).

³⁶⁰ Texto original presente na edição Latin Library: “Nunc, patres conscripti, ego mea video quid intersit. Si eritis secuti sententiam C. Caesaris, quoniam hanc is in re publica viam, quae popularis habetur, secutus est, fortasse minus erunt hoc auctore et cognitore huiusce sententiae mihi populares impetus pertimescendi; sin illam alteram, nescio an amplius mihi negotii contrahatur. Sed tamen meorum periculorum rationes utilitas rei publicae vincat. Habemus enim a Caesare, sicut ipsius dignitas et maiorum eius amplitudo postulabat, sententiam tamquam obsidem perpetuae in

Mesmo tentando manter-se imparcial, Cícero não deixou de apontar que, se a pena capital fosse aplicada, seria necessário que o Senado tomasse essa decisão, porque a medida de executar cidadãos romanos como pedia Silano abriria a possibilidade de, no futuro, Cícero ser enquadrado por seus inimigos na Lei Sempronia³⁶¹, o que lhe causaria graves problemas. Temos, ainda, outras três indicações de extrema importância no trecho da Quarta Catilinária: o tempo no qual escreve, a posição que ocupava os *populares* perante ao povo e o próprio funcionamento do *Senatus Consultum Ultimum*. Em relação ao tempo em que Cícero escreve, entendemos porquê este comenta sobre uma possível retaliação em relação à pena capital: como Cícero reescreve as Catilinárias para publicação por volta de 60 a.C., este já experimentava uma forte oposição à execução de cidadãos sem julgamento, oposição essa vindo exatamente da ala dos *Populares*; por esse motivo conseguimos explicar, em partes, o comentário de Cícero alegando que o povo não faria oposição se fosse aceita a proposta de César, “que tomou aquilo que poderíamos chamar de lado *popular*”. Ainda sobre os *populares* vemos, de maneira geral, a forma como esses políticos procediam: utilizavam-se de acontecimentos como esse (de executar sem julgamento) a fim de fazer campanha política e inflar as massas contra quem gostariam; Cícero nos indica, nas entrelinhas, esse funcionamento. Outrossim, uma questão ainda permanece e gira em torno do *Senatus Consultum Ultimum*: sob o S.C.U. Cícero teria a autoridade de condenar cidadãos romanos sem julgamento? Ou, o povo tinha a autoridade de julgar um cônsul que agia sob o S.C.U., por meio da *provocatio*? Creio que uma digressão sobre essa medida seja necessária a fim de respondermos essas questões.

O *Senatus Consultum Ultimum*, referenciado também como S.C.U., foi uma medida aplicada em substituição à magistratura da Ditadura e foi primeiro aplicada

rem publicam voluntatis. Intellectum est, quid interesset inter levitatem contionatorum et animum vere popularem saluti populi consulentem” (Cícero, In Catilinam IV, 9, 2001:144).

³⁶¹ Um certo cuidado deve ser aplicado quando se trata da *Lex Sempronia*: sob esse título, encontramos outras quatro leis, com finalidades distintas (*Lex Sempronia, de capite civium Romanorum* de 123 a.C.; *Lex Sempronia, judiciaria* de 123 a.C.; *Lex Sempronia, de provinciis consularibus* de 123 a.C.; *Lex Sempronia, ne quis iudicio circumveniretur* de 123 a.C.). A que Cícero faz referência no parágrafo 10 da Quarta Catilinária é a *Lex Sempronia de capite civium Romanorum*, proposta por Caio Graco no ano de 123 a.C., que estabelecia que somente o povo poderia pedir sentença capital para um cidadão romano (Hunter, 1920: 63). Portanto, quando Cícero cita essa lei, ele antevê um problema que poderia ter: seus inimigos poderiam afirmar que Cícero descumpriu a *Lex Sempronia de capite civium Romanorum*, tomando uma decisão que todavia não lhe cabia. Ver também: Cícero, In Catilinam IV, 10, 2001: 147.

no ano de 121 a.C., quando o então cônsul Opímio foi investido de poderes supremos a fim de acabar com a revolta armada de Caio Graco. Desde então, em momentos de extremo perigo para a República Romana, o Senado deliberava e investia o magistrado, geralmente o cônsul, com o S.C.U. para que este resolvesse a situação da República. Há um intenso debate sobre o que seria em essência essa medida: Last³⁶² argumenta que o S.C.U. não concedia aos magistrados nenhum poder além do que o magistrado já previamente possuía, tampouco liberava o magistrado das restrições impostas ao cargo; para Last a medida era um reconhecimento do perigo eminente pelo qual passava a República, justificando assim qualquer medida que o cônsul tomasse nessa situação. Mommsen³⁶³ argumenta coisa diferente: para o autor, o S.C.U. funcionava como uma declaração de guerra, operando de maneira muito similar à ditadura; o Senado legitimava, por meio da medida, as atitudes do magistrado, que poderia tomar qualquer atitude necessária a fim de eliminar a fonte de perigo para a República. O cônsul teria seu *imperium* sem qualquer tipo de restrição, podendo armar o povo romano para lutar em defesa da República. Ambas as teorias concordam que o S.C.U. era empregado em momentos de conflito extremo, concedendo ao magistrado poder supremo, mas temporário, para resolver a situação; era ele quem reorganizaria a República e também era ele quem responderia pelas decisões tomadas.

Interessante pontuar que Cícero tinha uma visão bastante distinta. Para ele, o S.C.U. era uma divisão de tarefas: o Senado teria o *summum consilium* enquanto que o magistrado teria o *summum imperium*. Na prática, essa divisão modifica totalmente o conceito da medida, pois o Senado deliberaria, através do *summum consilium* sobre o que deveria ser feito no momento de crise e o magistrado executaria as deliberações do Senado, por estar investido de *imperium* supremo. Por esse motivo Cícero convocou o Senado Romano para deliberar sobre as penas a serem aplicadas aos conjuradores e executou-as mesmo tendo consciência do perigo que a pena capital representava para sua própria carreira política. Se tomarmos o outro momento em que o Senado passou a medida do S.C.U., quando

³⁶² Last *apud* Mitchell (1971). Cicero and the Senatus "consultum ultimum". *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 20, H.1, pp.47-61.

³⁶³ Mommsen *apud* Mitchell (1971). Cicero and the Senatus "consultum ultimum". *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 20, H.1, pp.47-61.

lidou com a situação da revolta de Caio Mário, perceberemos a grande diferença e, possivelmente, um dos motivos pelos quais Cícero foi exilado anos mais tarde: enquanto que Caio Graco pegou em armas e armou seus apoiadores contra a República, fato concreto, os conjuradores foram executados pelo conteúdo das cartas que escreveram aos alombróges, com a promessa de cometer todo tipo de crime em Roma. No primeiro, o Senado teve de lidar com um fato concreto, uma verdadeira guerra de facções; no segundo, por sua vez, não havia nada tão palpável como na revolta de Caio Graco, tornando a defesa de Cícero ainda mais difícil. De todo modo, ao final quem responderia pelas medidas tomadas era aquele investido do *Senatus Consultum Ultimum* pois era o cônsul quem estava investido de *summum imperium* e que estava responsável por todas as ações internas da República (enquanto Caio Antônio estava encarregado das decisões fora de Roma).

Voltando aos eventos da Conjuração, Salústio comenta que, uma vez acabado o discurso de Catão de Útica, grande orador e cidadão respeitado na República, os senadores presentes no Templo da Concórdia o aplaudiram de pé, “elevam até as nuvens sua coragem; uns criticam outros chamando-os de covardes”³⁶⁴. Nesse momento o Senado decide qual atitude tomar em relação aos conjuradores capturados: descartam a opção de César e acatam a opinião de Catão e Silano, decidindo por executar os conjurados. Uma vez decidida a pena, os preparativos para a execução não tardaram a acontecer

[...] Depois que o Senado optou pela recomendação de Catão, como disse anteriormente, o cônsul acreditou ser melhor prevenir qualquer nova prova que pudesse ser produzida; ele então ordenou que os triúmviros que fizessem os preparativos necessários para a execução. Depois de posicionar os guardas, ele pessoalmente levou Lêntulo até o calabouço, enquanto os pretores faziam o mesmo com os outros. Na prisão, quando se sobe um pouco à esquerda, existe um lugar chamado de *Tullianum*, aproximadamente a doze pés da superfície. Protegem-nos pelos lados as paredes e em cima uma abóboda formada de arcos de pedra. É repulsivo seu aspecto e medonho pela sujeira, escuridão e mal cheiro. A esse lugar Lêntulo foi levado e os executores levaram a cabo a ordem e o estrangularam. Foi assim que esse patrício, da ilustre família dos Cornélios, que exerceu o poder consular em Roma, teve seu final de vida compatível com seus costumes e crimes. Cetego, Estatílio, Gabínio e Cerpário tiveram a mesma punição³⁶⁵ (Salústio, De Bellum Catilinae, 55, 1990: 130).

³⁶⁴ Salústio, De Bellum Catilinae 53, 1990: 129.

³⁶⁵ Texto original presente na edição Loeb (1921): “Postquam, ut dixi, senatus in Catonis sententiam descensit, consul optimum factu ratus noctem quae instabat antecapere, ne quid eo spatio novaretur, triumviros quae id supplicium postulabat parare iubet, ipse praesidiis dispositis Lentulum in carcerem deducit; idem fit ceteris per praetors. Est in carcere locus, quod Tullianum appellatur, ubi paululum ascenderis ad laevam, circiter duodecim pedes humi depressus. Eum muniunt undique

Reitero, a decisão de Cícero de punir cidadãos romanos com a pena capital foi tomada por Cícero, em conjunto com o Senado Romano, investido pelo *Senatus Consultum Ultimum*; a medida dava ao magistrado o poder de tomar qualquer decisão em relação à fonte do perigo da República, mas mesmo assim, não livrou Cícero de sofrer sanções futuras. De todo modo, à época o momento foi de verdadeira glória para o cônsul: conforme consta em *In Pisonem* (no qual Cícero ataca Pisão por sua conduta na Macedônia), o cônsul foi agraciado com o título de *Pater Patriae*, pai da pátria, título esse concedido por Q. Cátulo e Catão de Útica; Plutarco³⁶⁶ comenta que, em seu caminho de volta para casa, após a execução dos conjurados, Cícero foi ovacionado como o protetor e segundo fundador da República.

Mesmo com a execução dos conjurados, Catilina todavia permanecia solto, impune em seus crimes. Conforme consta em Salústio, quando as notícias da execução de Lêntulo e dos outros conjurados chegaram ao acampamento de Catilina, muitos foram os que desertaram de seu exército, forçando-o a abandonar a ideia de invadir a Itália e marchar sobre Roma; ao invés disso, Catilina tomou a decisão de fugir da Etrúria, rumando para a Gália Transalpina. Para tanto, os conjurados partiram em marcha forçada (a fim de evitar que fossem pegos) pela região da Pistoia. Mas a fortuna não estava do lado de Catilina: Q. Metelo Celer (futuro cônsul para o ano de 60 a.C.) encontrava-se com duas legiões no Piceno; ao receber as informações de desertores de que Catilina havia se colocado em marcha forçada e que rumava para a Gália, Metelo Celer ordenou que seus homens se posicionassem no sopé da montanha que serviria de passagem aos conjurados. Do lado oposto à Catilina vinha o cônsul C. Antônio com seu exército, posto também em marcha forçada para cercar o inimigo da República. Catilina, ao ver-se em situação desesperadora, sabendo que em Roma já não havia mais apoio à seu movimento,

parietes atque insuper camera lapideis fornicibus iuncta: sed incultu, tenebris, odore foeda atque terribilis eius facies est. In eum locum postquam, demissus est Lentulus, vundices rerum capitalium, quibus praeceptum erat, laqueo gulam fregere. Ita ille patricius ex gente clarissima Corneliorum, qui consulare imperium Romae habuerat, dignum moribus factisque suis exitium vitae invenit. De Cethego, Statilio, Gabinio, Caepario, eodem modo supplicium sumptum est (Sallust, *De Bellum Catilinae*, 55, 1921: 112-114). Quando Salústio se refere a *Triunviros* este fazia referência ao cargo de *tresviri capitales*, que eram magistrados de menor grau que eram encarregados das execuções bem como de outras questões referentes à justiça Rolfe, J.C. (1921). Introduction and Translation. In: Sallust, C.C. (1921). Complete Works. Cambridge, MA: Loeb Classical Library, p.113).

³⁶⁶ Plutarco, *Lives VII: Demosthenes and Cicero; Alexander and Caesar*, 22, 1967: 137).

não tinha outra alternativa senão lutar. O embate se deu, então, com o exército de Antônio³⁶⁷.

Catilina lutou como um bravo general romano, segundo as palavras de Salústio, organizando suas tropas e ele mesmo partindo para o combate físico

[...] Enquanto isso Catilina, com uma tropa ligeira, se mantinha ocupado com a batalha, socorrendo os que encontravam-se em dificuldade, convocando os ilesos para o lugar dos feridos, cuidando de tudo e ao mesmo tempo lutando bravamente ele mesmo, abatendo os inimigos; ao mesmo tempo desempenhava o papel de soldado e habilidoso general³⁶⁸ (Salústio, De Bellum Catilinae, 60, 1921: 124).

Se analisarmos o Catilina que Salústio nos apresenta, veremos que este não se difere muito dos outros políticos romanos, como César, Crasso, Pompeu ou até mesmo Cipião, o Africano: era talentoso no que toca à arte da guerra, ambicioso na carreira política. A descrição da última batalha serve para Salústio apresentar Catilina como um grande general, disposto a dar seu próprio sangue pela causa defendida; o antagonismo criado nesse momento da narrativa colabora para aumentar ainda mais esse estereótipo criado de Catilina: Caio Antônio, o cônsul que deveria lutar contra Catilina, nem ao menos chegou ao campo de batalha, assolado pela gota; em contrapartida, Catilina é retratado como um bravo general, que lutar junto aos seus, sem se estremecer com a falta de fortuna. A construção, ademais, serve para Salústio demonstrar a habilidade da República nesse momento de crise: ao enaltecer o antagonista, Salústio enaltecia, ainda mais, quem venceu Catilina, ou seja, o povo romano sob a liderança de Cícero.

Mesmo com toda habilidade militar demonstrada por Catilina nessa batalha contra as legiões de C. Antônio, este acabou sendo abandonado pelos seus que partem quando veem a iminente derrota. Ao se ver sozinho, Catilina “lembrando-se de sua origem e honra passada, atira-se contra o grupo mais cerrado do inimigo e aí, lutando, é coberto de golpes”³⁶⁹. E assim morreu Catilina e, junto com ele, a conjuração. Os desdobramentos dos eventos do consulado de Cícero ainda seriam sentidos nos eventos posteriores.

³⁶⁷ Segundo Salústio, por estar doente, sofrendo de gota, o cônsul C. Antônio não lutou a batalha contra Catilina, encarregando seu lugar-tenente M. Preteio (Salústio, De Bellum Catilinae, 59, 1990: 131-133).

³⁶⁸ Texto original presente na edição Loeb (1921): “Interea Catilina cum expeditis in prima acie vorsari, laborantibus succurrere, integros pro saucii arcessete, omnia providere, multum ipse pugnare, saepe hostem ferire; strenui militis et boni imperatoris official simul exsequatur” (Salústio, De Bellum Catilinae, 60, 1921: 124).

³⁶⁹ Salústio, De Bellum Catilinae, 60, 1990: 134.

Como comenta MacDonald³⁷⁰, a Conjuração de Catilina trouxe, de imediato, duas consequências facilmente visíveis e exploradas por Salústio e Cícero: a primeira é o crescimento da hostilidade entre César e Catão, visto no texto Salustiano quando esse reescreve os discursos dos dois políticos e cuja opinião é bastante distinta; o segundo é a união entre senadores, cavaleiros e cidadãos comuns sob um mesmo objetivo, o de salvar a República do perigo da conjuração. O interessante nessa união é ver a ordem senatorial e equestre, que até então discordava entre si, se unir em prol de um objetivo comum, em uma espécie de *concordia ordinum*³⁷¹. Cícero se beneficiou largamente da união desses dois grupos distintos sob uma mesma ideia. Esse fato deu a Cícero, segundo Eagle³⁷², o apoio necessário tanto para vencer a eleição para o consulado no ano de 64 a.C.³⁷³ quanto para aplicar as medidas necessárias contra a conjuração de Catilina em 63 a.C.

³⁷⁰ MacDonald, C. (2001). Introduction and Translation. In: Cicero, Marcus Tullius (2001). *In Catilinam I-IV; Pro Murena; Pro Sulla; Pro Flacco*. London: Loeb Classical Library, 15-30.

³⁷¹ Sobre a interessantíssima discussão acerca da *concordia ordinum* e da união harmoniosa entre facções distintas que até então encontravam-se em conflito, ver: Eagle, E.D. (1949). Catiline and the "Concordia Ordinum". *Phoenix*, vol. 3, no. 1, pp.15-30. No artigo, Eagle discorre sobre a questão da organização política da República Romana, controlada pelo que ele chama de "Family Compact" ou *optimates* – famílias (*gens*; Em latim, chamavam-se *Factio* (Facção), e Syme, em *The Roman Revolution*, os descreve como *gang*) que dominavam a política romana e que determinavam o resultado das eleições para as magistraturas mais importantes como o consulado. Uma vez eleito aos cargos mais elevados, tinha-se acesso ao nicho mais importante e poderoso do Senado e ficaria conhecido como *nobilis*. Esse era o nicho que comandava mais ativamente o Senado Romano. Essas *factio* teriam seu poder contestado por políticos com aspiração ao poder pessoal, que se apoiariam em uma parcela da população romana descontente com os rumos dados à política – essa parcela era formada pelos *publicani* (coletores de impostos e aqueles que organizavam o financiamento das operações nas províncias), por membros dos *nobilis* ou potenciais *nobilis* que sofreram alguma injúria política e que queriam acabar com o poder dos *optimates*, por cidadãos italianos ricos que queriam entrar para a política romana ou que queriam estabelecer relações de comércio com a República e por membros da ordem equestre nas províncias que ansavam por um grupo político que tornasse possível e lucrativo o comércio no Mediterrâneo. Ao final, César é a figura que, dentro do partido dos *populares*, consegue unir esses grupos distintos sob um mesmo ideal, ou seja, o de destituir do poder as facções familiares. Esse novo partido encabeçado por César lutou contra Pompeu e os *optimates* na Guerra Civil de 49 a.C. No ano de 63, entretanto, Cícero consegue manter dois grupos até então divergentes (os *equites* e os *optimates*) em conjunto, procurando, pelo auxílio mútuo, vencer o perigo da Conjuração de Catilina.

³⁷² Eagle, E.D. (1949). Catiline and the "Concordia Ordinum". *Phoenix*, vol. 3, no. 1, pp.15-30.

³⁷³ Ainda segundo Eagle (1949), a eleição de Cícero para o consulado mesmo sendo um homem novo contra um patrício de família tradicional aponta para a união harmoniosa entre a ordem equestre e a *nobilitas*: "Actually, although the fullest harmony of the orders – the most powerful sections of the equestrian and senatorial classes – was not reached until 63 B.C., Cicero's election was a symbol of the existence of that harmony as early as July, 64 B.C. (Eagle, E.D. (1949). Catiline and the "Concordia Ordinum". *Phoenix*, vol. 3, no. 1, p.21).

4.2 DE BELLUM CATILINAE: A GUERRA E O PODER PESSOAL SEGUNDO SALÚSTIO

Feita essa explanação dos fatos da Conjuração de Catilina com base no texto de Salústio e com o auxílio das Catilinárias Ciceronianas, partimos para a análise dos dados referentes ao uso do conceito *Bellum* na obra salustiana, a fim de responder a problemática proposta. A metodologia empregada nos primeiros momentos da análise foi a de quantificar o uso do termo no texto *De Bellum Catilinae*; fizemos isso como uma primeira experimentação com o tema, a fim de avaliar se era procedente trabalhar a fonte sob esse viés. Descobrimos nessa primeira tentativa que Salústio utiliza o termo *Bellum* e suas declinações 44 vezes ao longo do texto, nos mais variados contextos. Levantando esses mesmos dados para o termo *Coniuratio* e suas variadas declinações, percebemos que esse foi utilizado em 14 vezes ao longo da obra. A diferença é grande e minha primeira resposta obtida com a análise quantitativa foi que a guerra é uma espécie subtexto que figura juntamente com o tema central da obra, a Conjuração de 63 a.C.. Além disso, percebemos com isso a viabilidade do tema.

Alguns trechos nos quais Salústio utiliza o termo *Bellum* e suas declinações são mais interessantes bem como importantes para a presente análise que outros; por vezes Salústio apenas escreve sobre aspectos práticos da guerra, como os espólios tomados depois das vitórias ou quando utiliza o termo para referenciar uma guerra específica; procuramos aqueles momentos da monografia onde Salústio nos fornece informações nas quais podemos construir um conceito sobre o que era a guerra para o autor. Portanto, não lançaremos mão de todos os trechos nos quais Salústio cita o termo *Bellum*, mas sim utilizaremos alguns específicos. O primeiro trecho que nos chamou atenção está presente no início do texto e diz respeito ao uso da guerra como forma de dominação

[...] Em suma, no começo os reis (pois esse foi o primeiro título de soberania entre os homens), tomaram diferentes cursos, alguns treinando suas inteligências, outros seus corpos. E mesmo naquele momento a vida dos homens era livre de ambições, cada um contente com o que tinha. Mas quando Círo na Ásia e os Atenienses e Lacedemônios na Grécia passaram a dominar cidades e povos, a fazer da luxúria pela dominação um pretexto para a guerra, a julgar que a maior glória consistia em possuir o poder soberano, então finalmente os homens aprenderam através das

experiências e dos perigos que à inteligência cabia o papel principal na guerra³⁷⁴ (Salústio, De Bellum Catilinae, 2, 1921: 4).

Ora, no trecho supracitado Salústio toca em um dos pontos centrais da guerra para o povo romano, mesmo que comentando sobre outros, a saber, os Gregos e Círo. Quando o autor pontua sobre deixar a “luxúria pela dominação servir de pretexto para declarar guerras”, imediatamente isso nos remeteu à legislação de guerra, a chamada *ius fetiale*. É tido que a organização das declarações de guerra passou a ser uma questão de importância ainda na Monarquia Romana: sem uma regulamentação que determinasse como e quando se poderia declarar guerra contra um inimigo, os romanos agiam com extrema agressividade contra seus vizinhos italianos, propondo conflitos armados sem nenhuma causa justa³⁷⁵. Para tanto, foi estabelecido um procedimento pelo qual as declarações de guerra deveriam ser avaliadas: um colégio composto por 20 pontífices foi formulado, onde esses ficaram responsáveis pelos rituais referentes ao início e ao fim das guerras bem como pelos tratados internacionais; o colegiado dos pontífices tentaria, pelas vias diplomáticas, evitar o conflito armado, mas se essa não surtisse efeito, a guerra seria declarada. O ritual mais importante no que toca à guerra era o *rerum repetitio*, onde o líder dos pontífices realizava o ritual e estabelecia um período de 30 dias para que a guerra fosse iniciada (tempo estabelecido para que o colégio de pontífices fizessem os rituais)³⁷⁶.

O ritual da *rerum repetitio* tornava a operação armada justa (*iusta*). Na teoria, uma guerra era considerada justa para os romanos quando esta tinha por essência a defesa dos interesses tanto da República quanto de seus aliados. Na prática, a partir especialmente da segunda metade do século II a.C. a medida de apenas lutar em guerras de defesa foi sendo deixada de lado; o recurso de se declarar uma guerra

³⁷⁴ Texto original presente na edição Loeb (1921): “Igitur initio reges – nam in terris nomen imperi id primum fuit – divorsi pars ingenius, alli corpus exercebant; etiam tum vita hominum sine cupiditate agitabatur; sua cuique satis placebant. Postea vero quam in Asia Cyrus, in Graecia Lacedaemonii et Athenienses coepere urbis atque nationes subigere, lubidinem dominandi causam belli habere, maximam gloriam in maximo imperio putare, tum demum periculo atque negotiis compertum est in bello plurimum ingenium posse (Salústio, De Bellum Catilinae, 2, 1921: 4).

³⁷⁵ Santangelo, Frederico (2008). Fetials and their “IUS”. *Bulletin of the Institute of Classical Studies*, vol.51, p.65

³⁷⁶ Harris afirma que quando a República era ameaçada por qualquer inimigo externo, não havia a necessidade de tal medida, pois a guerra automaticamente era justa (Harris, 2006: 167). Penella, Robert (1987). War, Peace and the Ius Fetiale in Livy 1. *Classical Philology*, v.82, n.3, p.234.

justa passou a ser utilizado, segundo Políbio³⁷⁷, como propaganda política: para o autor, os romanos se importavam em fazer parecer que suas guerras eram justificadas a fim de evitar que parecessem agressores. Voltando a citação de Salústio e tendo em mente que o autor adotava uma posição bastante saudosista em relação ao passado romano, percebemos que este estabelece uma crítica às guerras declaradas em seu tempo: não mais tinham como objetivo a defesa da República mas sim eram voltadas para a expansão do poder (*imperium*)³⁷⁸.

Ainda sobre a questão, encontramos uma interessante definição que Salústio estabelece o que seria, para ele, um guerra justa

[...] Durante as Guerras Macedônicas que lutamos contra o Rei Perseu, da grande e opulenta cidade de Rodes a qual se beneficiava da riqueza romana e que traiçoeiramente se colocou contra o Povo Romano. Mas depois que a guerra teve seu fim e de deliberarmos sobre as ações do povo de Rodes, nossos ancestrais, para que não se falasse que a guerra tinha sido empreendida mais pelas riquezas que pela injustiça, os deixaram ir sem nenhuma punição. De forma semelhante nas Guerras Púnicas, muito embora os cartagineses frequentemente cometessem muitos crimes horrendos durante os momentos de paz e durante as tréguas, jamais nossos antepassados, quando tiveram oportunidade, praticaram atos semelhantes: preferiam mais agir de acordo com sua dignidade do que em poder aplicar justos castigos (Salústio, De Bellum Catilinae, 51, 1921: 89)³⁷⁹.

Nesse momento da narrativa, Salústio abre o que seria sua construção do discurso de César durante a reunião do Senado, cujo intuito era o de decidir o destino dos conjurados capturados. César evoca, nesse início de discurso, os *maiores*, os ancestrais romanos, para demonstrar que esses lançaram mão da *clementia* contra os inimigos de Roma e que o mesmo deveria ser feito em relação aos conjuradores. Nessa reconstrução do discurso de César, Salústio utiliza o termo *iniuria* quando trata dos feitos dos cartagineses bem como do povo de Rodes; dessa

³⁷⁷ Políbio *apud* Harris, W. (2006). War and Imperialism in Republican Rome: 327-70 a.C. Oxford: Clarendon Press, p.172).

³⁷⁸ Um ponto interessante do trecho supracitado é constatar a indicação que Salústio faz ao leitor: para ele, o exemplo das guerras com viés imperialista que em sua época dominavam as declarações de guerra advém do Oriente; em outro momento da narrativa Salústio volta a criticar as novidades trazidas do Oriente pois, segundo o autor, isso afrouxou a moral dos romanos.

³⁷⁹ Texto original presente na edição Loeb (1921): “Bello Macedonico, quod cum rege Perse gessimus, Rhodiorum civitas magna atque magnifica, quae populi Romani opibus creverat, infida atque advorsa nobis fuit. Sed postquam bello confecto de Rhodiis consultum est, maiores nostri fuit. Sed postquam bello confecto de Rhodiis consultum est, maiores nostrii, ne quis divitiarum magis quam iniuriae causa bellum inceptum diecret, inpunitos eos dimisere. Item bellis Punicis omnibus, cum saepe Carthaginenses et in pace et per indutias multa nefaria facinora fecissent, numquam ipsi per occasionem talia fecere: magis quid se dignum foret quam quid in illos iure fieri posset quaerebant (Salústio, De Bellum Catilinae, 51, 1921: 89).

forma para Salústio a guerra era justificada, pois esses dois povos tinham cometido injustiças contra os romanos e por isso mereciam ser punidos. Ao longo do discurso, entretanto, vemos que o que César construído por Salústio quer ao comentar essas questões é demonstrar que os antepassados, mesmo tendo todas as razões para punir os dois povos, optaram pela clemência. Ademais, vemos que, para além de ser justa a guerra, os romanos tinham como importante mostrar aos outros povos que suas guerras tinha uma justificativa: da mesma forma como Políbio pontua que para os romanos era importante fazer parecer que a guerra era justa, Salústio estabelece o mesmo quando diz “para que não se falasse que a guerra tinha sido empreendida mais pelas riquezas que pela injustiça”. Para Salústio, portanto, a guerra tinha que parecer justa, acima de tudo.

Um segundo momento em que Salústio faz uso do termo *Bellum* nos é interessante pois corrobora nossa assertativa sobre o porquê de os romanos se envolverem em guerras constantes; ademais, a passagem serve a Salústio para justificar sua posição como historiador, não mais como político romano (mas como historiador, Salústio estaria ainda mais ativo na vida política da República)

[..] É bom servir a República com grandes façanhas; mas falar bem dela é também muito importante. Alguém pode alcançar brilhantismo tanto em momentos de guerra quanto na paz³⁸⁰ (Salústio, De Bellum Catilinae, 3, 1921: 6).

Na passagem, Salústio comenta ser bom falar bem da República, em alusão à redição de textos sobre História Romana; o que Salústio nos indica, para além de novamente explicar por qual motivo passou a se dedicar à História, é que essa atividade dava àquele que se debruçasse nessa *gloria e laus*, ou seja, aquilo que muitos buscavam por meio da guerra poderia ser encontrado, também, na redição de textos históricos. Para Salústio esse exercício lhe concedia o reconhecimento que não recebeu quando de sua vida política: como político em Roma, Salústio não teve feitos muito marcantes; como general dos exércitos de César, o autor teve uma carreira marcada pelas derrotas e poucas vitórias. No campo da História, todavia, Salústio ficaria encarregado de construir a memória do povo romano e por isso, seria reconhecido a partir de então, atingindo a *gloria*.

³⁸⁰ Texto original presente na edição Loeb (1921): “Pulchrum est bene facere rei publicae, etiam bene dicere haud absurdum est; vel pace vel bello clarum fieri licet. Et qui facere et qui facta aliorum scripsere, multi laudantur” (Salústio, De Bellum Catilinae, 3, 1921: 6).

Nos é particularmente válido parar brevemente as explanações acerca da Guerra em Salústio para voltar nossa atenção à questão do afastamento do autor da vida pública/política e da construção da memória do povo romano. A questão inicial que se apresenta é: o que é memória para o povo romano? Como estes a concebiam e contruíam? O registro da memória no mundo antigo (quicá até os dias de hoje) tinha por objetivo primeiro a preservação dos relatos dos feitos e acontecimentos que permearam os povos³⁸¹. Mas existe um segundo elemento da construção da memória e que é particularmente marcante na obra salustiana, a saber, a construção de uma crítica ao momento histórico analisado. É precisamente a partir dessa concepção de memória crítica que Salústio estabelece um binômio marcado em suas três obras: o passado como ideal e o presente como corrompido e em rápido declínio; Salústio estabelece que o passado virtuoso da República foi até a derrota de Cartago³⁸² e que, a partir de então, a República entrou em declínio. O papel da guerra, nesse contexto, é fundamental: a *bellum* marca o início do declínio da República bem como, a partir de então, serve para agravar os conflitos em Roma.

Parte particularmente interessante da narrativa salustiana é a primeira digressão que o autor elabora, também conhecido como Arqueologia. Nela, Salústio se dedica à História Romana desde a Monarquia até a República. O que é interessante nessa passagem, que domina os parágrafos 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, é que Salústio nos apresenta a tônica de sua obra, isto é, a forma como critica o momento histórico que analisa bem como apresenta a guerra como um subtexto³⁸³ do trabalho. O sentido do termo subtexto, como apresentado no dicionário de Língua Portuguesa, é o seguinte: “Conteúdo de uma obra literária que não é anunciado de maneira expressa pelas personagens ou pelo autor”, ou seja, compreendemos por

³⁸¹ Silva, Daniela B. (2012). Os Percursos Políticos da Memória em *Bellum Catilinae* e *Bellum Iugurthinum* de Caio Salústio Crispo. *XVIII Encontro Regional da ANPUH-MG* (Mariana), pp.1-11.

³⁸² Para Salústio, a razão principal desse declínio foi a dissolução da *concordia* que prevalecia entre o Senado e o Povo Romano bem como entre os partidos políticos opostos até a vitória contra Cartago; a partir de então, a ausência do *metus hostilis*, ou seja, de um inimigo a altura do poderio romano, fez com que o povo e principalmente a aristocracia se voltassem para conflitos internos (Ramsey, J.T, (2007). Edited, Introduction and Commentary. In: *Sallust's Bellum Catilinae*. Oxford: Oxford University Press, p.203; Salústio, De *Bellum Catilinae*, 51, 1921: 98). Ademais, Salústio estabelece uma espécie de *exemplum* para autores posteriores: Sêneca pontua que o passado de Roma, ou seja, a República era a época ideal, onde a virtude imperava entre os homens; já Lucano argumenta, em seu *Liber Secundus*, que a República do período de Catão, o velho, era detentora das virtudes romanas, exaltando a figura do antigo censor.

³⁸³ Dicionário Michaelis Online, <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/subtexto/>.

subtexto aqueles conteúdos do texto que permanecem nas entrelinhas; no caso da obra salustiana, percebemos que o uso do termo *bellum* permeia a discussão principal da obra em momentos chave – como o é na primeira digressão – em especial naqueles momentos onde o autor se dedica a criticar o momento histórico da Conjurção de Catilina. Nos parece plausível, portanto, que a Guerra seja um subtexto que permeia a obra e que serve ao autor como forma de crítica do momento histórico; o termo guerra nos é apresentado, mas permanece com uma espécie de não-dito, ou seja, implícito³⁸⁴.

Em suma, Salústio inicia sua digressão tecendo comentários sobre a origem de Roma, desde os primórdios; para ele, o povo romano foi o resultado da junção dos troianos, sob o comando de Enéias e dos povos aborígenes que viviam na região. Nesses primeiros momentos, a sociedade romana encontrou tanto prosperidade quanto inimigos interessados em suas posses: as guerras eram declaradas quando os povos ameaçavam o território romano e havia *concordia* entre os cidadãos³⁸⁵; Salústio apresenta no parágrafo sexto o que ele considerava como monarquia ideal, ou seja, onde havia a *concordia* e os líderes, principalmente o rei, prezavam pela *libertas* dos cidadãos. No parágrafo sétimo Salústio nos apresenta questões específicas sobre a arte da guerra para os romanos durante o período monárquico: desde a juventude os homens seriam instruídos na arte da guerra e começariam a enfrentar situações dessa natureza, como a fadiga; a juventude passava a encontrar mais satisfação na guerra que na luxúria; a busca pela *gloria* era grande e com mais frequência os soldados eram punidos por excesso de coragem do que pela falta dela.

No parágrafo oitavo, por sua vez, Salústio descreve a importância da escrita de textos históricos para a conservação dos grandes fatos e acontecimentos (especialmente os de guerra) de um povo. O autor comenta sobre o caso grego, pontuando que os feitos dos gregos não foram, de todo, maiores ou mais importantes que os feitos dos romanos; a diferença entre os dois casos era que o primeiro povo tinha bons escritores, enquanto que em Roma, os bons se dedicavam exclusivamente ao bem estar da cidade. Salústio traz, no parágrafo oito, uma nova

³⁸⁴ Orlandi, Eni (2009). *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Editora Ponto.

³⁸⁵ Portanto, o binômio criado por Salústio, *pax* e *bellum*, encontrava-se em situação de harmonia: paz interna e conflito destinado aos vizinhos.

justificativa para sua posição em escrever histórias: aquele que se dedicasse e bem escrevesse textos enaltecendo os feitos de seu povo, teria seu mérito reconhecido³⁸⁶. No parágrafo nono Salústio apresenta sua versão dos primeiros momentos da República Romana, de uma maneira um tanto utópica

[...] Em suma, a boa moral era cultivada em casa e no campo de batalha; havia grande concórdia e pouca avareza; justiça e idoneidade prevaleciam entre todos, graças mais a natureza das pessoas que as leis. Disputas, discórdias e conflitos eram reservados aos inimigos; cidadãos competiam com cidadãos apenas pela virtude. Nas ofertas eram generosos, sóbrios eram em casa, leais também eram aos amigos. Através da prática dessas duas qualidades, valentia na guerra e justiça em momentos de paz, eles protegeram os seus e a República. Como prova disso, apresento duas evidências: primeiramente, as punições nas guerras eram mais comumente aplicadas àqueles que atacavam o inimigo contrariando as ordens, ou por bater em retirada muito depois de dada a ordem, do que por se retirar muito cedo dos estandartes quando acossados; e, por último, em tempos de paz exerciam seu poder mais pela bondade que pelo medo, e quando injustiçados preferiam agir com perdão do que com vingança (Salústio, De Bellum Catilinae, 9, 1921: 16)³⁸⁷.

Antes de analisar o trecho do parágrafo nono, vale citar o parágrafo décimo; dessa forma, compreenderemos ao todo o argumento defendido por Salústio

[...] Então, quando a República cresceu através do trabalho e da prática da justiça, quando os grandes reis foram dominados nas guerras, tribos selvagens e povos poderosos foram subjugados pelo uso das armas, quando Cartago, a rival do poder do Povo Romano, foi destruída desde suas fundações, todos os mares e terras se abriram, então a Fortuna começou a crescer cruel e a trazer confusão em todos os quesitos. Aqueles

³⁸⁶ Interessante observar a utilização das palavras escolhidas por Salústio; para tanto, citaremos na íntegra o parágrafo em sua língua original: "Sed profecto fortuna in omni re dominator; ea res cunctas ex lubricine magis quam ex vero celebrat obscuratque. Atheniensium res gestae sicuti ego aestumo, satis amplae magnificaeque fuere, verum aliquanto minores tamen quam fama feruntur. Sed quia provenere ibi scriptorum magna ingenia, per terrarum orbem Atheniensium facta pro maxumis celebrantur. Ita eorum qui ea fecere virtus tanta habetur, quantum ea verbis potuere extollere praeclara ingenia. At populo Romano numquam ea copia fuit, quia prudentissimus quisque maxime negotiosus erat; ingenium nemo sine corpore exercebat; optumus quisque facere quam dicere, sua ab aliis benefacta laudari quam ipse aliorum narrare malebat (Salústio, De Bellum Catilinae, 8, 1921: 14-16). No trecho, Salústio cita dois conceitos chave, geralmente aplicados àqueles que tiveram campanhas vitoriosas em batalhas: *virtus* e *laus*; o uso da *virtus* serve a Salústio para pontuar que aquele que escreve sobre as conquistas e os grandes feitos é tão virtuoso quanto aquele que realiza esses grandes feitos; já a *laus* serve para demarcar a importância de ter as grandes conquistas redigidas em um texto histórico. O que Salústio faz é equiparar, por meio das palavras, o papel do general que garante vitórias à Roma daquele que escreve sobre essas vitórias: os dois têm importâncias equivalentes.

³⁸⁷ Texto original presente na edição Loeb (1921): "Igitur domi malitiaeque boni mores colebantur concordia maxuma, minuma avaritia erat, ius bonumque apud eos non legibus magis quam natura valebat. Iurgia, discordias, simultates cum hostibus exercebant, cives cum civibus de virtute certabant. In suppliciis deorum magnifici, audacia in bello, ubi pax evenerat aequitate seque remque publicam curabant. Quarum rerum ego maxuma documenta haec habeo, quod in bello saepius vindicatum est in eos qui contra imperium in hostem pugnaverant quique tardius revocati proelio excesserant, quam qui signa relinquere aut pulsi loco cedere ausi erant; in pace vero, quod beneficiis quam metu imperium agitabant, et accepta iniuria ignoscere quam persequi malebant (Salústio, De Bellum Catilinae, 9, 1921: 16).

que outrara achavam fácil suportar as dificuldades e os perigos, ansiedade e adversidade, acharam no ócio e na riqueza, coisa desejável nessas circunstâncias, um peso e aflição. Ademais, cresceu primeiramente a luxúria por poder e depois por dinheiro; pois essa era, ao meu ver, a origem de todos os males. Pois a avareza destrói a honra, a integridade e todas as outras nobres qualidades; em seu lugar surgiram a insolência, a crueldade, a negligência aos deuses que colocaram um preço em tudo. A ambição levou os homens a serem falsos; a ter uma coisa em seus corações e outra em suas línguas; a valorizar amizades e inimizades não pelos seus méritos mas pela conveniência, a manter antes a aparência que um bom coração. Em um primeiro momento, esses vícios cresceram devagar, sendo punidos em certas ocasiões; finalmente, quando a doença tinha se espalhado como uma praga mortal, o povo romano mudou e o poder dominante, que antes era o mais justo e o melhor, se transformou no mais cruel e intolerável (Salústio, *De Bellum Catilinae*, 10, 1921: 16-18)³⁸⁸.

Os dois parágrafos supracitados, dentre todos presentes na primeira digressão do *De Bellum Catilinae*, são os mais interessantes para a presente análise pois neles Salústio apresenta não só sua visão dos fatos como também pontua dois momentos distintos da República: a República ideal, onde a *concordia* imperava, e a República corrompida, onde coisas como luxo, avareza e ambição dominavam a cena política. O que nos chamou atenção nesses dois parágrafos é o marco temporal estabelecido por Salústio para indicar essa mudança profunda pela qual passou a República (na visão do autor), em especial no que toca à moral: a guerra e a posterior vitória contra Cartago. Esse momento, conforme Políbio, foi o primeiro no qual a República Romana deu um passo para a aquisição do “poder universal”³⁸⁹; ademais, Políbio ainda acrescenta, ao reconstruir o discurso de Cipião, o Africano, aos seus soldados antes do início da Batalha de Zama que a República Romana adquiriu um “incontestável domínio e poder em relação ao resto do mundo”³⁹⁰. Esse domínio e rápido crescimento pós vitória contra Cartago teve algumas importantes

³⁸⁸ Texto original presente na edição Loeb (1921): “Sed ubi labore atque iustitia res publica crevit, reges magni bello domiti, nationes ferae et populi ingentes vi subacti, Carthago aemula imperi Romani ab stirpe interiit, cuncta maria terraeque patebant, saevire fortuna ac miscere omnia coepit. Qui labores, pericula, dubias atque asperas res facile toleraverant, eis otium, divitiae, optanda alias, oneri miseriaeque fuere. Namque avaritia fidem, probitatem ceterasque artis bonas subvertit; pro his superbiam, crudelitatem, deos neglegere, Omnia venalia habere edocuit. Ambitio multos mortalis falsos fieri subegit, aliud clausum in pectore aliud in lingua promptum habere, amicitias inimicitiasque non ex re sed ex commodo aestumare magisque voltum quam ingenium bonum habere. Haec primo paulatim crescere, interdum vindicari; post, ubi contagio quasi pestilential invasit, civitas immutata, imperium ex iustissimo atque optumo crudele intolerandumque factum (Salústio, *De Bellum Catilinae* 10, 1921: 16-18).

³⁸⁹ Políbio *apud* Harris, W. (2006). *War and Imperialism in Republican Rome: 327-70 a.C.* Oxford: Clarendon Press, p.108.

³⁹⁰ Políbio *apud* Harris, W. (2006). *War and Imperialism in Republican Rome: 327-70 a.C.* Oxford: Clarendon Press, p.108.

consequências, sendo uma delas uma profunda mudança nas relações sociais bem como políticas; Morel pontua

[...] The year 200 or, more exactly, the end of the Second Punic War might well be considered a crucial turning-point in the history and consequently in the archaeology of Italy. On close scrutiny, however, it might be more proper to trace back to the actual outbreak of this war, in 218, the origin of the numerous upheavals which affected both economic conditions and art, and the beginning of what P. Veyne has called 'the second helenization' of Rome. It is well known what major social changes took place during these critical years, characterized notably by the widening of the gulf between an oligarchy, which from this time was closing ranks ever more completely, and the most exposed and proletarian social strata, by the recrudescence of the 'triumphal' ideology, by the slave mode of production... by the conflicts between tradition and innovation... These changes were essentially attributable to the oncoming triumphant tide of Roman imperialism... The conquests achieved by Rome made their impact in a surge of new possibilities and incentives, firstly in the form of material riches at its disposal. Cultural wealth also resulted from the convergence on Rome of the spoils of war and the plundering of celebrated cities and regions of ancient civilizations... (Morel, 2008: 493).

Essas mudanças a que Morel³⁹¹ faz referência estão presente no argumento salustiano, muito embora o autor não as explicita: Salústio comenta sobre a degradação moral pela qual passou o povo romano, onde a ambição e a cobiça passaram a dominar as relações sociais na República Romana e, para o autor, são consequências diretas das novidades trazidas pela expansão. Morel, ademais, comenta sobre o conflito entre inovação e tradição e esse tipo de conflito está presente na obra *De Bellum Catilinae*: o que era feito no passado, ou seja, a tradição, era automaticamente melhor e mais virtuoso do que o presente romano. Mas não podemos negar que a expansão também trouxe à República um aspecto negativo, como comenta Lintott

[...] In spite of this there is no doubt that the razing of Carthage introduced an era of political crisis, whose antagonisms recalled the dimly remembered struggles of the early Republic and brought into question the stability of the constitution which Polybius admired (Lintott, 2008: 40).

Salústio evoca em sua crítica do momento histórico pelo qual passava a República, onde imperava a degradação moral, outras vozes ainda mais antigas: os partidários do pensamento de homens como Catão, o velho, para quem as novidades vindas das conquistas, em especial o Helenismo, traziam consigo a discórdia e destruíam as virtudes romanas; o gosto pelo luxo, pelo dinheiro, pela

³⁹¹ Morel, Jean-Paul (2008). *The Transformation of Italy, 300-133 B.C.: The Evidence of Archaeology*. In: Astin, A.E.; Walbank, F.W.; Frederiksen, M.W.; Ogilvie, R.M. *The Cambridge Ancient History: Rome and the Mediterranean to 133 B.C.* vol.VIII. Cambridge: Cambridge University Press.

luxúria e pelas conquistas territoriais a qualquer custo eram vistos como os elementos que desestabilizavam a República e as relações sociais entre os romanos³⁹². Como argumenta Gruen, Catão era um verdadeiro opositor das ideias helênicas que se espalhavam pela República bem como era contrário a todos os cidadãos romanos que absorviam e propagavam essas ideias³⁹³. Ademais, ao escolher um marco temporal que indica o início da crise na República Romana, Salústio trazia a influência de Tucídides, para quem a importância fundamental de uma obra de História era a de pontuar as causas dos eventos do presente³⁹⁴. A Guerra, nesses dois parágrafos, serviu a Salústio como o meio para estabelecer sua crítica ao momento histórico bem como, na visão do autor, é a causa primeira dos conflitos em Roma.

Agora, partindo da concepção de Syme³⁹⁵ acerca da obra *De Bellum Catilinae*, compreenderemos na totalidade o segundo marcador temporal estabelecido por Salústio: a era da Ditadura Sulana. Syme analisa o primeiro discurso de Catilina reconstruído por Salústio, presente no parágrafo vigésimo; o argumento apresentado por Salústio nesse parágrafo, segundo Syme, é o seguinte: como a situação era injusta a maior parte dos cidadãos romanos, visto que uma pequena parcela possuía praticamente todos os recursos e as honrarias da República, e como as dívidas eram grandes entre a maior parte da população, Catilina propôs um programa de propostas políticas; os mais ricos entrariam para a lista de proscritos e suas riquezas seriam partilhadas entre os conjurados; os espólios da guerra (*belli spolia*) contra o domínio de uns poucos seriam igualmente divididos. Ora, Salústio se refere, nessa passagem, a conjuração do ano de 63 a.C. como se fosse de fato uma guerra. Mas por que? A resposta pode ser encontrada no segundo marcador temporal apresentado por Salústio, a saber, a Ditadura Sulana.

Voltemos à primeira digressão salustiana, mais precisamente para o parágrafo onze do *De Bellum Catilinae*. Nele Salústio continua sua descrição das mudanças negativas pelas quais passou a República, alegando que o gosto pela

³⁹² Ramsey, J.T. (2007). Introduction, Translation and Commentary. In.: Sallust. *Sallust's Bellum Catilinae*. London: Oxford University Press, p.11.

³⁹³ Gruen, Erich (1992). *Culture and National Identity in Republican Rome*. New York: Cornell University Press, p. 52-59.

³⁹⁴ Zagorin, Perez (2005). *Thucydides: An Introduction for the Common Reader*. New Jersey: Princeton University Press, p.40.

³⁹⁵ Syme, Ronald (2002). *Sallust*. Berkley: University of California Press, p.77.

riqueza material efeminava o corpo viril; ademais, o autor pontua o que para ele seria uma das causas dessas mudanças, a saber, a Ditadura de Sula

[...] Mas depois que L. Sula, tendo adquirido o controle da República através das armas, de um bom começo fez seguir anos ruins, os homens passaram a pilhar e a roubar; uns a cobiçar a casa, outros a terra. Os vitoriosos não demonstravam nem moderação tampouco restrição, praticavam contra seus concidadãos atos indignos e cruéis. Além de tudo isso, L. Sula, intentando assegurar a lealdade de seu exército que comandava na Ásia, havia permitido o luxo e uma disciplina indulgente, ao contrário da tradição dos antepassados. Lugares amenos e cheios de prazer não tardaram a amolecer no ócio o ânimo rude dos soldados. Foi aí que o exército do povo romano pela primeira vez aprendeu a satisfazer-se com mulheres e bebida; a admirar estátuas, pinturas, vasos cinzelados, a roubá-los de lugares públicos e privados, a saquear os templos e a não respeitar nem o sagrado nem o profano. Esses soldados, depois que se consagraram vencedores não deixaram nada aos vencidos. Em realidade, a prosperidade corrompe até mesmo a alma dos mais sábios; e esses homens, com os temperamentos corrompidos, não poderiam se moderar na vitória³⁹⁶ (Salústio, De Bellum Catilinae, 11: 1921: 18-20)

Interessante o comentário de Salústio acerca da presença do exército romano no Oriente: para o autor, o local e os modos de vida tão distintos da realidade romana destruíam a moral e a disciplina dos soldados; estes passaram a ficar afeitos à *mollitia*, às mulheres e à bebida, coisa que seus antepassados, na visão do autor, se mantinham longe. Ademais, o povo romano passou a admirar o luxo, a arte, o que para Salústio eram aspectos negativos e que faziam com que os soldados não respeitassem mais o que era sagrado e pilhassem até mesmo os templos em busca dessas riquezas. Mas o trecho do parágrafo que mais chamou nossa atenção foi o que Salústio comenta sobre a ditadura de Sula que, “tendo adquirido o controle da República através das armas, de um bom começo fez seguir anos ruins, os homens passaram a pilhar e a roubar”. Ora, o que Salústio quer demonstrar com esse comentário é que na Ditadura de Sula, que tem seu início depois de uma Guerra Civil entre ele e Caio Mário, a moral romana bem como a tradição são em parte abandonadas, aderindo a novos conceitos sociais. Mas por

³⁹⁶ Texto original presente na edição Loeb (1921): “Sed postquam L. Sulla neque armis recepta re publica bonis initiis malos eventus habuit, rapere omnes, tahere, domum alius alius agros cupere, neque modum neque modestiam victores habere, foeda crudeliaque in civis facinora facere. Huc accedebat quod L. Sulla exercitum quem in Asia ductaverat, quo sibi fidum faceret, contra morem maiorum luxuriose nimisque liberaliter habuerat. Loca amoena, voluptaria facile in otio ferocis militum animos molliverant. Ibi primum insuevit exercitus populi Romani amare, potare; signa, tabulas pictas, vasa caelata mirari; ea privatim et publice rapere, delibra spoliare, sacra profanaque omnia pollure. Igitur ei milites, postquam victoriam adepti sunt, nihil reliqui victis fecere. Quippe secundae res sapientium animos fatigant, ne illi corruptis moribus victorae temperarebt (Salústio, De Bellum Catilinae, 11, 1921: 18-20).

que Salústio evoca a era sulana? A resposta pode ser encontrada em Syme e tem relação com a figura de Catilina

[...] Sallust antedated the revolutionary designs of Catilina. Why should he have made this assumption? One reason is artistic and simplifactory – to demonstrate the coherent evolution of Catilina as a product of the whole post-Sullan environment. In the author's conception it was not enough that an electoral defeat should create the criminal revolutionary. Something else has been suspected – the intention, ingenuous and clumsy, to indicate that, since Catilina was already an advocate of spoliation and violence in 64, no suspicion of complicity ought to adhere to Caesar (Syme, 2006: 77).

Syme, nesse trecho de seu trabalho acerca da primeira obra salustiana, analisava a questão de ter Salústio apontado como início para a Conjuração o ano de 64 a.C. Sobre a relação de César com os conjuradores, sabemos que este provavelmente apoiou³⁹⁷ Catilina durante a primeira campanha desse para o consulado e que foi acusado de estar envolvido com a Conjuração³⁹⁸. É possível que Salústio tentasse isentar César de qualquer envolvimento com o movimento, visto que César foi um dos grandes apoiadores de Salústio, quiçá o maior. Mas o ponto realmente interessante da passagem de Syme e que responde nosso questionamento sobre o comentário de Salústio acerca de Sula é que, para Syme, Salústio procurava argumentar que Catilina era “fruto de seu tempo”, ou seja, os exemplos deixados por Sula foram seguidos por Catilina em sua tentativa de usurpação de poder supremo, em uma busca por poder pessoal. Ora, Catilina havia ganhado notoriedade sob o comando de Sula: ficou conhecido por sua crueldade contra os inimigos do ditador de Roma, assassinando alguns de seus concidadãos³⁹⁹; Salústio, já no início do texto, relaciona a figura de Catilina com a era sulana: “Depois da ditadura de Sula, foi tomado pelo desejo de conquistar o controle da República”⁴⁰⁰ e, se pensarmos que Catilina é um produto da era da ditadura de Sula, compreendemos porque Salústio, no parágrafo quarenta e sete, se refere à Conjuração como uma Guerra Civil

De acordo com o livro dos sibilinos o domínio de Roma por três Cornélios foi profetizado; que houve anteriormente Cina e Sula e que Léntulo era o terceiro a ter como destino o domínio da cidade. Além do mais, que era o vigésimo ano desde o incêndio do Capitólio, um ano que todos os videntes

³⁹⁷ Ramsey, J.T. (2007). Introduction, Translation and Commentary. In.: Sallust. *Sallust's Bellum Catilinae*. London: Oxford University Press, p.16.

³⁹⁸ Salústio, De Bellum Catilinae, 49, 1921: 85.

³⁹⁹ Syme, Ronald (2002). *Sallust*. Berkley: University of California Press, p.65.

⁴⁰⁰ Texto original presente na edição Loeb (1921): “L. Sullae lubido maxuma invaserat rei publicae capiundae, neque ib quibus modis adsequeretur, dum sibi regnum pararet, quicquam pensi habebat” (Salústio, De Bellum Catilinae, 5, 1921: 10).

havam previsto que seria marcado pelo derramamento de sangue de uma Guerra Civil⁴⁰¹ (Salústio, *De Bellum Catilinae*, 47, 1921: 80).

Já trabalhamos o trecho do parágrafo quarenta e sete quando o comparamos com o trecho da Terceira Catilinária de Cícero. O uso do vocabulário presente no parágrafo nos é importantíssimo, pois sintetiza a visão de Salústio acerca dos eventos do ano de 63 a.C. Se Cícero trata esse ano como “fadado à destruição de Roma e seu poder”⁴⁰², optando por utilizar a construção *interitum huius urbis atque imperi*, Salústio opta por descrever a mesma situação como *bello civili*; a diferença é grande: enquanto Cícero pontua que, de acordo com os livros sibílicos o ano seria marcado pela destruição do poder de Roma, sem fazer menção que essa destruição se daria através da guerra, Salústio explicitamente trata esse evento como guerra Civil. Desse parágrafo podemos extrair uma informação valiosa: para o autor do *De Bellum Catilinae*, os eventos ocorridos no ano de 63 a.C. foram uma guerra e uma Guerra entre concidadãos pelo domínio político em Roma e nessa concepção do ano de 63, Salústio se afasta do pensamento de Cícero, para quem o que ocorreu foi uma conjuração.

Como consta em Lucano⁴⁰³, autor romano cuja obra foi dedicada ao estudo da guerra civil entre Pompeu e César, a guerra civil era uma espécie de conflito sem autorização legal⁴⁰⁴, lutada entre concidadãos; ainda para o autor, era o pior tipo de conflito armado que poderia existir⁴⁰⁵. A República Romana havia outrora sofrido grandes perdas durante o embate entre Sula e Mário, onde boa parte dos líderes políticos haviam perecido. Catilina estava em sua juventude quando Sula e Mário lutaram pela supremacia em Roma e, conforme o argumento de Salústio, Catilina compreendeu que uma das vias para garantir o poder pessoal era a guerra civil. E é exatamente esse o argumento que Salústio deixa implícito ao leitor: um conflito entre concidadãos como é a guerra civil tinha por objetivo, nesse contexto do final do século I a.C., a busca por poder pessoal. Percebemos isso quando Salústio comenta que Catilina “foi tomado pelo desejo de conquistar o controle da República” depois

⁴⁰¹ Texto original presente na edição Loeb (1921): “ex libris Sibyllinis, regnum Romae tribus Corneliis portendi; Cinnam atque Sullam antea, se tertium esse, cui fatum foret urbis potiri. Praeterea ab incense Capitolio illum esse vigesimum annum, quem saepe ex prodigiis haruspices respondissent bello civili cruentum fore (Salústio, *De Bellum Catilinae*, 47, 1921: 80).

⁴⁰² Cícero, *In Catilinam* III, 9, 2001: 109.

⁴⁰³ Lucano, M. Annaeus (1928). *De Bello Civili*. Cambridge, MA: Loeb Classical Library.

⁴⁰⁴ Lucano, *De Bello Civili*, Liber Primus, 1928: 5.

⁴⁰⁵ Lucano, *De Bello Civili*, Liber Primus, 1928: 3.

do fim da Ditadura de Sula; para Salústio a motivação de Catilina, além de ter sido a derrota nas eleições para cônsul, foi o exemplo deixado por Sula de que o poder pessoal poderia ser buscado através do conflito armado contra o poder dominante em Roma (que nesse contexto era o cônsul Cícero).

O poder pessoal também é uma das temáticas criticadas por Salústio em seu *De Bellum Catilinae*. No parágrafo vinte, no qual o autor recria o que teria sido o discurso de Catilina a seus apoiadores, Salústio nos dá a indicação que o poder pessoal era um grave problema no final do século I a.C. e que, ironicamente, Catilina intentava combatê-lo

[...] Até quando suportarão isso, brava gente? Não seria melhor morrer valentemente do que perder na humilhação uma vida miserável e desonesta, onde se é joguete da arrogância dos outros? Eu os asseguro, a vitória está em nossas mãos. Temos o vigor da idade, o valor da coragem; eles, ao contrário, os anos e as riquezas os fizeram todos velhos. É preciso dar apenas o primeiro passo; o resto caminhará por si. Que homem com a alma viril pode suportar que a uns sobrem riquezas e que sejam esbanjadas em construções sobre o mar e aplainando montanhas, enquanto para nós faltam os meios para comprar as meras necessidades da vida? Eles fazem casas e mais casas, umas do lado das outras, a nós não nos é dado ter um lar em parte alguma. Eles acumulam quadros, estátuas e vasos cinzelados, derrubam estátuas novas e constroem outras mais novas ainda, em suma fazem mal uso de suas riquezas; mesmo com a maior extravagância, não conseguem acabar com suas riquezas. E nós, em contrapartida, temos a penúria em casa, a dívida fora dela, uma realidade penosa, um futuro mais duro ainda; em uma palavra, o que nos resta senão um mísero sopro vital?⁴⁰⁶ (Salústio, *De Bellum Catilinae*, 20, 1921: 34-36).

O discurso de Catilina reconstruído por Salústio nos traz algumas informações importantes sobre o momento histórico pelo qual passava a República Romana nesse final de século: poucos cidadãos detinham o domínio de boa parte das riquezas da República, riquezas essas conquistadas em grande parte das províncias; a maior parte dos cidadãos romanos ainda permaneciam afastados dos ganhos em termos de riquezas e bens. Essa concentração de renda nas mãos de

⁴⁰⁶ Texto original presente na edição Loeb (1921): "Quae quouque tandem patiemini, o fortissumi viri? Nonne emori per virtutem praestat quam vitam miseram atque inhonestam, ubi alienae superbiae ludibrio fueris, per dedecus amittere? Verum enimvero, pro deum atquem hominum fidem victoria in manu nobis est, viget aetas, animus valet; contra illis annis atque divitiis omnia consenuerunt. Tantum modo incepto opus est; cetera res expediet. Etenim quis mortalium, cui virile ingenium est, tolerare potest, illis divitias superare, quas profundant in extruendo mari et montibus coaequandis, nobis rem familiarem etiam ad necessaria deesse? Illos binas aut amplius domos continuare, nobis larem familiarem nusquam ullum esse? Cum tabulas, signa, toreumata emunt, nova diruunt, alia aedificant, postremo omnibus modis pecuniam trahunt, vexant, tamen summa lubidine divitias suas vincere nequeunt. At nobis est domi inopia, foris aes alienum, mala res, spes multo asperior; denique quid reliqui habemus praeter miseram animam? (Salústio, *De Bellum Catilinae*, 20, 1921: 34-36).

uns poucos também causava um outro grave problema estrutural na República Romana: as candidaturas aos cargos mais importantes eram onerosas e, a fim de concorrer em uma dessas eleições, aquele que não tivesse recursos teria de fazer grandes empréstimos e, caso não ganhasse a eleição, não teria recursos para pagar essas dívidas contraídas. É por esse motivo que o Catilina salustiano frisa na questão da má distribuição e das dívidas, o que proporcionava a uns poucos poder pessoal maior que do resto dos cidadãos. Um político como Crasso, por exemplo, por ser um dos maiores usurários⁴⁰⁷ da cidade de Roma, tinha para si grande poder pessoal, pois eram muitos os que lhe deviam favores ou dinheiro. Ademais, quando Salústio comenta sobre uns construírem “casas e mais casas”, o autor faz referência, segundo Ramsey⁴⁰⁸, a uma história contada sobre Júlio César, que teria mandado demolir sua antiga casa e no lugar construído uma nova pois a casa antiga não era de seu gosto. Vemos o ressentimento desses cidadãos em relação a esse tipo de riqueza e supremacia pessoal.

Outrossim, Salústio estabeleceu uma pesada crítica aos dois lados políticos que buscavam ou supremacia oligárquica, ou poder pessoal, tanto aos *optimates* quanto aos *populares*; esse fato fica bastante claro no parágrafo trinta e oito bem como no trinta e nove

[...] Pois depois que o poder dos tribunos foi restaurado no consulado de C. Pompeu e M. Crasso, muitos jovens cujas idades e temperamentos os deixaram muito agressivos, conquistaram grande poder. Eles por consequência começaram a agitar a plebe e arquitetar ataques ao Senado e a inflar ainda mais suas paixões por meio de esmola e promessas, tornando-se assim ainda mais poderosos. Contra esses homens grande parte dos nobres atuava, sob a aparência de defender o Senado, mas, na realidade, em favor de seus próprios privilégios. Pois, para dizer a verdade em poucas palavras, a partir dessa época todos os que com belas palavras participaram de agitações políticas, uns sob o pretexto de defender os direitos do povo, outros para que o poder do Senado fosse o maior possível; mas sob o pretexto de proteger o bem estar da República, cada um em realidade estava trabalhando em benefício próprio. Não tinha limite nem moderação essa competição. Ambos praticavam a vitória com crueldade⁴⁰⁹ (Salústio, De Bellum Catilinae, 38, 1921: 64-66).

⁴⁰⁷ Salústio, De Bellum Catilinae, 48, 1921: 82.

⁴⁰⁸ Ramsey, J.T. (2007). Introduction, Translation and Commentary. In.: Sallust. *Sallust's Bellum Catilinae*. London: Oxford University Press, p.122.

⁴⁰⁹ Texto original presente na edição Loeb (1921): “Nam postquam Cn. Pompeio et M. Crasso consulibus tribunicia potestas restitute est, homines adulescentes, summam potestatem nacti, quibus aetas anumisque ferox erat, coepere senatum criminando plebem exagitare, dein largiundo atque pollicitando magis incendere, ita ipsi clari potentesque fieri. Contra eos summa ope nitebatur pleraque nobilitas senatus specie pro sua magnitudine namque, uti paucis verum absolvam, post illa tempora quicumque rem publicam agitavere honestis nominibus, alii sicuti populi iura defenderent, pars quo senatus auctoritas maxuma foret, bonum publicum simulantes pro sua quisque potential

[...] Entretanto, quando C. Pompeu havia partido para lutar contra os piratas e contra Mitrídates, decresceu o poder da plebe enquanto que o poder dos nobres cresceu. Esses possuíam as magistraturas, as províncias e tudo mais; sendo eles ricos e protegidos de qualquer tipo de ataque, viviam sem medo e aterrorizavam outros com processos, para que nas magistraturas mantivessem a plebe em atitude bastante conciliatória⁴¹⁰ (Salústio, De Bellum Catilinae, 39, 1921: 66).

No parágrafo trinta e oito e nesse trecho do parágrafo trinta e nove temos sintetizados alguns dos conflitos que marcaram o final do século I a.C.: Salústio faz menção ao embate entre *optimates* e *populares* quando comenta sobre os “jovens agressivos” que angariaram para si grande poder, apoiados na plebe romana e a oposição exercida pelos nobres, cujo objetivo era o de proteger o poder do Senado Romano. Para Salústio, entretanto, ambos os lados lutavam, em realidade, por suas próprias pautas, os *optimates* pela supremacia oligárquica da *nobilitas*, os *populares* por líderes demagógicos com maior acúmulo de poder pessoal. Esse embate para o autor, era a ruína da República. Ademais, é nesse contexto apresentado no parágrafo trinta e nove que Catilina se rebela: vendo vetadas pela *nobilitas* suas tentativas de angariar para si mais poder pessoal, Catilina recorre às armas a fim de quebrar o monopólio estabelecido pela *nobilitas*. Mesmo explicando a situação de opressão que vivia boa parte dos cidadãos romanos, Salústio não se mostra simpático às ideias de Catilina: para ele, o poder pessoal também era a ruína da República e isso nos fica claro quando Salústio atesta que “cada um em realidade estava trabalhando em benefício próprio”, ou seja, a observância e proteção à República era meramente propaganda política; o que era buscado ou era poder pessoal, ou supremacia oligárquica.

Salústio expõe, portanto, de que maneira se dava o embate entre *optimates* e *Populares*, onde o primeiro partido político, representado pela *nobilitas*, vetada a participação política daqueles que não pertenciam a esse nicho do Senado; o que esse grupo ansiava, segundo Salústio era “*auctoritas maxuma*”, ou seja, ser o detentor da autoridade máxima na República Romana. Os *populares*, por sua vez,

certabant. Neque illis modestia neque modus contentionis erat utriusque victoria crudeliter exercebant (Salústio, De Bellum Catilinae, 38, 1921: 64-66).

⁴¹⁰ Texto original presente na edição Loeb (1921): “Sed postquam Cn. Pompeius ad bellum maritimum atque Mithridaticum missus est, plebis opes imminutae, paucorum potentia crevit. Ei magistratus, provincias, aliaque omnia tenere, ipsi innoxii, florentes, sine metu aetatem agere ceterosque iudiciis terrere, quo plebem in magistrato placidius tractarent (Salústio, De Bellum Catilinae, 1921: 66).

viam suas tentativas de predominância vetados pela *nobilitas*, voltando seus esforços para a conquista do apoio do povo; dessa maneira, os políticos *populares* conseguiram por vezes quebrar o bloqueio da *nobilitas* e angariar para si um maior grau de Poder Pessoal. Não raro os políticos dessa ala apoiavam-se no povo a fim de aprovar as medidas que os beneficiariam. Também não raro lemos relatos de Crasso e César, líderes dos *populares*, manipulando a cena política a fim de quebrar o domínio da *nobilitas*. Salústio, entretanto, não escolhe lados: para o autor, como dito anteriormente, os dois grupos legislavam em causa própria.

Essa suposta neutralidade de Salústio pode ser explicada pelo contexto histórico no qual estava inserido quando da escrita do *De Bellum Catilinae*: nos anos 40 a.C., vemos como o embate entre poder pessoal e poder oligárquico modificou as estruturas políticas da República: desde o consulado de Cícero a República padeceu em uma Guerra Civil, iniciada em 49 a.C. e que se estendeu até o ano de 45 a.C., que foi marcada pela tentativa de primazia política de César e Pompeu e que, em última instância, dizimou grande parte dos líderes políticos da República⁴¹¹; em uma Ditadura encabeçada por César; em uma Conjuração senatorial que resultou no assassinato do Ditador Júlio César e ainda padeceu um novo triunvirato, dessa vez organizado por Otávio Augusto, Lépido e C. Antônio. Em suma, os embates entre *nobilitas* e o poder pessoal de alguns generais, que, em última instância, era possibilitado pela guerra, levou a República a um estado de discórdia civil permanente que, ao final, forçou a reorganização política da República.

⁴¹¹ Pompeu, quem por tanto tempo atuou como potência política, foi morto no Egito em 48 a.C.; Catão de Útica, grande opositor dos *populares* e, em especial, de César, se suicidou quando de sua derrota na Batalha de Tapso; Crasso, por sua vez, já havia morrido anos antes, na batalha de Carras em 53 a.C.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de finalizar esse longo passeio que fizemos acerca da República Romana nesse período do final do século I a.C., reitero: o conflito é a palavra que melhor define esse momento histórico. Já no primeiro tópico do trabalho, onde estabelecemos o conceito de *Bellum* para os romanos percebemos que a guerra era uma atividade permanente e que moldava as principais características sociais e políticas da República. Desde o início da República Romana, ocorrido por volta do ano de 509 a.C., o povo romano esteve envolvido em Guerras constantes: primeiramente contra seus vizinhos latinos, em uma tentativa de auto-preservação; a partir das Guerras Púnicas, iniciadas por volta do ano de 264 a.C. e que se estenderam até o ano de 148 a.C., as declarações de Guerra foram profundamente modificadas, tomando a forma de conquistas territoriais para aumentar o poder do Povo Romano.

As Guerras contra Cartago, desse modo, modificaram profundamente as instituições da República: houve o extenso uso de mão de obra escrava em detrimento do uso dos chamados *capite censi*, homens sem posses de terra e que trabalhavam na lavoura; o fator ainda destruiu as chances de competição por mercado dos pequenos proprietários, que não conseguiam concorrer com os baixos custos de produção dos grandes proprietários. Ademais, os cidadãos em posições sociais mais vantajosas angariaram para si grandes somas de riquezas advindas das conquistas proporcionadas pelas guerras, o que agravava a desigualdade social. A República precisava, urgente, de reformas sociais que freassem esses graves problemas estruturais.

A aristocracia dominante, organizada no Senado Romano, não estava disposta a oferecer um alento à população que sofria com as rápidas mudanças passadas pela República. Ainda sobre o Senado Romano, este foi angariando para si, mais pela tradição que pela lei, a primazia política na República e vetava todas as tentativas de Reforma que o desagradasse, principalmente agrária, visto que boa parte desses senadores eram os detentores das grandes propriedades. A *nobilitas* era o nicho mais interno e poderoso do Senado e era composta por patrícios e plebeus que haviam conquistado para si o consulado, cargo máximo da República. Essa *nobilitas* vetava a participação daqueles que encontravam-se fora desse nicho, o que causava grande tensão entre a aristocracia. Tibério Graco é um exemplo

desse fato: ao tentar passar sua proposta de Reforma Agrária e prevendo a forte oposição que sofreria da *nobilitas*, Tibério Graco levou a proposta diretamente para as Assembleias Populares, ignorando o debate senatorial. A medida causou grave tensão entre o Senado e o Tribunato, bem como estabeleceu uma via para políticos da ala dos *populares* a partir de então: buscar o apoio popular a fim de quebrar o bloqueio da *nobilitas*. Ademais, políticos de ambas as alas, tanto *optimates* quanto *populares* passaram a juntar em torno de si grupos de milicianos, chamados de *factio* e que tornavam o debate político ainda mais violento.

É nesse contexto de conflitos e de guerras e sobre esse período que Salústio escreve sua obra aqui analisada, o *De Bellum Catilinae*. No texto, o autor examina os eventos ocorridos no ano de 63 a.C. durante o consulado de Cícero e nos fornece um dinâmico relato sobre a situação da República no período bem como dos embates violentos ocorridos, sem se insentar de tecer uma pesada crítica ao momento histórico. Para ele, criando um binário muito interessante, o passado era ideal, ou seja, os homens do passado eram virtuosos e honrados, e a República prosperava. O presente, em contrapartida, é, para o autor, corrompido e os homens, desonrosos e pouco virtuosos; outrossim, o presente estava fadado ao declínio. Catilina, nesse contexto, é visto por Salústio como “fruto” de seu tempo: corrompido pela participação ativa na Ditadura de Sula e pela deturpação das virtudes romanas, fato inerente à República no século I a.C., a Catilina não causava sofrimento conjurar contra as instituições republicanas a fim de garantir para si poder pessoal. Salústio, entretanto, também não se mostra partidário da causa senatorial: para ele, tanto *optimates* quanto *populares* legislavam, em realidade, a favor de suas próprias causas.

Por fim, a Guerra é um elemento fundamental na argumentação de Salústio: ela é a causa primeira do declínio da República Romana e isso pode ser visto no parágrafo décimo quando Salústio pontua a vitória na Guerra Púnica como causa da degradação romana; é o agravante dos conflitos, visto que os generais angariavam para si grandes somas de poder pessoal por meio da guerra e se utilizavam disso para burlar o bloqueio da *nobilitas*, agravando os conflitos violentos no interior da República; bem como é o meio pelo qual Salústio estabelece sua crítica, uma vez que o autor utiliza o conceito *bellum* nos principais momentos da narrativa e que condizem exatamente com os pontos onde este estabelece sua crítica ao

degeneração moral. A guerra é, portanto, uma espécie de subtexto que caminha em conjunto com o texto principal, a saber, a Conjuração de Catilina: a guerra é enunciada, mas seu sentido mais amplo permanece nas entrelinhas do texto.

A *bellum* era, nesse contexto republicano, o centro da vida pública romana: era constante e praticamente ininterrupta. Com a vitória sobre Cartago, a República Romana se viu na ausência do *metus hostilis*, ou seja, do medo de um inimigo a altura de seu poderio; esse fato, para Salústio, fez com que a aristocracia se voltasse contra ela própria. Nesse sentido, a Conjuração é, segundo o autor, uma espécie de guerra, mas uma guerra muito particular: a civil. Salústio esclarece ao leitor esse fato no parágrafo quarenta e sete, quando trata os eventos do ano de 63 a.C. especificamente como *Bello Civili*, guerra civil. Ademais, a conjuração é um conflito interno, estimulado pelos embate entre dois pensamentos distintos da política romana: a oligarquia dominante contra aspirações de poder pessoal, que tenta usurpar o domínio da política romana em torno de um só homem.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA

Sallust, C.C. (2010). *Catiline's Conspiracy, The Jugurthine War and Histories*. Oxford: Oxford World's Classics.

Sallust, C.C. (1921). *Complete Works*. Cambridge, MA: Loeb Classical Library.

Sallust, C.C. (2007). *Sallust's Bellum Catilinae*. Oxford: Oxford University Press.

Salústio, C.C. (1990). *A Conjuração de Catilina e a Guerra de Jugurta*. Petrópolis: Editora Vozes.

Salustio, C.C. (1997). *Conjuración de Catilina, Guerra de Jugurta y Fragmentos de las Historias*. Madrid: Editorial Gredos.

DOCUMENTAÇÃO SECUNDÁRIA

Asconius Pedianus (2007). *Asconius Commentaries on Speeches of Cicero*. Oxford: Oxford University Press.

Caesar, J. (1955). *The African War*. Cambridge, MA: Loeb Classical Library, pp.139-300.

Caesar, J. (1914). *Bellum Civile*. Cambridge, MA: Loeb Classical Library.

Cicero, M.T. (1999) *On the Commonwealth and on the Laws*. Cambridge: Cambridge University Press.

Cicero, M.T. (1939). *Brutus: Orador*. Cambridge, MA: Loeb Classical Library.

Cicero, M.T. (2008). *Selected Letters*. Oxford: Oxford University Press.

Cicero, M.T. (1995). *Discursos V: En Defesa de Sexto Roscio Amerino; En Defesa de la Ley Manilia; En Defesa de Aulo Cluencios; Catilinarías; En Defesa de Lúcio Murena*. Madrid: Editorial Gredos.

Cicero, M.T. (1913). *De Officiis*. Cambridge, MA: Loeb Classical Library.

Cicero, M.T. (1919). *Letters to Atticus*. Cambridge, MA: Loeb Classical Library.

Cicero, M.T. (2015). *De Provinciis Consularibus Oratio*. Oxford: Oxford University Press.

Cicero, M.T. (1939). *Brutus: Orador*. Cambridge, MA: Loeb Classical Library.

Ciceron, M.T. (2002). *Sobre el Orador*. Madrid: Editorial Gredos.

Ciceron, M.T. (1991). *Sobre la República*. Madrid: Editorial Gredos.

Dio Cassio (1938). *Dio's Roman History vol.4*. Cambridge, MA: Loeb Classical Library.

Dio Cassio (1914). *Dio's Roman History vol.3*. Cambridge, MA: Loeb Classical Library.

Lívio, Tito (1967). *História Romana Livro I e II*. Cambridge, MA: Loeb Classical Library.

Lucano, M. Annaeus (1928). *De Bello Civili*. Cambridge, MA: Loeb Classical Library.

Plutarch (1916). *Plutarch's Lives: Alcebiades and Coriolanus. Lysander and Sula, vol.IV*. Cambridge, MA: Loeb Classical Library.

Plutarch (1967). *Plutarch's Lives: Cicero and Demosthenes; Alexander and Caesar, vol.VII*. Cambridge, MA: Loeb Classical Library.

Plutarch (1959). *Plutarch's Lives: Agis and Cleomenes. Tiberius and Caius Gracchus. Philopoemen and Flaminius, v.X*. Cambridge, MA: Loeb Classical Library.

Pseudo-Cicero (1921). *The Invective of Marcus Tullius Against Sallust*. In: *Complete Works*. London: Loeb Classical Library, p.502-523.

Polybius (1922). *The Histories vol.1: Books 1-2*. Cambridge, MA: Loeb Classical Library.

Polybius (1923). *The Histories vol.3: Books 5-8*. Cambridge, MA: Loeb Classical Library.

Polybius (1968). *The Histories vol.6: Books 28-34*. Cambridge, MA: Loeb Classical Library.

Thucydides (1919). *History of the Peloponnesian War*. Cambridge, MA: Loeb Classical Library.

REFERENCIAL TEÓRICO

Andrews, E.A. (1891). *Harper's Latin Dictionary: A New Latin Dictionary*. New York: Harper and Claredon Press.

Batstone, W. (2007). Introduction and Translation. In: Sallust, C.C. (2007). *Sallust's Bellum Catilinae*. Oxford: Oxford University Press, pp.7-37.

Beltrán, J. (2008). Introducción, Traducción y Notas. In: Cicerón, M.T. *Cartas a los Familiares I: Cartas 1 a 173*. Madrid: Editorial Gredos, pp.7-115.

Brunt, P.A. (1982). Nobilitas and Novitas. *The Journal of Roman Studies* (London), v. 72, pp.1-17.

Bryan-Brown, A.N. (1968). *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Clarendon Press.

Cereza, J.A. (1995). Introducción, Traducción y Comentarios. In: Cicero, M.T. (1995). *Discursos V: En Defensa de Sexto Roscio Amerino; En Defensa de la Ley Manilia; En Defensa de Aulo Cluencios; Catilinas; En Defensa de Lúcio Murena*. Madrid: Editorial Gredos, pp.9-19.

Cloud, D. (2008). The Constitution and Public Criminal Law. In: Cook, J.A. *The Cambridge Ancient History: The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* London: Cambridge University Press, pp.491-531.

Cornell, T.J. (1997). *The Beginings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (1000-264 B.C.)*. Abingdon-on-Thames: Routledge.

Cornell, T.J. (2008). Rome and the Latium to 390 B.C. In: Walbank, F.W. *The Cambridge Ancient History vol. VII: The Rise of Rome to 220 B.C.* London: Cambridge University Press, pp.243-308.

Cowell, F.R. (1967). *Cícero e a República Romana*. Lisboa: Editora Ulisseia Limitada.

Eagle, E.D. (1949). Catiline and the "Concordia Ordinum". *Phoenix* (Canada), v.3, n.1, pp.15-30.

Fantham, E. (1996). *Roman Literary Culture: From Cicero to Apuleios*. London: The John Hopkins University Press.

Flowers, H. (2014). *The Cambridge Companion to the Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press.

Forsythe, G. (2005). *A Critical History of Early Rome: From Prehistory to the First Punic War*. California: Berkley University Press.

Frank, P. (2008). Pyrrhus. In: Walbank, F. *The Cambridge Ancient History vol. VII, part 2*. Cambridge: Cambridge University Press, pp.456-485.

Gabba, E. (2008). Rome and Italy: The Social War. In: Cook, J.A. *The Cambridge Ancient History: The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* London: Cambridge University Press, pp.104-128.

Gelzer, M. (1969). *The Roman Nobility*. Translated with an Introduction by Robin Seager. Oxford: Basil Blackwell.

Goldsworthy, A. (2006). *Caesar: Life of a Colossus*. New Heaven: Yale University Press.

Gruen, E. (1995). *The Last Generation of the Roman Republic*. California: University of California Press.

Hammond, C. (2008). Introduction and Translation. In: Caesar, J. *The Gallic War*. London: Oxford World Classics, pp.11-44.

Harris, W. (2006). *War and Imperialism in Republican Rome: 327-70 a.C.* Oxford: Clarendon Press.

Hardy, E.G. (1917). The Catilinarian Conspiracy in its Context: A Re-Study of the Evidence. *The Journal of Roman Studies* (Cambridge), v.7, pp.153-228.

Hölkeskamp, K.J. (2008). Under Roman Roofs: Family, House and Household. In: Flowers, H. (2014). *The Cambridge Companion to the Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 113-138.

Hunter, W.A. (1920). *A Systematic and Historical Exposition of the Roman Law*. London: Sweet and Maxwell, Limited.

Jiménez, M.J.M. (2006). Introducción, Traducción y Notas. In: Cicerón, M.T. *Discursos VI: Filípicas*. Madrid: Editorial Gredos, pp.7-67.

Hough, John (1930). The Lex Lutatia and the Lex Plautia de Vi. *The American Journal of Philology* (Maryland), vol.51, n.2, pp.135-147

Keaveney, A. (2007). *The Army in the Roman Revolution*. Abingdon-on-Thames: Routledge.

Kelly, G. (2006). *A History of Exile in the Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press.

Kerr, W.C.A. (1958). Introduction and Translation. In: Cicero, M.T. *Phillipcs*. Cambridge: MA: Loeb Classical Library, pp.3-20.

Lazemby, J.I. (2006). Rome and Carthage. In: Flowers, H. *The Cambridge Companion to the Roman Republic*. London: Cambridge University Press, pp.225-267.

Leite, L. R. (2005). Saturnais: Tempo Presente. In: *Anais da XXV Semana de Estudos Clássicos*. Rio de Janeiro: UFRJ, pp.103-109.

Lintott, A. (2008). Political History, 146-95 B.C. In: Cook, J.A. *The Cambridge Ancient History: The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* London: Cambridge University Press, pp.40-103.

MacDonald, C. (2001). Introduction, Translation and Commentaries. In: Cicero, M.T. (1995). *Discursos V: En Defesa de Sexto Roscio Amerino; En Defesa de la Ley Manilia; En Defesa de Aulo Cluencios; Catilinas; En Defesa de Lúcio Murena*. Madrid: Editorial Gredos.

Matyszak, Philip (2013). *Os Inimigos de Roma: De Aníbal a Átila, o Huno*. São Paulo: Manole.

Mitchell, Thomas (1973). Cicero, Pompey and the Rise of the First Triumvirate. *Traditio*, vol. 29, pp.1-26.

Mitchell (1971). Cicero and the Senatus "consultum ultimum". *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 20, H.1, pp.47-61.

Momigliano, A. (2008). The Origins of Rome. In: Walbank, F.W. *The Cambridge Ancient History vol. VII: The Rise of Rome to 220 B.C.* London: Cambridge University Press, pp.52-112.

Mommsen, Theodor (1862). *History of Rome - Volume 1*. London: Cambridge University Press.

Morel, Jean-Paul (2008). The Transformation of Italy, 300-133 B.C.: The Evidence of Archaeology. In: Astin, A.E.; Walbank, F.W.; Frederiksen, M.W.; Ogilvie, R.M. *The Cambridge Ancient History: Rome and the Mediterranean to 133 B.C.* vol.VIII. Cambridge: Cambridge University Press.

Orlandi, Eni (2009). *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Editora Ponto.

Pagan, V.E. (2007). *Conspiracy Narratives in Roman History*. Austin: University of Texas.

Penella, Robert (1987). War, Peace and the *Ius Fetiale* in Livy 1. *Classical Philology*, v.82, n.3, pp.233-237

Phillips, E.J. (1976). Catiline's Conspiracy. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, v.4, pp.441-448.

Ramos, Bartolomé (1997). Introducción y Traducción. In: Salustio, C.C. *Conjuración de Catilina, Guerra de Jugurta y Fragmentos de las Historias*. Madrid: Editorial Gredos, pp.7-59.

Ramsey, J.T, (2007). Edited, Introduction and Commentary. In: *Sallust's Bellum Catilinae*. Oxford: Oxford University Press, pp.1-26.

Rankov, B. (2008). Military Forces. . In: Sabin, P.; Wees, H.V.; Withby, M. (2007). *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare Vol.2*, pp.30-75.

Rezende, A.M.; Biachet, S.B. (2016). *Dicionário do Latim Essencial*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Rolfe, J.C. (1921). Introduction and Translation. In: Sallust, C.C. (1921). *Complete Works*. Cambridge, MA: Loeb Classical Library, pp.1-12.

Roselaar, S.T. (2010). *A Social and Economical History of Ager Publicus in Italy*. London: Oxford University Press.

Santangelo, Frederico (2008). Fetials and their "IUS". *Bulletin of the Institute of Classical Studies*, vol.51, p.p.63-93.

Scullard, H.H. (2010). *From Gracchi to Nero: A History of Rome (133 B.C. to A.D. 68)*. Abingdon-on-Thames: Routledge.

Seager, R. (2008). Sulla. In: Cook, J.A. *The Cambridge Ancient History: The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* London: Cambridge University Press, pp.165-207.

Serrati, J. Warfare and the State. In: Sabin, P.; Wees, H.V.; Withby, M. (2007). *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare Vol.1*, pp.498-517.

Syme, Ronald (2002). *Sallust*. Berkley: University of California Press.

Takács, S. (2000). Politics and Religion in the Bacchanalian Affair of 186 B.E.C. *Harvard Studies in Classical Philology* (Harvard), v.100, pp.301-310.

Tempest, K. (2011). *Cicero: Politics and Persuasion in Ancient Rome*. London: Continuum International Publishing Group.

Torrinha, F. (1942) *Dicionário Latim-Português*. Porto: Porto Editora.

Zagorin, Perez (2005). *Thucydides: An Introduction for the Common Reader*. New Jersey: Princeton University Press.

ANEXO A – AS MAGISTRATURAS ROMANAS

CÔNSUL: A magistratura do consulado era anual, sendo eleitos ano a ano dois cônsules; eram eleitos através da *comitia centuriata* e, de acordo com o *cursus honorum* só poderiam se candidatar ao cargo quando completados 42 anos (norma estabelecida no ano de 180 a.C.) e se já tivessem exercido a magistratura da pretura (norma estabelecida em 196 a.C.). Detinham *imperium* (maior que o dos pretores) e comandavam os exércitos romanos nas principais guerras da República. A partir do século I a.C., os cônsules também passaram a comandar as principais províncias da República. Eram autoridade sobre todas as demais magistraturas, com exceção do Ditador. Presidiam também as assembleias populares, levavam embaixadores ao Senado bem como presidiam as reuniões senatoriais.

PRETOR: Eram eleitos na *comitia centuriata* no mesmo dia da eleição dos cônsules. Entre 247 a 229 dois eram os pretores; o número subiu para quatro no período de 228 a 198 a.C.; depois para seis entre 197 a 181; dez em 46 a.C.; quinze em 45 a.C. e dezesseis em 44 a.C. A pretura era pré-requisito para a eleição ao cargo de cônsul, de acordo com o *cursus honorum* e um cidadão somente poderia se eleger ao cargo quando completasse 39 anos de idade. Detinham, assim como os cônsules, *imperium* (menor que o dos cônsules). Poderiam exercer todas as tarefas de um cônsul (exceto nomear ditadores e conduzir festivais). Ademais, tinham uma importante participação no sistema jurídico da República (supervisionavam as leis e, a partir de 149 a.C., presidiam os julgamentos).

CENSOR: Diferente das magistraturas supracitadas, a censura era um cargo cuja duração era de cinco anos. Dois eram os censores eleitos e, a partir de 339 a.C., um deles deveria ser plebeu. Eram eleitos na *comitia centuriata* e, de acordo com a tradição romana, eram eleitos para o cargo os ex-cônsules. Entre as principais atividades, podemos citar a execução do *census* dos cidadãos romanos. Ademais, a partir de 312 a.C., os censores também eram encarregados

da preservação dos registros do Senado Romano; também era de função dos censores destinar os cavalos públicos aos cidadãos escolhidos (*equites equo publico*).

QUESTOR: Os questores, diferente das magistraturas supracitadas, eram eleitos na *comitia tributa*, presidida pelos cônsules. Eram eleitos oito questores a partir do século III a.C. e vinte a partir de 81 a.C. Sula fixou que a idade mínima para obter a questura era de 30 anos e que, ao obter o cargo, o cidadão garantia para si uma vaga no Senado Romano. Eram os responsáveis pelo erário público e conservavam os registros oficiais – cópias de leis, decisões do Senado, por exemplo.

DITADOR: A Ditadura era um cargo esporádico, sendo aplicada em momentos de extremo perigo para a República Romana. Eram indicados pelo cônsul para exercer o poder supremo, detendo *imperium* e controle sobre todas as outras magistraturas. Os ditadores, por sua vez, indicavam um assistente, chamado de *Magister Equitum* (Mestre de Cavalaria). Sula deturpou a tradição de assumir a ditadura por apenas seis meses, ficando no cargo por aproximadamente um ano (de 82 a 81 a.C.); César, por sua vez, permaneceu no cargo de ditador ao longo do ano 49, 47, 46, 45 a.C.

INTERREX: O interrex (inter-rei) pela lei deveria ser um senador patrício, que ficaria cinco dias na posição em anos que começassem sem a eleição de um cônsul. Detinham *imperium*.

TRIBUNOS DA PLEBE: Segundo a lei romana, os candidatos ao cargo de Tribuno da Plebe deveriam ser plebeus (se fosse patrício, este deveria passar pelo processo de adoção por um *pater familias* plebeu, o que lhe concederia o título). Dez eram eleitos todos os anos para o cargo, sendo parte da tradição ter sido exercido a função de questor. Os tribunos tinham o poder de veto (*intercessio*) a qualquer medida proposta por outros magistrados; ademais, podiam propor leis, indiciar ex-cônsules acerca de más condutas no ofício.

EDIL: Os edis da plebe eram eleitos pelos plebeus em uma cerimônia presidida pelo Tribuno, tendo como tarefa o auxílio aos Tribunos da Plebe. Era eleitos em número de dois. Já os edis curuis, criados depois da criação dos da plebe, eram eleitos em uma assembleia tribal presidida pelos cônsules. Os dois tinham por função a manutenção das estruturas da cidade – esgotos, ruas, templos, mercados, etc., bem como a organização dos festejos públicos. Eram mais importantes que os questores, mas menos que os pretores.

Fonte: Brennan, T.C. (2006). Power and Process under the Republican. In: Flowers, H. *The Cambridge Companion to the Roman Republic*. London: Cambridge University Press, p.63-65; Cowell, F.R. (1967) *Cícero e a República Romana*. Lisboa: Editora Ulisseia Limitada, p.215-231.